



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 66-67
2014-2015

AH

ARQUEOLOGIA
& HISTÓRIA

Título

Arqueologia & História

Volumes

66-67

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud, Francisco Sande Lemos, Andrea Martins, João Marques e Carlos Boavida

Design gráfico

Flatland Design

Fotografia da capa

José Morais Arnaud

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

- 5 Editorial
José Morais Arnaud
- 7 Vila Nova de São Pedro – de novo, no 3º milénio. Um projecto para o futuro
José Morais Arnaud, Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 19 “Quais as características dos artefactos recolhidos no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora)”? – Parte I: análise dos materiais cerâmicos
Filipa Rodrigues
- 43 Arqueometria de Pigmentos de Arte Rupestre: Técnicas de caracterização e produção na arte esquemática do oeste da Península Ibérica
Hugo Gomes
- 47 O mundo funerário da Idade do Ferro no Sul do actual território português: notas para uma síntese
Francisco B. Gomes
- 63 Do Romano ao Contemporâneo: 2000 Anos de Arqueologia nas ruas de Santarém
Carlos Boavida, Tânia Manuel Casimiro, Telmo Silva
- 85 Alfange: núcleo habitacional nos arrabaldes de Santarém em época islâmica
Tânia Manuel Casimiro, Ana Filipa Ferreira, Telmo Pinheiro Silva
- 97 Viver e morrer num *ribāt* no Extremo Sudoeste da Europa (Arrifana, Portugal)
Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes
- 113 As intervenções arqueológicas no Castelo dos Mouros, Sintra – 2009 a 2012
Maria João de Sousa
- 123 Os azulejos das arcadas sob o coro da Igreja de São Roque (Lisboa)
Mariana Almeida, Edgar Fernandes
- 137 As Medidas na Arquitectura – Uma Perspectiva Arqueológica
Rui Maneira Cunha
- RELATÓRIOS**
- 153 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório da Direcção – 2014
José Morais Arnaud
- 157 Relatório de Actividades da Direcção da AAP – 2015
José Morais Arnaud
- 161 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2014
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 165 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2015
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 169 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2014. Plano de Actividades para o Ano 2015
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

- 173 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2015. Plano de Actividades para o Ano 2016
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 179 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2015
Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida
- 185 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades Coordenadas pela Área da Conservação em 2015
Célia Nunes Pereira

EDITORIAL

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

Este volume procura reflectir, como é habitual, a actividade científica desenvolvida pela AAP nos anos de 2014 e 2015, através das suas secções de Pré-História e História e da Comissão de Estudos Olisiponenses. Porém, como poderão verificar pelos relatórios publicados no final deste volume, só uma parte das comunicações apresentadas ao longo desses dois anos foi materializada numa publicação. Com efeito, apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido pelas mesas das secções e comissões, uma parte muito significativa dos autores de comunicações não chegaram a apresentar os textos das mesmas, acompanhados da respectiva documentação gráfica. Assim, para não prejudicar demasiado os autores que cumpriram os prazos, aliás bastante flexíveis, decidiu-se publicar sem mais delongas o presente volume. Como se poderá verificar pelo índice, dá-se agora à estampa um conjunto muito diversificado de textos sobre vários períodos cronológicos e abordagens temáticas, onde decerto cada leitor encontrará motivos de interesse, proporcionando ao mesmo tempo uma panorâmica geral das actividades da AAP.

Nos últimos anos tem-se verificado uma tendência por parte das mesas das secções e da Comissão de Estudos Olisiponenses para organizar colóquios temáticos, concentrados num só dia, cujos textos seriam publicados em volumes monográficos, adequando-se, assim, melhor às actuais, embora muito discutíveis, normas de avaliação da produção intelectual dos bolseiros da FCT. Indo ao encontro dessa tendência, a Direcção da AAP decidiu criar uma série monográfica, designada Monografias AAP, de que já se publicaram os dois primeiros volumes em 2015, intitulados respectivamente *Contextos estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*, organizado por José Carlos Quaresma e João António Marques, e *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: Perspectivas em Debate*, organizado por Mariana Diniz, César Neves e Andrea Martins, aguardando-se a entrega pelos respectivos organizadores dos textos referentes aos outros colóquios que tiveram lugar em 2014 e 2015. A manter-se esta tendência, verificar-se-á um esvaziamento gradual da revista *Arqueologia e História*, cuja vocação, conteúdo, suporte e periodicidade terão que ser repensadas. Entretanto, esperamos que este volume seja do seu agrado.

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – DE NOVO, NO 3^o MILÉNIO. UM PROJECTO PARA O FUTURO

José Morais Arnaud¹, Mariana Diniz², César Neves³, Andrea Martins⁴

¹ Associação dos Arqueólogos Portugueses / jemarnaud@gmail.com

² UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses / m.diniz@fl.ul.pt

³ UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses / c.augustoneves@gmail.com

⁴ UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses / andrea.arte@gmail.com

Resumo

Em 2016, a Associação dos Arqueólogos Portugueses submeteu um projecto de investigação para o povoado Calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), com o objectivo de valorizar, através do conhecimento científico, um sítio arqueológico com grande destaque no percurso historiográfico da Arqueologia portuguesa. O presente texto tem como propósito a apresentação do conteúdo, contexto e objectivo do referido projecto correspondendo, no seu essencial, à componente técnico-científica que foi submetida à avaliação da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC).

Palavras-chave: Vila Nova de São Pedro, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Museu Arqueológico do Carmo, 3^o milénio.

Abstract

In 2016, the Association of Portuguese Archaeologists submitted a research project for the Chalcolithic settlement of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), with the aim of value, through scientific knowledge, an archaeological site with a great prominence in the historiographic development of the Portuguese archaeology. The purpose of this paper is present the content, context and the main goals of this project, corresponding to the technical-scientific component submitted to the evaluation of the Directorate-General for Cultural Heritage.

Keywords: Vila Nova de São Pedro, Association of Portuguese Archaeologists, Carmo Archeological Museum, 3rd millennium.

PREÂMBULO

O artigo que aqui se apresenta corresponde ao projecto enviado e aprovado em 2016 pela tutela – Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), para o povoado Calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), tendo sido submetido ao plano de Projectos de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA). Esta apresentação corresponderá à primeira publicação integrada neste novo projecto, sendo a opção pela *Arqueologia e História* uma escolha óbvia não só pela ligação do projecto à Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) mas, acima de tudo, pelo percurso histórico paralelo que Vila Nova de São Pedro e esta instituição detêm desde da década de 30 do séc. XX.

1. REGRESSAR A VILA NOVA DE SÃO PEDRO – OS MATERIAIS, O SÍTIO E AS PESSOAS

“*Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio*” é um projecto com diversas valências e campos de acção cujo principal objectivo é realizar a valorização científica, patrimonial e social do povoado fortificado. Este projecto desenvolver-se-á em estreita ligação com a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), pois no Museu Arqueológico do Carmo (MAC) estão depositados a maioria dos materiais arqueológicos existindo, de igual modo, uma sala de exposições dedicada a Vila Nova de São Pedro. Os materiais arqueológicos, o sítio e as pessoas, são os três pilares sobre os quais o trabalho se desenvolverá.

A organização dos estudos prévios, o inventário geral dos materiais recolhidos nas diversas campanhas e uma nova análise das interpretações de campo efectuadas anteriormente, permitirá a produção de novas abordagens, novos discursos e novas metodologias de análise. Estas acções possibilitarão uma valorização dos dados existentes no MAC, dotando a sala destinada a Vila Nova de São Pedro de novos conteúdos científicos e expositivos.

Os trabalhos de campo terão como principal objectivo a valorização e conservação do espaço do povoado, desenvolvendo-se em duas vertentes:

a Pública e a Científica. Em estreita colaboração e parceria com as entidades locais serão efectuados os trabalhos de limpeza do sítio, sinalização e conservação de estruturas, levando também a uma consciencialização da comunidade para a importância da protecção do sítio arqueológico.

A ligação à comunidade será ainda realizada através da recuperação das memórias locais, com recolha de depoimentos orais dos trabalhadores das campanhas realizadas no século XX, habitantes de Vila Nova de São Pedro. Esta recolha oral será também interligada com o registo fotográfico existente, levando à criação de um “museu vivo”, com som e imagem, dos intervenientes nas escavações.

A raiz deste projecto é a AAP, instituição centenária, no seio da qual foram realizadas as grandes campanhas em Vila Nova de São Pedro dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay (Jalhay e Paço, 1942, 1971; Paço, 1942, 1954, 1960; Paço e Sangmeister, 1956). O depósito da grande maioria dos materiais no MAC faz com que esta instituição seja a fiel depositária, não apenas do espólio, mas de toda a carga simbólica e científica inerente a este sítio arqueológico.

Vila Nova de São Pedro continua a ser, apesar de toda a revolução empírica existente, um dos sítios de referência a nível peninsular para o estudo do Calcolítico, nomeadamente na problemática dos povoados fortificados.

Com este projecto pretendemos reanalisar a informação disponível à luz da nova realidade científica, e reintegrar Vila Nova de São Pedro para o mapa actual da discussão sobre as transformações económicas, sociais e culturais do momento de passagem das primeiras comunidades agro-pastoris para uma fase de consolidação deste sistema social.

2. OBJECTIVOS E LINHAS DE ACÇÃO

O objectivo deste projecto é a valorização do povoado de Vila Nova de São Pedro através de diversos campos de acção, que apesar de poderem funcionar autonomamente, possibilitarão a criação de um discurso global e articulado sobre a história deste

importante sítio arqueológico nacional. A AAP é a instituição ligada directamente a Vila Nova de São Pedro, tendo assim o dever de preservar e valorizar as memórias materiais, físicas e imateriais relacionadas com o sítio e com os trabalhos aí realizados. Pretende-se, em simultâneo, rever e valorizar a informação existente no MAC sobre Vila Nova de São

Pedro e, por outro lado, regressar ao sítio para diversas acções específicas que passarão por intervenções pontuais e recuperação de memórias dos intervenientes. Este sítio arqueológico encontra-se classificado como Monumento Nacional pela Decreto nº 516/71, DG, 1ª série, nº 274 de 22 de Novembro de 1971 (Figuras 1 e 2).

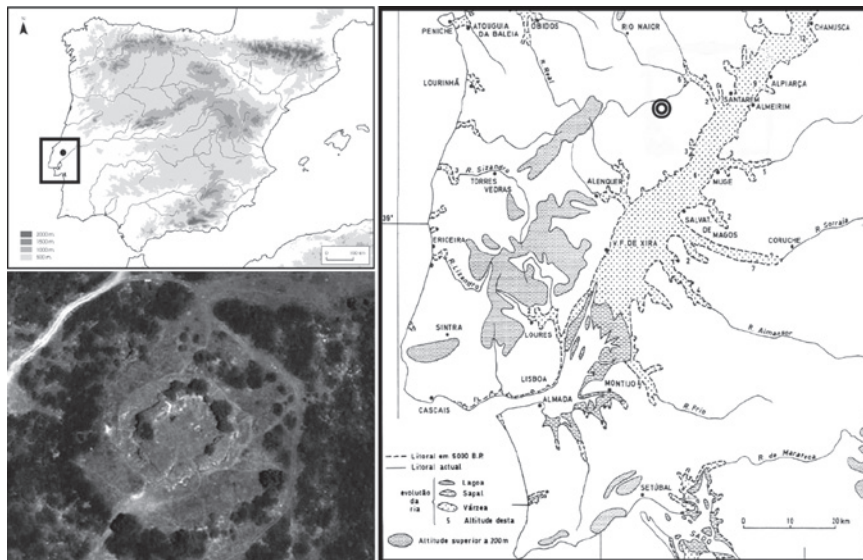


Figura 1 – Localização de Vila Nova de São Pedro na Península Ibérica e no paleoestuário existente, no Baixo Vale do Tejo (c. 5000 BP). (base cartográfica: Daveau, [1980] – adaptado). Imagem aérea retirada de Google Earth.



Figura 2 – Vila Nova de São Pedro na actualidade.

Será efectuada a revisão da informação publicada sobre o sítio (Amaro, 2004/2005; Arnaud e Fernandes, 2005; Arnaud e Gonçalves, 1990 e 1995; Ferreira, 2001; Gonçalves, 1993; Müller e Soares, 2008; Pereira *et al*, 2013; Rebelo, 2012; Ribeiro, 2013; Savory, 1970; entre outros), assim como o inventário geral do espólio arqueológico existente no MAC e em outros museus que têm colecções artefactuais provenientes de Vila Nova de São Pedro (Museu Municipal de Vila Franca de Xira e Museu Municipal de Alenquer), criando uma plataforma de trabalho onde toda a documentação existente sobre o sítio esteja reunida.

O processo metodológico possibilitará a aplicação de novas metodologias de análise da cultura material, a sua relação com estudos recentes e a produção de novos conteúdos científicos acessíveis ao grande público, como por exemplo uma página sobre Vila Nova de São Pedro na Wikipédia. Um dos

objectivos deste projecto é contribuir para a construção da Sociedade do Conhecimento através da partilha de memórias sociais antigas, produzidas a partir de materiais arqueológicos provenientes do povoado calcolítico e reanalisados à luz de inquéritos renovados e de metodologias de ponta, disponíveis nos inícios do 3º milénio.

De igual modo, pretende-se efectuar uma renovação da sala dedicada a Vila Nova de São Pedro existente no MAC (Figura 3), através da partilha da informação actualizada pelas redes digitais e Códigos QR, em português e inglês, relativa aos trabalhos de campo, aos materiais arqueológicos, às estruturas arquitectónicas, à cronologia e às paisagens antigas que estarão acessíveis em ambientes abertos, acessíveis *online*, oferecendo a todos os interessados, especialistas ou não, visitantes físicos ou virtuais, informação em texto e imagem, de grande qualidade científica.



Figura 3 – Sala de Vila Nova de São Pedro no Museu Arqueológico do Carmo.

Uma das vertentes dos trabalhos de campo é a componente de recuperação do património imaterial, e de ligação com a comunidade local, através da recolha de depoimentos dos habitantes de Vila Nova de São Pedro que participaram nas antigas

escavações (anos 60), e que ainda vivem naquela localidade, muitos dos quais de idade bastante avançada, pelo que essa tarefa se reveste de alguma urgência. Estes depoimentos serão, com expressa autorização dos intervenientes, disponibilizados no

YouTube (ou equivalente), integrando pequenos documentários que abordem outros aspectos da sociedade e da arqueologia portuguesa, da época. A ligação destas personagens ao espólio fotográfico dos trabalhos de campo em Vila Nova de São Pedro, que também as registou, e às memórias, vividas ou esquecidas das escavações arqueológicas, constitui também um elemento da história do povoado calcolítico que urge preservar.

O uso dos recursos digitais, que abrem ao exterior o Conhecimento, é aqui entendido como um mecanismo privilegiado de fazer chegar a múltiplos públicos do Presente, informação acerca dos comportamentos sociais, tecnológicos, simbólicos e económicos de uma outra sociedade do 3º milénio. Estes recursos, porque permitem uma comunicação nos dois sentidos, estarão abertos ao público para receber questões, pedidos de informação suplementar ou outras sugestões.

A valorização, conservação, recuperação e divulgação do sítio arqueológico e sua envolvente correspondem a outros objectivos dos trabalhos de campo, efectuados em estreita ligação com as entidades administrativas locais. Pretende-se efectuar trabalhos de limpeza, conservação e consolidação do sítio arqueológico, dotando-o de um percurso de visita, com sinalética não intrusiva, mas clara para o visitante. Estes trabalhos serão realizados com a comunidade local através de acções de consciencialização patrimonial, que possibilitarão o reforço dos laços existentes entre a população e o sítio arqueológico, que sempre valorizaram.

Os trabalhos de campo terão também uma componente científica, pretendendo, através de novas metodologias, adquirir novos dados e análises sobre o sítio arqueológico. Apenas serão efectuadas sondagens de diagnóstico em pontos seleccionados, pretendendo confirmar a informação reanalisada em gabinete, possibilitando também a recolha de materiais que permitam o desenvolvimento de um programa de datações absolutas.

Os métodos não intrusivos serão os privilegiados neste projecto:

– Será efectuada uma prospecção intensiva e sistemática de toda a área em redor do povoado, inclusive nas vertentes e no vale, com o objectivo de detecção de eventuais vestígios arqueológicos não conhecidos actualmente;

– Análise de pares de fotogramas de voos de meados do século XX, designadamente de voos SPLAT (1948) e USAF (1958) com o objectivo não só de registar e assinalar pontos de maior interesse, como também de escolher o mais adequado para tratamento informático (com auxílio das primeiras edições da Carta Militar à escala 1: 25 000) a fim de se produzirem modelos DTM do povoado e área circundante tal como se conservavam à época;

– Voo específico com UAV a fim de se obter plantas e modelos digitais do terreno e da superfície do povoado e área adjacente tal como se conservam actualmente. Este voo específico implica uma limpeza prévia e cuidadosa do sítio arqueológico. Deste modo pretende-se refinar o conhecimento da extensão e organização do povoado e das várias linhas de muralha;

– Aplicação de modelos SIG a fim de se estabelecerem áreas de captação de recursos bem como faixas de visibilidade e intervisibilidade com pontos de destacados da paisagem envolvente ou outros sítios arqueológicos para compreender o local escolhido para assentamento do povoado. Os resultados adquiridos através dos métodos referidos nos parágrafos anteriores serão aferidos através de posterior trabalho de campo;

– Realização de prospecção geofísica, em determinados sectores escolhidos depois da análise da fotografia aérea e da limpeza do sítio arqueológico, a fim de registar anomalias no subsolo, estruturas ou “negativos” resultantes da alteração artificiais no substrato rochoso;

O desenrolar da investigação levará à inclusão de novas tarefas e abordagens em sítios específicos do povoado, podendo ser realizados trabalhos complementares.

Toda a informação recolhida, bem como a reanalisada, será divulgada, em reuniões científicas em Portugal e no estrangeiro, e publicada em revistas da especialidade. A Revista Arqueologia e História, da AAP, garantirá a publicação dos principais resultados ocorridos, bem como dos estudos monográficos ou mais desenvolvidos sobre determinadas problemáticas.

Este projecto mostra-se, assim, como um projecto inclusivo, polivalente e adaptado ao novo milénio, fazendo a ligação com a população, com o MAC, com a AAP e comunidade científica, possibilitando uma nova abordagem ao sítio paradigmático da arqueologia Portuguesa que é Vila Nova de São Pedro. O seu carácter inovador prende-se com as distintas acções a realizar (valorização, inventário, musealização, conservação, recolhas orais, conteúdos digitais, datações, ligação à comunidade, prospecção, intervenções arqueológicas pontuais), que no seu conjunto possibilitarão a execução de um projecto global sobre este sítio arqueológico em todas as suas vertentes.

3. CONHECER VILA NOVA DE SÃO PEDRO: OS NOVOS DESAFIOS

O projecto que agora se apresenta, e de acordo com os objectivos atrás mencionados, possui, no âmbito da revisão do estado actual dos conhecimentos, duas valências – hoje tidas como indissociáveis – a investigação científica e a divulgação, a públicos diversificados, de discursos e conteúdos produzidos no âmbito de um inquérito problematizante e metodologicamente actualizado. A sistematização/produção de informação que se encontre na base das diferentes acções de transferência de conhecimento exige uma reanálise da informação prévia e a obtenção de novos dados que permitam responder, ou debater, tópicos hoje considerados nucleares na agenda do 3º milénio.

Em torno das questões específicas que se colocam ao povoado muralhado calcolítico, a revisão – já iniciada – da informação existente na bibliografia prévia permite colocar questões em torno dos seguintes pontos:

a) Arquitecturas – muralhas e fossos – tradicionalmente consideradas arquitecturas mutuamente exclusivas, sendo pontuais os casos mistos, prevê-se a partir de trabalhos de geofísica e da construção de modelos digitais de terreno identificar o número efectivo e a geometria das muralhas e pedra, obtendo informação adicional acerca do fosso existente em Vila Nova de São Pedro – questão já apresentada no âmbito da preparação deste projecto, no XVII Congresso da UISPP (Burgos, 2014) e, recentemente, no colóquio *“Enclosing Worlds – Comparative approaches to enclosure phenomena”* (Outubro 2016). A problemática das arquitecturas combinadas foi também recentemente invocada para outros povoados calcolíticos, como acontece com o Fortim 1 e a Muralha 2 de Los Millares (Cámara Serrano e Molina, 2013, p. 107), numa demonstração da complexidade arquitectónica destes contextos que poderão combinar fossos e muralhas, em dinâmicas construtivas, de cronologia ainda não definida.

No âmbito desta questão, o mítico “depósito de fundação” de Vila Nova de São Pedro, à luz dos dados hoje provenientes de sítios de fossos recentemente escavados no Sul de Portugal (Valera, 2013), pode corresponder a efectivas deposições intencionais, cuja natureza simbólica parece clara, realizadas no interior de um fosso que atinge os 2,60m de profundidade e cuja delimitação deve ser precisada;

b) Estados de guerra – (Estados em guerra ou guerra sem Estados?), integrando, num debate ainda em curso (Camara Serrano e Molina Gonzalez, 2013), acerca dos contornos do conflito ao longo do 3º milénio – quadro de confronto real *versus* enfrentamentos simbólicos – os da

dos das arquitecturas e dos pacotes artefactuais de Vila Nova de São Pedro – analisando, segundo esta óptica, a dinâmica das estruturas de pedra, construídas e reconstruídas, e dos artefactos que poderão estar conectados com actividades de caça e/ou de guerra;

c) Circulação de matérias-primas/artefactos/arquetipos mentais – alíneas em discussão e para as quais diferentes análises arqueométricas, a realizar sobre materiais depositados no MAC, poderão fornecer dados sobre territórios de exploração de matérias-primas e redes de troca de média/longa distância;

d) Comportamentos simbólicos/funerários e (ausência de ?) restos humanos – em Vila Nova de São Pedro não estão, até ao momento, documentados restos humanos. E se a ausência de uma necrópole formal, no interior/área envolvente do povoado, é expectável, ao invés a total ausência, no povoado muralhado, de restos humanos é, de acordo com os dados hoje existentes para contextos similares, difícil de justificar. A recente identificação, entre os conjuntos faunísticos do Zambujal, de restos humanos (Kunst *et al.*, 2014, p. 84), justifica, por isso, uma revisão detalhada do material ósseo ainda conservado no MAC;

e) Organização social dos territórios – ressaltos e clivagens numa paisagem complexa – o lugar, no território do 3º milénio, de Vila Nova de São Pedro – sítio central nos discursos produzidos até aos anos 90, do passado século, e hoje periférico? Atendendo aos registos arqueográficos produzidos, nos últimos 15 anos, a partir dos grandes povoados de fossos do Centro/Sul da Península Ibérica. Discutir as relações estabelecidas entre estes contextos – que poderão ser detectadas nas análises da cultura material e dos comportamentos simbólicos, procurando reconstituir a posição ocupada por Vila Nova de São Pedro na rede de povoamento do 3º milénio. Em

simultâneo, a procura de sinais de diferenciação social intra-sítio, a partir do registo arqueográfico, é considerado um elemento central no debate em curso acerca da complexidade social e das hierarquias – em ascensão? – nestas sociedades em mudança;

f) Cronologia – tendo sido recentemente apresentadas as primeiras datações absolutas para o povoado, considera-se que um sítio com a longevidade e complexidade de Vila Nova de São Pedro – perceptível a partir da observação das estruturas construídas e dos elementos da cultura material – exige um programa extenso de datações absolutas obtidas sobre amostras de proveniência estratigráfica precisa que permita identificar momentos de origem e abandono do sítio, fases de ocupação e de construção. De expansão/retracção, tópicos para os quais não dispomos hoje de informação cronológica.

Estes tópicos, de revisão do estado actual do conhecimento, são considerados prioritários para a produção de narrativas que, para além de integrar os circuitos da divulgação científica, possam ser disponibilizadas em diferentes formatos que hoje a divulgação assume – actualizando o catálogo “Construindo a Memória” – sob a forma de nova informação a transmitir durante as visitas guiadas, na produção de códigos QR e de aplicações, a descarregar pelos visitantes do MAC que, no ano de 2016, ultrapassaram os duzentos mil.

4. ORGANIZAÇÃO DO PROJECTO

O projecto desenvolver-se-á em várias vertentes, que poderão ser realizadas num mesmo período, cujos resultados levarão a fases seguintes.

Numa primeira fase serão realizados os seguintes trabalhos:

– Criação de base de dados, que permita a realização de um inventário, com classificação tecnotipológica. Serão inventariados numa base única

os espólios existentes no MAC, Museu Municipal de Vila Franca de Xira e Museu Municipal de Alenquer. Os materiais serão alvo de registo fotográfico e gráfico, criando uma ficha padronizada que ficará disponível na base de dados geral;

– No decorrer do inventário poderão ser seleccionados materiais arqueológicos para análises específicas, como tipos de matérias-primas, proveniências de matérias e estudos dos restos faunísticos ou carpológicos. Poderão, nesta fase, ser também efectuadas datações directas, caso os materiais assim o permitam, bem como continuar os trabalhos de arqueometria já desenvolvidos sobre diversos artefactos metálicos de Vila Nova de São Pedro;

– Reunião de toda a informação publicada sobre as diversas intervenções e estudos específicos realizados sobre o sítio ou materiais aí recolhidos. Criação de plataforma *online* onde os documentos passarão a estar acessíveis, com diversos graus de acesso, a investigadores e público em geral;

– Análise integrada de toda a informação recolhida (registos de campo, publicações, estudos, projectos anteriores) levando a um conhecimento exaustivo de toda a informação existente sobre o sítio e a sua história. A análise das sequências estratigráficas e das estruturas merecerão especial destaque nesta abordagem à informação já disponível;

– A recolha dos depoimentos orais aos trabalhadores que participaram nas escavações dos anos 60 corresponderá à única acção de campo a desenvolver nesta primeira fase. Esta tarefa mostrar-se de extrema urgência principalmente face à idade de alguns dos intervenientes. Esta recolha será efectuada através de vídeo produzindo pequenos filmes que numa fase final do projecto ficarão disponíveis *online* em plataforma digital, mas também num documentário a realizar sobre

o sítio e as intervenções aí realizadas. Este filme ficará disponível também para a comunidade local e para um possível centro interpretativo de Vila Nova de São Pedro;

Após o inventário e reunião de toda a informação disponível sobre o sítio serão realizados os seguintes trabalhos:

– Limpeza e desmatação da área central do povoado e dos troços de linhas de muralhas perceptíveis. Estes trabalhos serão o menos intrusivo possível, tendo como objectivo apenas a remoção dos elementos vegetais de maiores dimensões, bem como recolha de lixo existente na área;

– Prospecção intensiva e sistemática de toda a área do povoado de Vila Nova de São Pedro, das várias linhas de muralha, bem como das vertentes e zonas de vale, que rodeiam o sítio arqueológico. Todas as evidências arqueológicas serão georreferenciadas e implantadas na cartografia geral;

– Levantamento cartográfico georreferenciado de toda a área do povoado e vertentes, possibilitando uma documentação pormenorizada da realidade existente;

– Trabalhos de prospecção geofísica em áreas específicas do povoado, tendo em conta a informação obtida após a análise da documentação já publicada e dos trabalhos de prospecção. O principal objecto destes trabalhos não intrusivos será a identificação de estruturas negativas;

– Análise das estruturas existentes tendo em vista a realização de propostas de trabalhos de conservação e/ou restauro para futuro percurso de visita;

– Caso sejam efectuadas sondagens de diagnóstico para confirmação de propostas interpretativas ou recolha de amostras para datação estas

seguirão o princípio da estratigrafia de Harris, ou seja, por unidades estratigráficas, o que pressupõe a escavação de depósitos, estruturas ou interfaces arqueológicas, seguindo uma lógica inversa ao seu processo de formação.

A fase seguinte será destinada à execução de tarefas estabelecidas após a análise dos resultados das acções anteriormente descritas:

- Caso seja necessário, serão efectuados trabalhos de conservação e restauro em estruturas que mostrem um deficiente estado de conservação. Esta avaliação será realizada por equipa especializada em conservação e restauro, que fará também os trabalhos necessários;

- Criação de percurso de visita, com diversos pontos de paragem onde estará sinalética e conteúdos produzidos para o local, tendo em vista a simples e correcta percepção pelo visitante. Esta musealização será efectuada em colaboração com técnico especializado;

- A análise da documentação existente, da prospecção e dos trabalhos de geofísica e de modelação do terreno levarão ao conhecimento de uma nova realidade que terá necessariamente de ser confirmada em campo. Assim, serão efectuadas sondagens pontuais, de diagnóstico, em áreas específicas, tendo em vista confirmar as evidências observadas pelos métodos anteriormente descritos. Estas sondagens poderão também corresponder apenas a acertos e consolidação de cortes, na sequência dos trabalhos de conservação e restauro das estruturas. Permitirão uma caracterização da sequência estratigráfica do povoado, informação que não está claramente sistematizada face à diversidade de investigadores e metodologias empregues nas diversas intervenções;

- O tratamento dos materiais recolhidos será iniciado ainda nesta fase de campo, através da la-

vagem e etiquetagem, realizadas com a equipa presente na escavação;

Após os trabalhos de campo decorrerá a última fase deste projecto:

- Numa primeira etapa será realizado o estudo e sistematização de todos os elementos recolhidos durante os trabalhos de campo, ou seja, inventário de materiais, tratamento dos registos fotográficos, gráficos e cartográficos, e elaboração de relatórios;

- Produção de novos conteúdos, face a toda a informação recolhida, para a sala de Vila Nova de São Pedro existente no MAC. Estes conteúdos serão disponibilizados em diversas plataformas digitais conforme referido anteriormente;

- Apresentação dos trabalhos realizados em encontros científicos (nacional e internacional) e também para a população local em diversas acções de sensibilização patrimonial;

- Elaboração de estudo monográfico que contemplará toda a recolha da documentação anterior, bem como os novos estudos e as novas interpretações.

A divulgação das várias componentes do projecto será efectuada durante as várias fases consoante os resultados obtidos. Serão apresentadas comunicações em congressos científicos nacionais e internacionais dos trabalhos e interpretações realizadas, bem como divulgação a nível local;

A gestão do projecto será efectuada pela equipa de responsáveis científicos, em estreita colaboração com investigadores da AAP e do MAC, nomeadamente José Domingos, Francisco Sande Lemos, Célia Pereira e Rui Gomes Coelho. Este projecto surge também como um projecto da própria Associação e Museu estando por isso enquadrado na planificação anual das actividades destas instituições.

5. DIVULGAÇÃO E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

Os resultados obtidos em cada uma das fases do projecto serão divulgados em diferentes âmbitos, tendo em conta as diversas vertentes programadas.

A estreita ligação com a comunidade local será alcançada com diversas acções de sensibilização patrimonial e divulgação dos resultados e trabalhos efectuados. Assim, serão efectuadas comunicações sobre os trabalhos desenvolvidos, bem como *workshops* de iniciação à arqueologia e ao tratamento de materiais arqueológicos. Deste modo pretende-se uma consciencialização sobre a importância do sítio arqueológico junto dos mais jovens, tendo em vista a protecção e valorização do povoado e sua envolvente. A integração da própria comunidade nos trabalhos de campo permitirá esta aproximação física e também simbólica ao seu património material. Os trabalhos e resultados serão também divulgados em meios de comunicação e revistas regionais.

Em cada ano de vigência do projecto pretendemos realizar diversas publicações científicas, publicadas em revistas nacionais e internacionais. Nas revistas nacionais salientamos a *Arqueologia e História* (revista da AAP), onde será publicado um artigo anualmente. Esta divulgação será articulada com todos os investigadores que participarem no projecto. Toda a informação produzida será condensada numa monografia, cuja publicação está assegurada pela AAP.

Conforme legislação em vigor serão produzidos anualmente relatórios a entregar à tutela, bem como no término do projecto, o relatório final.

O MAC surge como uma plataforma privilegiada de apresentação aos diferentes públicos dos modelos sociais existentes no 3º milénio a.C.. Serão assim produzidos novos conteúdos, disponibilizados através de sistemas digitais, fazendo a ligação com as memórias recolhidas e com as novas interpretações. Os discursos serão adaptados aos diferentes tipos de público e em distintas línguas, estando também disponíveis na página oficial da internet do MAC. A preservação das memórias dos trabalhado-

res de Vila Nova de São Pedro estará disponível de forma interactiva na exposição do MAC, tornando esta sala um local vivo, onde as personagens que fizeram também parte da produção daquela realidade estarão presentes.

No âmbito deste projecto está prevista em colaboração com a Junta de Freguesia de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa a ordenação de medidas de protecção e salvaguarda patrimonial do sítio. Após avaliação no terreno serão propostas acções de valorização, conservação e minimização de impactos sobre o sítio arqueológico, medidas estas que serão apresentadas à tutela. Será assim elaborado um plano de acção a longo prazo, ficando algumas das valências exclusivas dos poderes locais.

Os espólios arqueológicos já existentes encontram-se depositados no MAC, no Museu Municipal de Vila Franca de Xira e no Museu de Alenquer. Os materiais arqueológicos que forem recolhidos durante os trabalhos de campo ficarão no depósito do MAC, em local destinado exclusivamente ao espólio de Vila Nova de São Pedro. Serão incorporados na colecção já existente e devidamente inventariados no inventário geral do sítio.

Lisboa, Outubro de 2016

BIBLIOGRAFIA

AMARO, G. (2004/2005) Interpretação das facas ovóides (foicinhas) através do estudo dos exemplares de Vila Nova de São Pedro. *Arqueologia e História*, 56/57: 63-80.

ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V. eds. (2005) – *Construindo a Memória – As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses

ARNAUD, J. M. e GONCALVES, J. L. (1990) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 1ª parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 1. Lisboa, p.25-48.

ARNAUD, J. M. e GONCALVES, J. L. (1995) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S., Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 2ª parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 2. Lisboa, p.11-40.

- CÁMARA SERRANO, J. A.; MOLINA GONZÁLEZ, F. (2013) – Indicadores de conflicto bélico en la Prehistoria Reciente del cuadrante sudeste de la Península Ibérica: el caso del Calcolítico. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. k 23, p. 99-132.
- FERREIRA, S. D. (2001) – *Os Copos no Povoado Calcolítico de Vila Nova de São Pedro*. (trabalho apresentado no âmbito do Estágio Prático e Relatório Final do Curso de História, variante de Arqueologia). Lisboa: UNL (texto policopiado).
- GONCALVES, V. S. (1993) – O castelo de Vila Nova de S. Pedro. In GONCALVES, V. (ed.) *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. 1, p.230-232.
- JALHAY, E.; PACO, A. (1942) – A povoação eneolítica de Vila Nova de S. Pedro. Notas sobre a 3a, 4a e 5a campanhas de escavações – 1939, 1940 e 1941. *Broteria*, Lisboa, 34: 6, p. 635-663.
- JALHAY, E.; PAÇO, A. (1971) – El castro de Vilanova de San Pedro (1945). *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p.183-265.
- KUNST, M.; CARDOSO, J. L.; WATERMAN, A. (2014) – Human bones from Chalcolithic Walled Enclosures of Portuguese Estremadura the examples of Zambujal and Leceia. In A.C. Valera (ed.) – *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*. Bar International Series 2676, p. 83-98.
- MÜLLER, R.; SOARES, A. M. (2008) – Traces of Early Copper Production at the Chalcolithic Fortification of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. 48, p.94-114.
- PAÇO, A. (1942) – Uma vasilha de barro de grandes dimensões do “castro” de Vila Nova de S. Pedro. *Congresso do Mundo Português: Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. 1, p.132-143.
- PAÇO, A. (1954) – Castro de Vila de S. Pedro: VI – Campanhas arqueológicas de 1943 a 1959 (n.º 7 a n.º 14). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 3, p. 31-80.
- PACO, A. (1960) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. *Zephyrus*. Salamanca, 11: 1-2, p. 105-117.
- PAÇO, A.; SANGMEISTER, E. (1956) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: VIII – Campanha de escavações 1955 (19ª). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 7, p. 93-114.
- PEREIRA, F.; SILVA, R. J.; SOARES, A. M. M. & ARAÚJO, M. F. (2013) – The role of arsenic in Chalcolithic copper artefacts e insights from Vila Nova de São Pedro (Portugal). *Journal of Archaeological Science*, 40, p. 2045-2056.
- REBELO, P. (2012) – *A indústria em pedra lascada no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro – Azambuja*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Teoria e Métodos da Arqueologia pela Universidade do Algarve (policopiado).
- RIBEIRO, Maria (2013) – *O Povoado Calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa (policopiado).
- SAVORY, H. N. (1970) – A section through the innermost rampart of the chalcolithic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarem (1959). *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. 1. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.133-148.
- VALERA, A. C. (2013) – Recintos de fossos da Pré-História recente em Portugal - investigação, discursos, salvaguarda e divulgação, *Al-Madan*, 2ª série, 18, p. 93-110.

"QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DOS ARTEFACTOS RECOLHIDOS NO RECINTO DE FOSSOS DA PONTE DA AZAMBUJA 2 (PORTEL, ÉVORA)"? – PARTE I: ANÁLISE DOS MATERIAIS CERÂMICOS¹

Filipa Rodrigues

Crivarque, Lda. / frodrigues@crivarque.net

Resumo

Este artigo pretende apresentar a análise da cultura material, mais concretamente a análise dos materiais cerâmicos, do recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora), adotando uma perspectiva que visa não só o enquadramento tipológico dos artefactos mas também a tecnologia da sua execução.

Palavras-chave: Recinto de fossos, Neolítico Final, Materiais cerâmicos, Sudoeste Peninsular.

Abstract

This paper aims to describe the ceramic analysis of ditched enclosures of Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora), from a perspective that encompasses both the typological scope of artefacts and their manufacture technology.

Keywords: Ditched enclosures, Final Neolithic, Ceramic analysis, SW Iberia.

¹ O texto que se apresenta resulta da execução da tese de Doutoramento da signatária, correspondendo a um pequeno subcapítulo da mesma, revisto e resumido (Rodrigues, 2015).

1. INTRODUÇÃO

O artigo que agora se apresenta, pretende ser o início de um ciclo de publicações referentes à cultura material do recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora), embora já existam artigos publicados anteriormente, dedicados não só a este sítio (Rodrigues, 2008) mas também à sua componente artefactual, designadamente aos ídolos de cornos e figuras antropomórficas (Rodrigues, 2013), assim como à colecção de fauna mamalógica (Nabais & Rodrigues, 2016) recolhida neste sítio.

O presente texto é referente aos materiais cerâmicos, estando aqui integrados não só os recipientes, mas também outros artefactos elaborados em argila cozida (e.g. colheres ou “queijeiras”).

Os materiais arqueológicos agora em análise foram recolhidos no interior dos dois troços de fossos identificados no sítio – Fosso 1 e Fosso 2 – aquando da abertura das valas para a implementação do *Aproveitamento Hidroagrícola do Monte Novo – Bloco 1, Conduta 1.1.*, cujas características e estratigrafia foram já anteriormente apresentadas (v. Rodrigues, 2008, 2013 e 2015).

2. METODOLOGIA

A identificação macroscópica de diferentes tipos de argilas foi a primeira etapa do trabalho. A diferenciação por subgrupos de pastas foi fundamental para o posterior reconhecimento dos elementos não plásticos, de modo a identificar áreas de captação deste recurso, a partir dos substratos geológicos.

A fase seguinte consistiu num exaustivo exercício de remontagem de fragmentos, tendo em consideração todo o universo dos materiais cerâmicos. Esta tarefa permitiu não só a separação de bojos lisos², bojos decorados ou com elementos de preensão, carenas, fundos e bordos, mas também a

² Depois de se individualizar os bojos lisos, que não apresentavam colagem com outro fragmento diferenciador de forma (bordo, elemento de preensão, fragmento decorado, carena ou fundo), procedeu-se somente à sua contabilização e pesagem.

diferenciação entre (1) recipientes cerâmicos e (2) outros materiais cerâmicos, nos quais foram integrados os fragmentos de colher, de “queijeiras” e objetos indeterminados.

A remontagem e possíveis associações de fragmentos com características semelhantes, possibilitou não só a contagem segura do número mínimo de exemplares presentes (Carvalho, 2008), mas também avaliar os padrões de fragmentação e eventuais processos deposicionais, culturais ou não-culturais (Schiffer, 1987), e pós-deposicionais (Angelucci, 2003), através da distribuição horizontal e vertical dos elementos recolhidos (distribuição essa que não é apresentada neste artigo).

Assim sendo, iniciou-se o processo de caracterização formal, que adotou a tabela tipológica e respetiva caracterização morfológica estabelecida para o Complexo Arqueológico dos Perdigões (Lago *et alii*, 1998). Ainda que se tenha ponderado as reservas efetuadas pelos autores do estudo, considera-se que aquele catálogo é suficientemente abrangente e caracterizador das produções cerâmicas do Neolítico Final do SW Peninsular, com especial destaque para o Alentejo Central.

3. A AMOSTRA

O conjunto dos materiais cerâmicos da Ponte da Azambuja 2 corresponde ao grupo artefactual melhor representado no sítio arqueológico. Após a colagem de vários fragmentos de cerâmica e correlação entre diferentes componentes de um mesmo recipiente, contabilizaram-se 15 436 fragmentos, entre os quais se contam bordos, bojos e fundos.

Estes fragmentos são provenientes quer do preenchimento das estruturas escavadas quer de recolhas efetuadas à superfície. De acordo com estas três procedências, a distribuição espacial dos fragmentos de cerâmica da Ponte da Azambuja 2 é a seguinte: Superfície = 356 fragmentos; Locus 1 / Fosso 1 = 9339 fragmentos; Locus 2 / Fosso 2 = 5741 fragmentos.

De acordo com a metodologia anteriormente apresentada, os bojos lisos foram somente contabi-

lizados e pesados, totalizando 113, 059 kg, correspondentes a 13 667 fragmentos. Isto significa que os restantes 1769 fragmentos pertencem a bordos, fundos, ou bojos com algum elemento diferenciador, tais como as carenas, os elementos de preensão ou diferentes sistemas decorativos.

A distribuição destes elementos – bojos lisos, fundos, bordos, bojos decorados e/ou com elementos de preensão e carenas – pelas duas áreas escavadas, revelam uma compatibilidade percentual entre ambas. Assim, quer num quer noutro caso, a maior percentagem pertence aos bojos lisos sem elementos diferenciadores, seguindo-se os bordos que permitem, ou não, aferir uma tipologia formal, os fundos,

as carenas e, por último, com um número demasiado residual, aparecem os bojos decorados e/ou com elementos de preensão (note-se que nos bordos também se encontram incluídos elementos de preensão junto ao bordo, conforme se verá adiante).

A constatação da uniformidade de tipologias formais em ambas as áreas de escavação permitiu o tratamento da coleção como um todo, efetuando-se a devida separação sempre que se considerou necessário.

Afirma-se assim, que não há qualquer diferenciação entre o preenchimento de ambas as estruturas supondo-se que a sua colmatação terá ocorrido no mesmo patamar cronológico e cultural.

Inventário Geral dos Fragmentos Cerâmicos³						
Descrição	Bordos	Carenas	Bojos dec/ e.p.⁴	Bojos lisos	Fundos	TOTAL
Fosso 1	771	55	45	8310	158	9339
Fosso 2	509	42	28	5055	107	5741

Tabela 1 – Inventário Geral dos Fragmentos Cerâmicos recolhidos na Ponte da Azambuja 2.

4. RESULTADOS

4.1. Argilas e pastas

A análise macroscópica permitiu identificar quatro tipos de pastas distintas. Embora não exista um levantamento exaustivo dos barreiros da região, a análise dos elementos não plásticos (e.n.p.) permitiu diferenciar produções locais, com base quer nos elementos não plásticos que detêm características semelhantes aos substratos geológicos regionais.

Através da análise microscópica posteriormente efectuada, com recurso a lupa binocular (Olympus SZx7), elaborou-se a seguinte descrição petrográfica:

Tipo 1 – estão presentes maioritariamente e.n.p. de quartzo e quartzo-hialino; as micas brancas e negras estão igualmente presentes, no entanto são muito residuais;

Tipo 2 – estão residualmente presentes os quartzos, as micas castanha/preta, gabros; foi identificado apenas num fragmento cerâmico com uma morfologia muito específica, enquadrado dentro do grupo dos pratos de bordo espessado, especificando-se o subtipo almendrado;

Tipo 3 – estão presentes quase em exclusivo as micas pretas, embora se façam notar e.n.p. de quartzo, de expressão menor; este tipo de pasta foi identificado apenas num fragmento cerâmico, com uma forma muito concreta – prato de bordo sem espessamento;

Tipo 4 – os e.n.p. presentes são de dimensão muito reduzida, detendo os fragmentos cerâmicos uma textura siltosa; foi identificado num conjunto escasso de fragmentos que pertencem, aparentemente, ao mesmo recipiente, sem que tenha sido possível aferir a sua forma.

Considerando-se pouco exequível o transporte de argilas em bloco, e sendo este um recurso disponível na área imediata do sítio arqueológico, considera-se

³ Excetuando os 356 fragmentos provenientes da superfície.

⁴ Bojos decorados e/ou com elementos de preensão.

que a comunidade que ocupou o sítio da Ponte da Azambuja 2 explorou localmente este recurso.

Ao contrário das matérias-primas utilizadas para a elaboração de utensílios em pedra lascada ou pedra polida, o produto que se pretende manufacturar através da argila, para além de poder ser antropicamente manipulado, adulterado e melhorado, não exige um tipo de pasta específico para a obtenção de uma forma cerâmica concreta. Essa parece ser, aliás, a situação que se verifica no sítio arqueológico em estudo. A grande maioria dos fragmentos cerâmicos recolhido no local (com uma percentagem acima dos 99%), encontram-se dentro do mesmo tipo de pastas, indiciando a utilização sistemática do(s) mesmo(s) barreiro(s), independentemente das formas que se pretendeu elaborar.

O facto de aparecerem outros três tipos de pastas distintas, em escassos fragmentos cerâmicos (como se pode depreender, na totalidade não perfazem 1% da coleção), remete para dois cenários distintos: a) podem significar a exploração esporádica de barreiros em áreas não longínquas da Ponte da Azambuja 2, facto constatado pelos substratos geológicos de onde a matéria-prima terá sido extraída; b) podem ter chegado ao local através da circulação pontual de recipientes cerâmicos.

4.2. Os Recipientes Cerâmicos

O exercício de remontagens dos fragmentos cerâmicos permitiu reconhecer, por um lado, recipientes praticamente inteiros ou com perfil completo, com obtenção integral da forma (cerca de duas dezenas), e, por outro lado, assegurar, ainda que com muitas reservas, a presença de várias centenas de recipientes nas áreas escavadas.

Na análise das formas cerâmicas presentes no sítio foram considerados apenas os fragmentos que permitiam um enquadramento fidedigno numa determinada morfologia.

Assim, os bordos recolhidos no Fosso 2 permitiram uma classificação mais fiável (94 bordos classificáveis, numa amostra de 509 fragmentos), que no Fosso 1 (115 bordos classificáveis, numa amostra de 771 fragmentos). Tal deve-se à sua melhor preserva-

ção, na medida em que o grau de fraturação dos fragmentos nesta estrutura era menor do que no Fosso 1, o que permitiu, igualmente, uma taxa de sucesso superior aquando das remontagens dos recipientes.

4.2.1. Formas

O conjunto de formas cerâmicas identificadas no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 é pouco diversificado e apresenta as tipologias típicas do Neolítico Final regional.

As formas presentes neste sítio são as seguintes: (i) contentores de armazenagem, (ii) esféricos, (iii) globulares, (iv) mini vasos, (v) potes, (vi) pratos, (vii) taças, (viii) taças carenadas, (ix) tigelas, (x) vaso lúcerna, (xi) vaso suporte, (xii) vasos de paredes retas.

Os contentores de armazenagem não se encontram na tabela tipológica que foi adotada no presente trabalho, no entanto devido (1) à presença de recipientes cujas dimensões se destacam entre iguais pelo tamanho e (2) à importância que a sua presença pode assumir na interpretação do sítio em estudo, optou-se por tratá-los isoladamente e não integrá-los numa forma preestabelecida, como é o caso dos “globulares” ou “esféricos”, que é, de facto, a morfologia geral destas peças. Assim, nas características que definem este grupo tipológico, seguiu-se o mesmo critério que havia sido estabelecido para a categoria dos míni-vasos: “vasos cuja diferenciação se baseia essencialmente no tamanho e não na forma” (Lago *et alii*, 1998:85), determinando-se a cifra dos 30 cm de diâmetro interno como limite mínimo para a integração de recipientes nesta categoria morfológica.

Em anexo expõe-se um catálogo geral das formas identificadas na Ponte da Azambuja 2, onde se encontram descritos os seguintes itens: (1) morfologia geral de cada forma, (2) suas principais características, (3) número total de exemplares reconhecidos nas duas áreas escavadas e (4) percentagem no cômputo geral da amostra estudada.

Esféricos

A variabilidade é nula, já que nos 22 exemplares identificados na Ponte da Azambuja 2 prevalece o

subtipo “simples”, não se tendo verificado nenhum bordo que indicasse o achatamento da peça ou um recipiente que demonstrasse uma base aplanada.

Globulares

São maioritariamente simples (n=16), havendo apenas um bordo com espessamento e boca achatada.

Pratos

Encontram-se subdivididos pelos seguintes subtipos:

- a) com espessamento (n=3), nos quais se enquadram os típicos pratos de bordo almendrado (n=2);
- b) sem espessamento (n=5); neste último caso, os diâmetros registados são menores comparativamente aos pratos de bordo almendrado que, normalmente, podem chegar aos 40 cm.

É neste grupo formal que se atestam as diferenças nas pastas utilizadas, mais concretamente os tipos definidos nos números 2 e 3, o que a torna na forma cerâmica com maior variabilidade das argilas utilizadas no seu fabrico: o tipo 2 foi registado num prato de bordo almendrado e o tipo 3 foi identificado num prato de bordo sem espessamento.

Típico dos contextos ditos “domésticos”, a este tipo de recipiente tem sido conectado “[...] uma economia dependente da agricultura e uma alimentação com uma forte componente vegetal, implicando o consumo de cereais cozinhados” (Gonçalves, 1989: 165). Ainda que esta afirmação detenha já cerca de três décadas, não foi, até ao momento, contraditada.

O significado cronológico da presença desta forma cerâmica no conjunto estudado será adiante debatido.

Taças

Nos oito exemplares desta forma aberta presentes na Ponte da Azambuja 2, identificaram-se dois subtipos distintos. Estão presentes as “taças de bordo direito ou arredondado, de configuração em calote esférica ou com um pequeno tronco cilíndrico sobreposto à calote” (n= 3) e as “taças abertas ou ligeiramente fechadas de base convexo-aplanada” (n=5).

Taças carenadas

Esta forma cerâmica encontra-se representada por diferentes elementos conservados, correspondendo 53% a carenas, 42% a bordos e 5% a fundos.

Na forma que, no SW Peninsular, é sinónimo de Neolítico Final registam-se três subtipos distintos que valorizam a componente superior da peça. Assim, estão presentes as (1) taças carenadas de corpo romboidal (17%), (2) de corpo hiperboloide (1%) e de (3) corpo troncocónico (9%), verificando-se fundos em calote de esfera e aplanados. Salienta-se no entanto que num número considerável de peças não foi possível diferenciar um subtipo, quer pelas dimensões diminutas dos bordos quer pelo facto do elemento conservado ser simplesmente a carena (73%).

Dentro destes subtipos, nomeadamente naquele que apresenta corpo troncocónico, de carena baixa e fundo aplanado, encontram-se alguns exemplares que apresentam dimensões mais reduzidas, que alguns autores consideram típicas do grupo megalítico do eixo Crato/Nisa (Parreira, 1996; Andrade, 2009). A presença deste subtipo específico na Ponte da Azambuja 2 tem dois significados: a) constitui o conjunto identificado mais a Sul da área originalmente definida; b) corresponde à amostra mais numerosa recolhida num horizonte não megalítico.

A estes recipientes, independentemente do seu subtipo, tem-lhe sido atribuído um uso doméstico, de consumo de cereais e vegetais, à semelhança do que foi já anteriormente referido para os pratos (Gonçalves, 1989). Neste âmbito, a leitura tradicionalmente aceite é a de que as taças carenadas precedem cronologicamente os pratos (Gonçalves, 2003).

O peso de cada uma destas formas cerâmicas – taças carenadas e pratos – no conjunto da artefactual recolhido na Ponte da Azambuja 2 será à frente debatido.

Tigelas

As tigelas são a forma cerâmica com maior variabilidade morfológica. Foram identificados quatro subtipos distintos, de acordo com a tipologia adotada, sendo eles: (1) “tigelas abertas pouco profundas (IP <70), de bordo plano ou arredondado” (59%), (2)

“tigelas fundas (IP 70)” (29%), e, (3) “tigelas fechadas, apresentando, por vezes, o bordo espessado externamente” (5%), havendo 7% da amostra estudada cujas características (normalmente dimensão do elemento conservado) não permitem enquadrar num subtipo.

“Vaso-lucerna”

Normalmente associado a espólios oriundos de ambientes funerários, cronologicamente integrados na primeira metade do 3.º milénio a.n.e. (Neves *et alii*, 2013), os “vasos-lucerna” estão presentes na Ponte da Azambuja 2 através de um exemplar.

A sua identificação ocorreu apenas na fase de remontagem dos recipientes, uma vez que estava completamente fraturado em inúmeros fragmentos, espalhados pelos diferentes níveis artificiais identificados na única camada de enchimento do Fosso 2. Este é um dos exemplos que demonstra a importância deste tipo de exercício aquando do tratamento laboratorial de espólios pré-históricos provenientes de estruturas negativas: não havia qualquer indicador da presença desta forma cerâmica, pois os seus fragmentos eram de dimensões bastante reduzidas, e, afinal, ela faz parte deste conjunto artefactual. Eventualmente, se as remontagens não tivessem sido aplicadas, os inúmeros fragmentos que compõem este recipiente estariam separados, uns integrados na categoria “bojos lisos”, outros na categoria “bordos lisos não identificados”. Desta forma, questiona-se: a ausência desta tipologia em sítios ditos de *habitat* deve-se à sua utilização exclusiva nos ambientes funerários ou é uma ausência artificial gerada pelos processos de formação de registo arqueológico e subsequente tratamento do espólio? Efetivamente, é mais fácil identificar um “vaso-lucerna” num ambiente funerário, normalmente menos exposto a fenómenos pós-deposicionais, o que permite a conservação de uma boa parte da sua forma original, do que em contextos onde a integração do espólio no registo arqueológico pode ter uma história que não implique somente o agente humano.

Se para alguns investigadores esta presença,

extremamente fraturada, pode indiciar eventuais deposições estruturadas de um recipiente que tradicionalmente detém um cunho simbólico, no âmbito deste trabalho considera-se que o grau de fraturação da peça, assim como a sua distribuição horizontal e vertical no contexto arqueológico, são representativos da ação de agentes naturais no processo de formação do registo arqueológico.

Vaso suporte

Na Ponte da Azambuja 2 foi recolhido apenas um exemplar desta forma cerâmica. À semelhança do que aconteceu com o “vaso-lucerna”, também este tipo de objeto cerâmico não constava na listagem de formas realizada aquando dos trabalhos de campo. O seu reconhecimento no aparelho cerâmico do sítio em estudo ocorreu apenas aquando da realização de remontagens.

No exemplar da Ponte da Azambuja 2 salienta-se a depuração da pasta utilizada no seu fabrico, que, apesar de se integrar genericamente no “tipo 1”, não encontra muitos paralelos nos congéneres recipientes cerâmicos, a que se destina suportar. Questiona-se igualmente, o tratamento da superfície externa, cuidado, embora sem decoração, e a fragilidade da própria peça. Se por um lado os largos diâmetros de abertura – distintos em cada extremidade – podem oferecer estabilidade a um recipiente de médias dimensões de fundo convexo, por outro lado, a espessura reduzida das suas paredes não permite assegurar a segurança de recipientes de iguais dimensões, com conteúdo no seu interior (e.g. um esférico com sementes).

A aplicabilidade desta forma cerâmica como “vaso suporte” foi já questionada por alguns autores. Questões relacionadas quer com a dimensão destes objetos, quer com a estabilidade que podem oferecer aos recipientes que suportam, levaram à sua eventual conexão com instrumentos de percussão, nomeadamente pequenos tambores (Gonçalves, 1989).

Não obstante a sua função, importa referir que a peça da Ponte da Azambuja 2 é bastante semelhante ao “vaso suporte” do Monte da Tumba (com

excepção para as aberturas centrais) (Silva & Soares, 1987: 61).

Vaso de paredes retas

Nesta categoria de recipientes estão presentes os subtipos “simples (n=3) e “com lábio exvertido” (n=3).

Representatividade das formas

Do ponto de vista da representatividade de cada tipo de forma cerâmica, as taças carenadas são, sem dúvida alguma, a forma com maior número de efetivos (n=193), correspondendo a 59% da globalidade da amostra. Seguem-se as taças, com uns escassos 13% (n=41), estando as restantes formas cerâmicas abaixo dos 10%. Regista-se, no entanto, o facto dos contentores de armazenagem, os esféricos e o globulares deterem percentagens muito próximas – entre os 5% e os 7% – o que indicia uma preocupação, no seio da comunidade que ocupou aquele espaço, na obtenção de cerâmicas utilitárias de armazenagem e, eventualmente, confeção de alimentos.

No que respeita às ausências e presenças de determinadas formas cerâmicas, em cada uma das estruturas escavadas, regista-se o facto de surgir, no Fosso 1, o único exemplar de vaso suporte existente na amostra, e, no Fosso 2, o vaso lucerna, igualmente único no conjunto. Do ponto de vista percentual, esta situação é perfeitamente residual na coleção, não tendo qualquer expressividade, na medida em que ambos os elementos correspondem a uma percentagem inferior a uma unidade.

Os recipientes classificados como “potes” e “pratos” são igualmente exclusivos do preenchimento do Fosso 1, sendo exclusivos do Fosso 2 os mini-vasos, não havendo qualquer significado a extrair desta situação, a não ser o de um eventual desvio arqueográfico.

4.2.2. Elementos de prensão

No conjunto analisado estão presentes dois elementos de prensão distintos: os mamilos pega e as asas.

O segundo modo de prensão foi identificado isoladamente, em pequenas asas de rolo (n= 4) desgarradas de qualquer fragmento cerâmico, pelo que se encara com reservas esta funcionalidade. Efetivamente, ainda que o objeto em questão se assemelhe, em todos os sentidos, às pequenas asas de rolo identificadas num escasso número de recipientes deste período cronológico, não há qualquer indicador que permita conectá-lo inequivocamente com um recipiente cerâmico, não sendo assim possível determinar em que forma poderá ter sido utilizado. Os raros elementos enquadrados nesta tipologia foram recolhidos no interior do Fosso 1.

O mesmo já não acontece com os mamilos pega, que abundam no registo cerâmico da Ponte da Azambuja 2. Exceptuando os fragmentos que apresentavam mamilos tipo “botões ou pastilha” ou “mamilos duplos” que têm, indubitavelmente, uma função decorativa, foram identificados 111 fragmentos cerâmicos com elementos de prensão, distribuídos da seguinte forma, de acordo com a sua posição no elemento conservado: (i) mamilos isolados (n=11/ 10%); (ii) bojos inclassificáveis com mamilos (n=36/ 32%); e, (iii) mamilos junto ao bordo do recipiente (n=64/ 58%).

Dentro da subcategoria bojos/bordos com mamilos foi possível classificar a morfologia do recipiente em 31 fragmentos (bordos e carenas), não tendo sido possível classificar 33 fragmentos de bordo que apresentavam o elemento de prensão junto à abertura.

Assim, as formas nas quais foram aplicados mamilos, enquanto eventuais elementos de prensão, foram as seguintes: (i) pratos de bordo sem espessamento (n=1); (ii) taças abertas de base convexo aplanada (n=2); (iii) taças de bordo direito ou arredondado (n=1); (iv) taças carenadas (n=3); (v) tigelas abertas pouco profundas (n=1); (vi) tigelas fundas (n=6); (vii) esférico simples (n=2); (viii) globulares simples (n=14); e, (ix) míni-vasos (n=1).

Os elementos de prensão podem assumir morfologias distintas, assim como dimensões igualmente divergentes, embora, à semelhança do que acontece com as formas cerâmica presentes na Pon-

te da Azambuja, parece haver uma padronização de estilos.

Do ponto de vista tecnológico verificaram-se dois tipos de aplicação do elemento no recipiente: a) pressão contra a parede do recipiente, após a moldagem isolada do mamilo; b) encaixe do mamilo na parede do recipiente, através de um apêndice propositadamente feito no elemento de prensão. Estão ausentes do registo da Ponte da Azambuja 2 os subtipos executados através do repuxamento da pasta ainda fresca.

Ambas as técnicas descritas foram observadas quer nos fragmentos de parede que apresentavam o arranque do elemento plástico, quer através dos mamilos identificados isoladamente.

Entre este conjunto destacam-se as seguintes situações, pela sua singularidade no grupo estudado:

- um elemento plástico perfurado, situado na parte interna do recipiente; pelo facto do bordo presente no fragmento ser de pequenas dimensões não foi possível atribuir qualquer tipologia, não se avançando, deste modo, com qualquer proposta funcional deste componente;
- um fragmento de um míni-vaso, formalmente semelhante às tigelas fundas, no qual foi aplicado um míni-mamilo junto ao bordo, mimetizando as formas funcionais.

O significado da presença de um elevado número de recipientes com mamilos junto ao bordo no contexto da Ponte da Azambuja 2 será avaliado no final do presente capítulo, uma vez que o balanço entre recipientes mamilados / taças carenadas e pratos tem sido tradicionalmente aceite como um indicador cronológico para as ocupações.

4.2.3. Sistemas decorativos

À exceção dos elementos de prensão, que correspondem a aplicações plásticas, muitas vezes analisadas enquanto “decoração”, os sistemas decorativos no aparelho cerâmico da Ponte da Azambuja 2 são escassos e pouco diversificados.

Dos 15436 fragmentos cerâmicos recolhidos nas áreas escavadas apenas 11 detêm algum tipo

de decoração (neste caso, excluíram-se os 111 fragmentos com mamilos integrados nos elementos de prensão, descritos no subcapítulo anterior).

Desta forma, os sistemas decorativos identificados podem ser subdivididos segundo a técnica aplicada:

- aplicação plástica (mamilos duplos (3), mamilo tipo “botão” ou “pastilha” (2), cordões plásticos (4) (Total = 9);
- impressão (n = 1);
- incisão (n = 1).

Como foi referido no subcapítulo anterior, os mamilos duplos e os mamilos tipo “botão” ou “pastilha” são marcadamente decorativos, não havendo qualquer possibilidade de terem sido funcionais, do ponto de vista da prensão e manuseamento dos recipientes cerâmicos.

Deste modo, na Ponte da Azambuja 2, verifica-se que a aplicação deste tipo de decoração é efetuada maioritariamente no corpo do recipiente (bojo), havendo apenas um mamilo tipo “pastilha” efetuado junto ao bordo. Não obstante, as reduzidas dimensões do fragmento não permitiram identificar a forma. Na realidade, apenas em dois fragmentos cerâmicos foi possível aferir a forma do recipiente decorado: dois fragmentos com mamilos duplos correspondem a carenas, podendo-se assim afirmar que esta forma, que é simultaneamente a melhor representada no conjunto, apesar de uma elevada estandardização, terá conhecido variáveis decoradas.

O mesmo acontece com o único exemplar com decoração incisa: trata-se de uma pequena taça carenada, cuja decoração foi executada no fundo da peça, no seu lado interno. Neste caso, o motivo decorativo escolhido é bastante significativo no mundo das sociedades agro-pastoris: trata-se de um motivo raiado, com evidentes paralelismos com os motivos solares.

Adotando uma postura meramente descritiva perante o objeto e o seu dispositivo iconográfico, observa-se:

- uma taça carenada de corpo troncocónico e carena baixa, com um diâmetro mais reduzido

- do que habitualmente se encontra nestas peças (cerca de 15 cm de diâmetro de abertura);
- no lado interno da peça, no seu fundo, encontra-se a representação gráfica, constituída por três linhas concêntricas realizada a partir do eixo demarcado pela carena, reduzindo o diâmetro, de modo a centralizar aquele que parece ser o motivo decorativo principal; estas linhas encontram-se afastadas cerca de 1cm entre si e parecem definir uma “cartela”;
 - execução de várias linhas retas, com diferentes orientações, mas com o objetivo comum de formar um motivo raiado normalmente conectado com os motivos solares comuns, por exemplo, nas pinturas e gravuras rupestres cronologicamente enquadradas no mesmo período.

Do ponto de vista cronológico, esta decoração em recipientes cerâmicos é relacionada com o período ulterior, sendo apontados exemplares quer no Alentejo, quer na Estremadura. Um desses casos é o Porto Torrão, onde variantes desta decoração aparecem associadas às formas que sucedem a taça carenada, ou seja, os pratos de bordo espessado (Valera & Filipe, 2004). Neste caso, os pratos surgem em contextos onde estão presentes cerâmicas e decorações campaniformes, não sendo assim um fiável indicador cronológico para o exemplar da Ponte da Azambuja 2. Neste sentido, e uma vez que os motivos solares raiados detém, no âmbito das manifestações gráficas das sociedades agro-pastoris, uma diacronia ampla, considera-se que a presença desta taça carenada, com esta decoração, reforça a atribuição de uma cronologia integrada na etapa final do Neolítico para a ocupação da Ponte da Azambuja 2.

Foram ainda identificados outros fragmentos cerâmicos com decoração impressa pertencentes ao mesmo recipiente, embora com proveniências distintas. Apesar de um desses fragmentos ter o bordo conservado não foi possível identificar a sua morfologia, não estando, deste modo, integrado em qualquer tipo definido no catálogo de formas já apresentado. Trata-se de uma decoração efetuada através

do puncionamento individual, que, no fragmento que detém o bordo parece ter uma organização vertical, que se torna aleatória no corpo do recipiente, não se sabendo se o conjunto perfaz algum tipo de figura. Em nenhum dos fragmentos foi identificada a designada “pasta branca” que muitas vezes preenche esses mesmos puncionamentos.

4.3. Outros materiais cerâmicos

4.3.1. Colheres

Foram recolhidos cinco fragmentos de colheres na Ponte da Azambuja 2, todos eles provenientes do preenchimento do Fosso 1. Reconheceram-se dois componentes distintos destes objetos: as pás (n=2) e pequenos fragmentos de cabos (n=3).

De acordo com os grupos formais estabelecidos para o Complexo Arqueológicos do Perdigões, os exemplares da Ponte da Azambuja 2 integram-se no grupo das “pequenas colheres de pá oval ou elipsoidal, com cabo pontiagudo e pouco desenvolvido; a concavidade da pá é pouco profunda” (Lago *et alii*, 1998:100).

No caso dos fragmentos de colher recolhidos na Ponte da Azambuja 2, devido ao seu estado de conservação (fratura antiga), não é possível definir o tipo de cabo, conforme a descrição citada, tendo sido efectuada a sua integração neste grupo tipológico a partir da forma e das dimensões da concha.

4.3.2. “Queijeiras”

Dentro do espólio cerâmico da Ponte da Azambuja 2 foram identificados 10 fragmentos integráveis no tipo de recipiente amplamente designado na bibliografia arqueológica por “queijeiras”.

Tratam-se de fragmentos cerâmicos perfurados, que apresentam uma superfície externa alisada, que contrasta com uma superfície interna bastante rugosa, em parte devido ao facto das perfurações serem executadas a partir do exterior para o interior do recipiente, quando a pasta ainda estaria fresca.

No que respeita à sua proveniência dentro da área escavada, todos os fragmentos foram recolhidos no preenchimento do Fosso 1, tendo, contudo, diferentes posições estratigráficas: tanto surgem na

camada 101 (n=8), como na camada 102 (n=2). Ainda que planimetricamente haja uma concentração de fragmentos na mesma quadrícula (M/7), os fragmentos não permitiram a colagem entre si. Porém, a hipótese de pertencerem a um único recipiente não está descartada. No entanto, uma vez que estão identificados dois bordos que reportam dois diâmetros distintos, considera-se, para efeitos de contagem, um número mínimo de duas “queijeiras”.

No caso dos fragmentos da Ponte da Azambuja 2 não se reconheceu qualquer diferenciação na morfologia e na dimensão das perfurações, que podem ter até 2 mm de diâmetro e uma morfologia entre a cilindroide e a troncocónica.

Dos fragmentos que apresentavam bordo verificou-se a presença de formas cilíndricas, eventualmente em “mangas abertas”.

4.3.3. “Biberon”

Foi identificado um fragmento de cerâmica, cilíndrico, apresentando uma perfuração do seu interior, que ocorre transversalmente à peça. A sua integração num recipiente cerâmico não é segura, contudo a abertura de “paredes” numa das suas extremidades pressupõe esta situação.

Aparentemente, parece tratar-se de um fragmento aos quais tem sido atribuída a designação de “biberon”, com paralelos crono-culturais quer na Igreja Velha de São Jorge (Soares, 1994) quer em Papa Uvas (Martin de la Cruz, 1994).

4.3.4. Disco

Foi recolhido um pequeno disco em cerâmica, idêntico aos que em contextos históricos se designam por “malha de jogo”.

O facto de se tratar de um elemento completamente isolado no cômputo geral da coleção, e da escassez de elementos semelhantes documentados na bibliografia disponível, não permite assumir propostas funcionais desta peça. Refira-se, no entanto, que no sítio dos Perdigões está referida a sua presença, embora provenientes de contextos de superfície (Lago et alii, 1998).

4.3.5. Indeterminados

Enquadrado neste grupo encontra-se uma única peça, que, na ausência de paralelos, se considerou “indeterminada” não só na sua tipologia, mas também na sua funcionalidade.

Na ausência de indicadores que permitissem enquadrá-la no grupo dos artefactos de uso doméstico ou no grupo dos artefactos relacionados com o subsistema simbólico, optou-se por não avançar com qualquer classificação, ficando restrita ao grupo dos artefactos realizados em argila – os “materiais cerâmicos”. Aguarda-se o conhecimento de um paralelo, que eventualmente surja num contexto indicador do seu hipotético uso.

Embora exista este obstáculo, não se considera que é impeditivo da realização da sua descrição exaustiva.

Esta peça provém do interior do Fosso 2, mais concretamente da quadrícula E/20, camada 201, nível artificial 2.

As suas dimensões são as seguintes: altura – 55 mm; largura nas extremidades – 20,23 mm / 20,05 mm.

Encontra-se com a sua morfologia intacta, embora se verifique desgaste antigo nas suas extremidades, em ambas as laterais.

Do ponto de vista morfológico, trata-se de um objeto com um perfil transversal oval, elaborado, com um rolo de argila, convergente nas extremidades, estando as quatro pontas perfeitamente definidas, apresentando-se, no entanto, fraturadas.

5. DISCUSSÃO E PRIMEIRAS LEITURAS

A análise à cultura material da Ponte da Azambuja 2 não pode ser meramente descritiva, devendo ser revestida de uma série de reflexões sobre o conjunto, em dois patamares de análise distintos, mas complementares:

1. Por um lado, deve-se efetuar uma aproximação à cronologia do sítio, na medida em que, na ausência de datações absolutas, é a cultura material que oferece uma integração cronológica fiável;

2. Por outro lado, deve-se questionar o sentido cultural destes elementos: qual o seu significado no contexto da Ponte da Azambuja 2?

5.1. Significado Cronológico

O grupo das cerâmicas é, no cômputo geral da cultura material recolhida na Ponte da Azambuja 2, o que apresenta um maior grau de fiabilidade, pela sua homogeneidade.

Deste modo, considera-se que, para uma correcta compreensão cronológica da Ponte da Azambuja 2, a dicotomia taça carenada / prato, com especial destaque para os pratos de bordo espessado, é indispensável.

Sobre estas duas formas cerâmicas existem algumas reflexões de carácter diacrónico, que consideram o prato um eficaz e eficiente sucessor das formas carenadas. A este respeito Gonçalves (2003) afirma o seguinte: “A 1ª metade do 3.º milénio consagra, a nível da produção cerâmica, a afirmação estilística de um recipiente hoje muito bem conhecido, o grande prato de bordo espessado, bem como a extinção do recipiente de morfologias e volumetria próximas que aparentemente o antecedeu e com ele coexistiu, a taça carenada” (Gonçalves, 2003: 291).

Aceita-se assim, uma visão dicotómica representativa de dois períodos cronológicos distintos, sendo a taça carenada um fiável indicador do Neolítico Final, detendo mesmo o estatuto de “fóssil diretor”, passando esse papel a ser assumido pelo prato de bordo espessado a partir do 3.º milénio a.n.e. De acordo com alguns autores portugueses, esta substituição terá sido relativamente abrupta, uma vez que quando se regista a presença de ambas as formas, o prato detém um maior número de exemplares, em detrimento da taça carenada, que conhece um decréscimo significativo relativamente aos estratos/contextos onde aparece de forma isolada (Silva & Soares, 1976-1977).

Ora na Ponte da Azambuja 2 a situação que se verifica é exatamente oposta. De acordo com o Catálogo de Formas já apresentado, as taças carenadas são a forma cerâmica melhor representada

no conjunto estudado, perfazendo cerca de 60% (n= 93) da globalidade da coleção, enquanto que os pratos, nos seus diversos subtipos, correspondem apenas a 3% da coleção (n = 8).

Esta situação não só se verifica na Ponte da Azambuja 2, como foi já referida noutros contextos do SW Peninsular, sugerindo um cenário onde a substituição de uma forma pela outra terá sido efetuada de forma progressiva.

De forma a justificar esta afirmação, torna-se necessária a revisão de alguns contextos do SW Peninsular que, de forma absoluta ou de forma relativa, têm sido cronometricamente integrados na etapa final do Neolítico. Os sítios considerados para esta análise artefactual, atendendo aos objetivos cronológicos subjacentes, são os seguintes:

- com datação absoluta: Juromenha 1, São Pedro, Torre do Esporão 3, Perdigões, Sala n.º 1, Porto Torrão, Igreja Velha de São Jorge, São Brás 1, Papa Uvas;
- com datação relativa: Foz do Enxoé, Casa Branca 7⁵.

Entre os sítios com datações absolutas destacam-se diferentes tipos de ocupação:

- a) Os recintos de fossos – Juromenha 1, Perdígões, Igreja Velha de São Jorge e Papa Uvas;
- b) Os sítios “fortificados” – São Pedro e São Brás 1;
- c) Os povoados abertos, que podem estar localizados junto a linhas de água – Sala n.º1 e Torre do Esporão. – Foz do Enxoé e Casa Branca 7.

Na Juromenha 1, apesar dos dados acerca da sua cultura material serem escassos, podem-se retirar, quer nas pequenas referências feitas em artigos generalistas, quer nos relatórios preliminares da escavação arqueológica, algumas indicações sobre o conjunto artefactual exumado. No relatório preliminar da Campanha de 1998 lê-se a seguinte descrição: “Salienta-se, numa avaliação necessariamente preliminar, a presença importante de vasos e taças

⁵ Na media em que se considera que a única datação absoluta obtida não data a ocupação escavada (Rodrigues, 2006).

carenadas, sem nenhum caso de espessamento ao nível das carenas, como é habitual nos conjuntos tradicionalmente atribuídos ao Neolítico Final – Calcolítico do SW; desse contexto, faltam também, em absoluto, as peças de bordo espessado, os pesos de tear, assim como são muitos escassos os instrumentos de pedra polida, as pontas de seta, os percutores e os elementos de mó manual” (Calado & Mataloto, 1998:10). Boaventura e Mataloto (2009), no seu artigo de síntese acerca das datações absolutas dos sítios do SW Peninsular, reforçam esta afirmação, com a seguinte “[...] estão omissas as formas que parecem caracterizar a viragem do milénio, nomeadamente as carenas espessadas e outras formas espessadas”, avançando com uma cronologia absoluta de ocupação e abandono do sítio integrada no último quartel do IV milénio a.n.e. (Mataloto & Boaventura, 2009:36).

Na Igreja Velha de São Jorge obteve-se uma datação absoluta, que o enquadra cronologicamente na segunda metade do 4.º milénio a.n.e. (OxA 55443, 4540 ± 60 BP, 3380-3035 cal BCE). Neste sítio, o investigador responsável pelos trabalhos realça a ausência dos pratos de bordo espessado, dando destaque à presença de recipientes com mamilos junto ao bordo e às taças carenadas, embora refira a relativa escassez desta última forma cerâmica (Soares, 1994 e 1996).

O sítio da Foz do Enxoé, para o qual não existe qualquer datação absoluta, foi cronologicamente integrado na mesma etapa que a Igreja Velha de São Jorge, devido às semelhanças do repertório cerâmico recolhido quer num, quer noutro sítio. Também

nesta estação se registou a taça carenada em valores percentuais pouco expressivos, ao lado da cerâmica mamilada, estando documentada a ausência de pratos (Diniz, 1999).

No sítio Sala n.º 1, correspondente a uma estratégia de povoamento aberto junto a linhas de água, identificaram-se estratigraficamente três níveis de ocupação selados e bem definidos, datados pelo radiocarbono. Nos trabalhos publicados é referida uma convivência entre as duas formas cerâmicas aqui em relevo. Assim, e de acordo com a informação bibliograficamente disponível, obtiveram-se as seguintes datações absolutas para os níveis 4, 5 e 6, do *Locus 1*, do sítio Sala n.º 1 (Gonçalves, 1987 e 2003):

- Nível 4: ICEN 447, 4490 ± 110, 3510 – 2910 cal BCE;
- Nível 5: ICEN 445, 4490 ± 80, 3490 – 2920 cal BCE;
- Nível 6: ICEN 444, 440 ± 100, 3502 – 2910 cal BCE.

Estas datações permitiram a seguinte leitura interpretativa da ocupação do sítio: “Nestes três níveis, cuja proximidade cronológica é evidente, traduzindo muito provavelmente uma sequência não interrompida, pratos de bordo espessado e taças carenadas coexistem, confirmando situações verificadas em Papa Uvas” (Gonçalves, 2003: 291).

A fase IIB de Papa Uvas, acima referida, parece ser consentânea com as ocupações identificadas nos sítios Torre do Esporão 3 (TESP 3) (Gonçalves, 2003) e Casa Branca 7 (CB7) (Rodrigues, 2006), atendendo às características da coleção:

Sítio	% F. Carenadas	% Pratos	% C. Mamiladas	2 σ Cal BCE	Cronologia Relativa
TESP 3	20	16	14	2850-2340	–
CB 7	37	1	8	–	Calcolítico inicial

Tabela 2 – Comparação percentual entre taças carenadas, pratos e cerâmicas mamiladas nos sítios TESP 3 e CB7, de acordo com a informação disponível bibliograficamente.

Nestes dois sítios, enquadrados na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., verifica-se que nesta etapa cronológica há ainda uma preponderância das taças carenadas sobre os pratos, acompanhada dos

recipientes com mamilos / elementos de preensão junto ao bordo, prolongando-se uma tradição que vem já desde o último quartel do 4.º milénio a.n.e., conforme os dados de Juromenha 1 e Igreja Velha

de São Jorge. No entanto, se em Juromenha 1 e na Igreja Velha de São Jorge os autores salientam a ausência dos pratos, no sítio da Sala n.º1 está documentada a trilogia carenas / bordos mamilados / pratos, sem, no entanto, haver dados que quantifiquem a importância de uns e outros.

Esta situação acontece igualmente nos “povoados fortificados” / “recintos murados” de São Pedro e São Brás 1.

Em São Pedro foi reconhecido um nível de ocupação pertencente ao Neolítico Final, correspondente ao primeiro momento de ocupação do sítio, para o qual não foi obtida qualquer datação absoluta, mas que o investigador considera que “[...] deverá ter-se desenrolado entre os finais do IV milénio a.n.e. e o primeiro do seguinte” (Mataloto & Boaventura, 2009: 38), considerando (1) as especificidades do aparelho cerâmico – “[...] caracterizado pelas taças carenadas, de carena simples, formas esféricas e globulares, lisas ou com mamilos junto ao bordo, pela escassez de pratos, sempre sem espessamento, e pela ausência ou escassez de pesos de tear” (Mataloto, 2010:280), e, (2) a datação KIA 33863, obtida para a fase subsequente – Fase II (2880-2620 cal BCE) (Mataloto & Boaventura, 2009). Se a Fase II de São Pedro se encontra dentro dos parâmetros definidos em TESP 3 e CB7, a fase anterior atesta a presença de pratos, ainda que em número residual, em momentos mais recuados, à semelhança do que acontece na Sala n.º1.

Já em São Brás 1 o povoamento pré-campaniforme definido a partir das datações ICEN 43 (3360-2920 cal BCE) e ICEN 44 (3500-2630 cal BCE), que o enquadram nos finais do 4.º inícios do 3.º milénio, demonstra uma situação inversa já que o investigador refere que a trilogia taça carenada / pratos de bordo espessado / cerâmicas mamiladas está presente, observando-se, contudo, uma superioridade numérica dos pratos em relação às outras duas partes desta equação (Parreira, 1983; Soares & Cabral, 1993). Porém, nas datações obtidas para os contextos de São Brás 1, à semelhança do que acontece nas datações absolutas do já referido sítio da Sala n.º 1, a existência de amplos intervalos de tempo

remete para os finais do 4.º milénio a.n.e. um conjunto de características que tradicionalmente são apenas reconhecidas no 3.º milénio a.n.e. Mas se na Sala n.º 1 essas mesmas características – existência de pratos – são aceitáveis e até mesmo corroboradas com contextos escavados recentemente – e.g. São Pedro – o mesmo já não se pode aplicar em São Brás 1, onde o caso paradigmático da presença de metalurgia nos contextos datados “empurra-os” para um período mais avançado, plenamente integrado no Calcolítico.

Nos grandes recintos de fossos do Sul de Portugal, sobre os quais se tem desenvolvido quer trabalhos de investigação – Perdígões –, quer grandes intervenções de emergência – Porto Torrão –, verificam-se, nos contextos datados, situações diversificadas no que concerne à cultura material, nomeadamente no papel que as taças carenadas, os pratos e as cerâmicas mamiladas desempenham quer sincrónica, quer diacronicamente.

Nos Perdígões, os contextos com datações pertencentes ao Neolítico Final são os seguintes: fossos 4, 5, 6, 7, 11, 12 e “pequeno fosso, e, “grande fossa” (Valera, Silva, & Romero, 2014).

No Fosso 12, do qual é proveniente a datação Beta 330092 (3365 – 3097 cal BCE), onde foi recolhido um conjunto significativo de ídolos almerienses, Valera refere que estes encontram-se associados a um aparelho cerâmico onde se regista: (1) o predomínio das formas globulares com mamilos / pega junto ao bordo; (2) a raridade das taças carenadas, que surgem apenas no topo da estrutura, à semelhança de um único fragmento de prato de bordo simples.

O outro contexto também abordado no artigo de apresentação e reflexão sobre o significado cronológico dos objetos ideotécnicos – o “Hipogeu 1” ou “large pit” – datado pela amostra Beta 304757 (3093-2918 cal BCE), demonstra uma situação distinta: aqui predominam as taças carenadas e globulares mamilados, estando ausentes do registo os pratos (Valera, 2012; Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014).

Outros contextos desta área central foram alvo

de descrições detalhadas, nas quais se fazem referências ao conjunto artefactual exumado. São exemplo disso a Vala 1 e os depósitos identificados com os números de unidade estratigráfica [21] e [40], do Sector Q, onde foi registada a seguinte cultura material:

- na Vala 1, dentro do registo das formas identificáveis (n = 23), predominam as taças carenadas (n = 11), estando presentes as cerâmicas mamiladas (n = 3) e ausentes os pratos;
- na [21], no universo das formas reconhecíveis (n = 90), verifica-se igualmente o domínio das formas carenadas (n = 26), seguindo-se as cerâmicas mamiladas (n = 21), havendo 17 registos de pratos, pertencentes quase em exclusivo ao sub-tipo “bordo espessado/almeirado” (n = 16);
- na [40], dos 46 fragmentos com forma atribuída, 2 pertencem a formas carenadas, 14 a cerâmicas mamiladas e cinco são enquadráveis na categoria dos pratos (Valera, 2010).

Nestes últimos contextos – [21] e [40] – associados a depósitos de topo de uma estrutura negativa de tipo “fosso”, a presença dos pratos é relacionada com eventuais intrusões/migrações de materiais oriundos dos contextos calcolíticos presentes na mesma área, sem que esta circunstância seja atribuída a outros elementos da cultura material, sendo assim o contexto conectado com a tradicional etapa final do Neolítico. Não obstante, o autor chega a levantar a hipótese, ainda que considere pouco provável, de que se poderia “[...] considerar que estaríamos em presença de uma progressiva adição da morfologia prato ao complexo cerâmico de tradição neolítica” (Valera, 2010:24).

A par destes contextos, outros há, igualmente enquadráveis no Neolítico Final, onde se regista a presença de pratos de bordo simples, em número residual, comparativamente com as formas carenadas e cerâmicas com aplicações plásticas de tipo mamilo (informação pessoal de António Valera).

Deste modo, nos Perdigões parece haver várias situações no que respeita à presença/ausência destas formas cerâmicas, sem que seja possível por

agora determinar se os mesmos são sincrónicos ou diacrónicos, havendo no entanto a certeza de que, quando os pratos surgem em valores mais elevados que os restantes elementos, está-se perante um contexto nitidamente Calcolítico.

O grande recinto de fossos do Porto Torrão apresenta exatamente a mesma problemática que os Perdigões: identificação de vários contextos pertencentes à etapa final do Neolítico, com diferentes situações no que concerne à tipologia cerâmica de diagnóstico.

Os trabalhos efetuados nos inícios da década de '80 do século XX permitiram, desde logo, assumir a existência de uma ocupação pré-campaniforme, presente no então designado “Estrato 3”, no qual um conjunto significativo de artefactos aparecia associado a estruturas positivas de tipo “muro”, “empedrados” e “pavimentos”. Desse estrato obteve-se uma datação absoluta – ICEN-55: 3120-2830 cal BCE – que enquadra um aparelho cerâmico predominado pela taça carenada e pelo prato de bordo espessado (Arnaud, 1993).

Não obstante estes trabalhos, foi apenas no início do século XXI que se reconheceram as grandes estruturas negativas de tipo “fosso”, assim como as estruturas circulares negativas amplamente designadas por “fossas”. Desses trabalhos resulta, entre outros, o reconhecimento de um grande fosso, cujo preenchimento foi datado do último quartel do 4.º milénio (Sac 2232: 3325-2901 cal BCE). Dos artefactos cerâmicos exumados neste contexto regista-se o domínio das taças carenadas, seguida das formas cerâmicas com mamilo junto ao bordo e a ausência de pratos (Valera & Filipe, 2004).

Da última grande intervenção realizada neste sítio não estão ainda publicados dados suficientes que determinem cronologicamente os contextos. A única exceção a esta situação é a da publicação de um enterramento em fossa – [1250] –, cronologicamente integrável nos finais do 4.º / inícios do 3.º milénio a.n.e., sendo essa atribuição crono-cultural efectuada a partir da análise da cultura material, com base num conjunto cerâmico onde coexistem “[...] taças carenadas e pratos de bordo espessado,

[...] bem como [...] formas fechadas com base na esfera, por vezes com pegas mamilares” (Neto *et alii*, 2013: 381).

Deste modo, diferentes contextos cronologicamente e culturalmente integráveis na fase final do Neolítico parecem demonstrar diferentes realidades no que respeita aos recipientes cerâmicos de diagnóstico.

Assim, os dados anteriormente expostos permitem, por um lado admitir um cenário de introdução progressiva da forma cerâmica que conhecemos como prato ainda no 4.º milénio a.n.e., por outro reconhecer que a realidade artefactual verificada na Ponte da Azambuja 2, nomeadamente a presença de um escasso número de pratos (oito fragmentos num universo de 1280 bordos), não é exclusiva deste sítio, havendo um número significativo de contextos na área regional em análise que demonstram o mesmo tipo de situação.

Posto isto, e na ausência de datações absolutas que efetivem a cronologia da Ponte da Azambuja 2, parece atestada a integração da sua ocupação nos finais do 4.º milénio a.n.e. através de determinados componentes da cultura material, que são verdadeiros elementos de diagnóstico cronológico. Deste modo, este sítio encontra-se plenamente integrado nas diferentes manifestações culturais conhecidas para a unidade regional em estudo.

5.2. Significado Cultural

Devido ao debate sobre a funcionalidade dos recintos de fossos, e perante o conjunto artefactual recolhido na Ponte da Azambuja 2, devem-se efetuar as seguintes questões:

- a) Em que tipologia de sítio se enquadra a cultura material recolhida na Ponte da Azambuja 2?
- b) Encontra-se mais próxima dos lugares comumente designados por “povoados”, ou seja, das áreas residenciais das comunidades pré-históricas?
- c) Ou, pelo contrario, os artefactos recolhidos no sítio reportam para um ambiente amplamente designado por “simbólico”, mais próximo dos lugares de necrópole e/ou de “comportamen-

tos ritualizados” como os que têm vindo a ser defendidos por Valera (2008, 2013) para outros recintos de fossos da mesma área regional, nos quais existem padrões artefactuais ritualizados?

Apesar de no registo da cultura material da Ponte da Azambuja 2 surgirem artefactos conectáveis com o “mundo dos mortos”, nomeadamente o “vaso-lucerna”, os recipientes cerâmicos exumados neste sítio arqueológico assemelham-se maioritariamente aos conjuntos artefactuais recolhidos nos sítios de *habitat* desta etapa cronológica e cultural.

Aliás, a apresentação deste grupo de artefactos a qualquer investigador que se debruce sobre este período cronológico, na área regional em apreço, sem lhe indicar a qual a proveniência e o tipo de sítio a que se encontra associado, leva a que o próprio se incline para uma ocupação de tipo “povoado”.

O exercício anteriormente aplicado, referente ao significado cronológico desta coleção reflete essa mesma situação. À exceção dos sítios com a mesma tipologia – Juromenha 1, Perdigões, Porto Torrão, Igreja Velha de São Jorge, Papa Uvas – os restantes sítios utilizados como termo comparativo pertencem, como então foi visto, a povoados fortificados/murados ou povoados abertos.

Veja-se então, quais os fatores que contribuem para a comparação da Ponte da Azambuja 2 com lugares de *habitat*:

- a) As características das pastas usadas na manufatura destes objectos, que permitem a assumpção um esquema de exploração intensiva dos recursos imediatamente disponíveis;
- b) As formas cerâmicas, que são semelhantes às de um qualquer povoado do Neolítico Final regional, apresentando um elevado grau de standardização, verificando-se muitas vezes, na mesma forma, apenas uma variação do diâmetro, o que demonstra, a par dos sinais de fogo nas suas superfícies e dos elementos de preensão, que se tratam de cerâmicas utilitárias usadas no quotidiano da comunidade;
- c) O número mínimo de recipientes que, ainda que pouco preciso, remete para um conjunto

bastante extenso, o que é, por norma, característico dos lugares residenciais;

d) A presença, embora em número reduzido, de outros utensílios em cerâmica, tais como as colheres e as “queijeiras” que, independentemente da sua função, estão normalmente relacionadas com os designados “povoados”.

É a conjugação destes elementos com outros componentes da cultura material da Ponte da Azambuja 2 que permite efectuar uma analogia deste recinto de fossos com os designados “povoados”, ou “áreas residenciais” das comunidades pré-históricas da etapa final do Neolítico.

Assume-se assim, que a comunidade que construiu, usou e abandonou o recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 conhece o seu território, explora-o e potencia os recursos naturais que lhe são oferecidos, especializando-se na manufatura dos objetos do quotidiano, neste caso os objectos em cerâmica, e armazena bens essenciais, facto inferido pela presença dos designados “contentores de armazenagem”.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. (2009). *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de “megalitização” da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Tese de Mestrado, Exemplar policopiado.

ANGELUCCI, D. (2003). A partir da terra: a contribuição da Geoarqueologia. In J. E. Mateus, & M. Moreno-García (Eds.), *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura* (pp. 35-84). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

ARNAUD, J. M. (1993). O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*, 41-60.

CALADO, M., & Mataloto, R. (1998). *Relatório intercalar referente aos trabalhos do Bloco 2 do Plano de Minimização de Impactes do Regolho do Alqueva. Escavação do Povoado Neolítico de Jurromenha 1 (Alandroal). Campanha 1 (Abril a Julho de 1998)*. Lisboa: Fundação da Universidade de Lisboa.

CARVALHO, A. F. (2008). *A Neolitização do Portugal Meridional. Os exemplos do Macico Calcáreo Estremenho e do Algarve Ocidental* (Vols. Promontoria Monográfica, 12). Faro: Universidade do Algarve.

COPLEY, M. S., BERSTAND, R., Dudd, S. N., COCHERTY, G., MUKHERJEE, A. J., Strarer, V., et al. (2003). Direct chemical evidence for widespread dairying in prehistoric Britain. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 100, pp. 1524-1529.

DE LESTRANGE, M.-T., & GESSAIN, M. (1976). *Collections Bassari. Sénégal, Guiné*. Paris: Catalogues du Musée de l’Homme. Muséum National d’Histoire Naturelle.

DINIZ, M. (1999). Povoado Neolítico da Foz do Enxóe (Serpa): primeiros resultados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2:1, pp. 95-126.

EVANGELISTA, L. S. (2003). *O complexo arqueológico dos Perdígões e a construção da paisagem em Reguengos de Monsaraz*. Porto: Exemplar policopiado.

GONÇALVES, V. S. (1989). *Megalitismo e Metalurgia no Alto Alentejo Oriental*. Lisboa: Uniarch.

GONÇALVES, V. S. (2003). *Sítios, “Horizontes” e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas. (Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

LAGO, M., DUARTE, C., VALERA, A., ALBERGARIA, J., ALMEIDA, F., & CARVALHO, A. (1998). Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 45-152.

MARTÍN DE LA CRUZ, J. C. (1994). *El tránsito del Neolítico al Calcolítico en el litoral del Sur-Oeste Peninsular*. Madrid: Ministerio de Cultura.

MATALOTO, R. (2010). O 3.º/ 4.º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* (pp. 263-295). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.


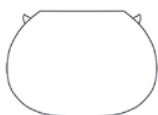








MATALOTO, R., & BOAVENTURA, R. (2009). Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12:2, 31-77.

NABAIS, M. & RODRIGUES, F. (2016). Animal bones from the Late Neolithic site of Ponte da Azambuja 2 (Évora, Portugal), *Int. J. Osteoarchaeol.*, doi: 10.1002/oa.2551.

NETO, N., ROCHA, M., SANTOS, R., & REBELO, P. (2013). Povoado calcolítico do Porto Torrão – uma inumação em fossa. *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 379-385). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

NEVES, C., MARTINS, A., ANDRADE, M., PINTO, A., & MAGALHÃES, B. (2013). Estratégias de povoamentos das comunidades do Neolítico Final e Calcolítico no vale da Ribeira do Alfundão (Ferreira do Alentejo, Portugal). *Arqueologia em Portugal – 150 anos* (pp. 361-372). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

- PARREIRA, R. (1983). O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979-1980. *O Arqueólogo Português*, 149-168.
- PARREIRA, R. (1996). *O conjunto megalítico do Crato*. Tese de mestrado. Exemplar policopiado.
- RODRIGUES, A. F. (2006). *Casa Branca 7: um povoado na transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e na margem esquerda do Guadiana (Serpa)*. Dissertação de Mestrado, exemplar policopiado.
- RODRIGUES, F. (2008). O recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora): primeira notícia. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 2, (pp. 49-53), Lisboa: NIA.
- RODRIGUES, F. (2013). Ídolomania: figuras antropomórficas e “ídolos de cornos” do recinto de fossos do Neolítico Final da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora). *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 435-446). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- RODRIGUES, F. (2015). *O sítio da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) e a emergência dos recintos de fossos no SW Peninsular nos finais do 4.º milénio a.n.e.*, Tese de Doutoramento, exemplar policopiado.
- SCHIFFER, M. B. (1987). *Formation Processes of the Archaeological Record*. Salt Lake City: University of Utah Press.
- SILVA, C. T., & SOARES, J. (1976-1977). Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*, 179-267.
- SILVA, C. T., & SOARES, J. (1987). O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba. I – Escavações Arqueológicas de 1982 – 86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*, 29-79.
- SOARES, A. M. (1996). Datação absoluta da estrutura neolítica junto à Igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Vipasca*, 5, 51-58.
- SOARES, A. M. (1994). Descoberta de um povoado do Neolítico junto à Igreja Velha de São Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). Resultados Preliminares. *Vipasca*, 3, pp. 41-49.
- SOARES, A. M., & CABRAL, J. P. (1993). Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 217-235.
- SOARES, A. M., & MARTÍN DE LA CRUZ, J. C. (1995). Cronologia absoluta para a fase do Neolítico Final de Papa Uvas. *I Congrès del Neolític a la Península Ibérica* (pp. 655-658). Gavà-Bellaterra: Rubricatum.
- VALERA, A. C. (2008). Mapeando o Cosmos. Uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-História recente. *Era, Arqueologia*, 8, pp. 112-127.
- VALERA, A. C. (2010). Construção da temporalidade dos Perdígões: contextos neolíticos na área central. *Apontamentos de Arqueologia Património*, 19-26.
- VALERA, A. C. (2012). Mind the Gap: Neolithic and Chalcolithic Enclosures of South Portugal. In A. Gibson (Ed.), *Enclosing the Neolithic. Recent Studies in Britain and Europe*. (Vol. 2440, pp. 165-183). BAR International Series.
- VALERA, A. C. (2013). Recintos de Fossos da Pré-História Recente em Portugal: investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *al madan*, 18, 93-110.
- VALERA, A. C., & FILIPE, I. (2004). O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). Novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era. Arqueologia*, 7, pp. 23-32.
- VALERA, A. C., BECKER, H., & BOAVENTURA, R. (2013). Moreiros 2 (Arronches, Portalegre): geofísica e cronologia dos recintos interiores. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9, 37-46.
- VALERA, A. C., SILVA, A. M., & MÁRQUEZ ROMERO, J. (2014). The temporality of Perdígões Enclosures: absolute chronology of the structures and social practices. *Spal*, 23, pp. 11-26.

CATÁLOGO DE FORMAS			
FORMA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS *	Nº DE EXEMPLARES	% GLOBAL
Contentores de armazenagem	“Vasos cuja diferenciação se baseia essencialmente no tamanho e não na forma.” As morfologias são variadas, mas apresentam sempre dimensões consideráveis, com diâmetros de boca superiores aos 30 cm.	21	6%
Esféricos 	“Recipientes de corpo esférico.”	22	7%
Globulares 	“Vasos de corpo globular, com ou sem colo. Os recipientes sem colo apresentam, por vezes, pegas de orelha/mamilares.”	17	5%
Míni vasos	“Vasos cuja diferenciação se baseia essencialmente no tamanho e não na forma. As morfologias são variadas, mas apresentam sempre dimensões muito reduzidas, com diâmetros de boca que não ultrapassam os 4 cm.”	3	1%
Potes 	“Recipientes de paredes convergentes para o bordo, predominantemente retas, com base aplanada.”	6	2%
Pratos 	“Formas abertas, muito pouco profundas (IP<20), de base convexa ou convexo-aplanada.”	8	3%
Taças 	“Recipientes abertos ou ligeiramente fechados, de pouca profundidade (20<IP<50), de base convexa ou convexo-aplanada.”	8	2%
Taças carenadas 	“Recipientes pouco profundos (10 < IP > 40), compostos por uma base em calote esférica ou aplanada e por um corpo troncocónico, romboidal ou hiperbolóide.”	193	59%
Tigelas 	“Recipientes abertos ou fechados, de configurações à base da esfera e da elipse. Distinguem-se das taças por apresentarem índices de profundidade mais elevados.”	41	13%
Vaso lucerna 	Recipiente fechado de pequenas dimensões – diâmetro inferior aos 10 cm – tendencialmente esférico, com achatamento do bordo. “A denominação implica já um critério de funcionalidade, que lhe é tradicionalmente atribuído.”	1	<1%
Vaso suporte 	“Objetos cerâmicos tubulares, cilíndricos ou subcilíndricos (com estrangulamento a meio). A denominação implica já um critério de funcionalidade, que lhe é tradicionalmente atribuído.”	1	<1%
Vaso de paredes retas 	“Corpo do recipiente cilíndrico ou subcilíndrico.”	6	2%

* Descrição conforme Lago *et alii*, 1998: 81 - 85.

Figura 1 – Catálogo das formas identificadas na Ponte da Azambuja 2.

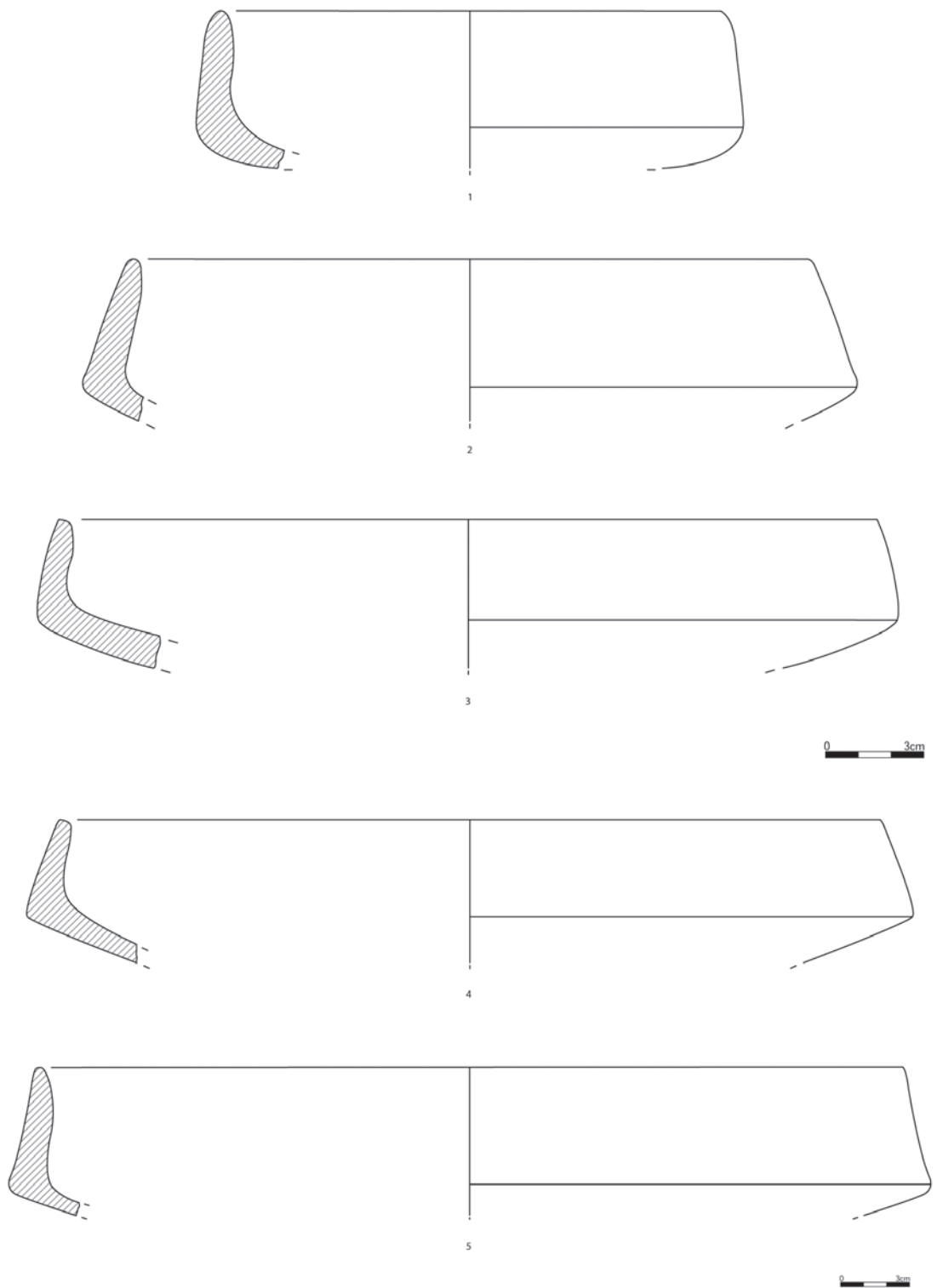


Figura 2 – Taças Carenadas (desenhos: César Neves).

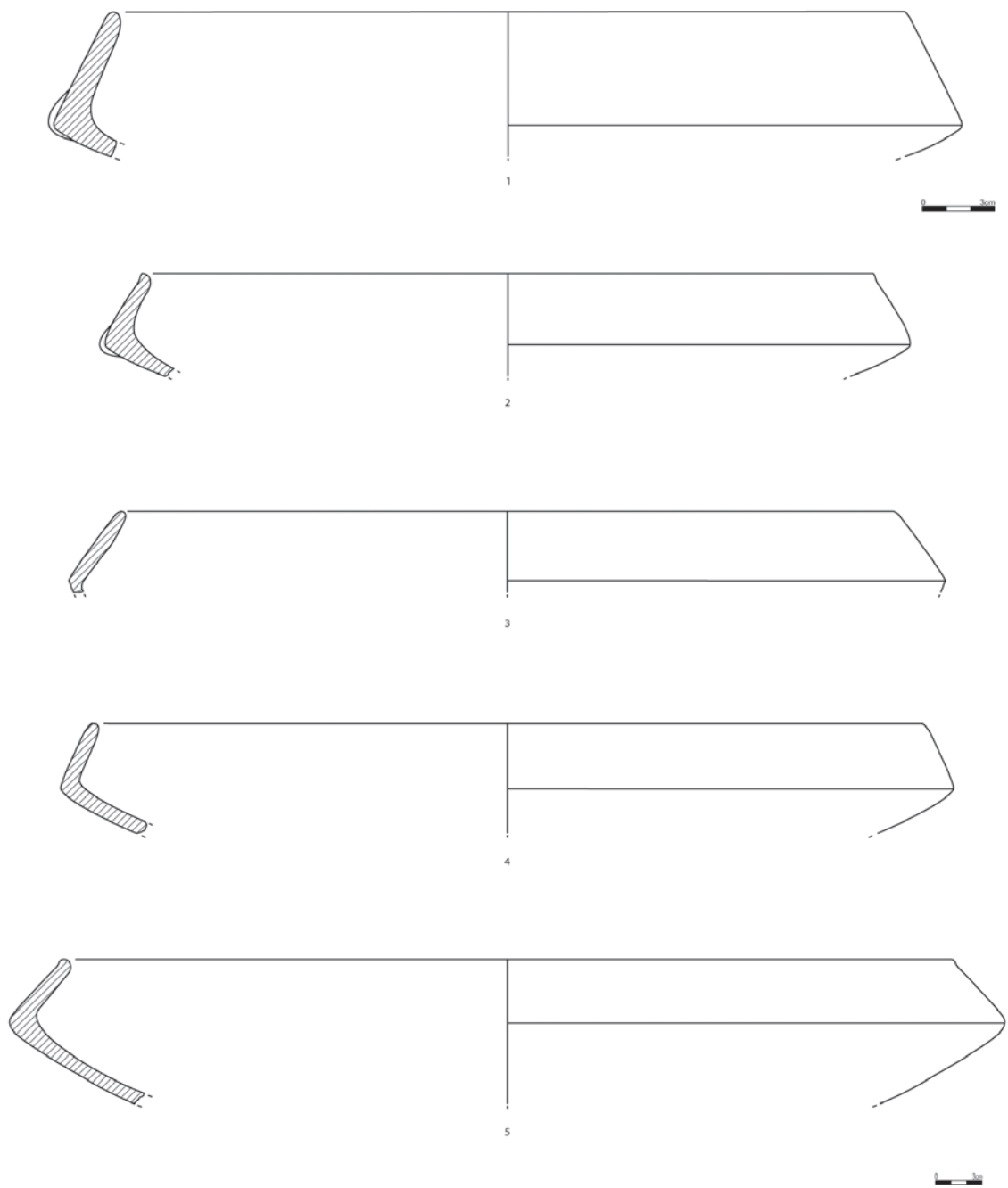


Figura 3 – Taças Carenadas (desenhos: César Neves).

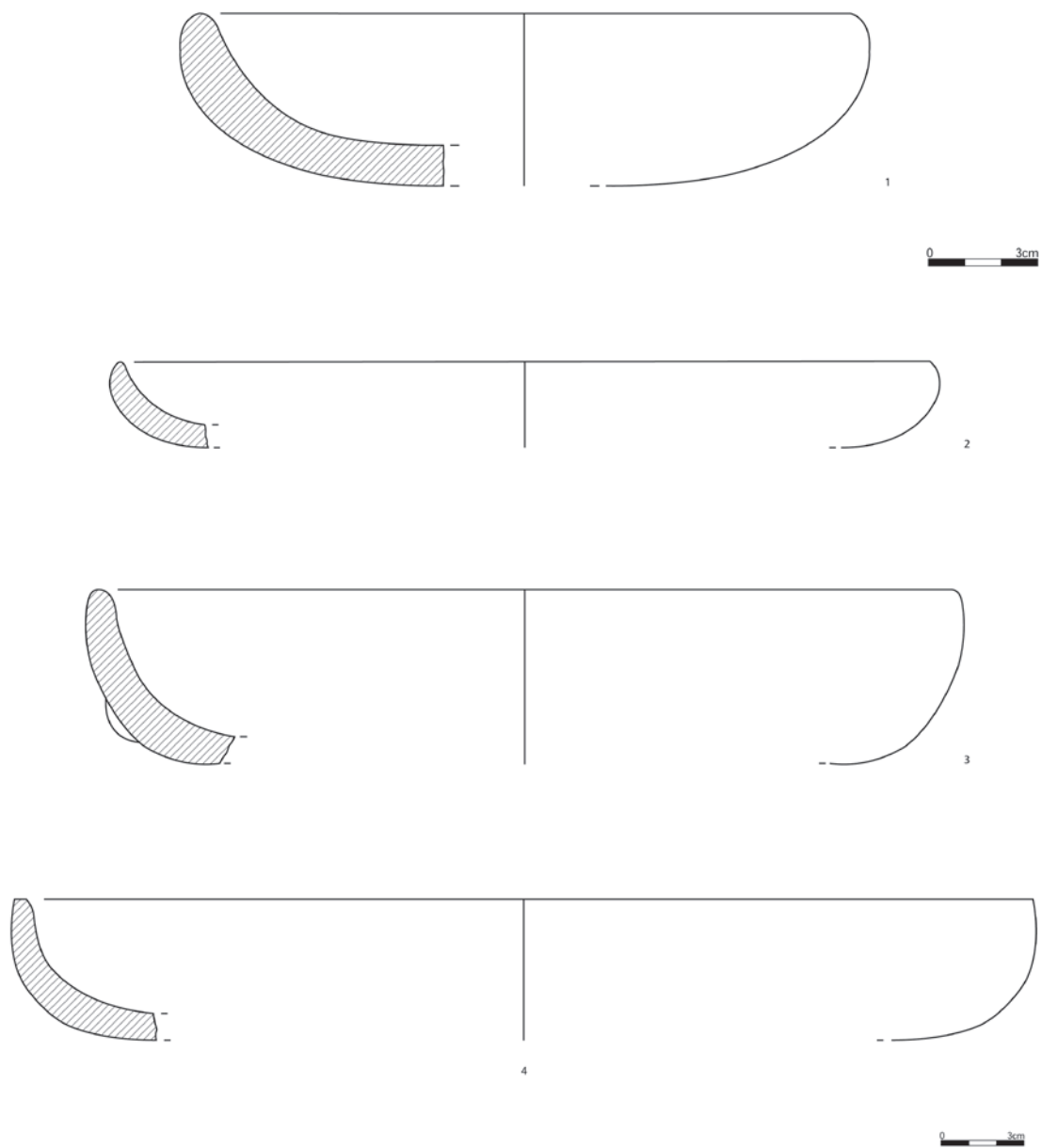


Figura 4 – Pratos (desenhos: César Neves).

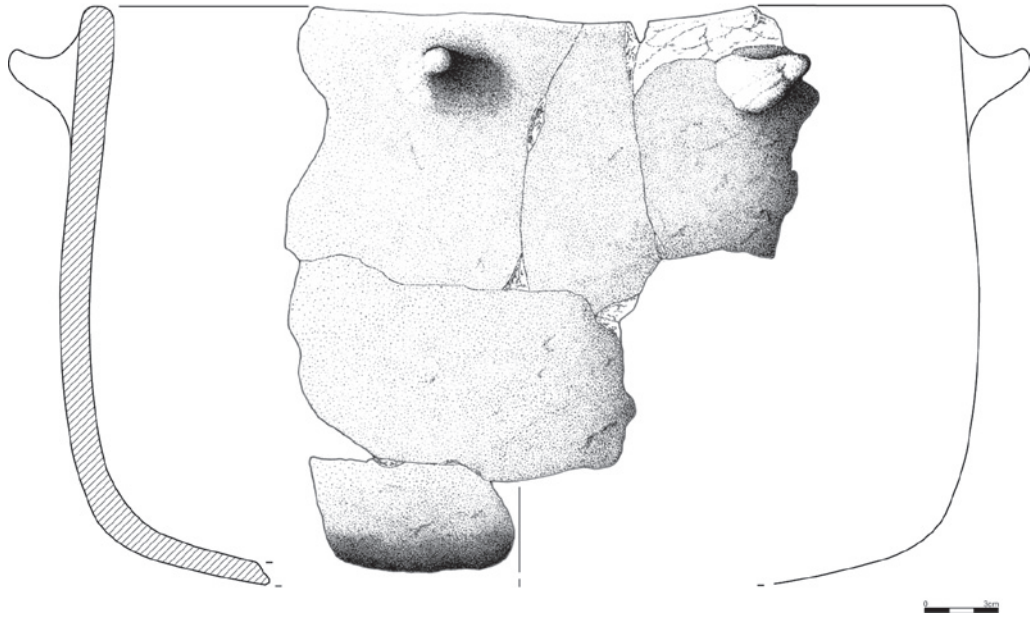


Figura 5 – Contentor de Armazenagem (desenhos: César Neves).

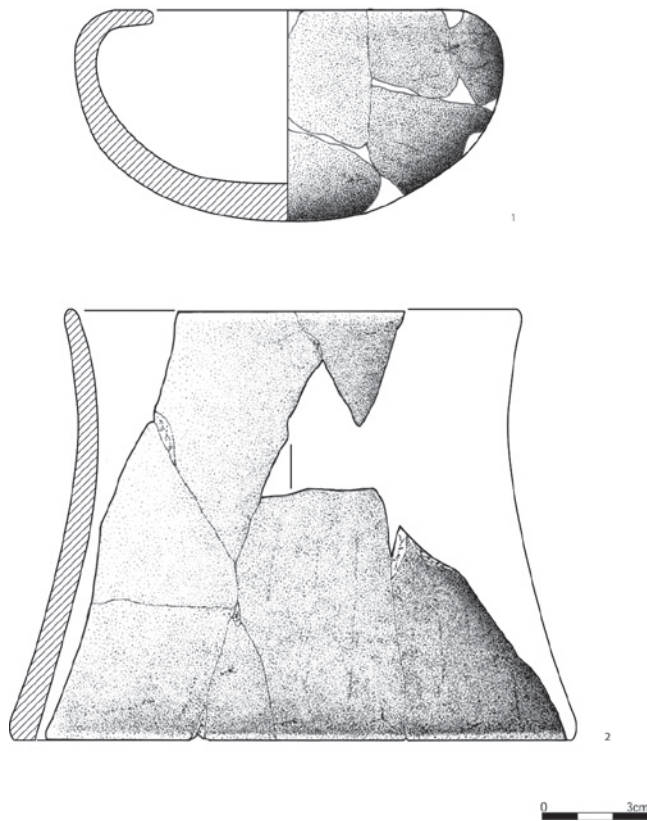


Figura 6 – 1) "Vaso-lucerna"; 2) Vaso suporte (desenhos: César Neves).

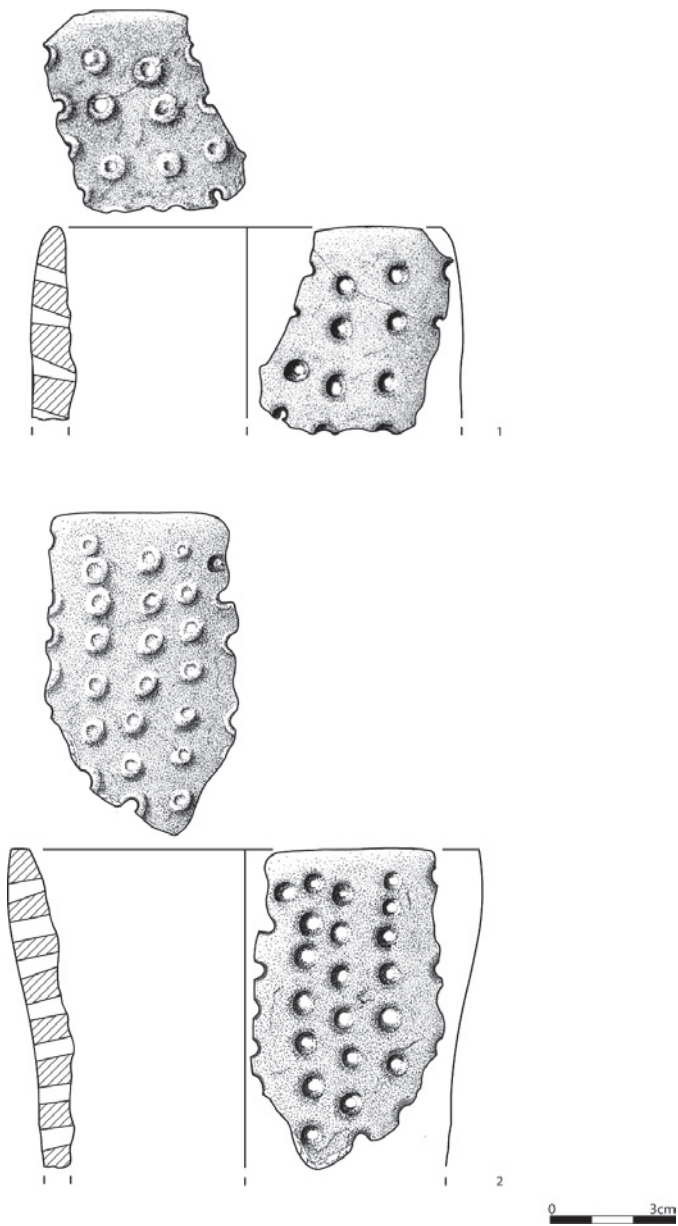


Figura 7 – “Queijeiras” (desenhos: César Neves).

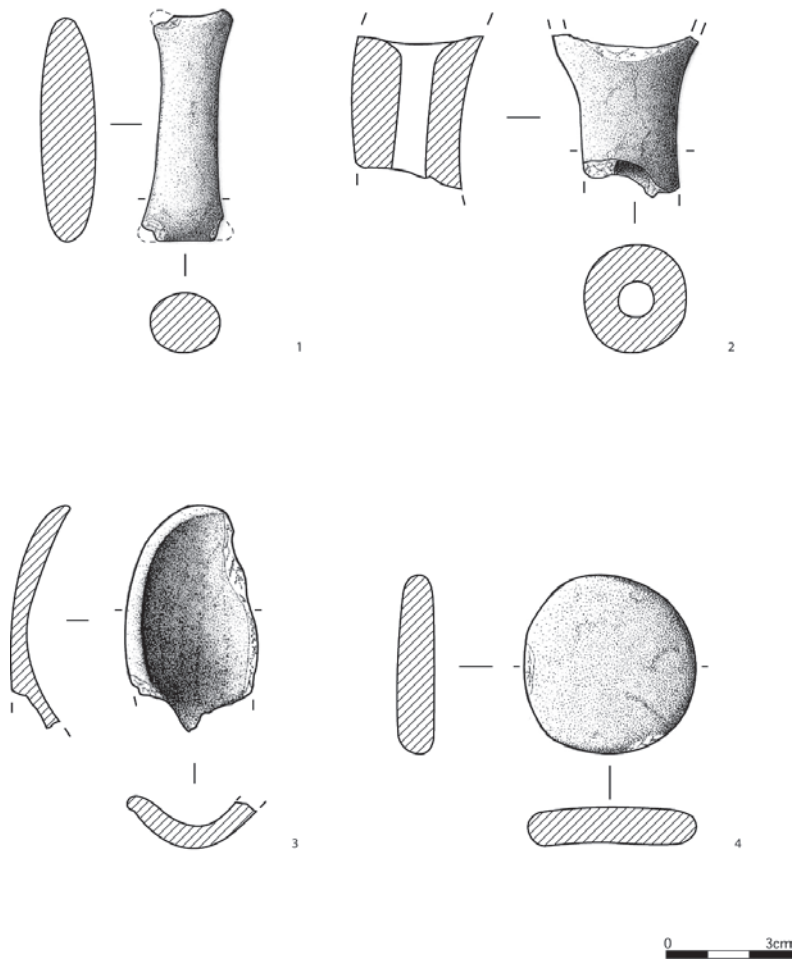


Figura 8 – 1) Indeterminado”; 2) “Biberon”; 3) Colher; 4) Disco (desenhos: César Neves).

ARQUEOMETRIA DE PIGMENTOS DE ARTE RUPESTRE: TÉCNICAS DE CARACTERIZAÇÃO E PRODUÇÃO NA ARTE ESQUEMÁTICA DO OESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

Hugo Gomes

Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências, CGeo / hugo.hugogomes@gmail.com

Resumo

Pretende-se compreender a produção das pinturas pré-históricas através do estudo de diversos abrigos com arte esquemática em Portugal e Espanha. O objectivo é saber a composição química e mineralógica dos pigmentos pré-históricos, tendo sido utilizadas diversas técnicas micro-analíticas.

Os resultados do trabalho de campo indicam que as pinturas vermelhas são maioritariamente compostas por hematite, as de coloração preta por carvão e as figuras brancas foram executadas através da utilização de gesso, calcite ou cera de abelha.

Palavras-chave: Pintura Rupestre Esquemática, Arqueometria, Pigmentos, Península Ibérica.

Abstract

This paper explores the processes involved in the production of prehistoric paintings and the focus of research involves rock-shelters in Portugal and Spain. The aim of this work was to obtain information about the chemical and mineralogical composition of the prehistoric pigments. During the investigation several different micro-analytical techniques have been applied.

The analyses of the prehistoric pigments were performed on the base of two molecular spectroscopy methods as EDXrf and micro-Raman spectrometry. The scanning electron microscopy coupled with energy-dispersive x-ray detector (SEM/EDX) was additionally applied to achieve the elemental composition of pigment at the level of individual pigment grains.

Results from our fieldwork and research indicate that paintings containing red pigmentation are mainly composed by hematite; the black ones are made by a charcoal and the white figures are made by gypsum and kaolin, calcite or beeswax. Based on laboratory work, were also identified some of the preparation techniques, such as crushing, and probable thermal-treatment.

Keywords: Schematic rock art painting, Archaeometry, Pigments, Iberian Peninsula.

O PROJECTO: ANÁLISES E RESULTADOS

Esta investigação foi realizada no âmbito do projeto Rupsience: Análise de Cadeias operatórias, Arqueometria, tecnologia e cronologia da Arte Rupestre pintada. Esta abordagem utiliza materiais principalmente de Portugal e Espanha (PTDC / HIS-ARQ / 101299/2008. FCT); E visa estabelecer, em primeiro lugar, a caracterização química-mineralógica de pinturas de arte esquemática do sudoeste da Península Ibérica e, por outro, levantar questões sobre a preparação, produção e conservação de pigmentos pré-históricos. Estes pigmentos foram analisados usando técnicas arqueométricas que permitiram a caracterização de cada componente mineralógico, particularmente, a aplicação da es-

pectroscopia Raman, microfluorescência de raios-x (EDXRF), espectroscopia de varrimento eletrónico (SEM), e por microscopia óptica. Dentro dos estudos de arte rupestre, esta abordagem científica é considerada relativamente recente.

Os abrigos com pinturas datam do Neolítico à Idade do Bronze, são semelhantes em estilo e formam parte da denominada arte rupestre esquemática muito mais ampla dentro da Europa Ocidental. Na Península Ibérica, foram seleccionados os abrigos Pego da Rainha, Lapa dos Coelhos, Lapedo 1, Ribeiro das Casas e Segura no centro de Portugal, enquanto na Extremadura espanhola La Calderita e Friso del Terror no Parque Nacional de Monfrague (Figura 1, 2, 3).

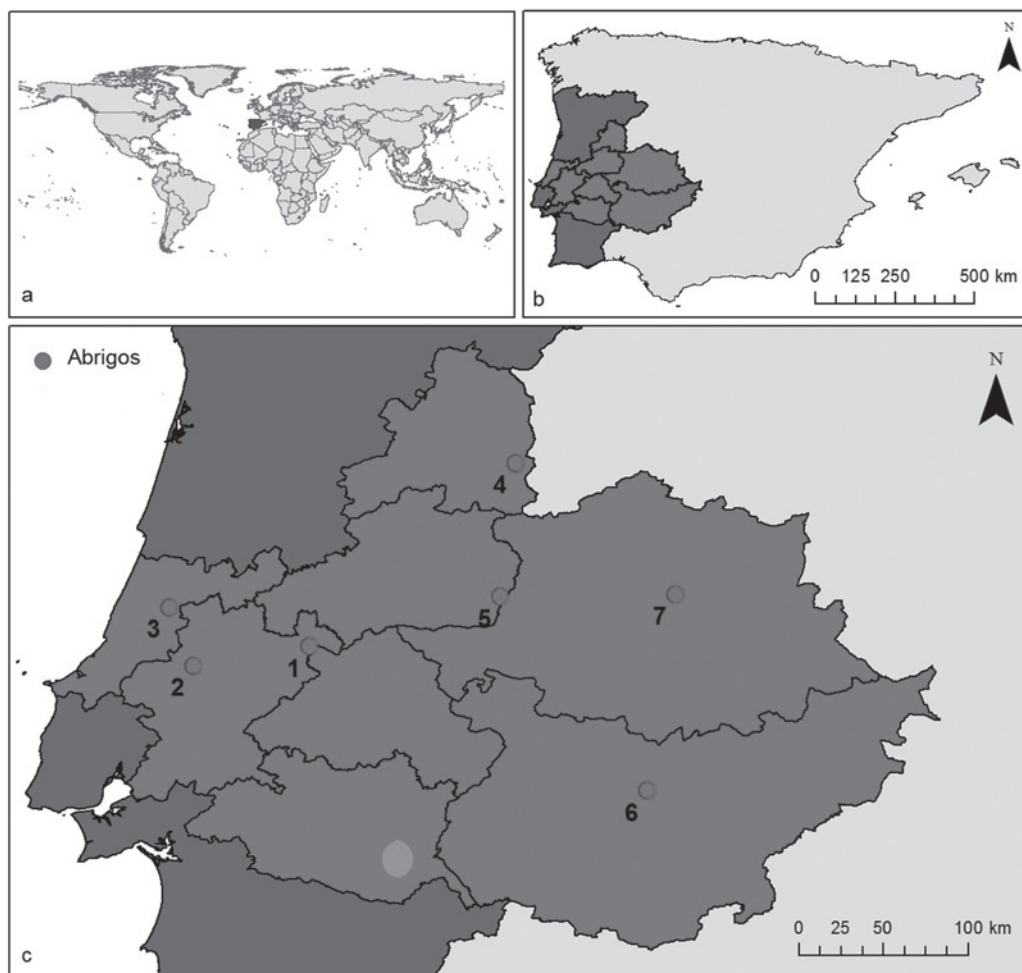


Figura 1 – Sítios alvo de estudo – localização.

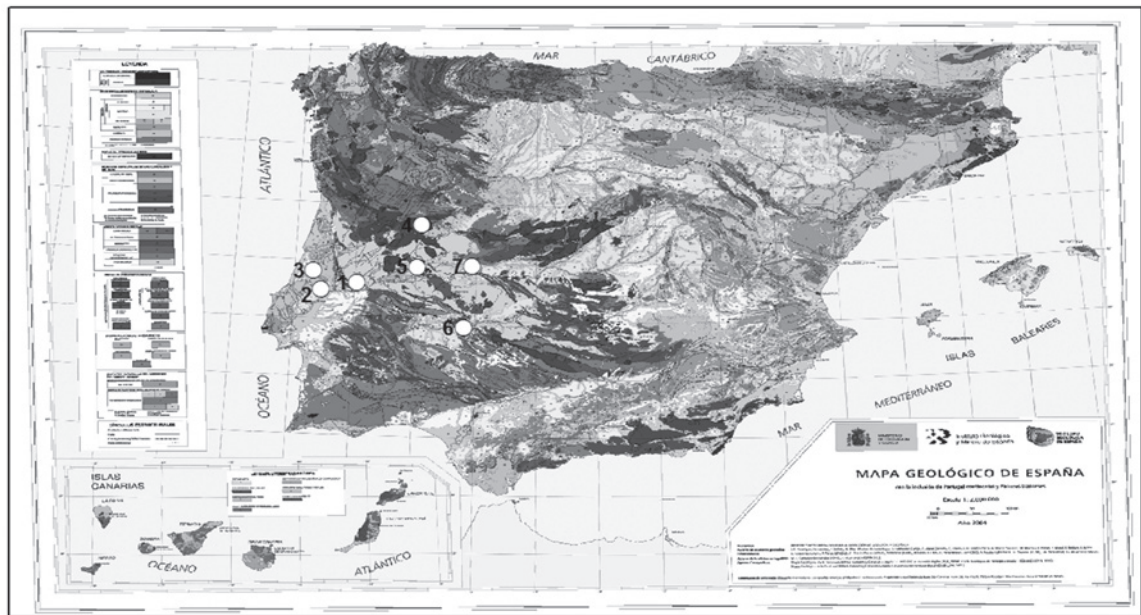


Figura 2 – Sítios alvo de estudo – implantação geológica.

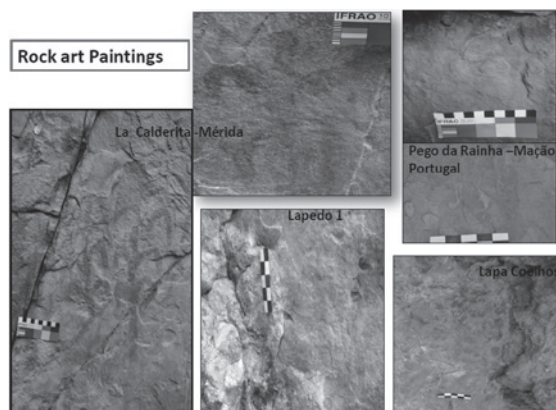


Figura 3 – Imagens das pinturas analisadas.

As análises produziram resultados fundamentais para a compreensão de quais os métodos e técnicas utilizadas (por exemplo, mistura de substâncias, moagem, possíveis processos de aquecimento das matérias-primas) na produção das pinturas, e permitiu a caracterização dos seus componentes principais. Sabemos os principais ingredientes, mas não é fácil de descobrir as “receitas” e proporções possíveis assim como os ligantes e aglutinantes utilizados (possivelmente devido à falta de conservação dos componentes orgânicos).

Os resultados indicaram que as matérias-primas utilizadas nos pigmentos avermelhados no Oeste da Península Ibérica foram essencialmente constituído por óxidos e hidróxidos de ferro. Em outros contextos analisados (abrigo em África e no Brasil), pigmentos vermelhos foram diretamente associados com óxidos de ferro (principalmente hematite), juntamente com outros materiais que produziram pigmentos de cores diferentes (branco: cera de abelha, calcite e argilas; preto é normalmente: carvão). Além disso, os resultados mostraram que a hematite não tratada ou a goethite foi aplicada a painéis, e nenhuma matéria orgânica foi identificada.

Baseado no trabalho de laboratório, também foram identificadas algumas das técnicas de preparação, tais como esmagamento, e provável aquecimento térmico; esta última técnica poderia provavelmente ser aplicada devido ao efeito da inclusão de outras substâncias (ligantes), embora estes não tenham sido identificados nas amostras analisadas (Gomes *et al.*, 2015).

Não está claro por que diferentes óxidos de ferro foram usados para preparar os pigmentos vermelhos, embora estes possam estar ligados a proces-

so rituais que envolvem a identificação e extração das matérias-primas, preparação, execução e utilização. Sendo que é necessária alguma prudência, imaginação e o conhecimento efetivo dos constituintes naturais que criaram os pigmentos. Foram portanto, através desta investigação, reconhecidas uma série de etapas da produção da arte esquemática pintada na Península Ibérica Ocidental.

BIBLIOGRAFIA

Gomes, H., Collado, H., Martins, A., Nash, G., Rosina, P., Vaccaro, C., Volpe, L., 2015. *Pigment in Western Iberian Schematic Rock Art: An Analytical Approach*. *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*. 15, (1), p.163-175.

O MUNDO FUNERÁRIO DA I IDADE DO FERRO NO SUL DO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS: NOTAS PARA UMA SÍNTESE

Francisco B. Gomes

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Fundação para a Ciência e Tecnologia / franciscojbgomes@gmail.com

Resumo

A documentação referente às práticas funerárias sidéricas no Sul do actual território português reveste-se de uma notável riqueza e complexidade, que tem vindo de resto a ser incrementada nos últimos anos por uma série de trabalhos que vieram acrescentar importantes dados para a análise do fenómeno da morte durante a I Idade do Ferro na área em apreço. O presente contributo constitui uma sucinta resenha do panorama actualmente disponível, insistindo no facto de o carácter diversificado e fragmentado desse panorama constituir um reflexo fiel da diversidade das comunidades que ocuparam, durante a 1ª metade do I milénio a.n.e., o Sul de Portugal.

Palavras-chave: Necrópoles, Práticas funerárias, I Idade do Ferro, Alentejo, Algarve.

Abstract

The information concerning the Iron Age funerary practices in the Southern Portuguese territory is characterized by a notable richness and complexity which has been increasing in recent years due to a number of interventions which have yielded very important data for the analysis of the phenomenon of death during the Early Iron Age in the area under study. This contribution aims to present a short review of the currently available panorama, while insisting on the fact that the diversified and fragmentary nature of that panorama constitutes an accurate reflection of the diversity of the communities which occupied the South of Portugal in the early 1st millennium BCE.

Keywords: Necropolis, Funerary practices, Early Iron Age, Alentejo, Algarve.

1. OBSERVAÇÕES PRÉVIAS

A abundância de dados relativos às práticas funerárias da Idade do Ferro no Sul do actual território português e a diversidade do panorama decorrente desses dados têm vindo a ser recorrentemente assinaladas pela investigação que se ocupa deste período histórico, tendo já sido objecto de diversas sínteses (Torres, 1999; Arruda, 1999-2000; 2004; Cardoso, 2000; Mataloto, 2013) que contribuíram para situar as numerosas e diversificadas necrópoles conhecidas no processo histórico desenvolvido durante o I milénio a.n.e. na fachada atlântica peninsular.

Não obstante, tem-se assistido nos últimos anos a um incremento sistemático da informação disponível, resultante tanto de novos trabalhos de campo como da reapreciação de sítios, contextos e materiais conhecidos desde há muito. Neste contexto parece oportuno traçar, mesmo que de forma sucinta, um estado da questão com respeito às práticas funerárias sidéricas, procurando sumariar os desenvolvimentos que vieram enriquecer o quadro anteriormente conhecido.

Na presente contribuição centrar-me-ei nos dados respeitantes ao Baixo Alentejo e ao Algarve, na medida em que os importantes dados que se têm vindo a acumular sobre as práticas funerárias sidéricas no Alentejo Central foram objecto de uma síntese recente (Mataloto, 2013), muito mais qualificada do que aquela que poderia aqui dedicar-lhe.

Para efeitos de organização agruparei a informação disponível em quatro grandes apartados – necrópoles “Orientalizantes”, de cistas, tumulares e com recintos – embora tendo plena consciência que esses grandes blocos abarcam realidades que não são necessariamente homogéneas.

2. AS NECRÓPOLES “ORIENTALIZANTES” DO LITORAL

A emergência, na transição para a Idade do Ferro, de uma rede de estabelecimentos instalados na orla litoral que denunciam uma matriz cultural fortemente influenciada por estímulos orientais encontra-se

hoje bastante bem caracterizada (Arruda, 1999-2000). Pelo contrário, o registo funerário destas comunidades ditas “Orientalizantes” do litoral continua a ser bastante mal conhecido. De facto, dos relativamente abundantes sítios de habitat conhecidos apenas dois – Alcácer do Sal e Tavira – revelaram dados concretos relativos às práticas funerárias das populações ali instaladas.

Até recentemente, de facto, a necrópole do **Olival do Senhor dos Mártires** (OSM), correspondente ao povoado que subjaz ao Castelo e ao Centro Histórico de Alcácer do Sal (Silva *et al.*, 1980-1), constituía o único caso conhecido em território português de uma necrópole directamente relacionada com um povoado enquadrável neste horizonte cultural.

Identificado já nos finais do século XIX, este conjunto funerário conheceu, ao longo do século XX, uma rica mas irregular história de investigação, incluindo trabalhos de escavação nunca sistematicamente publicados (Correia, 1925; 1928; Paixão, 1970; 1983) e numerosos estudos de materiais (Almeida & Ferreira, 1962; Pereira, 1962; Brito, 1969; Schüle, 1969; Ponte, 1985; Rouillard *et al.*, 1988-9; Frankenstein, 1997), infelizmente sempre muito selectivos e parciais.

Apesar das sérias lacunas geradas pela falta de um registo de campo detalhado e pela ausência de um estudo integral dos espólios, que só recentemente se iniciou², foi ainda assim possível traçar, nos finais do século passado, sínteses gerais que ordenaram e discutiram a informação disponível (Fabião, 1998: 350-366; Arruda, 1999-2000: 72-86), estabelecendo as bases dos actuais conhecimentos sobre a necrópole e a sua complexa sequência de utilização.

Com efeito, o OSM, além de representar um raro exemplo das práticas funerárias das etapas iniciais da Idade do Ferro, apresenta também uma inusitada diversidade de soluções funerárias demonstrando não apenas uma considerável diversidade

² No quadro do projecto de Doutoramento que venho desenvolvendo, intitulado “Contactos culturais e discursos identitários na Idade do Ferro do Sul de Portugal (sécs. VII-V a.n.e.).”

diacrónica, decorrente da também pouco comum duração da sua utilização, que abarca, pelo menos, quatro séculos, mas também, em certos momentos, uma variabilidade sincrónica que permanece ainda por explicar de forma cabal.

De uma forma geral, a tipologia proposta por V. Correia (1928: 172-178), responsável das primeiras intervenções sistemáticas no sítio, para agrupar as numerosas sepulturas por si documentadas tem servido como base amplamente aceite para o estudo da sequência funerária da necrópole sadina.

Como é bem sabido, o Professor de Coimbra dividiu os contextos sepulcrais por si documentados em quatro tipos: 1) incinerações recolhidas em urnas depositadas a pouca profundidade no terreno; 2) incinerações igualmente recolhidas em urnas, de distinta tipologia e depositadas a grande profundidade, em fossas escavadas no substrato geológico; 3) incinerações *in situ* em fossas simples de morfologia rectangular; 4) incinerações *in situ* em fossas de tendência rectangular dotadas de uma segunda fossa central, igualmente rectangular, conferindo-lhes uma morfologia escalonada.

As coordenadas cronológicas e culturais destes vários tipos sepulcrais foram já amplamente discutidas, nomeadamente nas sínteses antes mencionadas. Por essa razão, e até que se encontre concluído o estudo sistemático do espólio desta necrópole actualmente em curso, restaria aqui sumariar os dados e os problemas ali recolhidos.

Por um lado, parece unânime que o primeiro horizonte de utilização deste conjunto funerário corresponde às mencionadas sepulturas do 4º Tipo. Os paralelos disponíveis para a sua característica morfologia, cuja origem fenícia parece plenamente demonstrada (cf. Torres, 1999: 133), bem como os espólios que se lhes podem, segura ou plausivelmente, atribuir – lanças de folha longa acompanhadas dos respectivos contos, elementos de roda de carros ligeiros, fíbulas de tipologia antiga (de arco espessado e pouco espessado, de dupla mola e talvez de tipo “Acebuchal”, cf. Ponte, 1985), braceletes de tipo xorca bem como amuletos de tipo egípcio (cf. Paixão, 1983) (Fig. 1) – sugerem uma

cronologia entre meados do século VII e meados do século VI a.n.e. (Arruda, 1999-2000: 81).

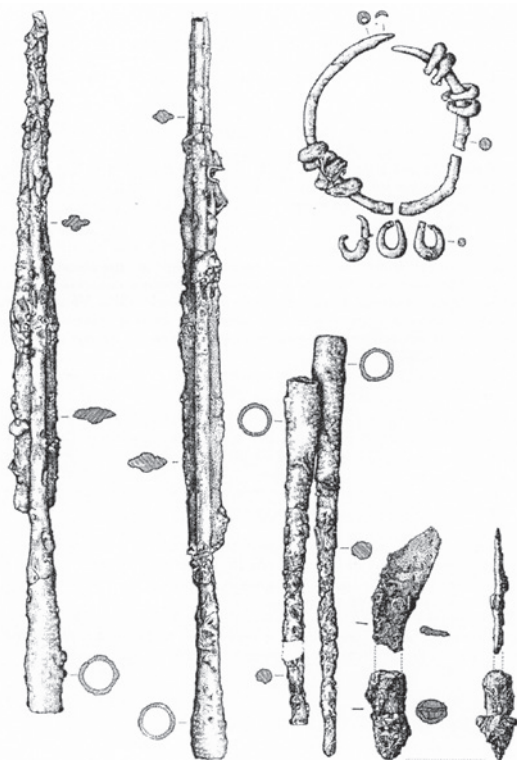


Figura 1 – Espólio da sepultura 22/80 do Olival do Senhor dos Mártires (seg. Paixão, 1983).

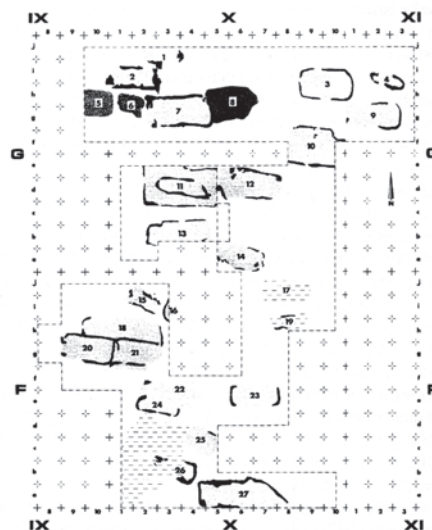


Figura 2 – Planta das intervenções dos anos 80 na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), evidenciando sepulturas dos 4º e 3º Tipos (seg. Paixão, 1983).

Também parece relativamente consensual que as sepulturas do 3º Tipo, embora possam ter convivido no tempo com as do tipo anterior, surgem mais tarde que aquelas, perdurando igualmente até mais tarde. Esta relação parcial de posterioridade pode aferir-se, particularmente, a partir da leitura da planta publicada por A. Cavaleiro Paixão (1983: fig. 4), onde se verifica a implantação de sepulturas deste tipo sobrepostas a outras do 4º Tipo (Fig. 2).

Já a natureza dos espólios atribuídos a estas sepulturas, incluindo lucernas de um só pico, lanças, facas afalcatadas, fíbulas anulares hispânicas, fechos de cinturão de tipo “céltico” e “tartéssico” bem como braceletes de tipo xorca (cf. Arruda, 1999-2000: 78-9), e que demonstram certas concomitâncias com os do tipo anterior mas também algumas diferenças significativas, permitiu datá-las entre os finais do século VII e inícios do V a.n.e. (*idem*: 81), demonstrando assim uma contemporaneidade parcial destes dois tipos.

Mais problemático é o enquadramento das se-

pulturas do 2º Tipo, que representam a introdução de uma modalidade ritual algo distinta, a incineração em *ustrinum* com a posterior deposição secundária das cinzas num contentor cerâmico. A sua posição na sequência cronológica e cultural da necrópole é difícil de estabelecer, sobretudo porque os espólios que se lhe associavam parecem ter sido particularmente poucos, o que dificulta a aferição da sua cronologia.

Contamos, ainda assim, com a própria tipologia dos contentores cinerários, correspondentes ao tipo das chamadas urnas “Cruz del Negro” (Fig. 3), que permite algumas precisões a esse respeito. Como tive recentemente oportunidade de assinalar (Gomes, no prelo a), os contentores deste tipo publicados (Frankenstein, 1997: Láms. 48-50) podem assimilar-se, respectivamente, aos Tipos 5, 3 e 4 definidos para os exemplares de Medellín (Torres, 2008: 640-648), para os quais se propôs uma cronologia entre os finais do século VII e os inícios do VI a.n.e..

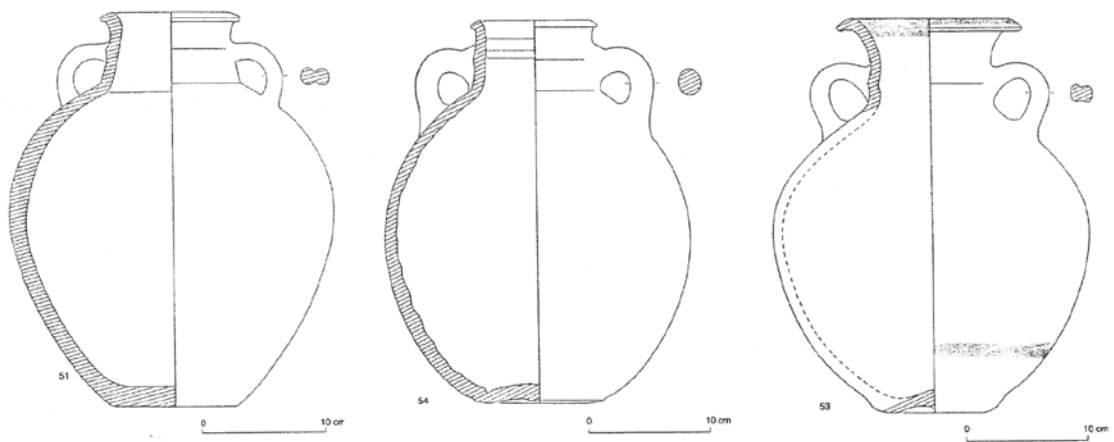


Figura 3 – Urnas “Cruz del Negro” do Olival do Senhor dos Mártires (seg. Frankenstein, 1997).

Esta cronologia advogaria a favor da hipótese da precocidade deste tipo de deposições bem como de uma convivência relativamente prolongada entre este e os anteriormente comentados (Fabião, 1998: 356-7; cf. tb. Torres, 1999: 115) embora, na ausência de outros indicadores – os restantes espólios associados a estas sepulturas resumem-se a lucernas de um só pico, de cronologia pouco es-

pecífica, e a formas difíceis de precisar de cerâmica de engobe vermelho –, a hipótese de uma datação mais tardia, centrada no século VI a.n.e. e em particular na segunda metade daquela centúria (Arruda, 1999-2000: 81) permaneça válida.

Independentemente da afinação da cronologia deste tipo de deposições o que parece hoje relativamente claro é que esta nova fórmula de tratamen-

to funerário deverá ter convivido com a incineração *in situ* (*idem*: 80) por um período ainda a precisar.

Parece difícil admitir, com os dados disponíveis actualmente, que as sepulturas do 2º Tipo sejam o reflexo de uma descontinuidade cultural, o que naturalmente coloca a questão do efectivo significado desta duplicidade de soluções funerárias. Como já se assinalou, a coexistência de ritos distintos poderá responder a critérios sociais ou a subgrupos distintos (de género ou idade, por exemplo) no interior da comunidade, mas poderá igualmente remeter para a coexistência no Baixo Sado de comunidades etnicamente diferenciadas (*idem*: 80-1), referendada de resto por numerosos outros dados (Silva *et al.*, 1980-1; Soares & Silva, 1986; Mayet & Silva, 2000).

O que parece certo é que, na transição para a II Idade do Ferro, o rito de cremação secundária parece generalizar-se, estando representado na necrópole pelas sepulturas do 1º Tipo (Correia, 1928: 172-4; Fabião, 1998: 357-366; Arruda, 1999-2000: 73-74), que pela sua avançada cronologia não cabem já no escopo da presente contribuição.

Se é certo que a diversidade de soluções funerárias e a riqueza dos espólios exumados na necrópole de Alcácer do Sal continua a não ter qualquer paralelo no actual território nacional, a recente descoberta de uma área funerária no Centro Histórico de Tavira, concretamente na área do **Convento da Graça** (Arruda, Covaneiro & Cavaco, 2008), veio acrescentar importantes dados para o conhecimento do mundo funerário “Orientalizante” no Extremo Ocidente Peninsular.

A intervenção realizada naquela área permitiu documentar um conjunto de quatro sepulturas de incineração. As Sepulturas 1 e 2 correspondiam a deposições dos restos cremados em urnas de tipo “Cruz del Negro” alojadas em fossas escavadas no sedimento e na rocha de base, respectivamente, ao passo que as Sepulturas 3 e, provavelmente, 4 correspondiam à deposição directa das cinzas em fossas abertas no substrato geológico, sem recurso a qualquer contentor cinerário (*idem*: 152-4).

Os espólios recolhidos em associação com estas deposições são relativamente poucos, resumindo-

-se a materiais cerâmicos, elementos não precisados de ferro e bronze, bem como restos faunísticos (*idem*: 154). Não obstante, a análise dos elementos de juízo disponíveis permitiu às autoras do estudo deste conjunto funerário datá-lo na segunda metade/finais do século VII a.n.e. (*ibidem*).

As deposições em urnas “Cruz del Negro” de Tavira apresentam evidentes similitudes com as antes comentadas sepulturas do 2º Tipo de Alcácer do Sal, como foi já assinalado (*idem*: 157), e constituem um importante paralelo que contribui definitivamente para situar as deposições da necrópole alentejana, cujo problemático enquadramento foi já aqui comentado.

Finalmente, e ainda dentro deste apartado, cumpriria resenhar a provável atribuição a ambientes funerários de duas urnas “Cruz del Negro” recentemente estudadas por P. Barros (2008: 408 e fig. 6). Estas peças foram recolhidas por Estácio da Veiga em **Mértola**, sem que se conheça o seu contexto exacto, embora uma proveniência de contextos funerários pareça admissível tanto pela sua morfologia como pelo seu estado de conservação. A estes recipientes haveria a somar um prato de engobe vermelho dado a conhecer pelo mesmo investigador (*idem*: 407 e fig. 4.6) que possuía ainda a indicação de ter sido recuperado numa sepultura de incineração.

A cronologia proposta para estes materiais, entre os finais do século VII e os meados do VI a.n.e. (*idem*: 407), parece aceitável, e a admitir-se o contexto funerário das mencionadas peças a(s) necrópole(s) de que proviriam enquadrar-se-iam, portanto, num horizonte *grosso modo* paralelizável com os antes comentados de Alcácer do Sal e Tavira.

3. AS NECRÓPOLES DE CISTAS

Um outro grupo claramente individualizável no quadro das necrópoles da I Idade do Ferro do Sul de Portugal caracteriza-se pela utilização de monumentos de tipo cista albergando deposições que correspondem exclusivamente a um ritual inumatório.

As necrópoles deste tipo são especialmente

abundantes no Algarve, quer em ambientes sub-litorais – caso das necrópoles da **Fonte Velha de Bensafrim** (Lagos) (Veiga, 1891; Rocha, 1972; Viana, Formosinho & Ferreira, 1953: 2-5; Arruda, 1999-2000: 57), **Cômoros da Portela** (Silves), **Père Jacques** (Aljezur) e **Alagoa** (Loulé) (cf. Arruda, 1999-2000: 57-8) ou da cista dos **Gregórios** (Silves) (Barros *et al.*, 2005) – quer já em contextos do interior serrano, onde se destaca a necrópole do **Cabeço da Vaca** (Alcoutim) (Cardoso & Gradim, 2006; 2008).

A presença de necrópoles deste tipo não se limita, contudo, a esta região, estando também documentada em território alentejano, quer no litoral – a necrópole de onde provém o célebre Tesouro do **Gaio** (Sines) parece ter sido constituída por monumentos deste tipo (Costa, 1966; 1972; Arruda, 1999-2000: 96-7) – quer mesmo no interior, como bem exemplifica o caso da necrópole de **Corte Margarida** (Aljustrel) (Deus & Correia, 2005).

Esta dispersão geográfica coincide, pelo menos parcialmente, com a das necrópoles de cistas da Idade do Bronze, também elas particularmente características do território algarvio (Gomes *et al.*, 1986; 2002; Gomes, 1994; Parreira & Barros, 2007) e do litoral alentejano (Silva & Soares, 1979; 2009), mas também do interior alentejano (v. Soares, 1994; Soares *et al.*, 2009: 437-440), facto muito sugestivo que deverá, de futuro, ser analisado de forma mais substancial.

Por outro lado, e apesar da considerável dispersão geográfica assinalada, estes conjuntos funerários compartilham alguns rasgos dignos de nota. Em primeiro lugar, pode assinalar-se o quase completo desconhecimento do enquadramento territorial destas necrópoles; tanto quanto sei, em nenhum caso foi ainda possível associar um destes conjuntos funerários a um povoado concreto, o que poderá sugerir que correspondem a um modelo de povoamento disperso e difícil de detectar.

Do ponto de vista dos espólios o conjunto destas necrópoles oferece também similitudes dignas de nota mas também algumas assimetrias não despendências. Estão documentadas concentrações de

riqueza bastante consideráveis, como no caso da Herdade do Gaio onde, independentemente da sua difícil contextualização, se documentaram numerosos elementos sumptuários, incluindo o célebre conjunto áureo de gargantilha e arrecadas, de clara tradição oriental, a par de um amuleto de tipo egípcio, de um volumoso conjunto de contas de pasta vítrea e de dois unguentários dessa mesma matéria-prima (Costa, 1966; 1972; Arruda, 1999-2000: 96-7).

Também na Fonte Velha de Bensafrim se nota a presença de um espólio relativamente abundante, ainda que muito padronizado, incluindo os bem conhecidos conjuntos de contas de pasta vítrea já ilustrados por E. da Veiga (1891) ou um curioso disco de ouro, recentemente reanalisado (Vilaça & Armbruster, 2012). Os elementos de colar em pasta vítrea repetem-se na cista dos Gregórios, a par de uma lança de ferro (Barros *et al.*, 2005: fig. 4), e nas de Corte Margarida, associando-se aqui a um amuleto egípcio e a dois ornitomorfos de cerâmica (Deus & Correia, 2005: figs. 2-3), com paralelos nas necrópoles tumulares de Ourique.

Bastante mais modestos, no seu conjunto, são os espólios exumados na necrópole do Cabeço da Vaca, embora também aí se identifiquem pontualmente elementos de adorno, neste caso uma conta em cornalina (Cardoso & Gradim, 2006: 217). Aparte este elemento isolado, caberia ainda destacar a presença de armamento, em particular um par de pontas de lança ou de dardo em ferro (*idem*: fig. 18) e um interessante punhal de lâmina recta com guarda de prata (Cardoso & Gradim, 2008: fig. 14).

Ainda sobre esta última necrópole julgo importante salientar que, se os espólios são de um modo geral sóbrios e modestos por comparação com os conjuntos antes comentados, o investimento na monumentalização do espaço funerário é aqui claramente superior ao verificado em qualquer outra necrópole de cistas sidérica, como se pode inferir pela presença de empedrados envolvendo algumas das sepulturas que, no caso da cista do chamado Núcleo II (Cardoso & Gradim, 2008) adquire mesmo, como reconhecem os responsáveis do seu

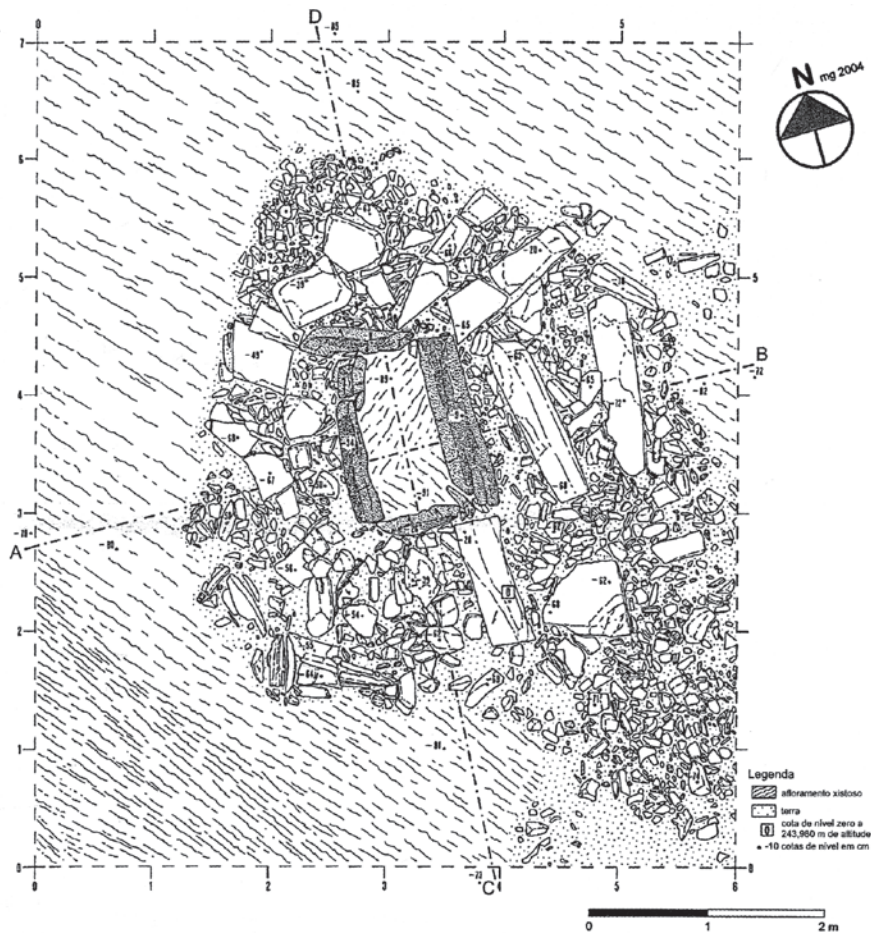


Figura 4 – Sepultura do Núcleo II da necrópole do Cabeço da Vaca (Alcoutim) (seg. Cardoso & Gradim, 2008).

estudo, um aspecto practicamente tumular (Fig. 4), reminescente de soluções construtivas próprias do mundo interior alentejano.

Quanto ao enquadramento cronológico deste grupo de manifestações funerárias, cumpre precisar que o mesmo se encontra totalmente dependente da análise dos espólios que, como ficou dito acima, nem sempre oferecem elementos de juízo tão finos como seria desejável. Julgo, contudo, que a maioria, senão mesmo a totalidade destes conjuntos funerários poderá situar-se no período entre os séculos VI e V a.n.e., tal como recentemente se defendeu para os casos algarvios (Parreira & Barros, 2007: 99; cf. tb Cardoso & Gradim, 2006: 223; 2008: 114).

É certo que na Herdade do Gaio se recuperaram elementos que poderiam advogar por uma cronologia mais recuada (Arruda, 1999-2000: 97), no

entanto a sua associação (directa ou indirecta) a um volumoso conjunto de contas de colar de pasta vítrea, elementos cuja importação massiva no Ocidente Peninsular parece iniciar-se apenas no século VI a.n.e. (Arruda *et al.*, no prelo a; *contra* Jiménez Ávila, 2001, que propõe cronologias todavia mais baixas, dos séculos V-IV a.n.e.), bem como de dois unguentários da mesma matéria-prima de tipologias cuja presença no Extremo Ocidente não parece recuar para além do século V a.n.e. (Jiménez Ávila, 2001: 117) levaria a considerar esses elementos como residuais ou arcaizantes.

Estas considerações são, por outro lado, extensíveis aos restantes conjuntos funerários deste grupo, onde as contas de colar de pasta vítrea são recorrentes. Outros materiais, como é o caso dos elementos de armamento, apoiam igualmente esta adscrição

cronológica (Cardoso & Gradim, 2006: 217-221).

Neste sentido, as necrópoles de cistas analisadas coincidiriam, cronologicamente, com a etapa final do horizonte dito “Orientalizante” do litoral e, sobretudo, com o horizonte dito “Pós-Orientalizante” do interior, com o qual foram já assimiladas (Parreira & Barros, 2007: 99), podendo mesmo estender-se até momentos já enquadráveis na II Idade do Ferro, se aceitarmos a integração da necrópole do Casalão (Sesimbra) (Serrão, 1964) no limite inferior deste grupo, como noutro lugar propus (Gomes, 2013).

Independentemente das reticências que me provoca o conceito de “Pós-Orientalizante”, e que tive já oportunidade de expor anteriormente (Gomes, 2014: 28-29), devo assinalar que o pouco que se pode entrever das comunidades que enterraram os seus mortos nas necrópoles de cistas que venho comentando permite identificar numerosos pontos de contacto com esse horizonte cultural definido a partir da documentação baixo-alentejana (Arruda, 2001).

Existem evidentes concomitâncias, como adiante veremos, ao nível dos espólios funerários, mas também ao nível das lógicas de ocupação do território, que parecem ter privilegiado um povoamento rural disperso na paisagem, e ao nível do investimento preferencial no espaço da morte enquanto cenário de representação social e comunitária, numa dinâmica de amplo espectro, transversal a vários dos grupos aqui comentados, e que merecerá em trabalhos futuros ser aprofundada.

4. NECRÓPOLES TUMULARES

Os trabalhos desenvolvidos por C. de Mello Beirão e pelos diversos investigadores que com ele colaboraram na região de Ourique permitiram identificar um grupo de manifestações arqueológicas enquadráveis na I Idade do Ferro que se revestem de uma marcada personalidade arqueográfica, dentre as quais mereceram particular atenção os numerosos conjuntos funerários então identificados (Dias, Beirão & Coelho, 1970; Dias & Coelho, 1983; Beirão, 1986; Beirão, 1990; Correia, 1993; cf. tb. Arnaud, Martins & Ramos, 1994; Soares & Martins, 2013).

Estas necrópoles, associadas a pequenos núcleos habitacionais dispersos no território de características eminentemente rurais (Beirão, 1986: 103-122; Arruda, 2001: 210-239), configuram uma densa malha de ocupação sem paralelos, de momento, no restante território alentejano. A sua principal característica definitiva reside na sua peculiar arquitectura, cujo aspecto mais marcante reside na construção de monumentos tumulares de distintas morfologias assinalando as sepulturas os quais, por sua vez, se adossam entre si tendendo a formar moles pétreas que assumem, nalguns casos, grandes dimensões, como na paradigmática necrópole de **Fernão Vaz** (Correia, 1993: fig. 1).

Esta peculiar tradição arquitectónica apresenta inegáveis similitudes com a das necrópoles tumulares da Idade do Bronze documentadas, justamente, na região de Ourique, em particular as de Alcaria e Atalaia (Schubart, 1975), facto já assinalado (Beirão, 1986: 49; Arruda, 2001: 283; Vilhena, 2008: 380-1) mas que merece, de futuro, uma análise mais substancial.

A restituição da sequência evolutiva destes monumentos tumulares constituiu um dos eixos fundamentais da investigação. O principal contributo para essa restituição deve-se aos trabalhos de V. H. Correia que, apoiando-se na estratigrafia horizontal das necrópoles e nos poucos elementos de juízo disponíveis para o estabelecimento da sua cronologia, estabeleceu uma proposta de faseamento (Correia, 1993: 356-360) que a investigação posterior tem geralmente aceite (cf. Arruda, 2001).

A sequência proposta por aquele investigador inclui quatro etapas: 1) monumentos circulares (de grandes dimensões); 2) monumentos rectangulares dotados de câmara sepulcral destacada; 3) monumentos rectangulares cobrindo fossas sepulcrais; 4) monumentos em “pi” (Correia, 1993: 360). A sucessão destas distintas soluções construtivas parece inegável à luz dos dados arquitectónicos, no entanto a sua respectiva datação constitui um problema mais difícil de abordar.

Na proposta original de V. H. Correia adoptaram-se cronologias que hoje parecem excessivamente

altas, fazendo arrancar esta sequência evolutiva de um momento situado em meados do século VIII a.n.e.. Esta datação resulta, em boa medida, de uma tentativa de enquadramento cronológico dos parques espólios atribuíveis a monumentos da Fase II, cuja datação permitiria estabelecer um *terminus ante quem* para a precedente Fase I (Correia, 1993: 359-360).

Entre estes contavam-se uma fíbula anular hispânica da necrópole da Chada (Beirão, 1986: fig. 22), então datada dos inícios do século VI a.n.e. (Correia, 1993: 359) mas que deveria, à luz dos

dados hoje conhecidos, datar-se antes do final daquela centúria ou mesmo já da seguinte, bem como contas de pasta vítrea, cuja presença, como ficou dito acima, parece sugerir também uma cronologia nunca anterior ao século VI, e mesmo aos meados dessa centúria, cronologia que a taça de engobe vermelho que se lhes associava (Beirão, 1986: fig. 30) não desmente.

Por outro lado, a consideração directa dos raros espólios provenientes de monumentos da Fase I, como as peças de armamento – lanças ou dardos – da sepultura 1 do Sector B da Chada (Beirão, 1986:

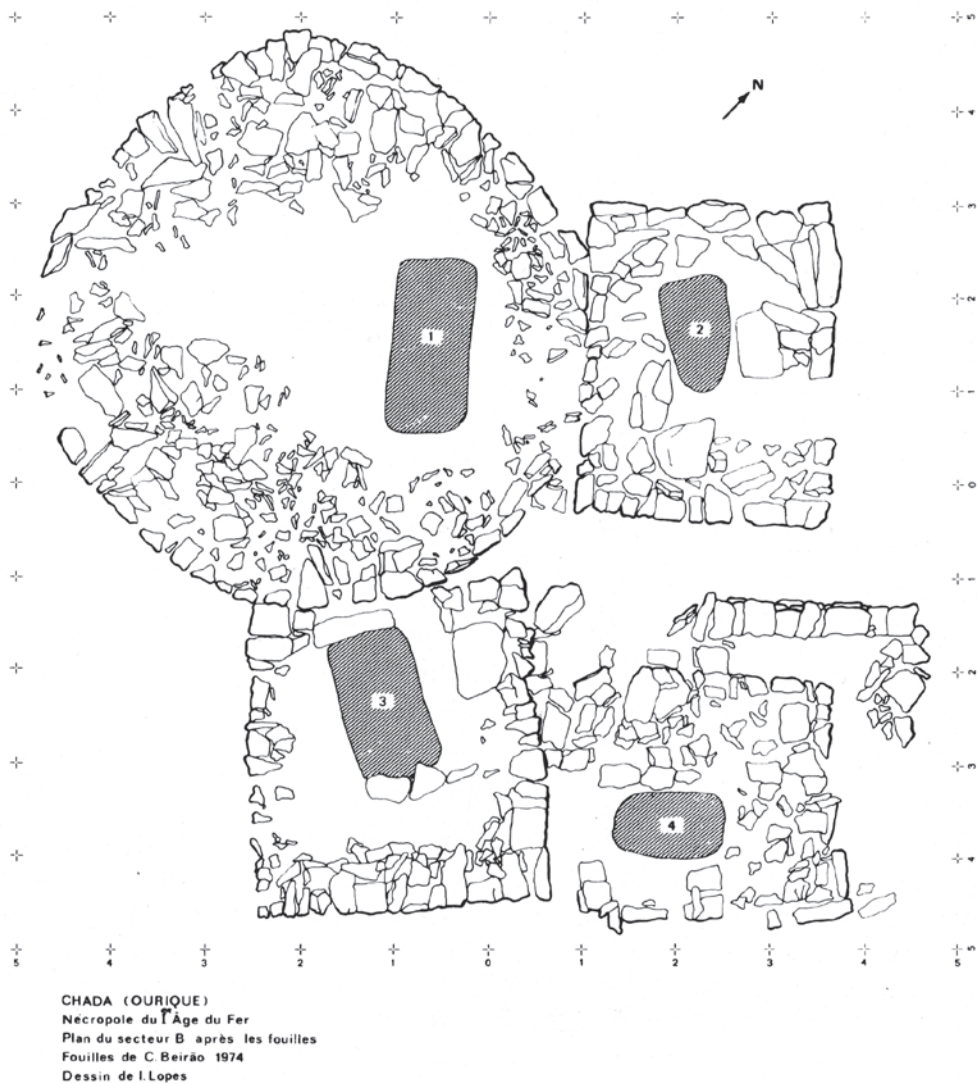


Figura 5 – Planta do Sector B da necrópole da Chada (Ourique) (seg. Beirão, 1986).

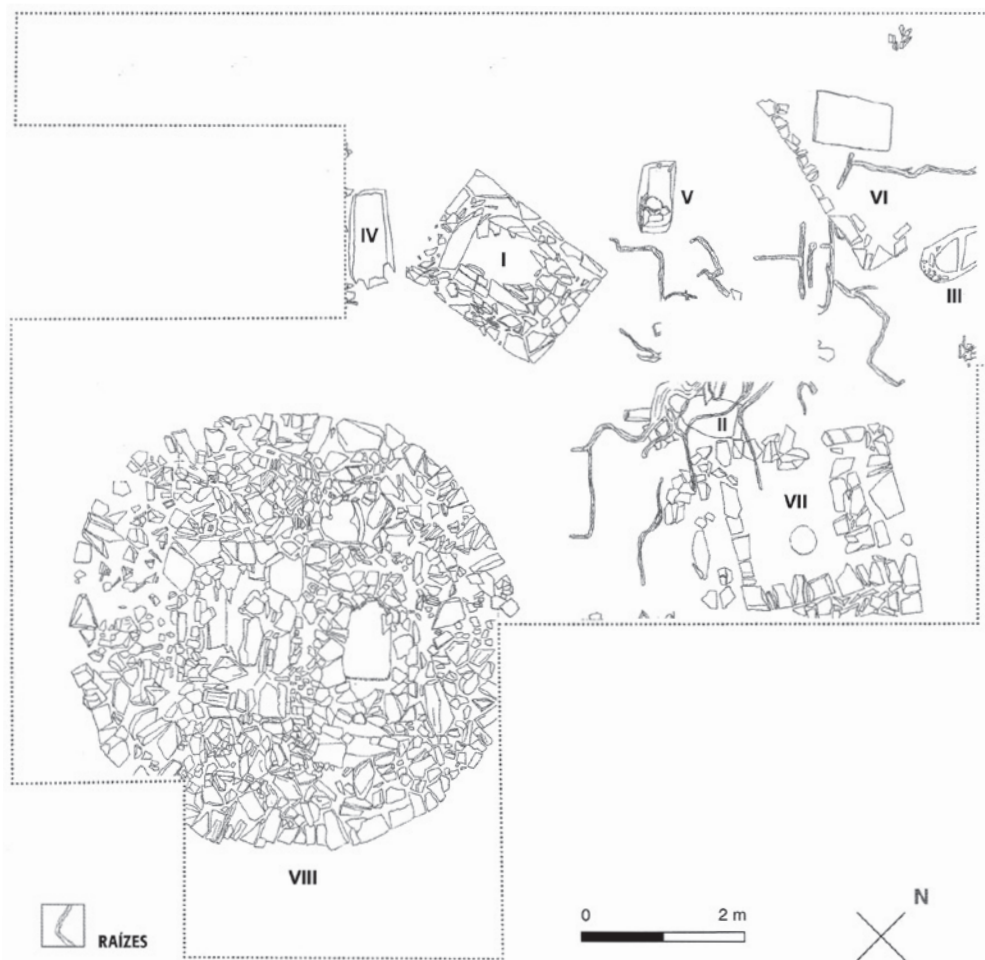


Figura 6 – Planta da necrópole da Nora Velha 2 (Ourique) (seg. Vilhena, 2008).

figs. 27-8) (Fig. 5) ou os recentemente publicados materiais da sepultura VIII da **Nora Velha** (Soares & Martins, 2013) (Fig. 6), com paralelos em contextos de finais do século VII e, sobretudo, do VI a.n.e., permitem, como já se defendeu (Arruda, 2001: 282-3), situar os inícios das necrópoles de Ourique num momento mais tardio do que originalmente se supôs. De facto, nem mesmo as datações radiométricas obtidas para a referida necrópole da Nora Velha e esgrimidas como argumento em favor de uma datação alta para estas necrópoles (Vilhena, 2008: 381-2) resistem a uma análise atenta, como ficou demonstrado na publicação sistemática das escavações ali realizadas (Soares & Martins, 2013: 665).

Já a datação das etapas finais da utilização deste tipo de soluções funerárias, caracterizado pela

utilização de monumentos sub-quadrangulares de menor entidade, situados cronologicamente por V. Correia em meados do século V a.n.e. (Correia, 1993: 360), a par da introdução das deposições em urna na periferia de algumas necrópoles (Beirão, 1986: 50), parece mais compatível com os dados actualmente disponíveis, embora não seja de excluir a perduração destas necrópoles até aos inícios da centúria seguinte, tal como propôs C. de Mello Beirão (*ibidem*), momento em que se assiste ao esgotamento do modelo de povoamento a que se associam estas necrópoles (Arruda, 2001).

As dificuldades sentidas no domínio da cronologia são, de resto, uma consequência directa da natureza dos espólios que, como houve já ensejo de assinalar, são particularmente parcos, reduzindo-

-se a recipientes cerâmicos de clara tradição local, alguns elementos de armamento – lanças/dardos e facas afalcatadas – de ferro, e mais pontualmente elementos de indumentária e adorno de bronze, como a já citada fíbula anular hispânica, o bracelete *acorazonado* da **Mealha Nova** ou a possível xorca dessa mesma necrópole (Dias, Beirão & Coelho, 1970: 201), acompanhadas de raras importações de âmbito mediterrâneo, incluindo contas de pasta vítrea e, mais raramente, amuletos egípcios e contas de cornalina (Dias, Beirão & Coelho, 1970; Dias & Coelho, 1983; Beirão, 1986; Beirão, 1990).

Outra questão de difícil resolução diz respeito aos rituais funerários praticados nestas necrópoles. As condições de preservação das sepulturas, muitas das quais foram aparentemente, de resto, objecto de violações antigas (Beirão, 1986: 50), parecem ter sido pouco propícias à documentação desse aspecto concreto, o que causou alguma hesitação no momento de diferenciar entre sepulturas de inumação e de incineração (*idem*: 62). Não obstante, a imagem de uma convivência entre ambos os tipos de tratamento funerário que atravessaria todas as fases destas necrópoles foi geralmente aceite (Correia, 1993: 355-6; Arruda, 2001: 269-270; Vilhena, 2008: 380).

Devo contudo salientar que as evidências disponíveis da prática da inumação são francamente reduzidas, e assentam sobretudo numa leitura das dimensões das câmaras ou fossas sepulcrais documentadas nalgumas sepulturas e na asserção reiterada por C. de Mello Beirão de que as características dos solos locais não permitiam a conservação de restos ósseos (Beirão, 1986: 62), também ela ecoada pela investigação posterior. Também a hipótese recentemente avançada de que a ausência sistemática de restos humanos nestas sepulturas se deveria à existência de práticas de manipulação secundária desses restos (Vilhena, 2008: 391), embora sugestiva, carece de comprovação.

Não havendo, naturalmente, dados objectivos para contrariar a hipótese da utilização do ritual inumatório nestas necrópoles, importa ainda assim sublinhar que as evidências da prática da incineração são bastante mais tangíveis, com a documentação

de fragmentos de carvões e cinzas em diversas sepulturas (Beirão, 1986). A utilização desta fórmula de tratamento do cadáver parece estar presente, por outro lado, logo desde a Fase I, como demonstram as evidências de incinerações documentadas na já comentada sepultura VIII da Nora Velha (Soares & Martins, 2013: 662).

Não obstante, e dada a escassez de dados fiáveis para avançar na discussão da presença/ausência de inumações e dos eventuais parâmetros da convivência entre ambos os rituais, resta-nos esperar que futuros trabalhos possam contribuir com novas chaves para a resolução desta questão.

5. NECRÓPOLES COM RECINTOS

Um último apartado neste panorama geral do mundo funerário da Idade do Ferro diz respeito àquilo que poderíamos designar, ainda que de forma provisória, como necrópoles com recintos. Sob esta designação caberia recolher uma série de conjuntos funerários recentemente identificados nos concelhos de Beja, Ferreira do Alentejo e Vidigueira no âmbito dos trabalhos de minimização de impactos culturais da construção do sistema de irrigação do Alqueva.

Embora haja constância da identificação de um conjunto já numeroso de necrópoles nesta área³ contamos com dados publicados de apenas duas – as necrópoles de **Palhais** (Santos *et al.*, 2009; Valério *et al.*, 2013) e da **Carlota** (Salvador Mateos & Pereira, 2012), ambas em Beja – embora várias outras⁴ tenham sido já objecto de apresentação pública, em particular no encontro *Sidereum Ana III – El río Guadiana en Época Tartésica* (Mérida, 2012) cuja publicação se aguarda com expectativa. Por outro lado, estas novas necrópoles vêm oferecer um contexto às mal conhecidas sepulturas da **Herdade das Carretas** (Beja) muito parcialmente documentadas por A.

³ Uma consulta na base de dados Endovélico da Direcção-Geral do Património Cultural permite identificar pelo menos uma dúzia de necrópoles possivelmente enquadráveis neste grupo.

⁴ Incluindo a necrópole da Vinha das Calças 4 (Beja), em cujo estudo, coordenado pela Professora Ana Margarida Arruda, tive o privilégio de participar (cf. Arruda *et al.*, no prelo a; no prelo b).

Viana aquando da sua destruição (Viana, 1945: 311).

Embora o estudo sistemático deste grupo de necrópoles se encontre ainda num estado embrionário, haveria não obstante a assinalar que os dados disponíveis sugerem a existência, também aqui, de um núcleo arqueográfico com uma marcada identidade própria. As necrópoles já conhecidas comparam, com efeito, determinados caracteres que permitem aproximá-las e estabelecer algumas observações preliminares de conjunto.

Desde logo, do ponto de vista territorial, estas necrópoles constituem um núcleo bastante denso cuja componente doméstica permanece, contudo, mal caracterizada. São, de facto, virtualmente desconhecidos os povoados a que corresponderão estes núcleos funerários, o que sugere também aqui um modelo de povoamento disperso e de escassa entidade, o que não deixa de ser paradoxal quando se considera a riqueza dos espólios funerários (cf. *infra*).

Por outro lado, do ponto de vista ritual, a inumação parece ser predominante, tendo as deposições sido realizadas em fossas escavadas no substrato

geológico de morfologia rectangular e secção simples ou escalonada, cujo sistema de cobertura, nos casos em que pôde detectar-se, se compunha de lajes pétreas (Santos *et al.*, 2009; Salvador Mateos & Pereira, 2012; Arruda *et al.*, no prelo b). Importa contudo notar que na documentação preliminar publicada se encontram também referências a hipotéticos casos de incinerações (Santos *et al.*, 2009: 770-775; Salvador Mateos & Pereira, 2012: 321 e fig. 10) cujo significado se encontra ainda por avaliar.

O rasgo mais característico destas necrópoles consiste, contudo, na presença de estruturas negativas de tipo fosso circundando determinadas sepulturas que aparentemente delimitam recintos funerários com a evidente intenção de destacar esses contextos funerários no conjunto da necrópole. Documentou-se parte de um destes fossos na necrópole de Palhais (Santos *et al.*, 2009: 775-777), ao passo que na Carlota se puderam documentar um total de cinco recintos, dos quais os Recintos 1 e 2, por um lado, e 3 e 4, por outro, se encontravam geminados (Salvador Mateos & Pereira, 2012: fig. 2) (Fig. 7); curio-

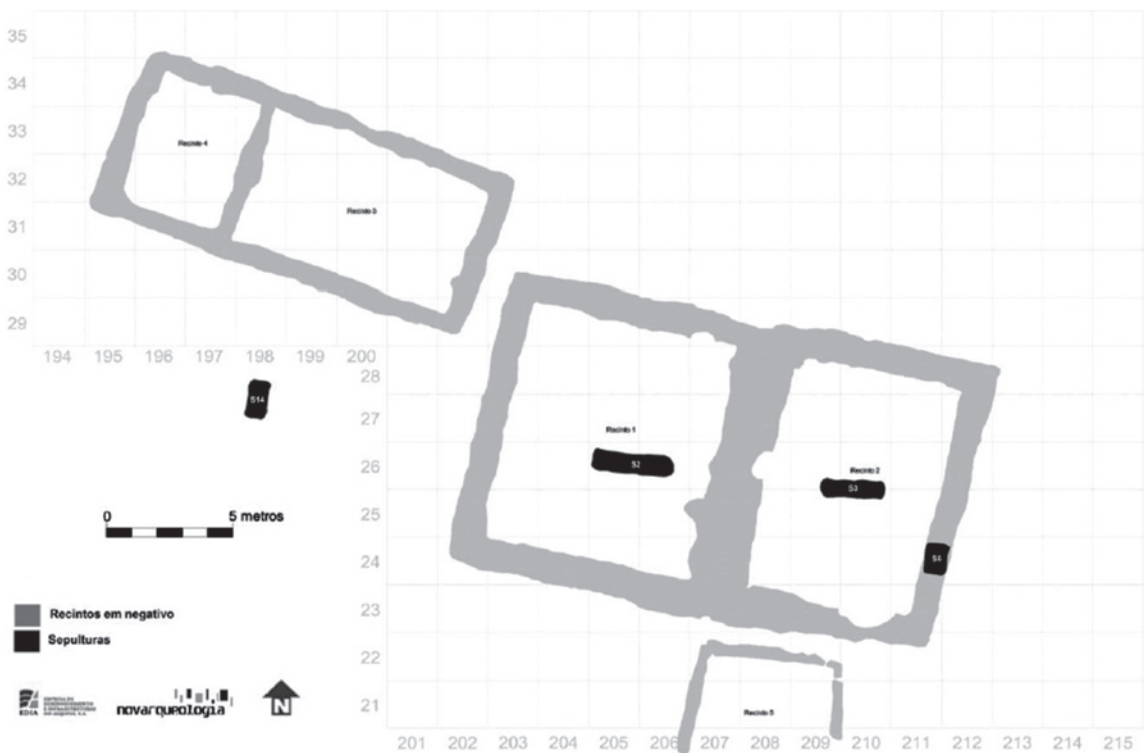


Figura 7 – Planta da necrópole da Carlota (Beja) (seg. Salvador Mateos & Pereira, 2012).

samente, os recintos 3 e 4 desta necrópole não albergavam nenhuma sepultura (*idem*: 320). Também na necrópole da **Vinha das Caliças** se documentou um conjunto de quatro recintos seguros e um quinto possível (Arruda *et al.*, no prelo a; no prelo b).

As lógicas a que terão respondido estes fossos não são, de momento, claras, pois se é certo que parecem materializar uma intenção de delimitação do espaço envolvente de determinadas sepulturas, o certo é que o período em que estas estruturas se mantêm desobstruídas parece ser reduzido. Tal facto parece suportado pela presença de sepulturas abertas no enchimento destes fossos, facto que se documentou tanto em Palhais (Santos *et al.*, 2009: fig. 4) como na Vinha das Caliças (Arruda *et al.*, no prelo a; no prelo b).

No que diz respeito aos espólios exumados, cumpre assinalar que estas necrópoles oferecem um panorama especialmente rico e diversificado cuja descrição detalhada não cabe nos limites da presente contribuição, pelo que me resta remeter para os estudos já disponíveis citados anteriormente.

Nesta ocasião gostaria de reter apenas alguns elementos particulares: por um lado, a profusão de elementos sumptuários incluindo adornos em metais nobres e sobretudo uma excepcional abundância de elementos de importação mediterrânea, incluindo contentores de óleos perfumados (Santos *et al.*, 2009: fig. 15; Salvador Mateos & Pereira, 2012: fig. 15), amuletos de tipo egípcio (Santos *et al.*, 2009: fig. 8; Arruda *et al.*, no prelo a: fig. 9) e sobretudo grandes quantidades de elementos de colar em pasta vítrea.

Estes elementos forâneos convivem com outros de carácter marcadamente local, nomeadamente ao nível do repertório cerâmico, bem como com peças – caso do armamento, dominado por lanças/dardos e facas afalcadas, e das peças de indumentária e adorno, incluindo fíbulas, fechos de cinturão e vários tipos de braceletes (*acorazonados*, *xorcas*, lisos) – que remetem para uma esfera eminentemente regional (Santos *et al.*, 2009; Salvador Mateos & Pereira, 2012; Arruda *et al.*, no prelo a).

No seu conjunto estes elementos, alguns dos

quais oferecem boas balizas cronológicas, permitem situar o florescimento deste grupo de necrópoles num intervalo cronológico centrado no século VI a.n.e., embora haja elementos para suspeitar que a sua origem possa remontar aos finais da centúria anterior, como já se propôs (Santos *et al.*, 2009: 782; Salvador Mateos & Pereira, 2012: 322) e que a sua utilização se prolongue, por outro lado, até aos primeiros decénios do século V a.n.e. (Arruda *et al.*, no prelo a), pelo menos.

O estudo deste novo grupo funerário encontra-se ainda, volto a frisar, nos seus primórdios, e certamente a futura publicação dos resultados das diversas intervenções ainda inéditas permitirão acrescentar precisões adicionais à caracterização já disponível destas necrópoles. Resta entretanto assinalar o quanto a sua descoberta vem enriquecer um panorama já de si diversificado, e salientar o enorme interesse de que se revestem estes achados para clarificar as lógicas da estruturação social e identitária das comunidades sidéricas do interior alentejano.

6. PERSPECTIVAS PARA UMA SÍNTESE FUTURA

O quadro traçado nas páginas precedentes, que não pretende em nenhum caso ser uma resenha exaustiva dos dados disponíveis sobre a problemática analisada, é ainda assim revelador da diversidade das soluções funerárias adoptadas pelas comunidades sidéricas do Sul do território português, sendo por outro lado um reflexo da própria diversidade dessas comunidades.

De facto, o desenvolvimento da investigação sobre este período no território analisado tem vindo a revelar a existência de uma considerável variabilidade sub-regional que, na minha opinião, decorre da profunda reestruturação ditada pelo colapso das redes sociopolíticas do Bronze Final. As distintas comunidades sidéricas ocuparão, no novo ordenamento regional, posições muito diferenciadas entre si que ditarão fórmulas específicas de relação com o território mas também com as comunidades do seu entorno.

É no contexto dessas relações, que se operam

a distintos níveis – local, regional, supra-regional –, que as distintas comunidades forjarão os seus próprios discursos identitários, combinando, em distintas proporções, elementos de fundo local com outros de origem forânea.

Um dos principais desafios da investigação futura é, precisamente, analisar esses discursos identitários e tentar compreender as lógicas sociais e políticas subjacentes à sua construção, tarefa para a qual o registo funerário se assume como uma fonte de informação privilegiada.

Lisboa, Fevereiro de 2015

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, F. d' & FERREIRA, O. da V. (1962) – Fechos e placas de cinturão, hallstáticos, encontrados em Portugal. *O Archeologo Português*, S.3, 1, p.81-95.

ARNAUD, J. M., MARTINS, A. & RAMOS, C. (1994) – Necrópole da Nora Velha (Ourique): informação da 1ª campanha de escavação. In: *Actas das V Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, p.199-210. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.

ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4:2, p.207-291.

ARRUDA, A. M. (2004) – Necrópoles proto-históricas do sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. In: GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.), *El mundo funerario. Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*, p.457-494. Alicante: Universidad de Alicante.

ARRUDA, A. M., BARBOSA, R., GOMES, F. & SOUSA, E. de (no prelo a) – A necrópole da Vinha das Calças (Trigaches, Beja, Portugal). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana III: El río Guadiana en Época Tartésica*. Madrid: CSIC.

ARRUDA, A. M., BARBOSA, R., GOMES, F. & SOUSA, E. de (no prelo b) – La necrópole de Vinha das Calças 4 (Trigaches, Beja, Portugal) et le monde funéraire de l'Âge du Fer à l'intérieur sud du Portugal. In: ADROIT, S. & GRAELLS, R. (eds.), *Architectures funéraires et mémoire: la gestion des nécropoles en Europe occidentale (Xe-IIIe siècles av. J.-C.)*. Madrid: Casa de Velázquez.

ARRUDA, A. M., COVANEIRO, J. & CAVACO, S. (2008) – A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb*, 8, p.117-135.

BARROS, P. (2008) – Mértola durante os séculos VI e V a.C. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*, p.399-414. Madrid: CSIC.

BARROS, P.; BRANCO, G., DUARTE, C. & CORREIA, J. (2008) – A cista dos Gregórios (Silves). *Xelb*, 5, 41-52.

BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une civilisation Protohistorique du Sud du Portugal – 1^{er} Age du Fer*. Paris: Diffusion de Boccard.

BEIRÃO, C. de M. (1990) – Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos. In: *Estudos Orientais*, 1, p.107-118.

CARDOSO, J. L. (2000) – Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios A. C.): breve síntese. In: *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Volume 5, p.61-100. Porto: ADECAP.

CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2006) – A Necrópole da Idade do Ferro de Cabeço de Vacal (Alcoutim). *Xelb*, 6, p.203-226.

CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2008) – O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço de Vaca (Alcoutim). *Xelb*, 8, p.103-115.

CORREIA, V. (1925) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos* 1:7, p.347-363.

CORREIA, V. (1928) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *O Instituto*, 75, p.190-201.

CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33:3-4, p.351-370.

COSTA, J. M. da (1967) – O tesouro Fenício ou Cartaginês do Gaio (Sines). *Ethnos*, 5, p.529-537.

COSTA, J. M. da (1972) – O tesouro púnico-tartésico do Gaio. In: *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, p.97-120. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

DEUS, M. de & CORREIA, J. (2005) – Corte Margarida. Mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo. In: CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coords.), *El Período Orientalizante*, p.615-618. Madrid: CSIC.

DIAS, M^a. M. A.; BEIRÃO, C. de M. & COELHO, L. (1971) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique. (Notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*, S.3, 4, p.175-219.

- DIAS, M^a. M. A. & COELHO, L. (1983) – Objectos arqueológicos de um túmulo de incineração da necrópole proto-histórica da herdade da Favela Nova (Ourique). *O Arqueólogo Português*, S.4, 1, p.197-205.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Celta do actual território português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- FRANKENSTEIN, S. (1997) – *Arqueología del colonialismo. El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania*. Barcelona: Editorial Crítica.
- GOMES, M. V. (1986) – *A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular*. Lisboa: IPPC.
- GOMES, M. V. (1994) – *A Necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves*. Silves: Câmara Municipal de Silves.
- GOMES, F. B. (2013) – Uma necrópole esquecida? O Casalão de Santana (Sesimbra). *Herakleion*, 6, p.77-94.
- GOMES, F. B. (2014) – Importações mediterrâneas em contextos «Pós-Orientalizantes» do Sul de Portugal (séculos VI-IV a.n.e.). *Onoba*, 2, p.27-44.
- GOMES, F. B. (no prelo a) – The necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal) in the context of the Iron Age funerary practices of the South-western Iberian Peninsula. In: *Proceedings of the II International Congress on Archaeology of Transition*. Oxford: Archaeopress.
- GOMES, F. B. (no prelo b) – Mediterranean goods in “Post-Orientalizing” funerary contexts of southern Portugal: some remarks on consumption, peripherality and cultural identity. In: *Actas del XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*, p.85-87. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2001) – La necrópolis de «El Jardal» (Herrera del Duque, Badajoz). Elementos para el estudio del ritual funerario del suroeste peninsular a finales de la I^a Edad del Hierro. *Complutum*, 12, p.113-122.
- MATALOTO, R. (2013) – Os Senhores da Terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto alentejano nos séculos VI-V aC. *Arqueologia & História*, 60-61, p.77-100.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*. Paris: Diffusion du Bocard.
- PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Tese de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, S.4, 1, p.273-286.
- PARREIRA, R. & BARROS, P. (2007) – Necrópoles do Algarve no 2^o e 1^o Milénio a.n.e.. *Xelb*, 7, p.89-102.
- PEREIRA, M^a. H. da R. (1962) – *Greek Vases in Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- PONTE, S. da (1985) – Algumas fibulas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, IV, 3, p.137-154.
- ROCHA, A. dos S. (1972) – A necrópole proto-histórica da Fonte Velha, em Bensafrim, em *Memórias e explorações arqueológicas*, 3, Coimbra, 127-141.
- SALVADOR MATEOS, R. & PEREIRA, J. A. (2012) – A “Necrópole” da Carlota (São Brissos, Beja) no contexto cultural da I^a Idade do Ferro no Baixo Alentejo: dados preliminares. In: *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste*, p.317-330. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar.
- SANTOS, F.; ANTUNES, A. S.; GRILO, C. & DEUS, M. de (2009) – A necrópole da I Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo-Alentejo. In: *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, p.746-804. Huelva: Universidad de Huelva.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-kulturen der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SERRÃO, E. da C. (1964) – *A Necrópole Proto-Histórica do Casalão (Santana - Sesimbra)*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- SILVA, C. T. da & SOARES, J. (1979) – O monumento I da necrópole do “Bronze do Sudoeste” do Pessegueiro (Sines). *Setúbal Arqueológica*, 5, p.121-157.
- SILVA, C. T. da & SOARES, J. (2009) – Práticas funerárias no Bronze Pleno do Litoral Alentejano: o Monumento II do Pessegueiro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, p.389-420.
- SILVA, C. T. da, SOARES, J., BEIRÃO, C. de M., DIAS, L. F. e COELHO-SOARES, A. (1980-1) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 67, p.149-218.
- SOARES, A. M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. In: *Actas das V Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, p.179-197. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SOARES, A. M., SANTOS, F., DEWULF, J., DEUS, M. de & ANTUNES, A. S. (2009) – Práticas rituais no Bronze do Sudoeste. Alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, p.433-456.

SOARES, J. & SILVA, C. T. da (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal. Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. In: *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, p.87-101. Lisboa: IPPC.

SOARES, R. M. & MARTINS, A. (2013) – A necrópole da Nora Velha 2 (Ourique). Novos dados e interpretações 20 anos após a sua escavação. In: ARNAUD, J. M., MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*, p.661-669. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

TORRES ORTIZ, M. (1999) – *Sociedad y Mundo Funerário en Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.

TORRES ORTIZ, M. (2008) – Urnas de Tipo Cruz del Negro. In: ALMAGRO GORBEA, M. (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los Hallazgos*, p.631-654. Madrid: Real Academia de la Historia.

VALÉRIO, P., SOARES, A. M., ARAÚJO, M^a. de F., SILVA, R. & SANTOS, F. (2013) – The distinctive grave goods from Palhais (Beja, Portugal). New insights into the metallurgical evolution under Orientalizing influence in the southwestern end of Iberia. *Trabajos de Prehistoria*, 70:2, p.361-371.

VEIGA, S. P. M. E. da (1891) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Lisboa: INCM.

VIANA, A. (1945) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, V, p. 3-39.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da V. (1953) – De lo prerromano a lo árabe en el museo regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*, 26, p.113-138.

VILAÇA, R. & ARMBRUSTER, B. (2012) – O disco de ouro da necrópole da Fonte Velha de Bensafrim, Lagos, Algarve. In: VILAÇA, R. & PINTO, S. (coords.), *Santos Rocha, a Arqueologia e a Sociedade do seu tempo*, p.153-170. Figueira da Foz: Casino da Figueira.

VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados? Reflexões em torno das necrópoles monumentais do “Ferro de Ourique” (Sul de Portugal). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*, p.373-397. Madrid: CSIC.

DO ROMANO AO CONTEMPORÂNEO: 2000 ANOS DE ARQUEOLOGIA NAS RUAS DE SANTARÉM*

Carlos Boavida¹, Tânia Manuel Casimiro², Telmo Silva³

¹ Instituto de Arqueologia e Paleociências UNL / Associação dos Arqueólogos Portugueses / cmpboavida@gmail.com

² Bolseira pós-doc FCT / Instituto de Arqueologia e Paleociências UNL / Instituto de História Contemporânea UNL / ARPA – Arqueologia e Património, Lda. / Associação dos Arqueólogos Portugueses / tmcasimiro@fcsh.unl.pt

³ Instituto de Arqueologia e Paleociências UNL / ARPA – Arqueologia e Património Lda. / telmoaps@gmail.com

Resumo

A ARPA – Arqueologia e Património Lda. tem desenvolvido ao longo dos últimos cinco anos diversos trabalhos arqueológicos preventivos, no âmbito de diferentes intervenções urbanas de manutenção e substituição de infraestruturas de electricidade, telefone, água e saneamento em vários arruamentos do Centro Histórico de Santarém, conjunto urbano em vias de classificação.

Se em muitos dos locais pouco ou nada foi encontrado, noutros, face aos vestígios identificados no âmbito desses acompanhamentos, foi necessário proceder à escavação e registo integral desses contextos.

Até ao momento foram localizadas diversas estruturas negativas e positivas, onde se incluem cerca de meia centena de silos e fossas de despejo, parte de uma necrópole islâmica, fundações de vários edifícios, assim como uma extensa rede de condutas de saneamento oitocentistas em alvenaria.

Palavras-chave: Santarém, Arqueologia urbana, Evolução urbanística.

Abstract

Over the past five years, the archaeological company ARPA undertook several preventive archaeological digs in some streets of Santarém. A major part of those works were made due to the maintenance or replacement of infrastructures for electricity, telephone, water and sanitation.

If in most of the places little or nothing has been found, in others the evidence found led to the need of their full excavation and recording.

So far several positive and negative structures have been discovered, such as an Islamic necropolis, about fifty storage pits, some building walls and an extensive network of sewers masonry pipes from the nineteenth century.

Keywords: Santarém, Urban archaeology, Urbanistic evolution.

* Além das intervenções arqueológicas ocorridas até à data da comunicação a que este artigo se refere, são ainda mencionadas as que tiveram lugar até ao final de 2013, em parte integradas em projectos iniciados anteriormente (Largo Pedro Álvares Cabral e Rua Vila Belmonte) e Rua Luís de Camões. Os achados ocorridos num desses locais levaram à alteração do título do artigo que originalmente era “Do Islâmico ao Contemporâneo: oito séculos de Arqueologia nas ruas de Santarém”

1. ENQUADRAMENTO

De acordo com a legislação portuguesa actualmente em vigor é necessário que quaisquer intervenções realizadas em áreas classificadas ou em vias de classificação, como sucede no último caso com

o Centro Histórico de Santarém, tenham entre os seus intervenientes de campo um arqueólogo. Assim, no cumprimento daquela norma, por diversas vezes, a ARPA foi contactada e contratada para a realização desses trabalhos, em obras de carácter público e privado.



Figura 1 – Intervenções Arqueológicas da ARPA no Centro Histórico de Santarém:

1. Rua Jaime Figueiredo 27 (R – 2009); 2. Rua 31 de Janeiro 36 (S – 2010); 3. Avenida do Brasil 59 (A – 2009); 4. Praça Sá da Bandeira/ Rua Serpa Pinto (B – 2010); 5. Rua Luís de Camões (M – 2013); 6. Rua Capelo e Ivens 98 e 100 (S e R – 2009); 7. Rua Guilherme de Azevedo (A – 2011); 8. Rua Dr. Teixeira Guedes (S – 2009); 9. Santa Casa da Misericórdia de Santarém (R – 2009/10); 10. Rua do Arco de Manços (B – 2010); 11. Travessa dos Pasteleiros 9 (B – 2012); 12. Rua Miguel Bombarda (B – 2011); 13. Travessa das Frigideiras (B – 2010); 14. Praça Visconde da Serra do Pilar (AU – 2009); 15. Travessa da Lameira 1 e 18 (B – 2011); 16. Escadinhas do Carmo (M – 2012); 17. Calçada de Mem Ramires (M – 2012); 18. Rua 15 de Março (M – 2012); 19. Rua de São Martinho (M – 2012); 20. Largo do Terreirinho das Flores (M – 2012); 21. Rua Vila de Belmonte (MAS – 2013); 22. Largo Pedro Álvares Cabral (B – 2011; MAS – 2013); 23. Rua Braamcamp Freire (MAST – 2012); 24. Largo Pedro António Monteiro (MAST – 2013); 25. Travessa das Capuchas (MAST – 2012/13); 26. Avenida António dos Santos (MAST – 2012/13); 27. Travessa Padre António Fernandes (B – 2010); 28. Avenida António dos Santos (B – 2013); 29. Largo de Santiago (B – 2010).

Não constam no mapa: Alfange (R - 2010); Rua da Estação (S – 2013).

R – Reabilitação; S – Saneamento; A – Água; B – Baixa tensão; M – Média tensão; AU – Arranjo urbanístico; MAS – Média tensão, água e saneamento; MAST – Média tensão, água, saneamento e telefone

2. PEQUENAS INTERVENÇÕES

Foram poucos os vestígios de interesse histórico-patrimonial identificados pela ARPA na capital ribatejana até 2012. Tal situação deve-se ao facto da maioria dos trabalhos arqueológicos realizados estarem associados à abertura de valas de reduzidas extensão e cota de afectação (máximo 0,70 m) para a instalação de cabos eléctricos (baixa tensão) (Silva & Casimiro, 2011a; 2011b) e de ramais de água (Silva & Casimiro, 2011c; 2011d) e saneamento (Silva & Casimiro, 2010; 2011e; 2011f).

As valas para estas novas infraestruturas, com cerca de 0,50 m de largura, foram abertas no local onde existiam as que anteriormente se encontravam em serviço e então substituídas.

Embora fora de contexto, em algumas destas in-

tervenções foram recuperados escassos materiais arqueológicos. É o caso de um reduzido conjunto de fragmentos cerâmicos recolhidos no Largo de Santiago, junto da alcáçova, onde se incluem ânforas de produção bética e outras formas de fabrico medieval e moderno (Silva & Casimiro, 2011b: 18).

A ARPA também realizou trabalhos arqueológicos no âmbito da reabilitação de alguns edifícios em Santarém, como a intervenção efectuada na Rua Capelo e Ivens, n.º 100. Ali, durante o rebaixamento do nível do piso térreo, além da identificação das sapatas do edifício, realocizou-se a boca de um silo, construída em alvenaria (Casimiro, 2011: 3). Após o registo da mesma, uma vez que a estrutura se encontrava abaixo da cota de afectação da obra, não podendo ser escavada, foi protegida com manta geotêxtil coberta por areia (Casimiro, 2011: 7-8, 10-11).

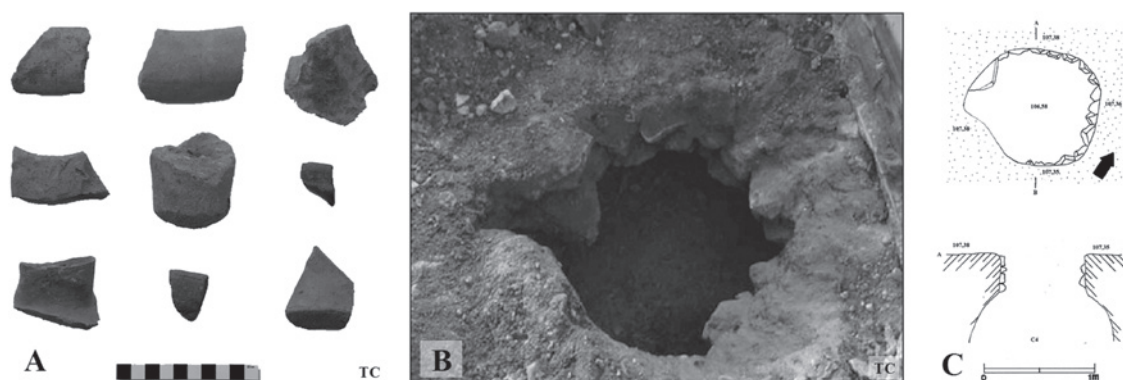


Figura 2 – A – Espólio recuperado no Largo de Santiago; B e C – Silo na Rua Ivens, 100. Fotos e desenho T. Casimiro.

No decurso da obra foram ainda picadas as paredes e demolido pequeno compartimento que albergava uma casa-de-banho. Além de não se terem encontrado outros vestígios patrimoniais, verificou-se que estas construções teriam sido já alteradas em período contemporâneo recente (Casimiro, 2011: 8).

Embora os arqueólogos só tenham sido contactados e estado presentes no terreno após o início dos trabalhos, no n.º 27 da Rua Dr. Jaime Figueiredo (Casimiro & Silva, 2011: 5) e no edifício da Santa Casa da Misericórdia (Largo Cândido dos Reis) foram recolhidos diversos artefactos de Época Moderna. No último caso, esses vestígios poderão indicar a presença de lixeira utilizada pela comunidade mo-

nástica que ocupou anteriormente aquele espaço, pois trata-se do antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus do Sítio, conhecido como o Hospital da Misericórdia desde a criação daquele na segunda metade do século XIX (Mendonça, 2000).

Numa intervenção em 2009, da responsabilidade da Câmara Municipal de Santarém, foram abertas algumas caldeiras para a colocação de árvores na Praça Visconde da Serra do Pilar, do lado Norte da Igreja de Marvila. Apesar de terem sido identificados alguns enterramentos e os vestígios de um pavimento, visto estarem abaixo da cota de afectação da obra, após o seu registo permaneceram *in situ*. Anteriormente, em 2005, igualmente do lado Nor-

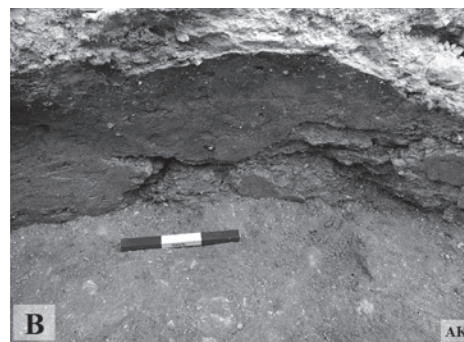


Figura 3 – A – Perspectiva de silo identificado na Rua Luís de Camões; B – Pormenor do revestimento em argamassa. Fotos: T. Silva e A. Krus.

te da Igreja de Marvila, haviam sido identificados alguns enterramentos de cronologia islâmica (Pinto & Santos¹, 2005a).

Em meados de 2013, durante a instalação de cabos de média tensão para fornecer energia a unidade hospitalar localizada na Rua Luís de Camões, foram identificados cerca de meia dúzia de silos, os quais foram intervencionados apenas na área afectada pela abertura da vala.

Os silos encontravam-se parcialmente destruídos pela presença de canalizações e estruturas afins, tendo parte deles sido já registados em 2003 no âmbito do Projecto Almagem (Batata, Barradas & Sousa, 2005a), apresentando-se a área intervencionada por aqueles trabalhos protegida por areia e manta geotêxtil. Alguns dos silos agora encontrados apresentam as suas paredes cobertas por espessa camada de argamassa branca. Durante os trabalhos de acompanhamento da obra de reabilitação do edifício onde a unidade hospitalar foi instalada também foram identificados alguns silos (Santos, 2011).

3. UMA VALA DE MAIORES DIMENSÕES

A necessidade de substituir quatro cabos de média tensão e consequente manutenção da rede eléctrica levou à abertura de uma extensa vala (com cerca de 700 m), atravessando parte do Centro Histórico, entre o Governo Civil e o Convento das Capuchas.

² Responsáveis científicos do Projecto de Requalificação da Rua 1.º de Dezembro. Dados conforme informação na página [online](#) da empresa CRIVARQUE.

Devido a factores alheios aos trabalhos arqueológicos, mas também para evitar maiores transtornos à população, a obra teve lugar em 3 fases.

Mais uma vez a vala foi aberta no local onde se encontravam as infraestruturas a substituir, diminuindo assim danos em património eventualmente existente no subsolo. Na primeira fase foi aberto o percurso entre o Governo Civil e o Terreirinho das Flores, passando pelo Largo de Mem Ramires (antigo Largo do Barão) e com uma ligação à Rua 15 de Março. Anteriormente, muito próximo destes locais foram identificadas diversas estruturas da cidade medieval, nomeadamente as fundações da Porta de Atamarma (Cardoso, Almeida & Mendes, 2001) e cerca de uma dezena de silos (Mendes, 1998; Almeida, 1999).

Durante os trabalhos levados a efeito pela ARPA constatou-se que praticamente todos os arruamentos do percurso já tinham sido alvo de intervenções profundas ao nível do subsolo, para substituição de condutas de água e saneamento, sendo o espólio recuperado raro e descontextualizado. A única excepção a este facto verificou-se nas Escadinhas do Carmo, onde se recolheu grande quantidade de materiais de cronologia moderna (cerâmica, fauna, vidros e metais), dispersos por toda a vala, mas com especial incidência no topo do escadório, junto ao edifício do Governo Civil, antigo Convento do Carmo. Considerou-se que tal situação poderá ser resultado da presença de antiga lixeira utilizada pela comunidade religiosa que ali residia (Boavida, Casimiro & Silva, 2016).

Na parte baixa das escadas, do lado norte, junto ao monumento da Atamarma foram colocados à vista

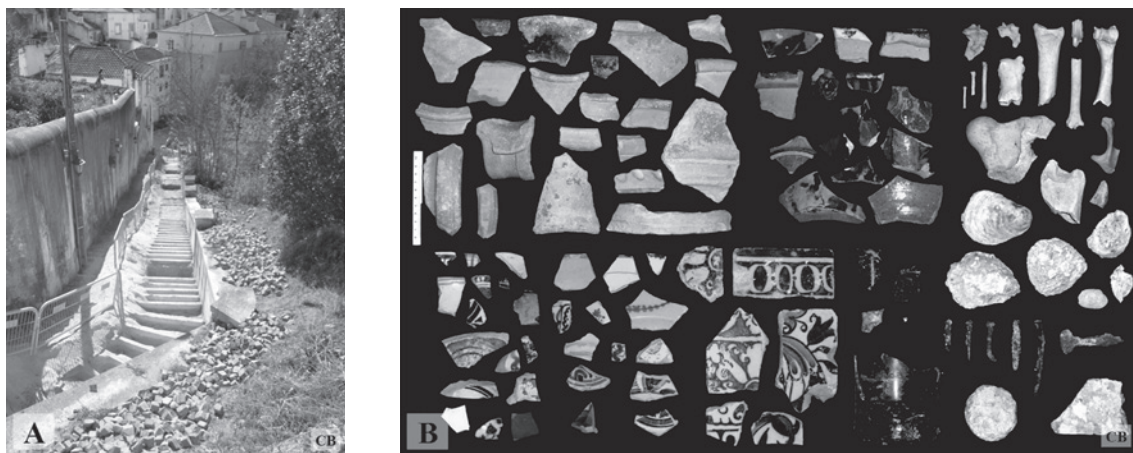


Figura 4 – A – Vista geral dos trabalhos nas Escadinhas do Carmo; B – Amostra do espólio recuperado na parte superior das Escadinhas do Carmo. Fotos: C. Boavida.

os vestígios de um muro em alvenaria argamassada, que acompanha o declive do terreno, podendo constituir antigo limite da escadaria. Do ponto de vista estrutural foram ainda identificadas algumas condutas de saneamento em alvenaria, estando a da Rua 15 de Março em funcionamento. Na Calçada de Mem Ramires, pouco antes de se chegar ao largo do mesmo nome foram localizados os restos de um eventual pavimento de pedras de calcário muito danificado.

4. UMA VALA MAIOR E COM MUITOS ACHADOS

Nas outras duas fases da obra, a vala foi substancialmente alargada, para um máximo de 3,00 m, aumentando igualmente a sua cota de afectação até 2,00 m de profundidade. Tal situação deve-se ao facto da empresa Águas de Santarém ter aproveita-

do a ocasião para proceder à substituição de condutas de água e saneamento nas ruas onde foi aberta a dita vala. Ao longo do percurso daquela foram localizadas estruturas de várias cronologias, desde a Época Romana até à Contemporânea, ainda que algumas delas estivessem muito danificadas.

4.1. Espaços Funerários

Os mais antigos vestígios encontrados correspondem a pequenas fossas escavadas no substrato geológico, preenchidas por espessa camada de cinzas, denunciando provável incineração. Estas estruturas, afectadas por construções contemporâneas, foram identificadas a cerca de 1,00 m de profundidade em frente à Casa do Brasil e à Igreja da Graça. Numa delas recolheram-se diversos fragmentos de unguentários em vidro (alguns deles deformados por exposição ao fogo) e restos de um pequeno pote cerâmico.

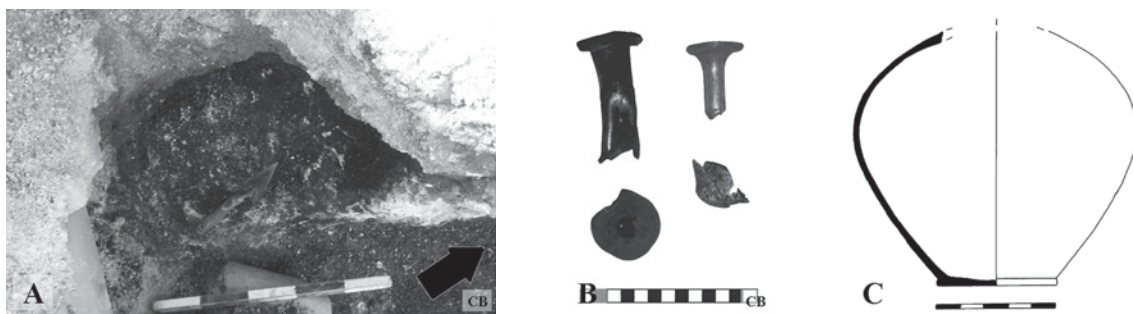


Figura 5 – A – Vista geral de um dos unguentaria; B – Fragmentos de unguentários em vidro; C – Pote cerâmico. Fotos: C. Boavida; desenho: C. Boavida.

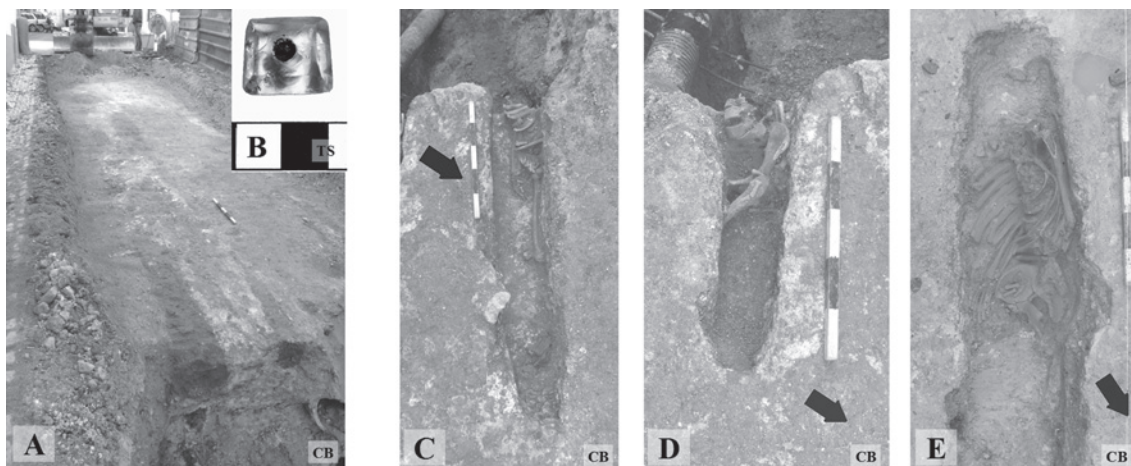


Figura 6 – A – Vista geral da área de necrópole identificada na Travessa das Capuchas, vendo-se na área central, entre as canalizações, as sepulturas antes da sua escavação; B – Botão em quartzo hialino recolhido no corte Sudeste da sepultura 5; C/D/E – Restos osteológicos nas sepulturas I, II e III. Fotos: C. Boavida e T. Casimiro.

Em trabalhos anteriores realizados na Avenida 5 de Outubro (Santos, Liberato & Geote, 2012: 157-158; Santos & Liberato, 2012: 59), junto da Igreja de São João do Alporão, foram reconhecidas estruturas idênticas, classificadas como *ustrina*. Aquele local dista, em linha recta, cerca de 100 m da intervenção no Largo Pedro Álvares Cabral (Graça). Estando os dois sítios localizados próximo do caminho de acesso à alcáçova, o principal núcleo populacional durante a presença romana (Alarcão, 2002: 37; Arruda & Viegas, 2002: 77-80), poderemos estar perante uma área de necrópole daquela comunidade.

Ao longo dos trabalhos foi encontrado e intervenção outro espaço funerário existente em frente à porta lateral da Igreja das Capuchas³, casa religiosa junto ao percurso da vala. Embora a sua localização fizesse supor tratar-se de enteramentos associados àquele templo, a escavação do contexto permitiu perceber que estes vestígios

³ O Convento das Capuchas foi criado em 1678 com o apoio da rainha D. Maria Francisca de Sabóia (1646-1683). Aquela ordem solicitara a utilização do terreno onde se encontrava o edifício devoluto do antigo Hospital dos Santos Inocentes (e sua ermida), fundado em 1321 pela Rainha Santa Isabel e pelo Bispo da Guarda, D. Martinho, junto à Porta de Leiria, e que fora transferido para este local (Bairro do Pereiro) em data incerta no início do século XV. No reinado de D. Duarte o Hospital já se encontrava neste local (Reis, 1991: 68-73).

correspondiam a uma necrópole islâmica⁴. Apesar de muito danificados por intervenções posteriores, foram colocados à vista os vestígios de cinco sepulturas paralelas à fachada lateral da igreja. Em três delas encontravam-se indivíduos adultos depositados em decúbito lateral direito, com a face dos crânios (desaparecidos em momento anterior à intervenção) virada para Sudeste⁵.

Numa das sepulturas mais destruídas, junto ao corte Sul, associado a um fragmento de úmero foi recuperado um botão de formato quadrangular em quartzo hialino. Este é idêntico a um outro recuperado, em níveis atribuídos aos séculos IX-X, sobre o cemitério moçárabe do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa (Cunha & Ferreira, 1998: 132 e fig. 97). Nesta zona da vala recolheram-se muitos ossos

⁴ Segundo uma das irmãs da congregação que desde 1925 se encontra instalada no Convento das Capuchas, há poucos anos foram feitas obras para a instalação de um elevador no interior do recinto. Durante os trabalhos de abertura do poço do elevador foi identificada uma sepultura com as mesmas características que as agora encontradas. Também se verificou a presença de silos. Estes dados foram confirmados pelo Dr. António Matias, Técnico Superior de Arqueologia da Câmara Municipal de Santarém, quando esteve na obra, à data em que se deram os achados.

⁵ Os trabalhos de antropologia foram executados pela Dr.ª Nathalie Antunes e pelo seu assistente Dr. Miguel Afonso.

dispersos, incluindo dois crânios, no fundo do que restava de um silo que destruiu pelo menos uma das sepulturas identificadas.

Outras duas sepulturas foram localizadas sob a caleira da actual rua, existente sobre o corte Sul da vala, mas não sendo afectadas pela obra, após o seu registo permaneceram *in situ*. No Largo Pedro António Monteiro, antigo Largo das Capuchas⁶ (Custódio & Mata, 2010: 16-17), foram ainda encontrados restos dispersos de material osteológico humano, totalmente descontextualizado devido à abertura de outras valas em momento anterior, como sucedia na Travessa das Capuchas⁷.

4.2. Silos: de celeiros a lixeiras

Além destas infraestruturas, as sepulturas identificadas na Travessa foram igualmente danificadas pela abertura de diversos silos, que cortaram partes daquelas⁸ ou as destruíram quase na totalidade. A parte superior destes silos também não se encontra conservada devido à presença de um maciço de betão de formato sub-rectangular, no interior do qual estão cabos telefónicos. Este maciço afectou a estratigrafia do lado Sul da vala na Travessa das Capuchas até cerca de 1,00 m de profundidade (Boavida, Casimiro & Silva, 2013a: 943, fig. 2).

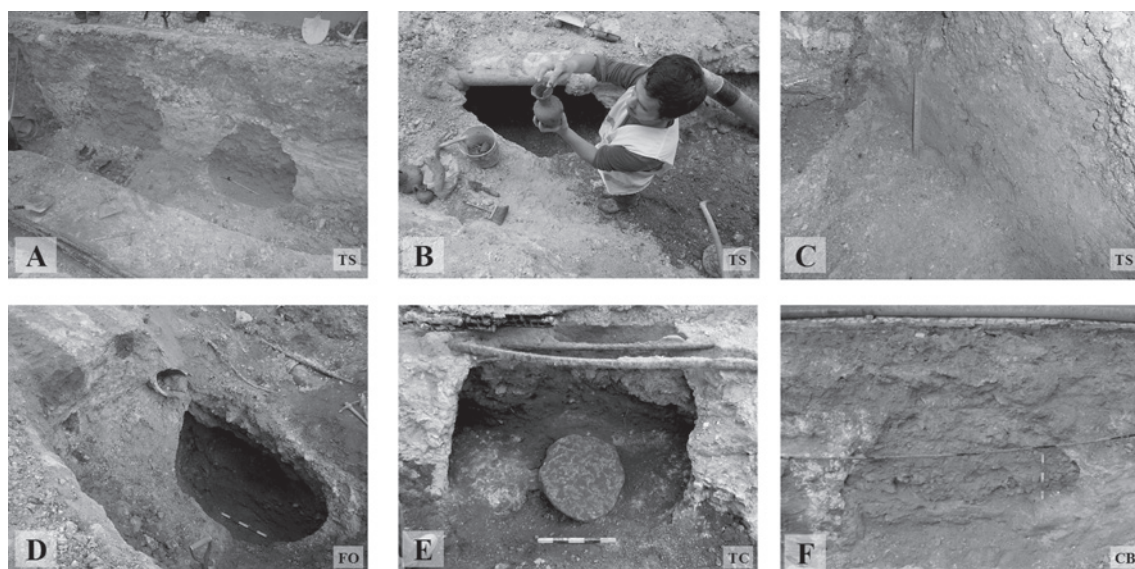


Figura 7 – A – Vista geral dos silos no corte Norte da Travessa das Capuchas (6, 10 e 11); B – Escavação do silo 9 com infraestruturas na parte superior; C – Pormenor do revestimento no interior do silo 8; D – Escavação do silo 5 com infraestruturas na parte superior e parte da necrópole; E – Silo 19 e tampa *in situ*; F – Silo 13 no corte Oeste do Largo Pedro António Monteiro. Fotos: T. Silva, F. Oliveira, T. Casimiro e C. Boavida.

⁶ Corresponde ao antigo Rossio da Amoreira, nas proximidades do qual ficava a residência de João Fernandes Pacheco (Beirante, 1980: 87), 9.º Senhor de Ferreira das Aves e Guarda-Mor de D. João I, tendo os seus familiares exercido igualmente importantes cargos na corte portuguesa. O seu irmão Fernão Lopes Pacheco foi alcaide-mór de Santarém.

⁷ Paralela à Rua Direita de Santo Estevão (actual Miguel Bombarda) e perpendicular à Travessa das Capuchas, a Oeste desta última, existia em Época Medieval uma Rua do Almocouvarinho (Beirante, 1980: 83). Embora outros autores atribuam significado diferente à palavra na origem daquela (*almocábar*), Ângela

Beirante coloca a hipótese de se tratar de uma palavra de origem muçulmana *almocábar*, isto é, cemitério, facto igualmente lembrado por António Matias (Matias, 2004: 93). Este último interveio no Largo Cândido dos Reis a maior necrópole islâmica da cidade (Matias, 2009). Estando aquele local também próximo da zona onde estaria a Rua do Almocouvarinho, não é possível perceber a qual dos cemitérios se poderia referir a herança toponímica.

⁸ Esta situação também se verificou na Avenida 5 de Outubro, onde vários enterramentos em decúbito lateral foram interceptados pela abertura de silos (Santos & Liberato, 2012: 59).

Nenhuma destas estruturas negativas foi interven-
cionada na totalidade, uma vez que só parte se-
ria afectada pela abertura da vala; no entanto foi
possível perceber em todos eles o formato sub-
-hemisférico ou periforme, com um diâmetro variá-
vel entre 1,40 m e 2,10 m. Nalguns deles (5, 6 e 8)
verificou-se que as paredes interiores se encontra-
vam cobertas por argamassa de cal e areia aplicada
manualmente ou com recurso a ferramentas como
atestam algumas marcas digitadas ou espatuladas.

Este tipo de tratamento talvez servisse para im-
permeabilização das paredes dos silos (Boavida,
Casimiro & Silva, 2013a: 938), uma vez que estes se
encontram escavados em margas calcárias, que mos-
tram alguma friabilidade. A aplicação deste revest-
timento ou semelhante foi encontrada em estruturas
idênticas em outros locais da cidade de Santarém,

como na Rua Luís de Camões (mencionada anterior-
mente), no Largo Sá da Bandeira (Batata, Barradas &
Sousa, 2002: 72; 2010: 197-201) ou na Rua Miguel
Bombarda (Almeida, 2003: 84). Os silos desta últi-
ma estão a cerca de 200 metros a Norte do local.

Devido a condicionamentos da obra e também
da intervenção arqueológica foi possível escavar
quase na totalidade o silo 5. Apresenta um diâmetro
total de 1,70 m e o fundo está a 2,30 m de profun-
didade. A parte superior encontra-se destruída pelo
maciço de betão mencionado anteriormente.

Foi contabilizado um total de 22 silos na Traves-
sa das Capuchas e no Largo Pedro António Montei-
ro, encontrando-se os que estão sob o edifício da
igreja preenchidos por pedras miúdas e telhas, en-
quanto os restantes foram usados como depósitos
de lixos domésticos.



Figura 8 – Espólio cerâmico recolhido nos silos 5, 9 e 19. Desenho: C. Boavida

Estas lixeiras são constituídas essencialmente por
objectos em cerâmica comum, nomeadamente pa-
nelas, frigideiras, cântaros, púcaros e testos, entre
outras formas (Boavida, Casimiro & Silva, 2013b:
938-939).

Estão também presentes, mas em menor quan-
tidade, fragmentos cerâmicos de peças produzidas
com pastas rosadas, esmaltadas a branco, decoradas
a azul de cobalto ou com reflexo metálico dourado,
assim como outras em pastas brancas acinzentadas
cobertas por vidro verde ou melado escuro na face
externa, por vezes com decoração em relevo. No pri-

meiro caso tratam-se de fabricos provenientes de ofi-
cinas andaluzas, enquanto os outros serão provindos
de oficinas francesas e flamengas. Este tipo de pro-
duções surge noutros contextos portugueses, tanto
em grandes cidades portuárias como Lisboa (Gaspar
& Amaro, 1997: 339, Est. 2; Fernandes, Marques &
Torres, 2008: 166, figs. 13-14; Silva & Oliveira, 2014)
ou Porto (Gomes *et alii*, 2004: 91-92), mas também
em localidades no interior do país como Beja ou
Castelo Novo (Martins & Lopes, 2007; Martins *et alii*,
2010: 156; Silvério & Barros, 2005: 68-69).

Recuperaram-se alguns fragmentos de objectos

de vidro de provável produção veneziana, um com fios aplicados abaixo do bordo.

Foram também colectados restos de peças em osso e em diversas ligas metálicas, onde se desta-

cam, entre outros, uma pintadeira e algumas agulhas de coser. Entre os materiais recolhidos está um conjunto numeroso de numismas, sendo os mais recentes datados do final do século XIV, inícios do

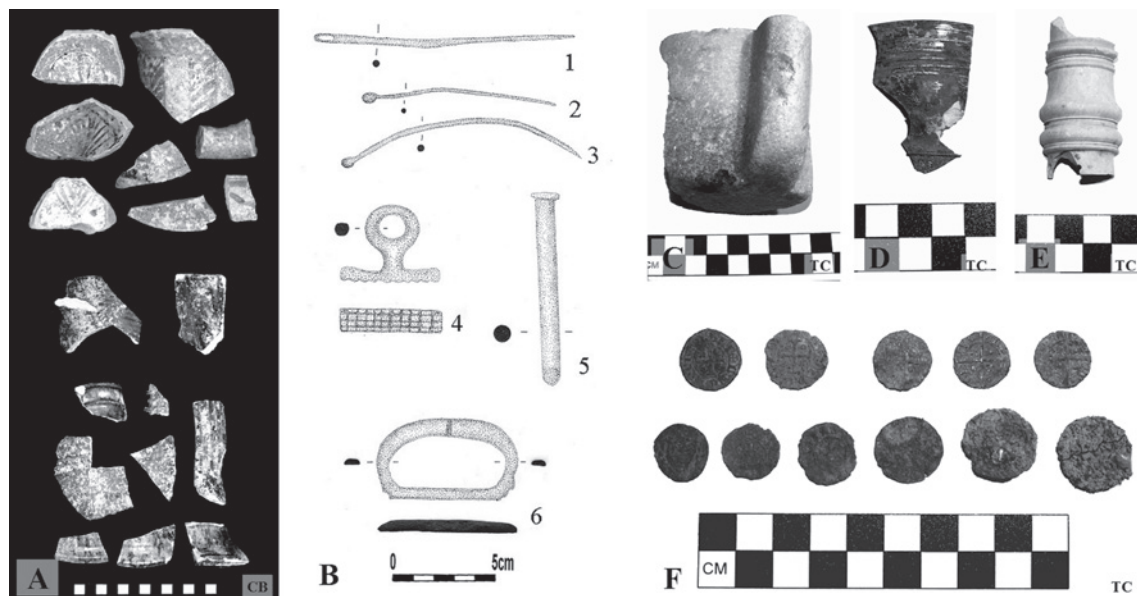


Figura 9 – Espólio recolhido nos silos 5, 6, 9 e 19. A – Cerâmicas esmaltadas; B – Objectos metálicos; C – Almofariz em mármore; D – Bordo de copo em vidro; E – Torre de roca em osso; F – Numismas (silos 5 e 19). Fotos: C. Boavida e T. Casimiro; desenho: T. Casimiro.

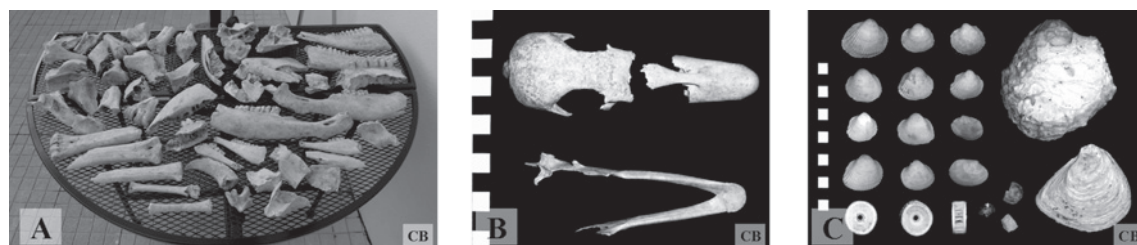


Figura 10 – Fauna recolhida no interior do silo 5. A – Fauna mamalógica; B – crânio de pato; C – Fauna malacológica e ictiológica. Fotos: C. Boavida.

século XV, predominando os *dinheiros* de D. Fernando I (1367-1383).

No interior destas estruturas negativas colectou-se uma grande quantidade de espólio arqueozoológico, situação que se pode ficar a dever à proximidade das carniçarias medievais, que seriam imediatamente a Sul da Travessa das Capuchas (Beirante, 1980: 87). Além da fauna mamalógica, onde predominam os bovidos e porcinos, foi igualmente recuperada fauna malacológica, ictiológica e ornito-

lógica, destacando-se entre esta última a presença do crânio de um pato.

Este tipo de estruturas negativas é muito frequente no Centro Histórico de Santarém, tendo sido encontradas um pouco por todo o planalto de Marvila (Pinto & Santos⁹, 2005a; 2005b; Borges & Bar

⁹ Responsáveis científicos do Projecto de Requalificação das ruas João Afonso e 1.º de Dezembro. Dados conforme informação na página [online](#) da empresa CRIVARQUE.

radas, 2008¹⁰) e também na Ribeira de Santarém¹¹ (Batata, Barradas & Sousa, 2005a, 2005b; Batata, Barradas & Sousa, 2008: 101). Além dos mencionados anteriormente, foram igualmente identificados silos na Alcáçova (Viegas & Arruda, 1999: 108-109), no Largo da Alcáçova (Trindade & Diogo, 2003), na Avenida 5 de Outubro (Liberato, 2012: 15-16; Santos, Liberato & Geote, 2012: 158; Santos & Liberato, 2012: 59-70), na Rua Tenente Valadim (Mendes & Almeida, 1999), no Convento de São Francisco (Lopes & Ramalho, 2001), no Largo de Mem Ramires (Mendes, 1998), na Rua 15 de Março (Almeida, 1999), na Rua Capelo e Ivens (Viegas, 1994), na Travessa da Lameira (Mendes, 2001; Boaventura & Langley, 2002; Mendes, Pimenta & Valongo, 2002; Lopes, 2007) e na Casa do Brasil (Almeida, 1997; 2000).

Estando os dois últimos locais muito próximos do Largo Pedro Álvares Cabral, não foi surpreendente que nesse local também pudessem existir tais estruturas.

A presença da Igreja da Graça no local e a possível existência de uma necrópole associada a este templo levou a tutela a solicitar a abertura de sondagens prévias no largo, antes da continuação dos trabalhos (Boavida, Casimiro & Silva, 2013c). Se durante a abertura daquelas se identificaram-se seis silos, no decorrer do resto da intervenção esse número ascendeu a cerca de duas dezenas.

Tal como na Travessa das Capuchas, existem silos que ofereceram uma grande quantidade de materiais arqueológicos e outros que se encontraram preenchidos por terra castanha clara, pouco compactada, misturada com pedras miúdas, telhas e alguns fragmentos de objectos em cerâmica.

Além do numeroso espólio arqueozoológico, são predominantes as formas em cerâmica comum, de pastas vermelhas ou alaranjadas, em muitos casos com decorações a branco e raramente a vermelho. Ao que tudo indica as formas identificadas

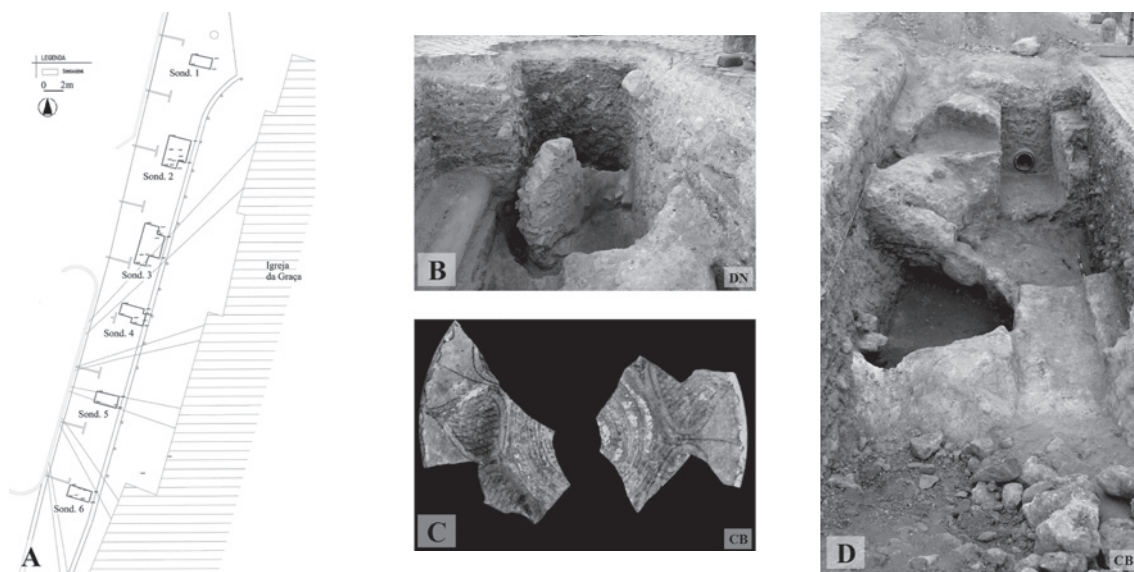


Figura 11 – A – Localização das sondagens de diagnóstico no Largo Pedro Álvares Cabral; B – Vista geral da sondagem 2 no fim dos trabalhos de diagnóstico; C – Prato decorado a verde e negro recolhido no silo 6 (sond. 6); D – Vista geral da sondagem 2 durante os trabalhos de acompanhamento e escavação no decorrer da obra. Fotos: D. Neves e C. Boavida.

¹⁰ Durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico da ampliação da rede de condutas da Portugal Telecom realizados pela empresa OZECARUS identificaram-se vários silos em diversos arruamentos da cidade: Rua Dr. Teixeira Guedes, Travessa do Mareco, Largo Emílio Infante da Câmara, Largo de São Julião,

Rua Miguel Bombarda, Rua José Paulo e Avenida António dos Santos (pelo menos um silo em cada um dos locais referidos).

¹¹ Foram localizados silos em diversos arruamentos: Rua do Calvário, Rua Mayer, Rua do Sal, Rua Lourenço de Almada, Calçada da Atamarna e Beco da Escola.

serão de cronologia medieval, em data próxima à da Reconquista da cidade (Casimiro, Boavida & Silva, 2014). Também foram recuperados numismas, assim como vidros e algumas peças de cerâmica vidrada, onde se destaca o prato encontrado no silo 6, decorado a verde de cobre e negro de manganês.

Entre os silos encontrados neste local, dois são motivo de destaque. O silo 4/9, evidenciou-se pela sua dimensão, que graças a condicionamentos da

obra foi possível intervencionar na totalidade. Apesar de parcialmente danificado pela presença da conduta da água, apresentava uma profundidade total de 2,70 m e um diâmetro máximo de 2,00 m. A escassa centímetros da superfície preservava-se parte da boca do silo, estruturada por pedras miúdas e alguns fragmentos cerâmicos, incluindo o bico fundeiro de uma ânfora de origem itálica (Dr.1). No fundo do silo foi encontrada a tampa de formato discoidal em calcário.

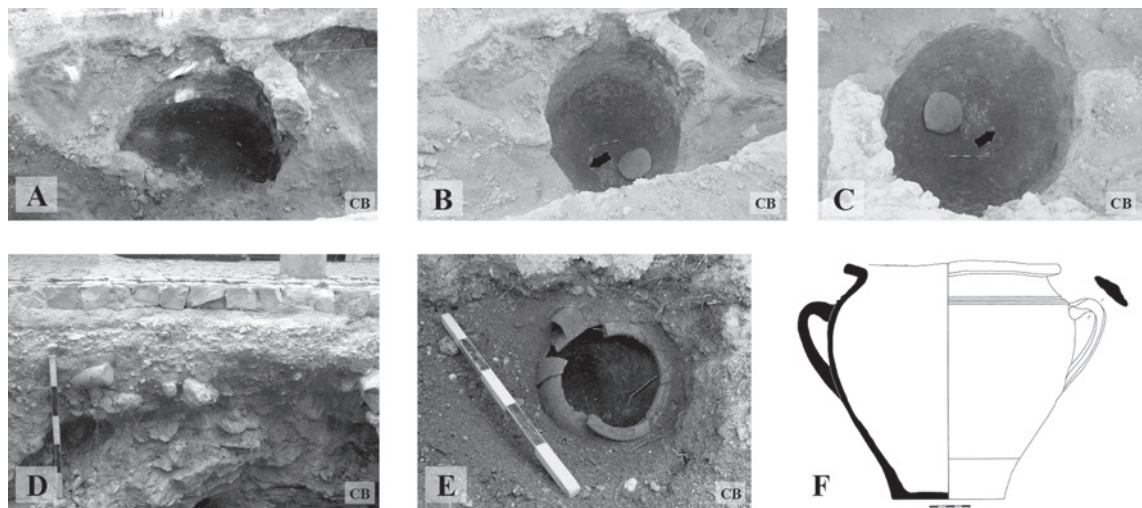


Figura 12 – A/B/C – Diferentes aspectos da escavação do silo 4/9; D – Pormenor de bico fundeiro de ânfora Dr. 1 integrado na boca do silo 4/9; E. Pote encontrado *in situ* no silo 4/9; F – Pote encontrado *in situ* no silo 4/9. Fotos e desenho: C. Boavida.

No silo 20 foi recuperado um numeroso conjunto de objectos cerâmicos, muitos deles completos, e aparentemente “arrumados” no seu interior. Trata-se de estrutura que não se encontrava na área da vala, visto estar no corte oeste; no entanto, durante o acerto daquele e uma vez que a parte superior do silo se encontrava vazia, verificou-se um abatimento do terreno que teve que ser reparado. Aproveitou-se essa oportunidade para fazer o registo e escavação do interior do mesmo até à cota de afectação da obra.

Ao contrário do que se suspeitava à partida não foi identificada nenhuma necrópole associada à igreja. Tal situação pode dever-se ao facto de aquela não se tratar de uma igreja paroquial, como sucede com a Igreja de Marvila, localizada a duas ruas de distância e mais antiga que a Igreja da Graça, cuja construção só se iniciou na década de 80 do século XIV.

No entanto, no interior de um silo (junto ao corte Este) foi identificado um enterramento, em decúbito dorsal, estando a zona da cabeça orientada para Oeste, sem sepultura definida e em plano inclinado¹². O mesmo encontrava-se muito danificado por infraestruturas contemporâneas, estando apenas preservado entre as vértebras lombares e a zona mesial dos fémures. A análise realizada por parte da equipa de antropologia¹³ concluiu tratar-se de indivíduo não adulto (criança ou adolescente) de sexo indeterminado.

¹² Para possibilitar a escavação integral da sepultura, após contacto com a DGPC e acordo com o dono de obra, foi feito o alargamento da vala, numa área total de 1 m².

¹³ Os trabalhos de antropologia foram executados pela Dr.ª Nathalie Antunes.

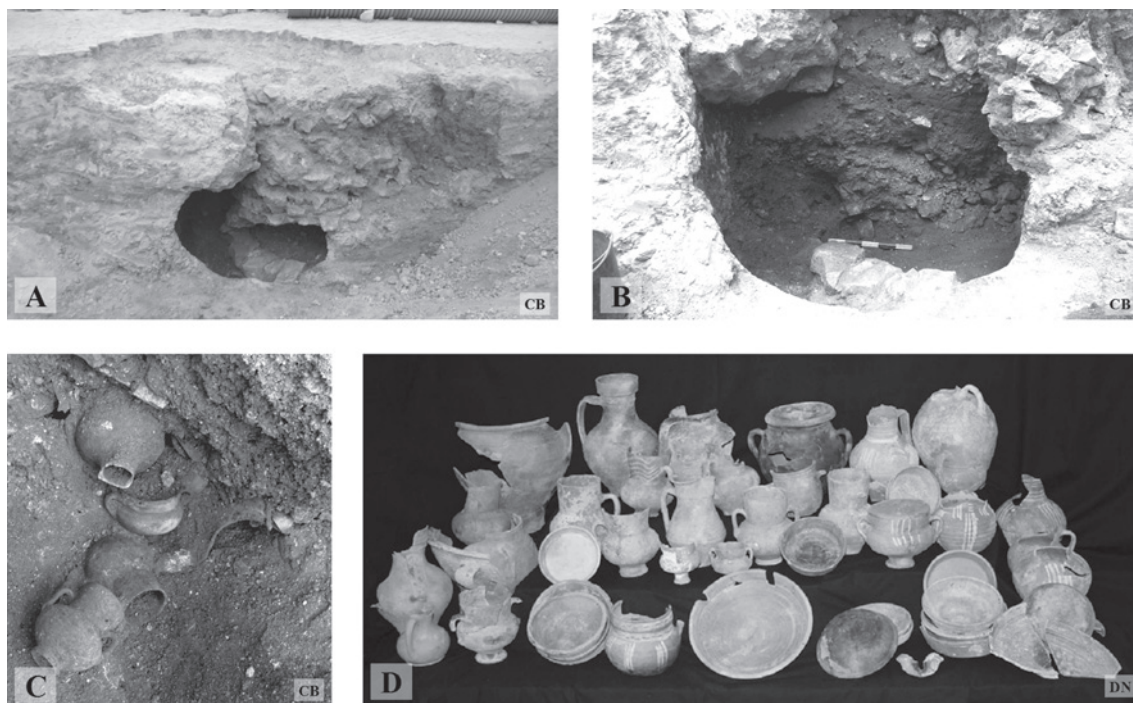


Figura 13 – A/B – Aspectos da escavação do silo 20; C – Espólio no interior do silo 20; D – Vista geral de uma parte do espólio recuperado no silo 20. Fotos: C. Boavida e D. Neves.

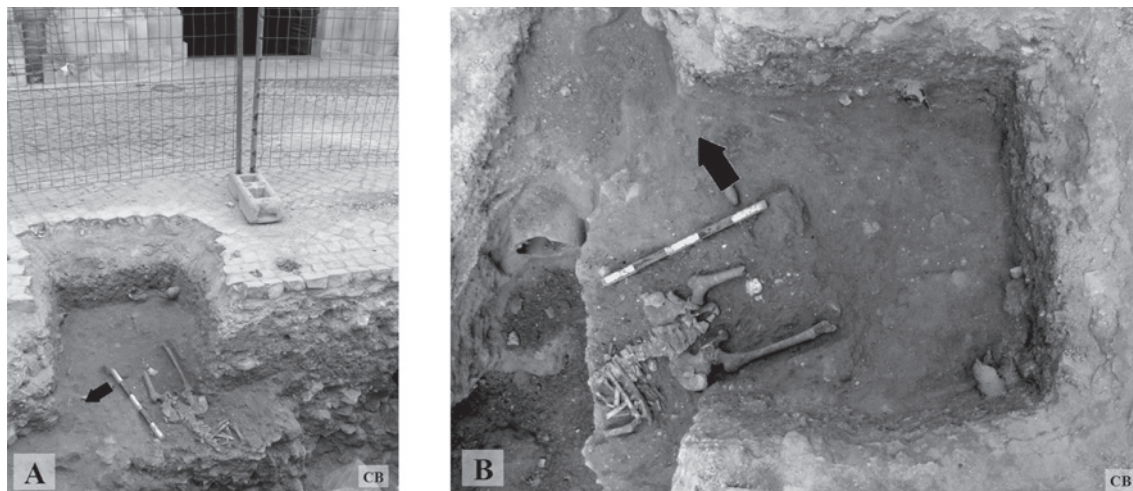


Figura 14 – A – Localização do enterramento, no interior do silo 21, em relação à Igreja da Graça; B – Vista geral dos vestígios do enterramento identificado no interior do silo 21. Fotos: C. Boavida.

4.3. Estruturas Murárias

No decorrer da abertura das sondagens prévias no Largo Pedro Álvares Cabral, foi igualmente colocado à vista um muro com orientação NE/SO. Com o desenvolvimento dos trabalhos verificou-se que este estava associado a outros dois muros, perpen-

diculares àquele e paralelos entre si, formando possível corredor.

A área entre os dois muros encontrava-se ocupada pelo derrube de grande parte de um deles, o localizado mais a Sul. A Norte destes muros foram encontrados dois níveis de pavimentos em seixos

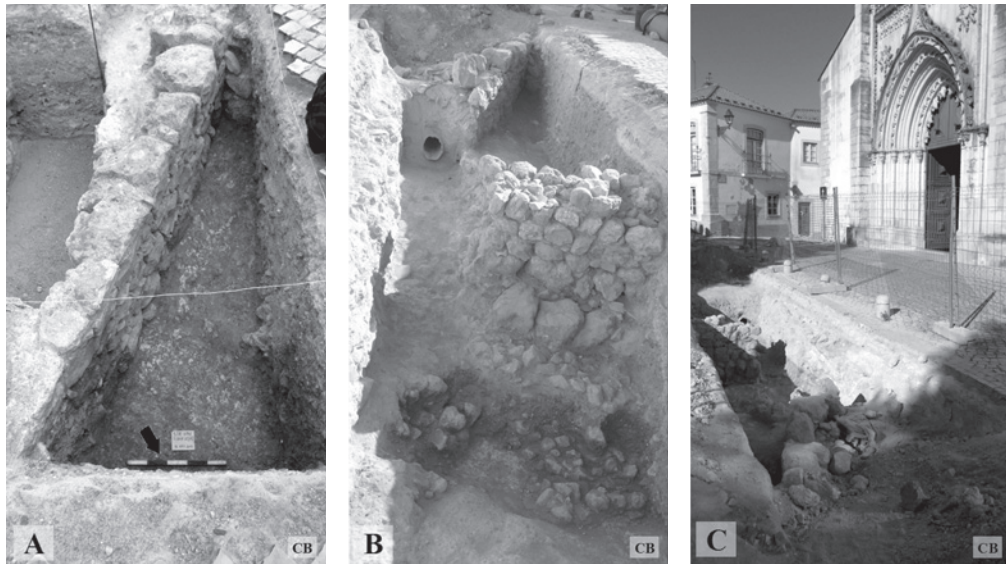


Figura 15 – A – Vista geral do muro identificado na sondagem 3 no Largo Pedro Álvares Cabral; B – Vista geral dos muros identificados posteriormente durante a obra vendo-se a vala da conduta da água; C – Localização das estruturas em relação à Igreja da Graça. Fotos: C. Boavida.

rolados, sobrepostos. Durante a desmontagem destas estruturas foi possível perceber, em corte, que continuam para Oeste.

No corte Este foi também identificado um outro muro, paralelo à fachada principal da igreja, com o mesmo tipo de aparelho que os outros, mas com

uma argamassa de cal de areia muito compacta, de tom amarelado. Ao contrário dos outros muros que se encontravam construídos directamente sobre o substrato geológico de calcário margoso branco, este estava erguido sobre um dos pavimentos de seixos rolados. O espólio encontrado em associa-

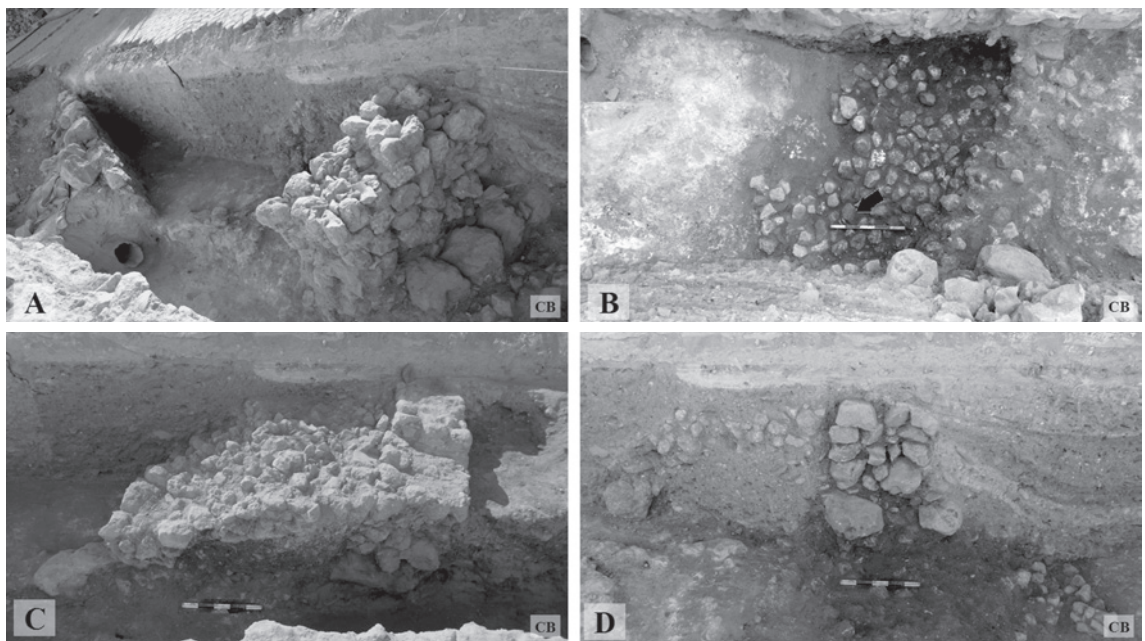


Figura 16 – A – Vista geral dos muros identificados no Largo Pedro Álvares Cabral; B – Vestígios de pavimentos; C – Perspectiva dos dois muros paralelos e o derrube; D – Perspectiva do corte Oeste da vala após o desmonte das estruturas. Fotos: C. Boavida.

ção com estas estruturas é semelhante ao recuperado nos silos, embora muito fragmentado. Sobre o muro do corte Este foi recuperada parte de uma mó de rodízio em calcário.

No Largo Pedro António Monteiro, paralelo à cabeceira da igreja das Capuchas, distando 1,00 m daquela, foi encontrado um muro de alvenaria extremamente compacta. Aquele poderá corresponder às fundações da antiga ermida associada ao Hospital dos Santos Inocentes que, por se encon-

trar devoluta, foi reconstruída quando aquela propriedade foi cedida às freiras Capuchas em 1678 (Reis, 1991: 68-73). Sob este muro com 0,50 m de espessura estavam dois dos silos encontrados neste largo. Após a demolição desta estrutura, no corte Oeste, foi possível verificar que o edifício anterior ao aqui existente seria mais estreito, pois as fundações das paredes laterais, com 1,00 m de espessura, encontram-se ambas sobre a área da nave da actual igreja.

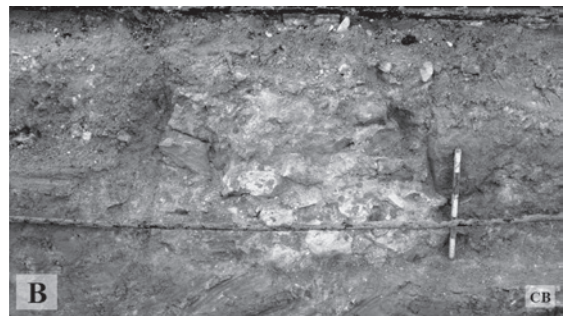


Figura 17 – A – Muro de fundação da cabeceira da ermida do Hospital dos Santos Inocentes (?) identificado no Largo Pedro António Monteiro; B – Pormenor do corte oeste vendo-se muro perpendicular ao da cabeceira da actual igreja. Fotos: C. Boavida.

4.4. Condutas de Saneamento: uma longa rede

Durante os trabalhos na Rua Braamcamp Freire foi colocada à vista uma conduta de saneamento, de grande dimensão, que ainda se encontrava em serviço. Trata-se de uma estrutura construída em alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia alaranjada, que apresentava secção subrectangular no troço Sul¹⁴ e trapezoidal no restante percurso (0,85 m de largura máxima por 0,60 m de altura) e uma extensão preservada de quase 200 m. A parte superior era coberta por lajes de calcário com 0,10 m de espessura, sendo o fundo da caleira do troço Sul constituído por lajes de cerâmica (Boavida, Casimiro & Silva, 2013d: 112-113).

Nalguns locais da conduta verificou-se a reutilização de elementos arquitectónicos na sua construção, nomeadamente três fustes de coluna e a base da pilastra de um cunhal.

¹⁴ Entre o Largo Pedro António Monteiro e o Chafariz del-Rei, em frente à Biblioteca Municipal.

Segundo informação da Dr.^a Maria Manuela dos Santos, doutoranda em História Contemporânea no ISCTE¹⁵, esta conduta terá sido mandada construir por Anselmo Braamcamp Freire e pelo Visconde do Andaluz em meados do século XIX. Aqueles tinham as suas residências neste arruamento, respectivamente nos edifícios onde actualmente funcionam a Biblioteca Municipal e a Fundação Luíza Andaluz.

Sendo um dos objectivos da obra a substituição desta conduta, e uma vez que a preservação integral da mesma, adulterada, provocaria alguns problemas do ponto de vista da obra e de manutenção e conservação da própria estrutura, optou-se por manter a sua parede Este; embora nalguns locais, devido à necessidade de instalação de sargetas e colectores de saneamento tenha sido necessário demolir alguns troços na totalidade.

¹⁵ O objecto de estudo desta investigadora são as alterações arquitectónicas e urbanísticas ocorridas em Santarém no final da Monarquia e na I República ao nível dos serviços de água e saneamento, entre outros.



Figura 18 – A – Cruzamento da condutas de saneamento da Rua Miguel Bombarda com a da Rua Braamcamp Freire no Largo Pedro António Monteiro; B – Vista do interior da conduta da Rua Braamcamp Freire após remoção da cobertura vendo-se as lajes de cerâmica do pavimento; C – Perspectiva do interior da conduta da Rua Braamcamp Freire. Fotos: C. Boavida.

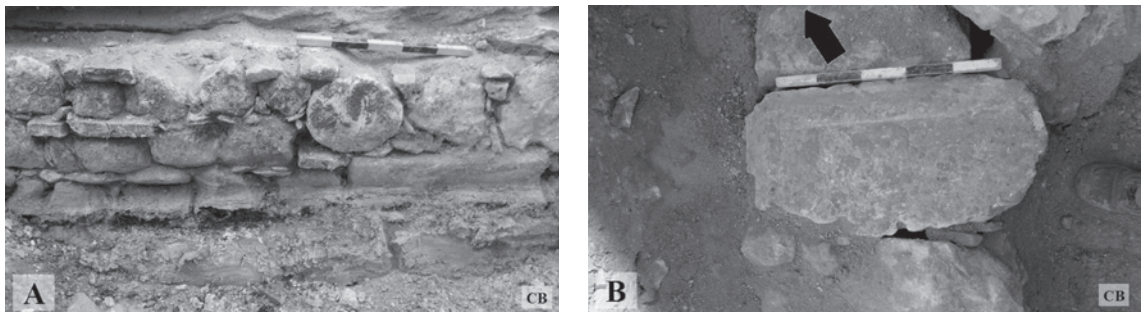


Figura 19 – Reutilização de elementos arquitectónicos na estrutura da conduta de saneamento da Rua Braamcamp Freire. A – Fuste de coluna; B – Base de pilastra de cunhal. Fotos: C. Boavida.

Além dos ramais de saneamento dos diversos edifícios presentes na rua, ligavam-se à conduta outras secundárias, vindas dos arruamentos próximos como os largos Pedro António Monteiro e Pedro Álvares Cabral, as ruas Miguel Bombarda e Júlio Araújo e a Travessa D. Mónica. Na Rua Vila de Belmonte foi reconhecida conduta com as mesmas características, igualmente em serviço.

Foram identificados mais alguns troços de condutas de saneamento de menor dimensão na Travessa das Capuchas e na Avenida António dos San-

tos; no entanto, essas eram construídas em tijolos e encontravam-se em grande parte desactivadas e aterradas.

No interior de uma delas foram recuperados alguns objectos da 1.ª metade do século XX, nomeadamente o fundo de um copo de vidro, talheres e tampas metálicas de pasta medicinal Couto, cuja produção se iniciou em 1932.

Estas condutas foram construídas sobre uma área que poderá corresponder à lixeira do Convento das Capuchas, estando junto da sua cerca.

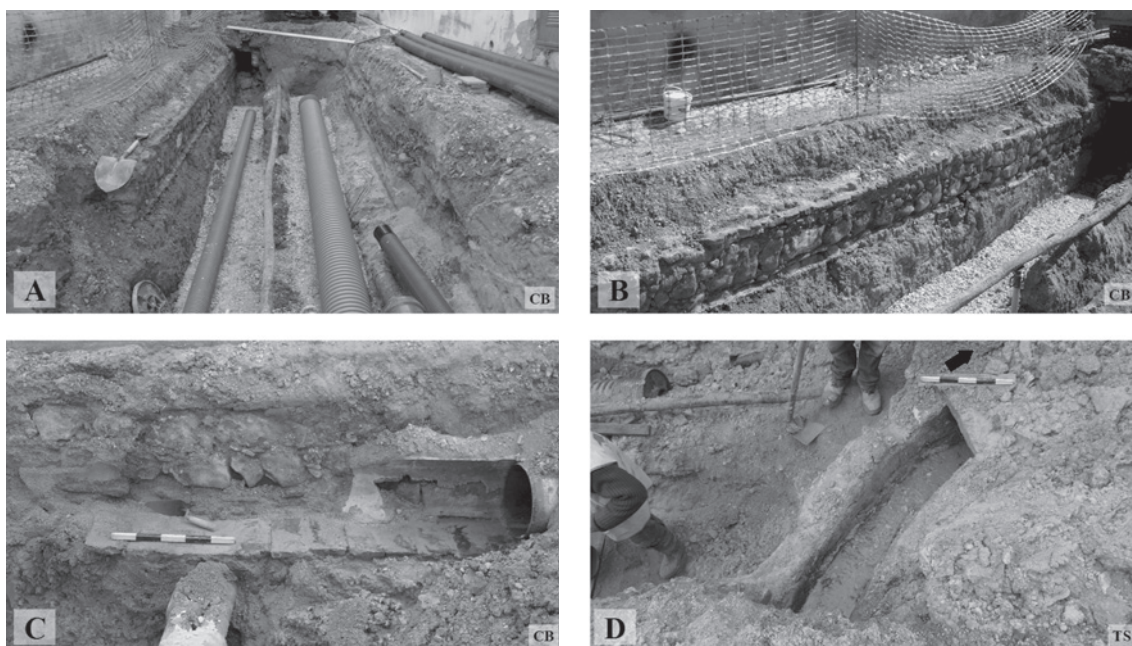


Figura 20 – A – Vista geral dos trabalhos na Rua Braamcamp Freire; B – Vista geral da parede Este da conduta de saneamento que foi preservada *in situ*; C – Pormenor da conduta, vendo-se o pavimento cerâmico e o tubo de PVC existente no interior de uma parte da estrutura; D – Conduta no Largo Pedro António Monteiro. Fotos: C. Boavida e T. Silva.

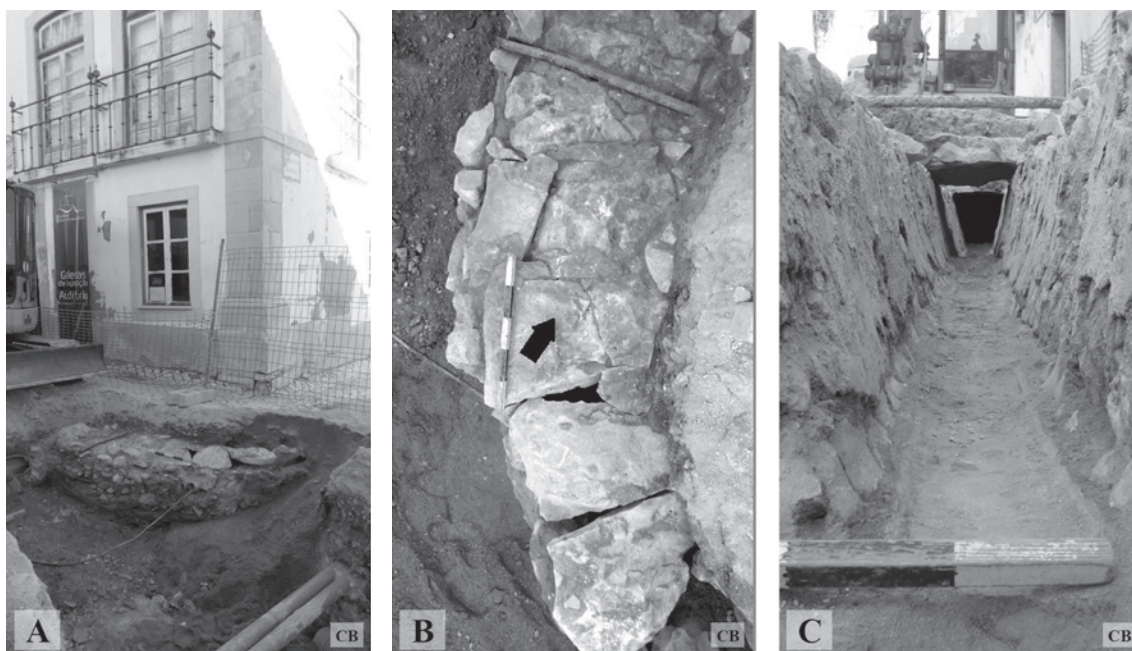


Figura 21 – A – Localização da conduta de saneamento da Rua Vila de Belmonte em relação à Casa do Brasil / Casa Pedro Álvares Cabral; B/C – Vista superior e interior da conduta da Rua Vila de Belmonte. Fotos: C. Boavida.

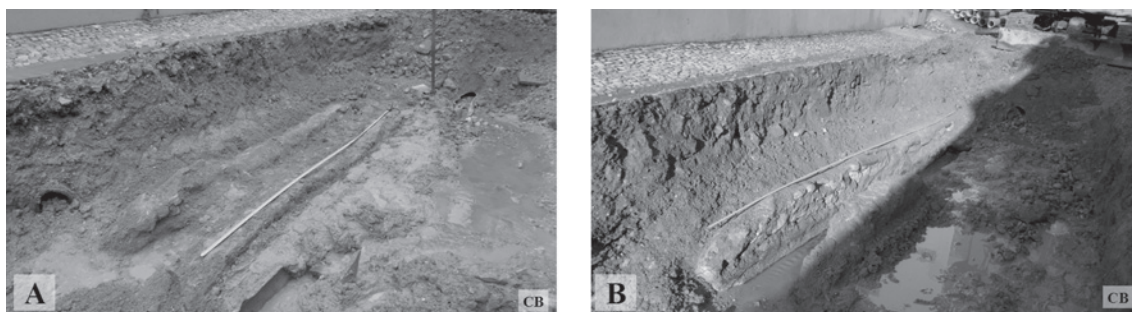


Figura 22 – A/B – Aspetos da escavação da conduta de saneamento em tijolo identificada na Travessa das Capuchas. Fotos: C. Boavida.

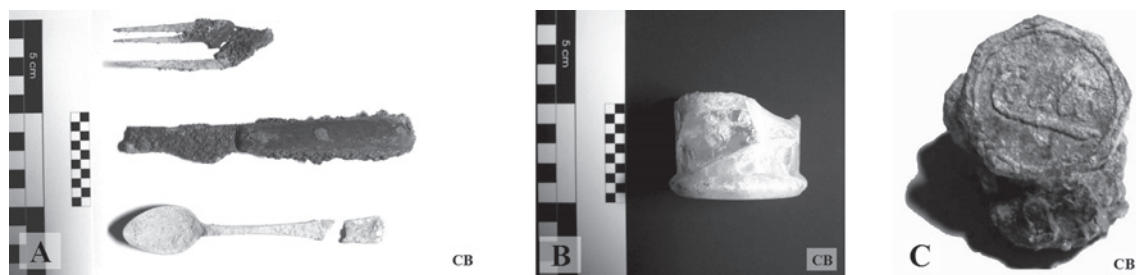


Figura 23 – A/B – Objectos recolhidos no interior da conduta de saneamento da Travessa das Capuchas. A – Talheres; B – Fundo de copo em vidro; C – Tapa de pasta medicinal Couto. Fotos: C. Boavida.

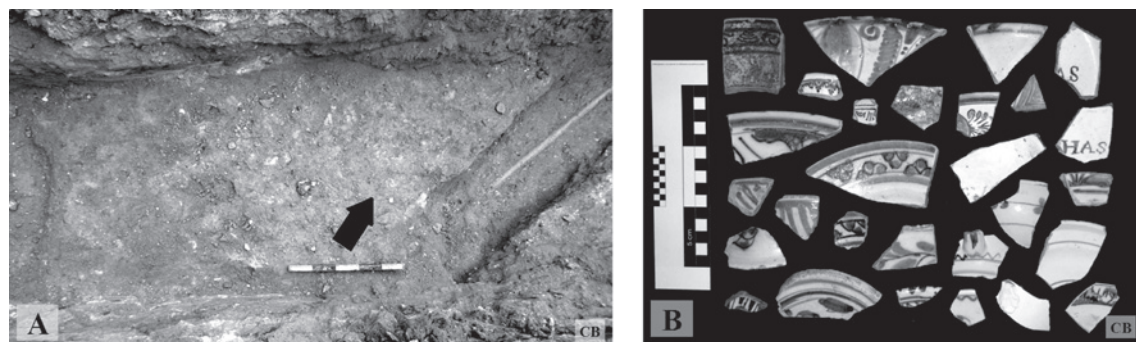


Figura 24 – Vista geral da área de aterro identificada na Avenida António dos Santos, vendo-se a vala aberta anteriormente para a colocação da conduta da água; B – Cerâmica esmaltada recuperada durante a escavação do nível de aterro. Fotos: C. Boavida.

A maior parte do espólio recuperado encontra-se fora de contexto e corresponde a várias cronologias, destacando-se as faianças de produção nacional (Boavida, Casimiro & Silva, 2016). Na Avenida António dos Santos estes materiais integravam uma área de aterro compactado, que poderá ter sido criado na 2.ª metade do século XIX, altura em que esta rua foi aberta e alargada para permitir o acesso ao Cemitério Municipal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de cinco anos, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos pela ARPA identificaram diversos vestígios histórico-patrimoniais da cidade de Santarém. Até ao momento, só houve oportunidade de analisar de forma preliminar alguns dos dados recolhidos, no entanto, é possível tirar algumas ilações.

As estruturas e espólios a elas associados permitiram a percepção de alguns aspectos da evolução urbanística dos espaços intervencionados, nomeadamente as áreas Travessa das Capuchas / Largo Pedro António Monteiro e Largo Pedro Álvares Cabral / Rua Vila de Belmonte.

No primeiro caso, a presença de uma necrópole islâmica evidencia tratar-se de uma área periférica à cidade muçulmana. O facto de mais tarde, provavelmente ainda durante a permanência daquelas comunidades, terem sido escavados no substracto rochoso diversos silos (cuja área de dispersão não foi possível aferir), demonstra que a cidade continuava a expandir-se e que o espaço funerário anteriormente existente perdera a sua importância como tal, sendo integrado na malha urbana.

A reestruturação de uma das portas da muralha da cidade levou à transferência do Hospital dos Santos Inocentes para este local no final do século XIV, inícios XV, provocando o abandono e entulhamento dos silos. Essa situação é evidenciada pelos depósitos presentes no interior daquelas estruturas. Se por um lado existem silos que foram usados como lixeiras, em que o espólio é atribuível àquelas cronologias, por outro foram identificados silos que se encontram preenchidos com pedras de pequena e média dimensão, provavelmente para garantir a estabilidade do terreno, permitindo a construção de edifícios sob o local.

A intervenção e consequente demolição de um muro que poderá ter integrado as fundações de uma ermida existente anteriormente no local permitiram confirmar que o edifício terá sido reformado. No corte Oeste, por baixo da nave da actual igreja e dentro do espaço definido pelos cunhais da capela-mor desta, foram identificados dois muros perpendiculares àquele. A espessura destes poderá também indicar que se tratava de um edifício com um telhado de duas águas, sendo o peso e pressão daquele exercida sobre estes, substancialmente mais espessos que o da empena.

Em relação ao espólio recolhido no interior dos silos, além de uma grande quantidade e diversidade de formas em cerâmica comum, estão presentes al-

guns objectos que só poderiam ser adquiridos por alguém com alguns recursos financeiros (tendo em conta a presença de peças importadas, não só em cerâmica, mas também em vidro). Não será demais relembrar que junto do Rossio da Amoreira, depois Largo das Capuchas e actual Largo Pedro António Monteiro estavam os paços de João Fernandes Pacheco (1340-1420) (Beirante, 1980: 87), Guarda-Mor de D. João I (1357-1433).

A proximidade das carniçarias e do curral do gado (Beirante, 1980: 87) poderão justificar a presença de grandes quantidades de ossos de animais, nomeadamente bovídeos.

No que diz respeito ao Largo Pedro Álvares Cabral, antigo Largo da Graça, os vestígios de uma necrópole de incineração de cronologia romana demonstram que se tratava claramente de uma área periférica à povoação romana, embora próxima do caminho de acesso. Poderá questionar-se se estamos perante um espaço funerário inédito ou se este núcleo fará parte do mesmo que foi identificado junto à Igreja de São João do Alporão, a uma centena de metros do local (Liberato, Santos e Geote, 2012: 157-158). Este último espaço foi usado como necrópole durante várias centúrias, existindo enterramentos entre os séculos III e X (Liberato, 2012).

As estruturas murárias identificadas revelaram a presença de um espaço urbano, até ao momento desconhecido e ao que tudo indica anterior à construção da igreja no local. Não foi possível apurar com exactidão em que momento essas estruturas terão sido abandonadas ou desactivadas, nem em que condições, mas o estudo do espólio artefactual associado poderá permitir o apuramento de cronologias. Esse espólio é em grande parte semelhante ao recolhido nos silos existentes também no local, no entanto, no interior daquelas estruturas negativas as peças não se encontram tão fragmentadas. O facto de nenhuma destas estruturas (muros e silos) interferirem entre si, poderá eventualmente indicar a sua contemporaneidade.

Ao contrário do que sucedia nos silos da Travessa das Capuchas, aqui são frequentes as peças decoradas a branco, usuais na cidade de Santarém pelo

menos desde o século XI, como atestam os materiais recolhidos na Alcáçova (Silva, 2011), na Avenida 5 de Outubro (Liberato, 2011) e no Largo Mem Ramires (Cardoso, Almeida & Mendes, 2001: 821). Por outro lado, visto que as cerâmicas recuperadas na Travessa das Capuchas são bem mais tardias, a comparação de formas e decorações das peças dos dois locais possibilitará um estudo evolutivo das mesmas, nomeadamente no que diz respeito à cerâmica comum, para a qual se coloca a hipótese de resultar de uma produção de âmbito local ou regional (Casimiro, Boavida & Silva, 2014).

No troço sul da Rua Braamcamp Freire foi identificada uma conduta de saneamento que será uma das mais antigas da cidade. A mesma sofreu algumas alterações posteriores com a ligação de diversos ramais e de outras condutas que despejam águas residuais e pluviais no seu interior, visto que a sua parte mais baixa se encontra numa cota inferior à de todos os outros arruamentos próximos. A análise desta estrutura e de outras idênticas, de menor dimensão, localizadas um pouco por todo o Centro Histórico, poderá permitir o estudo de como as preocupações higiénico-sanitárias condicionaram ou não a evolução dos espaços urbanos da cidade a partir da 2.ª metade do século XIX.

Em síntese, ao longo dos trabalhos desenvolvidos pela ARPA em Santarém foram identificadas estruturas e elementos da cultura material que permitem um maior conhecimento sobre as vivências das populações scalabitanas nos últimos 2000 anos, tanto do ponto de vista social, como económico e religioso.

Nos últimos anos têm vindo a ser identificados no Centro Histórico de Santarém inúmeros vestígios do Passado da cidade; no entanto grande parte da História da capital do Ribatejo permanece por escrever. Conhecem-se factos, acontecimentos, personagens ilustres, mas como eles se articulavam com os quotidianos da cidade e a sua evolução urbanística é uma questão que em muitos casos ainda aguarda resposta.

AGRADECIMENTOS

Dr. Dário Neves, Dr. Filipe Oliveira, Dra. Alexandra Krus, Dr.ª Joana Gonçalves, Dr.ª Teresa Miguel, Dr. Rodolfo Manaia; Dr.ª Nathalie Antunes e Dr. Miguel Afonso; Dr. António Matias e Dr. Luís Mata; Eng. Fernando Dias; Dra. Maria Manuel dos Santos, Irmã Rita.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (2002) – “Scallabis e o seu território” in Arruda, A. M.; Viegas, C.; Almeida, M. J. (coord.) *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Santarém (pp. 37-46).

ALMEIDA, M. J. (1997) – *Intervenção arqueológica na Casa do Brasil, Rua Vila de Belmonte n.º 13/15. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos* (policopiado, não publicado).

ALMEIDA, M. J. (1999) – *Intervenção arqueológica na Rua 15 de Março (Marvila, Santarém). Relatório do acompanhamento arqueológico das obras*. (policopiado; não publicado).

ALMEIDA, M. J. (2000) – “Trabalhos Arqueológicos na Casa do Brasil” in Custódio, J. (coord.) *Casa do Brasil / Casa Pedro Álvares Cabral*. Santarém: Câmara Municipal (pp. 29-34).

ALMEIDA, M. J. (2003) – “Resultados da intervenção arqueológica na Rua Miguel Bombarda (Santarém): algumas ideias sobre a ocupação do planalto de Marvila” in Encarnação, G. (org.) *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal / ARQA (pp. 81-94).

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2002) – “A Alcáçova” in Arruda, A. M.; Viegas, C.; Almeida, M. J. (coord.) *De Scallabis a Santarém*; Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Santarém (pp. 73-82).

BATATA, C.; BARRADAS, E.; SOUSA, V. (2002) – “Novos vestígios da presença islâmica em Santarém” in Amado, C.; Mata, L. (coord.) *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578)*. Santarém: Câmara Municipal (pp. 68-77).

BATATA, C.; BARRADAS, E.; SOUSA, V. (2005a) – *Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico da Ribeira de Santarém*. Abrantes: Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda. (policopiado; não publicado).

BATATA, C.; BARRADAS, E.; SOUSA, V. (2005b) – *Relatório Final da escavação arqueológica de emergência na Rua Lourenço de Almada (Ribeira de Santarém)*. Abrantes: Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda. (policopiado; não publicado).

BATATA, C.; BARRADAS, E.; SOUSA, V. (2008) – “As muralhas islâmico-medievais da Ribeira de Santarém” in Bicho, N. F.; Carvalho, A. F. (coord.) *A ocupação islâmica da Península Ibérica*.

- Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Centro de Estudos do Património da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve (pp. 99-206). Promontória Monográfica 11.
- BATATA, C.; BARRADAS, E.; SOUSA, V. (2010) – “Tipologia de silos e estruturas industriais na Praça Sá da Bandeira, em Santarém” in Bicho, N. F.; Sebástian, L. (coord.) *As Épocas Medieval e Moderna na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Núcleo de arqueologia e Paleoecologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve (pp. 197-201). Promontória Monográfica 13.
- BEIRANTE, A. (1980) – *Santarém Medieval*. [S.l.]: FCSH / Universidade Nova de Lisboa
- BOAVENTURA, R.; LANGLEY, M. (2002) – *Sondagens arqueológicas e acompanhamento arqueológico de obra – Travessa da Lameira / Travessa D. Mónica. Relatório Final* (policopiado; não publicado).
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T. M.; SILVA, T. (2013a) – “Silos medievais da Travessa das Capuchas (Santarém): estruturas e cultura material” in Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (edit.) *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*; Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (pp. 937-945).
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T. M.; SILVA, T. (2013b) – “Travessa das Capuchas (Santarém). Silos e espólios trecentistas numa necrópole islâmica – primeira notícia”. *Al-madan: adenda electrónica* 18.1. [S.l.]: Centro de Arqueologia de Almada (pp. 134-136).
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T. M.; SILVA, T. (2013c) – *Sondagens de diagnóstico – Largo Pedro Álvares Cabral (Marvila, Santarém). Relatório Final* [S.l.]: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T. M.; SILVA, T. (2013d) – “Intervenção Arqueológica na Rua Braamcamp Freire (Santarém) e a descoberta de esgoto oitocentista”. *Al-madan: adenda electrónica* 17.2. [S.l.]: Centro de Arqueologia de Almada (pp. 112-113).
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T. M.; SILVA, T. (2016) – “Portuguese Faience in Santarém: evidence from two convents” in Gomes, R. V.; Casimiro, T. M.; Gomes, M. V. (edit.) *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências – FCSH/ Universidade Nova de Lisboa (pp. 257-262).
- BORGES, N. S.; BARRADAS, E. (2008) – *Acompanhamento arqueológico da ampliação da rede de condutas da Portugal Telecom*. Abrantes: Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda. (policopiado; não publicado).
- CARDOSO, M.; ALMEIDA, M. J.; MENDES, H. C. (2001) – “A Porta da Atamarma” in Fernandes, I. C. F. (coord.) *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e Magreb (500-1500): Simpósio Internacional sobre os Castelos*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela (pp. 819-824).
- CASIMIRO, T. M. (2011) – *Acompanhamento Arqueológico: Rua Capelo e Ivens, 100 (Santarém). Relatório Final*; Almeirim: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).
- CASIMIRO, T. M.; BOAVIDA, C.; SILVA, T. (2014) – “Pottery consumption in Medieval Santarém (12th-15th century)”; comunicação apresentada no congresso *Medieval and later ceramic development, production and trade along the Atlantic seaboard* promovido pelo Medieval Pottery Research Group no Museu Nacional de Arte Antiga (18 Junho).
- CASIMIRO, T. M.; SILVA, T. (2011) – *Acompanhamento Arqueológico: Rua Dr. Jaime Figueiredo, 27 (Santarém). Relatório Final*. Fazendas de Almeirim: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).
- CUNHA, A.; FERREIRA, F. (1998) – *Vida e morte na época de D. Afonso Henriques*. [S.l.]: Hugin.
- CUSTÓDIO, J.; MATA, L. (2010) – *Santarém: Roteiros Republicanos*. [S.l.]: Quidnovi.
- FERNANDES, L.; MARQUES, A. C.; TORRES, A. (2008) – “Ocupação Baixo Medieval do Teatro Romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas”. *Arqueologia Medieval* 10. Porto: Edições Afrontamento (159-183).
- GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino (1997) – “Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa” in Archimbaud, D. G. (dir) *La céramique médiévale en Méditerranée: Actes du 6^e congrès*. Aix-en-Provence: Narration Editions (pp. 337-345).
- GOMES, P. D.; MELO, M. R.; OSÓRIO, M. I. P.; SILVA, A. M.; TEIXEIRA, R. J. (2004) – “Cerâmicas tardo-medievais e modernas de importação na cidade do Porto: primeira notícia”. *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos* 3. Barcelos: Câmara Municipal (pp. 89-96).
- LIBERATO, M. A. A. (2011) – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado; não publicado).
- LIBERATO, M. (2012) – “Novos dados sobre a paisagem urbana de Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão”. *Medievalista online* 11. Instituto de Estudos Medievais – FCSH/UNL (<http://www2.fcs.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11/iberato1107.html>) – visto em Junho 2014).
- LOPES, C.; RAMALHO, M. M. (2001) – “Presença islâmica no Convento de São Francisco de Santarém” in Lacerda, M.; Sormenho, M.; Ramalho, M. M.; Lopes, C. (coord.) *Garb – Sítios islâmicos do sul peninsular*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico / Junta de Extremadura (pp. 31-87).

- LOPES, S. (2007) – *Relatório final do acompanhamento arqueológico de intervenção na residência de estudantes Pedro Álvares Cabral no Centro Histórico de Santarém*. Ozecarus, Serviços Arqueológicos Lda. (policopiado; não publicado).
- MARTINS, A.; LOPES, G. (2007) – “Cerâmicas nazarís dos silos da Avenida Miguel Fernandes (Beja)”. *Vipasca – Arqueologia & História* 2:2. Aljustrel: Câmara Municipal (pp. 620-624).
- MARTINS, A.; NEVES, C.; COSTA, C.; LOPES, G. (2010) – “Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 13. Lisboa: IGESPAR (pp. 145-165).
- MATIAS, A. J. (2004) – “Voltados para a Caaba. O mundo da morte e as práticas funerárias islâmicas: o caso de *Shantarín*” in Amado, C.; Mata, L. (coord.) *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578)*. Santarém: Câmara Municipal (pp. 88-97).
- MATIAS, A. J. (2009) – “Culturas distintas, um mesmo espaço. O Largo Cândido dos reis na caracterização de gestos quotidianos e rituais funerários de Santarém medieval” in Gonçalves, M. J. (coord.) *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal (pp. 637-654). *Xelb* 9.
- MENDES, H. C. (1998) – *Relatório de acompanhamento arqueológico de obras no Centro Histórico de Santarém – Largo Mem Ramires 15/16*. Gabinete Projecto Municipal de Santarém a Património Mundial, Câmara Municipal de Santarém (policopiado; não publicado).
- MENDES, H. C. (2001) – *Intervenção arqueológica na Travessa da Lameira, n.º 3 – Centro Histórico de Santarém. Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Câmara Municipal de Santarém (policopiado; não publicado).
- MENDES, H. C.; ALMEIDA, M. J. (1999) – *Intervenção arqueológica na Rua Tenente Valadim, n.º 14 – Relatório dos Trabalhos Arqueológicos* (policopiado; não publicado).
- MENDES, H.; PIMENTA, J.; VALONGO, A. (2002) – “Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21 – Centro Histórico de Santarém”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5.1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (pp. 259-276).
- MENDONÇA, I. (2000) – “Convento de Nossa Senhora de Jesus do Sítio / Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Santarém” in *Monumentos* (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8562 – visto em Setembro de 2014).
- PINTO, M. A.; SANTOS, H. M. (2005a) – “Escavações e Acompanhamento Arqueológico na Rua 1.º de Dezembro” in *Crivarque Arqueologia Online* (<http://www.crivarque.net/pzoom.php?identif=59> – visto em Setembro 2014).
- PINTO, M. A.; SANTOS, H. M. (2005b) – “Escavações e Acompanhamento Arqueológico na Rua João Afonso” in *Crivarque Arqueologia Online* (<http://www.crivarque.net/pzoom.php?identif=12> – visto em Setembro 2014).
- REIS, M. F. (2001) – *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*. Lisboa: Editorial Cosmos. *Cosmos História* 25.
- SANTOS, H.; LIBERATO, M. (2012) – “Em torno da cerâmica pintada a branco. Uma proposta de diacronia pós-islâmica na Santarém Medieval”. *Arqueologia Medieval* 12. [S.l.]: Edições Afrontamento (pp. 59-70).
- SANTOS, H.; LIBERATO, M.; GEOTE, R. P. (2012) – “Alterações urbanísticas na Santarém Pós-Medieval. A diacronia de abandono de uma rua no planalto de Marvila” in Teixeira, A.; Bettencourt, J. M. (coord.) *Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia Moderna* vol. I; Centro de História do Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores (pp. 157-162).
- SANTOS, N. (2011) – *Clínica Ruy Puga. Trabalhos de Arqueologia – Relatório Preliminar* (policopiado; não publicado).
- SILVA, M. I. (2011) – *A cerâmica islâmica da alcáçova de Santarém, das unidades estratigráficas 17, 18, 27, 28, 30, 37, 39, 14, 193, 195, 196, 197 e 210*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado; não publicado).
- SILVA, R. B.; OLIVEIRA, F. (2014) – “European Medieval pottery imports in Lisbon: an approach to its historical and archaeological significance”; comunicação apresentada no congresso *Medieval and later ceramic development, production and trade along the Atlantic seaboard* promovido pelo Medieval Pottery Research Group no Museu Nacional de Arte Antiga (18 Junho).
- SILVA, T.; CASIMIRO, T. M (2010) – *Acompanhamento Arqueológico – Rua Capelo e Ivens, 98 (Santarém). Relatório Final*. Santarém: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).
- SILVA, T.; CASIMIRO, T. M (2011a) – *Acompanhamento Arqueológico – Travessa das Frigideiras, Largo do Seminário / Praça Sá da Bandeira (Marvila, Santarém). Relatório Final*. Santarém: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).
- SILVA, T.; CASIMIRO, T. M (2011b) – *Acompanhamento Arqueológico – Travessa Padre António Fernandes, Rua Arco de Mansos, Largo de S. Tiago (Marvila, Santarém). Relatório Final*. Santarém: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).
- SILVA, T.; CASIMIRO, T. M (2011c) – *Acompanhamento Arqueológico – Rua 31 de Janeiro, 36 (Santarém). Relatório Final*. Santarém: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).

SILVA, T.; CASIMIRO, T. M (2011d) – *Acompanhamento Arqueológico – Avenida do Brasil, 59 (Santarém). Relatório Final*. Santarém: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).

SILVA, T.; CASIMIRO, T. M (2011e) – *Acompanhamento Arqueológico – Rua Guilherme de Azevedo, 27 (Santarém). Relatório Final*. Santarém: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).

SILVA, T.; CASIMIRO, T. M (2011f) – *Acompanhamento Arqueológico – Rua Dr. Teixeira Guedes, 1-3 (Santarém). Relatório Final*. Santarém: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).

SILVÉRIO, S; BARROS, L. (2005) – *Arqueologia no castelo da aldeia histórica de Castelo Novo (2002-2004): resultados preliminares*. [S.l.]: Câmara Municipal do Fundão.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. D. (2003) – “Cerâmicas de um silo da Alcáçova de Santarém” in Abraços, H. C.; Diogo, J. M. (coord.) *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal (pp. 145-150).

VIEGAS, C. (1994) – *Intervenção arqueológica de emergência na Rua Capelo e Ivens n.º 52 – Centro Histórico de Santarém. Relatório Preliminar*. (policopiado; não publicado).

VIEGAS, C.; ARRUDA, A. M. (1999) – “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2.2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (pp. 105-186).

ALFANGE: NÚCLEO HABITACIONAL NOS ARRABALDES DE SANTARÉM EM ÉPOCA ISLÂMICA

Tânia Manuel Casimiro¹, Ana Filipa Ferreira², Telmo Pinheiro Silva³

¹ Bolseira pós-doc FCT / Instituto de Arqueologia e Paleociências UNL / Instituto de História Contemporânea UNL / ARPA – Arqueologia e Património, Lda. / Associação dos Arqueólogos Portugueses / tmcasimiro@fchsh.unl.pt

² Arqueóloga / afilepaferreira92@gmail.com

³ Instituto de Arqueologia e Paleociências UNL / ARPA – Arqueologia e Património Lda. / telmoaps@gmail.com

Resumo

A intervenção arqueológica efectuada em Alfange (Santarém), nos finais de 2010, permitiu a descoberta de diversas estruturas arqueológicas associadas à ocupação islâmica daquela zona, tendo a sua escavação sido restrita a uma pequena área afectada pela construção de uma moradia. A arquitectura, as técnicas de construção e cultura material permitiram datar o abandono deste local algures na primeira metade do século XII, possivelmente aquando dos tumultos da invasão cristã, atendendo à ausência de quaisquer dados indicativos de populações cristãs.

Tratava-se de pequeno assentamento rural, cujo tamanho não foi possível determinar, mas que se comporia de, pelo menos, duas casas distintas, bem como de silos para armazenamento.

Palavras-chave: Santarém, Alfange, Habitação, Século XII, Islâmico.

Abstract

In late 2010, an archaeological excavation made in Alfange (Santarém) led to the discovery of many archaeological features, though the discovery was restricted to the construction area. The architecture, building techniques and material culture suggest that this site was abandoned somewhere in the first half of the 12th century possibly when Christian troops took the city from the Muslims since there are no signs of destruction or Christian occupation. This is a small rural settlement with at least two houses and some storage pits.

Keywords: Santarém, Alfange, Dwelling, 12th century, Islamic.

1. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Durante os trabalhos de acompanhamento da construção de uma moradia unifamiliar em Olival do Parque (Alfange – Santarém), entre 2 de Novembro e 16 de Dezembro de 2010, financiados pelo proprietário, foram descobertos testemunhos arqueológicos de época islâmica. A intervenção, da responsabilidade de Telmo Silva e Tânia Casimiro, foi efectuada pela ARPA – Arqueologia e Património Lda. Outros achados arqueológicos eram já conhecidos nas imediações do local, identificados aquando da abertura de estrada, nomeadamente, silos, cuja cronologia fora atribuída, genericamente, à Idade Média.

Com efeito, a primeira intervenção arqueológica traduziu-se na realização de seis sondagens cuja profundidade variou entre 0,050 m e 1,500 m, cota de afectação máxima da obra, cuja distribuição coincidiu com a localização das sapatas no projecto arquitectónico. A realização destas sondagens permitiu identificar diversos materiais arqueológicos, nomeadamente produções cerâmicas, cuja

cronologia se concluiu corresponderem a produções associadas à ocupação islâmica dos arrabaldes de Santarém.

Neste sentido, e atendendo à presença de materiais arqueológicos, mas à ausência de estruturas, foi efectuada o acompanhamento arqueológico integral de todos os movimentos de terra na área onde seria construída a casa. A cerca de 1,200 m de profundidade, foi identificado conjunto de telhas que sugeria o abatimento de telhado, pelo que a escavação, até ao momento feita com recursos mecânicos, passou a ser efectuada manualmente. Ainda que diversas estruturas arqueológicas tenham sido efectivamente identificadas, muitas daquelas encontravam-se danificadas por intervenções anteriores, realizadas pelo proprietário do terreno, de modo a enterrar lixo, segundo o próprio (Fig. 1).

O sítio localiza-se junto à povoação de Alfange (coordenadas aproximadas 39° 13' 34.46" N 8° 40' 40,32" O), em pequena elevação junto ao Tejo, do qual dista 105 metros e a 495 m do centro de Santarém (Alcáçova) e a 850 m da Ribeira de Santarém.



Figura 1 – Aspecto de um dos sectores da escavação.

2. O ARQUEOSSÍTIO

Embora a zona tenha sido apenas parcialmente escavada, foram identificadas duas distintas zonas de habitação (Fig. 2). A primeira, e onde a maior área foi intervencionada, foi reconhecida inicialmente através da presença de derrube de telhas. O alargamento da área permitiu identificar o compartimento subrectangular, estruturado com paredes em taipa e o pavimento efectuado com cal batida (Figs. 3 e 4).

A orientação deste espaço era Norte-Sul, segundo o seu eixo maior, com a entrada virada para este. O seu comprimento máximo não ultrapassaria os 5,700 m e a largura daquele seria aproximadamente de 2,100 m. As paredes apresentaram uma dimensão média de 0,400 m e a abertura para o exterior, na parede Este, 0,700 m de largura. Junto à parede Oeste foi identificada uma lareira que, embora muito destruída, se encontrava estruturada com diversas telhas, ainda que seis daquelas tenham sido conservadas quase intactas *in situ*, evitando que cinzas e brasas entrassem em contacto com o chão

da casa, potenciando possíveis incêndios (Fig. 5). A lareira encontrava-se acomodada num nicho na parede, com cerca de 0,300 m de profundidade e 1,200 m de comprimento, que se desconhece se terá sido efectivamente pensado para tal solução, embora essa pareça ser uma técnica utilizada noutros locais do mundo islâmico, nomeadamente em Siyâsa (Múrcia) onde as habitações possuíam nichos para a colocação de lareiras ou fornos (Navarro-Palazón & Jiménez-Castillo, 1996). Infelizmente não foi possível escavar o compartimento a norte por sair da área do edifício a construir, ainda que breve limpeza superficial tenha permitido a identificação das paredes de taipa no lado interno do compartimento, compreendendo a sua dimensão.

Junto ao chão da casa, foram encontrados diversos elementos associados às actividades quotidianas, nomeadamente cerâmicas, muito fragmentadas, metais e alimentação.

No exterior deste compartimento, junto à entrada do mesmo, foi igualmente identificado grande conjunto de telhas. Imediatamente abaixo foram re-

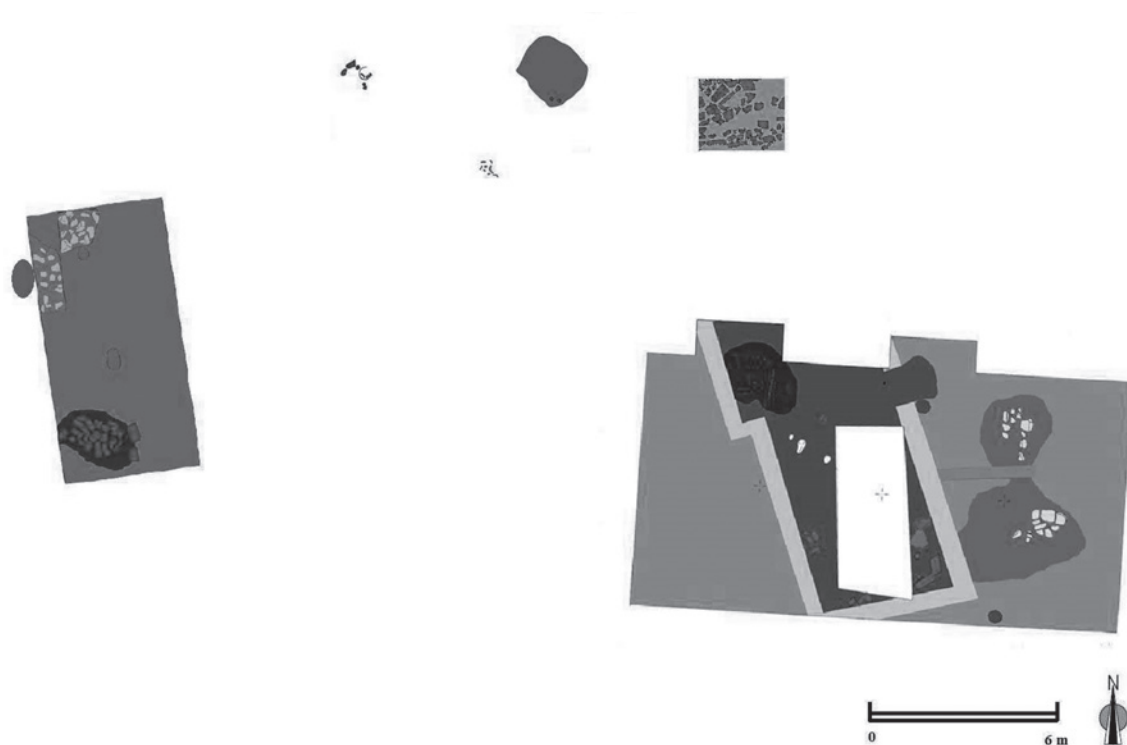


Figura 2 – Compartimentos subrectangular (a depressão central foi da responsabilidade do proprietário antes do início da obra).



Figura 3 – Aspecto de um dos sectores da escavação.



Figura 4 – Planta do compartimento subrectangular.



Figura 5 – Lareira.

conhecidos alguns buracos de poste, equidistantes, pelo que é possível que estejamos perante um pequeno alpendre, na parte frontal da suposta habitação, estruturado em madeira e com telhado.

Noutra área, a cerca de quinze metros desta primeira, foram identificados dois muros estruturados com pedras de pequena e média dimensão igualmente associados a dois buracos de poste e a lareira de grandes dimensões, algo estruturada pela presença de telhas em seu redor. Apesar de não ser possível inferir as dimensões deste compartimento,

acreditamos não pertencer à primeira casa, mas a outra estrutura habitacional, até porque se encontravam a cotas diferentes, com um desnível de cerca de um metro. Aquele espaço encontrava-se igualmente coberto com derrube de telhas.

Foram ainda identificados dois pequenos silos, embora apenas um deles tenha sido parcialmente escavado por se encontrar dentro da zona a afectar pela construção da nova moradia (Fig. 6). Ao exemplo do que aconteceu nas supostas habitações, também este silo se encontrava coberto com derrube de telhas sugerindo que se encontrava protegido por algum tipo de alpendre.

Efectivamente, foi possível a identificação, no total, de duas casas distintas (conclusão retirada através da presença da cerâmica de uso doméstico e das lareiras, estruturadas com telhas), dois silos e pequenas fossas detriticas contendo cerâmicas e restos de alimentação. Contudo, a dimensão do espaço disponível e o aparecimento de outras estruturas nas imediações, tais como silos, leva-nos a concluir que estamos perante pequeno núcleo habitacional, cujo número de casas não nos atrevemos a avançar, mas que ocuparia uma área de pelo menos 1200 m².



Figura 6 – Silo 2.

3. OS ACHADOS MATERIAIS

3.1. Cerâmicas

A maior parte da cerâmica identificada neste arqueossítio foi recuperada associada às estruturas acima descritas, pelo que acreditamos ali ter sido usada. A colecção traduz-se no que se consideram ser objectos de uso quotidiano nas diversas actividades de qualquer habitação.

A cerâmica foi encontrada em elevado estado de fragmentação, num total de 1415 fragmentos. Foi possível colar e reconhecer a forma em 1019 fragmentos, pelo que 396 foram impossíveis de atribuir a uma forma em particular. A colagem dos 1019 fragmentos resultou no reconhecimento de 169 objectos distintos.

A maior parte dos recipientes pode ser categorizada como cerâmica comum e apenas alguns fragmentos de louça revestida a vidro de chumbo ou de estanho.

Foram registadas 13 formas diferentes, agrupadas por tipologias funcionais. A cerâmica de cozinha, representada através de panelas, caçoilas, alguidares e testos, é o grupo mais abundante com 45,57% do total das formas reconhecidas. A sua função é assumida como de utilidade na confecção de alimentos, ainda que outros usos lhes possam ter sido dados. As panelas (Figs. 7, 8 e 9), o recipiente mais abundante, com a presença de 57 recipientes (33,73%), apresentam corpo globular, assente em fundo plano e bordos extrovertidos com perfil semi-circular ou subrectangular e bordo aplanado supe-

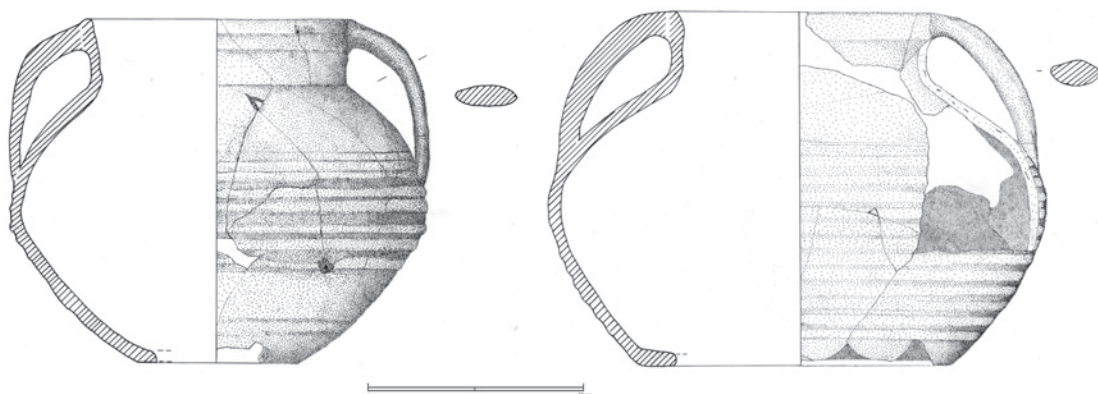


Figura 7 – Panelas.

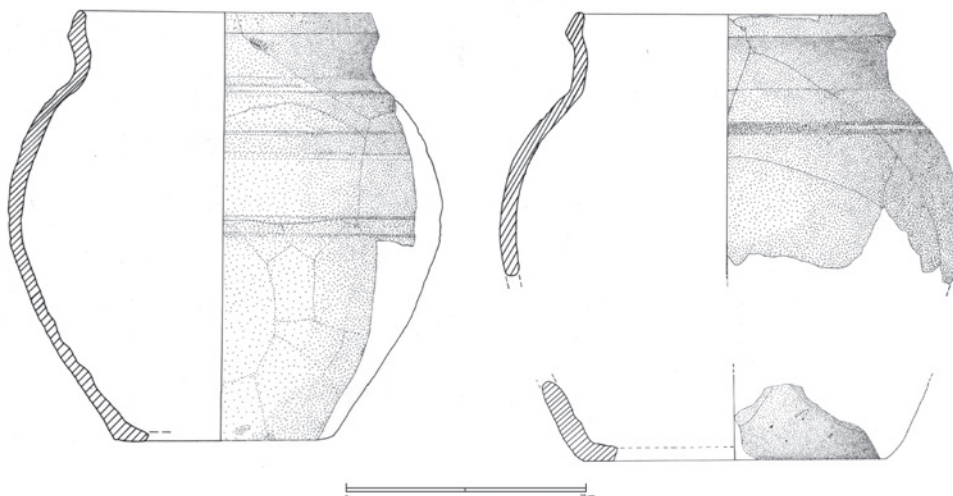


Figura 8 – Panelas.

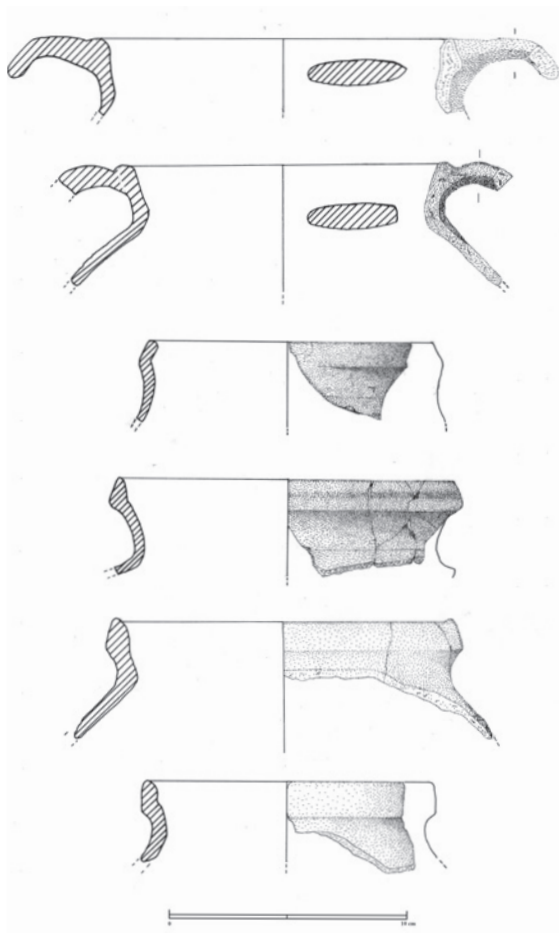


Figura 9 – Painelas.

riormente e uma ou duas asas verticais. Ainda que peças algo semelhantes tenham sido encontradas em Lisboa em contextos islâmicos (Bugalhão, Gomes & Sousa, 2007) estas são produções análogas às que foram identificadas na Alcáçova de Santarém em contextos da primeira metade do século XII e anteriores à Reconquista Cristã (Viegas & Arruda, 1999; Silva, 2011). Como mencionado, o arqueossítio ofereceu pequenas fossas preenchidas por detritos, incluindo conjuntos de cerâmicas e fauna. Num desses conjuntos foi encontrada painela (Fig. 10) quase completa, globular, com caneluras no bojo, lábio de secção semicircular e assente em fundo plano. A pasta, homogénea e compacta, apresenta elementos micáceos e de quartzo; granulometria média a fina. As paredes, negras, revelam claramente cozedura em ambiente redutor. O diâmetro do



Figura 10 – Painela no interior da qual foi identificado numisma.

bordo é de 0,124 m, sendo de 0,006 a espessura média das paredes. A altura total do recipiente é de 0,161 m. A painela, completa, mas fragmentada foi recolhida em bloco. No seu interior, escavado aquando do tratamento dos materiais, apareceu um único objecto, um numisma cujo estudo já se encontra efectuado (Antunes & Casimiro, 2013).

As caçoilas (Fig. 11), com 15 exemplares correspondem a 8,88% do total dos objectos. Os fundos são planos e os bordos introvertidos e um dos exemplares apresenta decoração branca sobre o bordo, igualmente semelhantes às peças identificadas na Alcáçova. O diâmetro do seu bordo varia entre 0,145 m e 0,235 m.

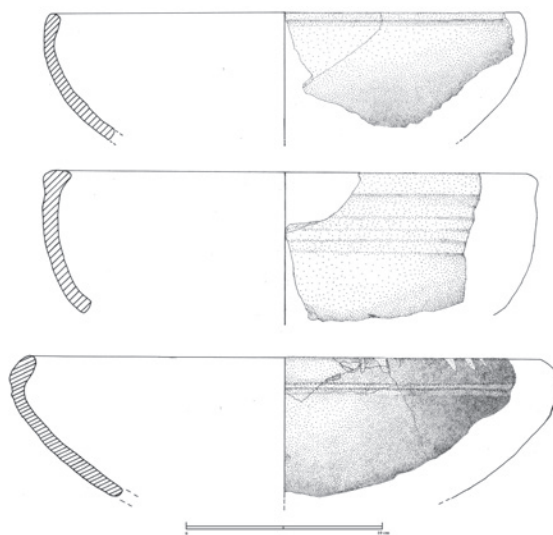


Figura 11 – Caçoilas.

Foram reconhecidos apenas três alguidares, correspondendo a 1,77% do total das cerâmicas recuperadas. Estes, fabricados com pastas vermelhas, bem depuradas, apresentam grandes dimensões com um diâmetro do bordo que pode chegar aos 0,355 m.

Apenas um testó (0,59%), com forma troncocônica e pega na parte superior foi identificado.

A louça de mesa, na qual foram incluídas as taças, púcaros, jarrinhas, jarras e garrafas, corresponde a 30,78% do total das cerâmicas, cuja função seria sobretudo a de servir alimentos. As taças (Figs. 12 e 13), com 22 exemplos (13,02%) são provavelmente a forma que mais variantes oferece. Elas surgem com forma hemisférica, bordo extrovertido e assentes em fundo plano, paredes vermelhas e sem qualquer tratamento da superfície. No entanto, existem pelo menos dois exemplares carenados, com pastas rosadas claras, assentes em pé anelar e bordo extrovertido, aplanado superiormente.

Quatro taças carenadas e assentes em pé anelar oferecem pastas claras e paredes revestidas a vidro de chumbo amarelo melado. Numa delas é possível ver vestígios de decoração em manganês. Peças semelhantes foram encontradas em Lisboa e Santarém (Bugalhão, Gomes & Sousa, 2007; Viegas & Arruda, 1999).

Apenas um exemplar de uma taça assente em pé anelar apresentou as superfícies revestidas a vidro de estanho, de cor branca, decorado com verde e manganês oferecendo no interior do fundo decoração geométrica. Peças semelhantes têm vindo a ser recuperadas em diversos sítios, nomeadamente em Lisboa, Sintra, Santarém, Silves, entre outros locais (Bugalhão, Gomes & Sousa, 2007; Gomez Martinez, 1998; Gomes, 2003; Coelho, 2008). Achados frequentes nos contextos Almorávidas, sobretudo urbanos, é possível datar estas cerâmicas do século XI (Calado & Leitão, 2005), muito embora, não seja estranha a sua previvência atendendo ao estatuto de peças de elevada qualidade.

Os púcaros, apenas com uma asa correspondem a 15 exemplares (8,88%), lábio com perfil semicircular e assentes em fundo plano, apresentado corpo

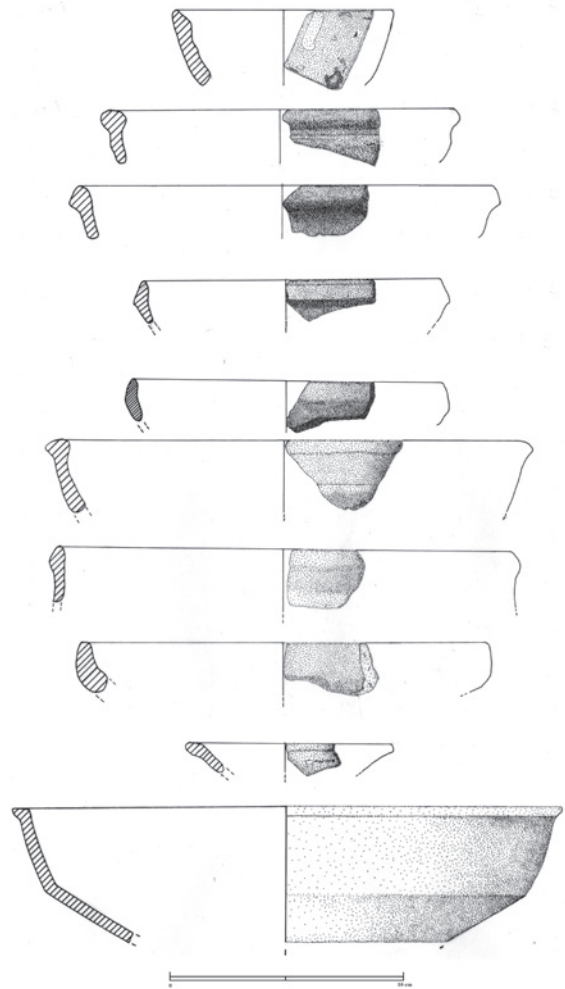


Figura 12 – Taças.

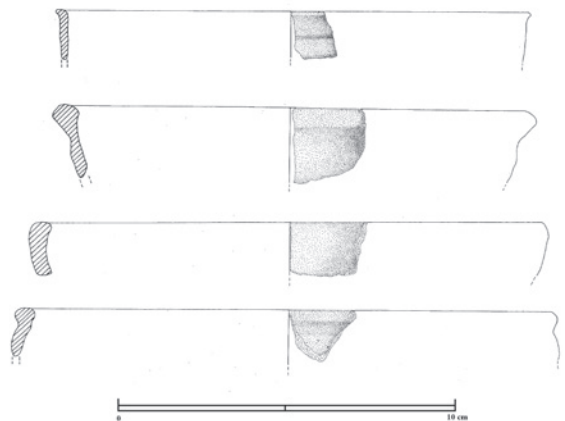


Figura 13 – Taças.

globular e colo alto, produzidos com pastas vermelhas bem depuradas. As jarrinhas (Fig. 14), formalmente muito semelhantes, mas, com duas asas, correspondem a sete exemplares (4,14%), todos produzidos com pastas claras, com um dos exemplares pintado a vermelho e outro a negro, sendo das poucas cerâmicas pintadas que se identificaram. Com o intuito de servir líquidos à mesa, os jarros correspondem a 3 exemplos (1,78%) e as garrafas a 5 objectos (2,96%), uma delas apresentando vidrado de chumbo amarelo nas paredes exteriores (Fig. 15).

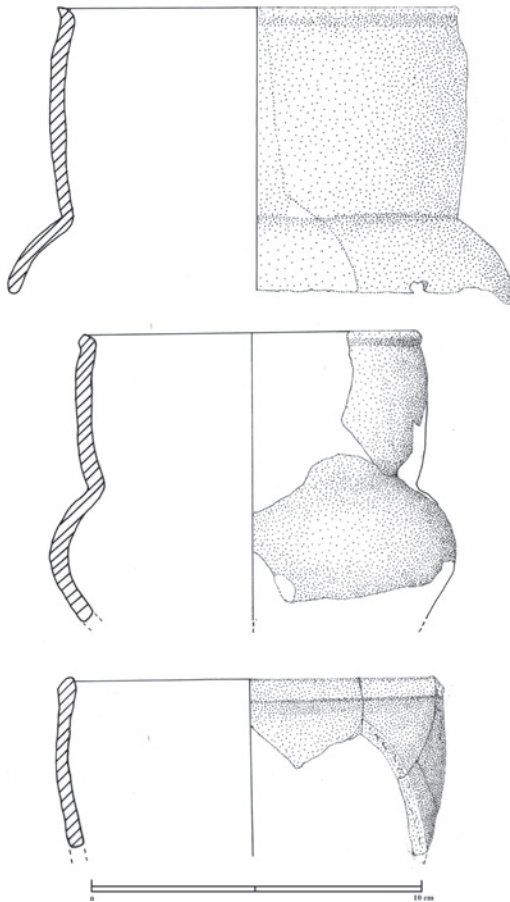


Figura 14 – Jarrinhas.

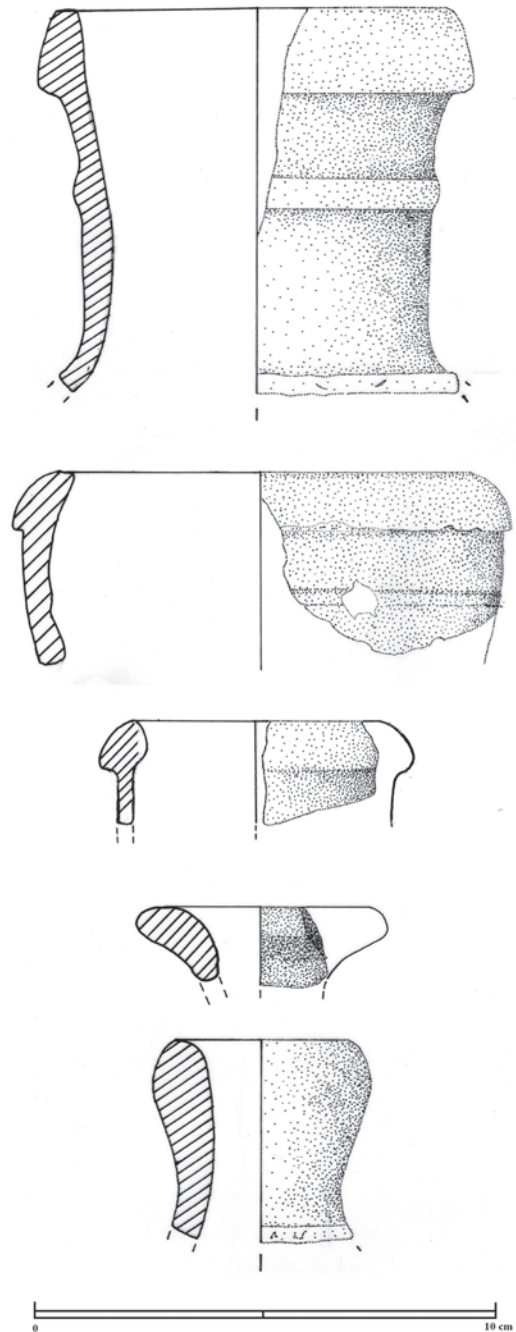


Figura 15 – Cântaros e garrafas.

A louça de armazenamento corresponde apenas a talhas e cântaros, compreendendo a 21,20% do total das cerâmicas. As primeiras foram apenas reconhecidas em quatro exemplares (2,37%) que, devido à espessura das paredes e dimensão dos bordos sugere serem objectos de grande dimen-

são, embora tenha sido impossível inferir a altura. Em maior abundância, os 33 cântaros (19,52%) oferecem corpos bojudos, colo elevado e bordos extrovertidos e duas asas de perfil convexo. Três deles apresentam pintura a branco sobre as suas paredes vermelhas.

Ainda que um achado frequente em contextos islâmicos, em Alfange foi apenas recuperado um candil, em elevado estado de fragmentação mas ainda com o reservatório e o bico. Foi produzido com pastas claras não mostrando sinais de decoração. Ainda dentro da categoria dos contentores de fogo foram identificados fragmentos de dois fogareiros cuja utilização seria, certamente, feita em conjunto com as painéis.

Existem poucas evidências de actividades lúdicas, no entanto, aquelas encontram-se representadas através de uma única malha de jogo, encontrada dentro do compartimento de maiores dimensões.

3.2. Metais

Foram identificados diversos objectos metálicos de uso quotidiano sendo a maioria em ferro. Foram recuperados 22 pregos de dimensões variáveis (entre 0,050 m e 0,985 m) que acreditamos terem sido utilizados sobretudo no suporte de madeira que sustentaria o telhado, considerando que a maioria foi efectivamente recuperada dentro dos compartimentos.

Apenas um pequeno prego em liga de cobre foi recuperado (compr. 0,056 m) possivelmente pertencendo a qualquer peça de mobiliário.

Ajudando ao conhecimento das actividades desenvolvidas no local, foram identificadas duas pontas de fuso em ferro (compr. 0,124 m), demonstrando que a fição seria uma actividade desenvolvida naquele ambiente, muito possivelmente por mulheres. Estes são achados comuns no Gharb, todavia são igualmente usuais em liga de cobre (Gomes, 2003).

Foi ainda recuperada ponta de lâmina de faca, em ferro que demonstra o tipo de utensilagem metálica que aqui existiria (Fig. 16).

4. CONCLUSÃO

O sítio arqueológico agora dado a conhecer, pode ser classificado como parte de assentamento rural localizado nos arrabaldes de Santarém. Os edifícios são estruturados com paredes em taipa com ou sem a base em pedra e onde diversos buracos de poste nos fazem crer que, associados ao corpo prin-



Figura 16 – Objectos metálicos.

cipal de cada habitação, existiriam alpendres ou outros compartimentos com paredes em madeira, possivelmente.

A maior parte da cerâmica foi recuperada dentro das habitações mencionadas. Ela traduz-se por ser, essencialmente, cerâmica de utilização quotidiana. Apenas a taça decorada a verde e manganês pode ser considerada como louça de melhor qualidade, sendo a cerâmica pintada representada apenas por sete objectos, um com pintura a vermelho, outro a negro e cinco a branco. Neste sentido e atendendo ao elevado grau de fragmentação, ausência de peças onerosas, assim como a inexistência de sinais de destruição abrupta, acreditamos que o local tenha sido abandonado, tendo os seus habitantes levado consigo os bens de maior valor. Não deve, no entanto, ser esquecido que o presente estudo pretende apenas a interpretação de fracção do local e que os seus habitantes podem ter continuado as suas funções quotidianas nas outras casas ali perto.

Atendendo à possibilidade de abandono e ao facto de apenas pequena parte do assentamento ter sido escavado não é fácil inferir sobre o nível sócio-económico dos habitantes deste aglomerado populacional. Contudo, tomando a parte como o todo, deve referir-se a presença de cerâmica de utilização quotidiana semelhante à que foi recuperada na

alcáçova de Santarém pelo que as actividades domésticas que aqui tiveram lugar foram semelhantes.

Mas quando se processou este abandono? O numisma ali encontrado é atribuível à primeira metade do século XI (Antunes & Casimiro, 2013), no entanto, as formas cerâmicas apontam para um abandono ligeiramente mais tardio, oito a nove décadas depois, durante a primeira metade do século XII, de acordo com produções semelhantes encontradas na Alcáçova de Santarém e em Lisboa, ainda durante a ocupação Almorávida (Viegas & Arruda, 1999). O aparecimento de moedas em contextos islâmicos é raro em Santarém, sendo o numisma recolhido em Alfange o segundo identificado, por ora (Batata, Barradas & Sousa, 2004: 72). Esta discrepância cronológica entre numismas e a maior parte da colecção cerâmica, exceptuando a taça verde e manganês não seria de estranhar, visto que as moedas poderiam continuar em circulação durante vários anos.

As semelhanças entre as cerâmicas da Alcáçova (Viegas & Arruda, 1999) e deste arqueossítio não podem ser negadas e tratam-se de produções muito possivelmente de finais do século XI e primeira metade do século XII. Apenas uma peça, um fragmento de taça com cordões verticais pode ser atribuído a produções mais tardias, já Almóadas (Gomes, 2003). No entanto, este fragmento foi encontrado durante a abertura das sondagens que não apresentaram estratigrafia definida e pode perfeitamente ter vindo de outro local, um escorrimen- to das barreiras scalabitanas.

Poderá a comunidade aqui residente ter abandonado o local devido à aproximação das tropas cristãs, atendendo que se encontravam fora da muralha e claramente desprotegida, deslocando-se para o interior das muralhas, procurando a sua protecção?

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, T.; CASIMIRO, T. M. (2013) – “Moeda islâmica no Olival do Parque (Alfange, Santarém) e a degradação de emissões monetárias em reinos de Taifas” in *Arqueólogo Português, série V, volume 3*. Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional – Casa da Moeda (pp. 325-348).
- BANHA, C. (1997) – “As cerâmicas do Alto do Senhor da Boa Morte (Povos): estudo preliminar” in *Boletim Municipal Cira, 7*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal (pp. 75-109).
- BATATA, C.; BARRADAS, E.; SOUSA, V. (2004) – “Novos vestígios da presença islâmica em Santarém” in *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578)*. Santarém: Câmara Municipal (pp. 68-77).
- BUGALHÃO, J.; GOMES, S.; SOUSA, M. J. (2007) – “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental de Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês)” in *Revista Portuguesa de Arqueologia, 10.1*; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (pp. 317-343).
- CALADO, M.; LEITÃO, V. (2005) – “A ocupação islâmica na Encosta de Santa (Lisboa)” in *Revista Portuguesa de Arqueologia, 8.2*; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (pp. 459-470).
- COELHO, C. (2012) – A cerâmica verde e manganês do castelo de Sintra, *Arqueologia Medieval, 12*; Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento (pp. 91-108).
- GOMES, R.V. (2003) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*, Trabalhos de Arqueologia n.º 35, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (1998) – “Cerâmica de verde e manganês do Castro da Cola” in *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal (pp. 57-65).
- NAVARRO-PALAZÓN, J.; JIMÉNEZ-CASTILLO, P. (1996) – “Estudio sobre once casas andalusies de Siyâsa” in *Memorias de Arqueología, 5*; Murcia (pp. 526-595).
- SILVA, M. (2011) – *A Cerâmica Islâmica da Alcáçova de Santarém, das unidades estratigráficas 17, 18, 27, 28, 30, 37, 39, 41, 193, 195, 196, 197 e 210*; Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (texto policopiado).
- VIEGAS, C.; ARRUDA, A. (1999) – “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém” in *Revista Portuguesa de Arqueologia, 2.2*; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (pp. 105-186).

VIVER E MORRER NUM *RIBĀT* NO EXTREMO SUDOESTE DA EUROPA (ARRIFANA, PORTUGAL)

Mário Varela Gomes¹, Rosa Varela Gomes²

¹ Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Docente de Arqueologia do Departamento de História e membro integrado do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa / Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa / mv.gomes@fcs.h.unl.pt

² Docente do Departamento de História e directora do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa / Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa / rv.gomes@fcs.h.unl.pt

Resumo

O *ribāt* da Arrifana, por nós identificado em 2001, é já considerado por muitos investigadores que se dedicam ao estudo da presença islâmica medieval no Ocidente, como uma das mais importantes descobertas arqueológicas do século XXI. Paulatinamente, ali temos dirigido campanhas anuais de escavações, com diferente fôlego, mas que vêm contribuindo para o melhor conhecimento daquele sítio excepcional, não só pelos testemunhos que conserva como pela possibilidade de os podermos cruzar com diversa informação literária. O *ribāt* da Arrifana foi classificado, em Julho de 2013, como Monumento Nacional de Portugal.

Palavras-chave: *Ribāt*, Ibn Qāsī, Arrifana, Aljezur, Algarve, Mesquita.

Abstract

The Arrifana *ribāt*, identified by us in 2001, is considered by many researchers, who study the Islamic presence in the West to be one of the most remarkable archaeological discoveries of the 21st century. Gradually, once a year, the authors have performed archaeological excavations, aiming to understand this exceptional site not only through the field evidences, but also with the possibility of crossing archaeological information with literary data. The Arrifana *ribāt* was classified, in July 2013, as a Portuguese National Monument.

Keywords: *Ribāt*, Ibn Qāsī, Arrifana, Aljezur, Algarve, Mosque.

1. TESTEMUNHOS LITERÁRIOS

A Arqueologia das Idades Históricas, hoje considerada imprescindível para o completo conhecimento daquelas, tem o privilégio, não raro, de poder confrontar a informação empírica que manipula com a obtida nos documentos escritos. Este enriquecedor cruzamento de testemunhos, das variadas vertentes do pensamento e das materialidades, legados pelas sociedades humanas pretéritas, tem alcançado expressão no estudo do *ribāt* da Arrifana, apesar da escassez de textos antigos, tanto daqueles que o referem como dos relacionados com o seu fundador.

A instituição *ribāt* é bem conhecida no mundo islâmico, onde se encontra intrinsecamente ligada à sua expansão político-religiosa e militar, como à manutenção daqueles poderes, tendo-se sobre ela debruçado diversos autores (Farinha, 2007). Constituem os exemplos mais conhecidos, das estruturas que corporizam aquele conceito, os *rubut* de Monastir e de Sousse, na actual Tunísia, fundados, respectivamente, em 796 e 861, ou os *rubut* de Tit (Mazagão) e de Rabat, ambos almoadas e no actual Marrocos, que responderam a alterações ideológicas e políticas, no seio de territórios islamizados.

Traduzem problemática semelhante a existência de *rubut* no *al-Andalus*, onde a informação literária regista a presença de rábitas ou arrábidas, que a toponímia também conserva, embora tais complexos religiosos possam ser mais tardios e, até, edificados em tempos cristãos.

Os *rubut* peninsulares, em termos arquitectónicos bem diferentes dos magrebins, são conhecidos através de dois arqueossítios, o *ribāt* de Guardamar e o da Arrifana (Azuar Ruiz, 2007, pp.35, 36). O primeiro situa-se no delta do rio Segura (Alicante), na Costa Levantina, foi fundado nos finais do século IX, encontrando-se activo durante o século X e nos inícios da centúria seguinte. O *ribāt* da Arrifana (Aljezur), apesar das referências escritas, só foi identificado em 2001 e ali efectuámos onze curtas campanhas de escavações arqueológicas, que têm proporcionado o conhecimento das suas estruturas e aspectos do quotidiano dos seus utentes, os *murābitūn*,

que naquele local se preparavam para a guerra santa (*djihād*) (Gomes, 2006; 2011; 2011a; Gomes e Gomes, 2004; 2004a; 2005; 2005a; 2005b; 2006; 2007; 2011; 2012; 2014; Barceló, Gomes e Gomes, 2011).

Poucos foram os autores que se debruçaram sobre a história dos últimos tempos do *Gharb al-Andalus* que não abordaram a figura complexa de Abū-l-Qāsim Ahmad Ibn al-Husayn Ibn Qasī, mestre sufi nascido na *kora* de Silves, com o qual se encontra sempre conotada a existência do denominado *ribāt al-Rihana*, por ele fundado.

A mais importante fonte, coeva da vida daquele líder espiritual e político, é o texto desaparecido de Ibn al-Salā, de Beja, “*A Revolta dos Muridun*” (*Kitāb Thawrat al-Muridun*), retomado por Ibn al-Abbār (*Kitāb al-Hullat, al-siyarā*), na primeira metade do século XIII, e por Ibn al-Khatīb (*Kitāb a māl al-a’lām*), na centúria seguinte, devendo-se a David Lopes (1910) a primeira tradução, embora parcial, daqueles documentos para português.

O “*mosteiro da Arrifana*”, situado na “*orla do mar*” foi mencionado por Ibn al-Abbār (1199-1250), homem da corte almoada de al-Mansūr e desaparecido um século depois de Ibn Qasī, no relato da vida de Ibn Almúndir, um dos mais directos seguidores do *mahdī*, quando a sua opção ascética (*zuhd*) conduziu a que se retirasse para o *ribāt* referido. Por outro lado, Ibn Al-Khatīb (1313-1374), deixou expresso que Ibn Qasī “(...) edificou um mosteiro em alcaria importante do termo de Silves (...)”, quando “(...) uma multidão de eremitas e gente de guerra tomou o seu partido, entre os quais os seguintes: Ibn Wazīr (...), Ibn Anane (...), Ibn Almúndir (...), Ibn Abú Habibe e muitos outros indivíduos importantes da parte ocidental do *al-Andalus*.” (Coelho, 1973, p.252; Picard, 2000, pp.93,94).

Texto de al-Marrākushī (*Al-Dhayl*), elaborado em Bagdade, de cerca de 1224 e, por certo, esteado nas narrações da autoria de Ibn al-Salā e talvez de Ibn al-Abbār, descreve a revolta dos *murābitūn* e, negativamente, a acção de Ibn Qasī. Também Abū Bakr al-Baydhak elaborou “*História dos Almoadas*”, onde cita o mestre silvense (Alves, 2001, pp.122, 123).

A existência do *ribāt* da Arrifana foi, igualmente, registada por Ibn al-Faradi, que o situa, e bem, na *kora* ou distrito de Silves, e talvez por Ibn Bashkuwal (*Kitāb al-Sila*), ainda no século XII.

O geógrafo Yaqût (*Mu'djām al-buldān*) menciona, no século XIII, a região de *al-Rihana*, que indica localizar-se na costa, a norte do grandioso Cabo do Algarve, também conhecido desde a Antiguidade como Cabo Sagrado e hoje de São Vicente (Lopes, 1910, p.74; Coelho, 1973, p.258; Picard, 1997, pp.88,89). E texto árabe, do século XII, indica a existência do *Tarf al-Rihana*, ou seja, o Cabo ou Ponta da Arrifana (Seibold e Lopes, 1903 p.125).

Todavia, deve-se ao místico murciano Ibn al-Arabī, uma das mais brilhantes mentes e arguto filósofo do Islão medieval, importante crítica escrita, à figura e obra de Ibn Qasī, intitulada “Comentário ao Livro do Descalçar das Sandálias” (*Sharh Kitāb Khal'al-Na'layn*). Ibn al-Arabī refere ainda o líder algarvio, nas suas “Revelações de Meca” (*Futūhāt al-Makkiyya*) (1202-1231), citando-o como “mestre dotado de autoridade”, apesar de algumas duras objecções que também produz. Este místico teve como mestres, em Sevilha, quatro seguidores de Ibn Qasī, os sufis Al-Uryanī, de Loulé, Abu Imrān, de Mértola, Abu Ibn al-As, de Beja e Abu Ibn Zayn, de Évora e, em Tunes, um dos filhos e discípulo de Ibn Qasī, al-Husayn ou al-Qāsim (Domingues, 1954; 1974; 1997, p.249).

Uma das mais antigas referências, em escritos portugueses, a Ibn Qasī e ao seu *ribāt* da Arrifana, é da responsabilidade de Fr. Vicente Salgado (1786, pp.313-315) que, se baseia em Ibn al-Abbār. O erudito monge franciscano, que foi “professor de latinitude na antiga, e arruinada, cidade de Silves”, conforme ele próprio se apresentou, traçou perfil obscuro e negativo de Ibn Qasī, como seria de esperar devido ao contexto em que viveu. Muitos outros historiadores abordaram a figura incontornável daquele mestre sufi, alguns dos quais lhe dedicaram extensos estudos monográficos (Alves, 1999; 2001; 2007; Borges, 1992; Coelho, 1973, pp.247-268; Domingues, 1945, pp.179-222; 1974; Dreher, 1985; Elliot, 1979; Gomes, 2006; Goodrich, 1978; Her-

culano, 1875, pp.206-212; Lagardère, 1983; 1998, pp.219-238; Lopes, 1928, p.403; Marques, 1972, pp.90, 91, 101; Parreira, 1899, pp.261-272; Picard, 1997, pp.88, 89; 2000, pp.90-99; Sidarus, 1992; 1992a; 1997).

O *ribāt* da Arrifana, segundo julgamos fundado em 1130, teve como principal função o estudo e a reflexão religiosa, que se traduzia na preparação para a *djihād*, contra todos aqueles considerados inimigos do Islão e da verdadeira fé, tanto muçulmanos que enveredassem por heresias, como gentes de outros credos, designadamente cristãos, moçárabes ou judeus. A *djihād* era então tida como dever colectivo e legítimo, tendo em vista a propagação do Islão (De la Puente, 2001; Marín, 2004, p.194; Molina, 1983, p.34).

Ali foram, certamente, divulgados e estudados os grandes princípios sufis, como a própria mensagem espiritual de Ibn Qasī, cuja obra capital chegada até aos nossos tempos denomina-se “Livro do Descalçar das Sandálias” (*Kitāb Khal'a al-Na'layn wa iqtibās al-anwārmin mawdu al-qadamayn*) e de que se conhecem dois manuscritos, ambos conservados na Biblioteca Suleymaniya de Istambul. E foram tantos os seus seguidores que a palavra do mestre depressa se transformou em corrente religiosa e política, tendo alastrado a todo o Sudoeste Peninsular, como incitado a revolta contra a administração almorávida. Em 1144, um grupo dos seus discípulos tenta tomar o castelo de Monte Agudo, ao que parece situado nos arredores de Mértola. A guarnição daquele resistiu, mas o revés conferiu novo ânimo aos *murābitūn* de Ibn Qasī e um dos seus mais directos colaboradores, Muhammad Ibn Yahya al-Shaltisi, igualmente conhecido como Ibn al-Qābila al-Mustafa (o eleito), tomou o castelo de Mértola a 14 de Agosto de 1144, derrotando, com astúcia, a guarnição almorávida.

Estava dado o sinal de um tempo novo e pouco depois Ibn Qasī fez a sua entrada triunfante naquela povoação, sendo aclamado *mahadī* ou enviado de Deus.

Em 1147 ocorreu a morte do último emir almorávida e o emir almoada Al-Múmin apossa-se de

Marraquexe, então a mais importante cidade do *Maghreb*, enquanto um dos seus generais, Abu Ish'āq Barāz, com o apoio directo de Ibn Qasī e dos seus homens, vindos do *ribāt* da Arrifana, mas também de muitos pontos do que é hoje o Sul de Portugal, conquista Sevilha aos Almorávidas. Esta vitória contribuiu decisivamente para a imposição e reconhecimento do domínio almoada no *Gharb al-Andalus*, passando este a integrar o extenso império magrebino.

Ibn Qasī era então um líder religioso e político incontestavelmente respeitado, daí a importância que lhe confere al-Múmin, deixando-o participar naquela tão significativa campanha militar, ao lado de um dos seus mais prestigiados generais, e concedendo-lhe o título de *wali*, ou seja de ser o seu representante no *al-Andalus*.

As inquietudes de Ibn Qasī perante comportamentos prepotentes dos Almoadas, apoiados por Ibn Wazir seu discípulo, e o crescente avanço cristão para sul, leva-o a tentar estabelecer acordo, ou pacto, com D. Afonso Henriques. O rei português, que já havia conquistado Santarém, Lisboa, Almada e Palmela (1147), considera Ibn Qasī como seu par, dado que, segundo Ibn al-Khatīb, lhe ofereceu um cavalo, um escudo e uma lança, prendas próprias de soberano (Alves, 2001, p.60). Ibn Qasī foi, naquele mesmo ano de 1151, acusado de trair o Islão e cobardemente assassinado em Silves, às mãos dos sequazes de al-Múmin e de Ibn Almúndir, que também tinha sido um dos seus discípulos dilectos e que foi nomeado governador daquela cidade.

O *ribāt* foi então abandonado, talvez amaldiçoado e, segundo o testemunho do cruzado Roger de Howden (*De Viis Maris et de Cognitione Terrarum...*, 1191-93), que quarenta anos depois por ali passou, encontrava-se reconhecível mas em ruínas.

2. TESTEMUNHOS ARQUITECTÓNICOS

O complexo de edificações correspondentes ao *ribāt* fundado por Ibn Qasī ocupava não só a *finis terrae* hoje conhecida por Ponta da Atalaia, como algumas zonas adjacentes, reflectindo inteligente

estratégia de localização que contemplava as vertentes religiosa, político-militar e económica.

A escolha de península, afastada dos centros de poder de então, entronca em tradição antiga, com origens no Oriente e que passou ao Norte de África, onde se desenvolveu, sobretudo sob domínio almorávida. O *ribāt* costeiro responde não só à necessidade de defesa e controlo dos litorais, como de importantes vias comerciais, processadas através de rotas terrestres ou marítimas, estas então percorridas principalmente à vista da costa, como às práticas ascéticas.

O mar imenso é um espaço talvez desde sempre considerado perigoso, adimensional e não raro possuindo águas revoltas, envolvidas por tempestades, acreditando-se ter vida própria e ser habitado por quimeras e/ou outros monstros, como pelos mortos, tornando-se quase sobrenatural. Não deixando de constituir forte desafio para os sentidos e para a mente, ele é capaz de despertar profundas emoções e de proporcionar a exaltação metafísica. No limite, é o lugar da luta entre o bem e o mal, pelo que, segundo tal perspectiva, trata-se de meio propício aos itinerários iniciáticos, capazes de conduzirem à experimentação transcendente e ao Paraíso Terrestre. Aliás, Ibn Qasī compara, na sua obra capital, a unicidade divina e a dimensão do conhecimento, com a imensidão oceânica, que por certo contemplava do seu *ribāt*. Também subcapítulo daquele texto, intitulado "*O Caminho das Escarpas*", onde se referem as grandes dificuldades e privações da vida religiosa, sugere alusão aos estreitos carreiros que percorrem, não sem perigos diversos, as arribas da Arrifana.

O conjunto edificado sob a direcção de Ibn Qasī, no ambiente singular referido, junto de antiga alcaria, conforme o texto de Ibn Al-Khatīb, evidencia planeamento hierarquizado, capaz de traduzir aspectos funcionais e simbólicos. Os restos de estruturas identificadas mostram os alicerces e o arranque das paredes normalmente em alvenaria de pedra, sendo as paredes erguidas em taipa. Todavia, existiram paredes apenas edificadas em taipa. As coberturas podiam ser em telhado ou em terraço,



Figura 1 – Localização do Ribât da Arrifana e estruturas descobertas.

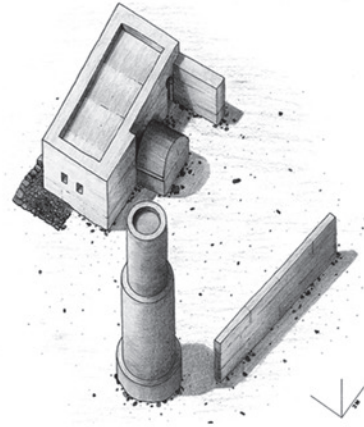
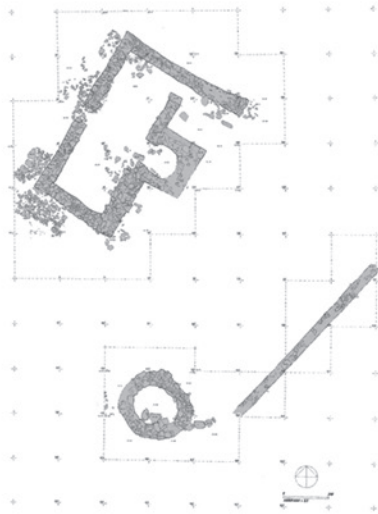
sobre estrutura de madeira e, no último caso, com massa de terra.

Na zona por onde se fazia o ingresso no *ribât* (Sector 4), mais próxima do mundo profano, encontrou-se um grande pátio, com duas mesquitas e outras edificações anexas, no lado sudeste, muito possivelmente correspondendo a escola corânica (*madrasa*), onde se faria a iniciação na doutrina sufi e à comunidade ali instalada. Uma das pequenas mesquitas, a melhor conservada de todas as até agora exumadas no *ribât*, dado algumas das suas paredes atingirem ainda 1,80 m de altura, mostrava área sobrelevada no topo nordeste do seu interior.

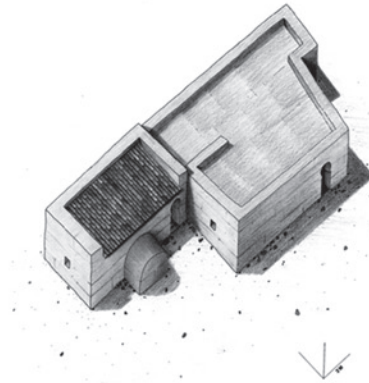
A sul identificou-se uma pequena mesquita que, tal como as outras, possuía *qibla* dirigida para sudeste. A nascente das estruturas acima mencionadas

reconheceu-se a necrópole, inicialmente circundada por muro que fechava o espaço do *ribât*, mas que haveria de também ocupar o espaço exterior anexo. Ali foram postas à vista sessenta e cinco sepulturas, as quais, exceptuando três, agrupadas a nordeste e tendo orientação norte-sul, encontravam-se orientadas no sentido nordeste-sudoeste, indicando a disposição dos cadáveres, que nelas seriam depositados em *decubitus* lateral, com a cabeça dirigida para aquela segunda direcção e a face voltada para sudeste (Meca), aspectos que a escavação de sete fossas funerárias e os restos osteológicos ali encontrados confirmam.

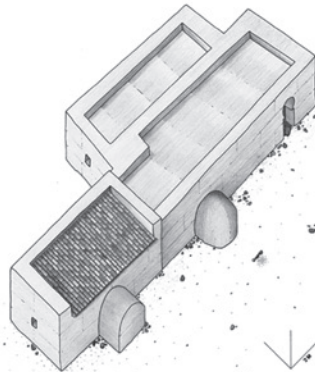
Todas as sepulturas possuem planta rectangular, mas de diferentes dimensões, encontrando-se algumas adossadas às *qiblas* das mesquitas acima



A



B



C

Figura 2 – Plantas e reconstituições de mesquitas e outras estruturas, dos sectores 3 (A), 2 (B) e 1 (C) (desenhos J. Gonçalves).



Figura 3 – Três mesquitas, madrasa e necrópole (Sector 4) (desenho J. Gonçalves).

referidas ou ao muro mencionado, sendo assinaladas por *tumuli*, muito baixos, limitados por muretes de pedras e preenchidos com terra e, em alguns casos, cobertos com pedras, nomeadamente blocos de arenito de cor branca. Algumas sepulturas foram assinaladas por pequenas estelas anepígrafas, constituindo excepção dois exemplares encontrados ainda erguidos *in situ*, dado oferecerem longos textos.

Uma daquelas estelas (A) erguida no canto sul do *tumulus* da sepultura 4, que media 2,56 m de comprimento por 1,32 m de largura e 0,210 m de altura, talvez sendo o fundador do espaço mortuário e a que se encostavam dois outros *tumuli* de dimensões algo menores. Na face da estela voltada para noroeste o texto encontra-se distribuído por oito linhas, e informa sobre a identidade do indivíduo sepultado, qual o seu nome, a sua idade no

momento da morte, a data em que esta ocorreu e frases pertencentes a formulário de carácter religioso. O texto principal foi datado em 461 H. / 1069 J.C., a que se juntou fragmento do Corão, entre 485 e 495 H. / 1094-1102 J.C., e posteriormente pequena palavra invertida, na base do monólito, talvez antes de 505 H. / 1112 J.C.

Torna-se difícil sabermos se o epitáfio, reutilizado em tempos mais modernos que a data consignada na lápide, estava *in situ* no local onde se edificou o *ribât* ou foi para ali trasladado, de pequena alcaria situada próxima. Recordemos que Ibn al-Hatib (1313-1379) refere na *Kitāb a' māl al-a' lām* (Lévi-Provençal, 1934, p.286) o facto de Ibn Qasī ter fundado o seu *ribât* junto de *qarya ġalla* ou "alcaria importante" (Coelho, 1973, p.252; Lopes, 1910; Picard, 2000, pp.93, 94).

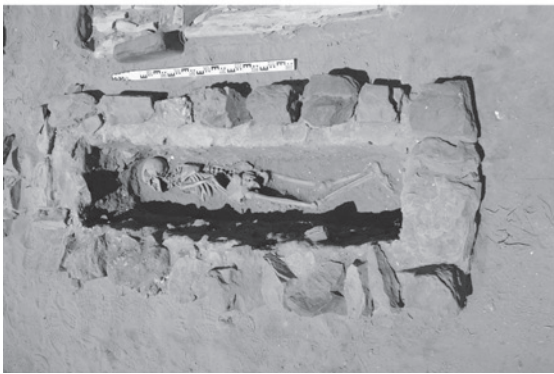


Figura 4 – Aspectos da necrópole (Sector 4) (fotos M. V. Gomes).

A outra estela epigrafada (B) encontrava-se erguida, no lado sudeste da sepultura 54, fixada ao solo através de coroa de pequenas pedras, imbricadas e argamassadas com terra. Assinalava o sepulcro de homem, falecido em 1148, provavelmente do círculo próximo a Ibn Qasī ou um dos seus *murīdīn*, falecido durante as lutas contra os Almorávidas.

As estelas funerárias verticalmente implantadas nos *tumuli*, mesmo quando anepígrafas, detinham simbologia antropomórfica e contrastam com as estelas horizontais, próprias da área iraniana do Islão. Pode-se, ainda, colocar a hipótese de algumas estelas terem sido construídas em madeira, pelo que desapareceram.



Tradução:

- 1 [Em nome de Deus,] Clemente e Misericor[dioso].
- 2 «Deus testemunha, e com Ele [os anjos e] os homens dotados de ciência, que não há outro deus senão Ele, trabalhando
- 3 com equidade. Não há outro Deus senão Ele, o Poderoso, o Sábio» [Alcorão III, 18]
- 4 Morreu Ibrāhīm bn 'Abd al-Malik – Deus tenha piedade dele! –
- 5 aos sessenta e oito anos, dando testemunho de que não há outro deus
- 6 que Deus, único, sem par e de que Maomé é seu servidor e seu enviado,
- 7 na noite de segunda-feira, a dez por ficar do último *rabī'* do ano sessenta e um
- 8 e quatrocentos [15 de Fevereiro de 1069] Deus tenha piedade de quem recite uma oração e peça para ele a misericórdia!



Tradução:

- 1 [Em nome de Deus,] Clemente, Misericor[dioso. Seja o que que]r Deus! Esta é a sepultura de
- 2 [Ta]rif (?) bn Ibrāhīm bn Sulay]man bn Ḥayyān
- 3 – Deus tenha piedade dele! – Ele
- 4 deu testemunho de que não há outro deus que Deus, único,
- 5 sem par e de que Maomé é seu servidor e seu en-
- 6 viado. Morreu no início do *šawwāl*
- 7 do ano quarenta e dois e quinhentos [23 de Fevereiro - 3 Março 1148]
- 8 Deus tenha piedade de quem recite uma oração para ele e peça para ele a misericórdia!

Figura 5 – Estelas epigrafadas das sepulturas 4 e 54 (fotos J. P. Ruas; tradução Carmen Barceló).

A escavação completa de sete das sepulturas identificadas, permitiu reconhecer serem individuais e registar as formas, dimensões e posicionamento das fossas funerárias, indicando que os corpos seriam inumados em *decubitus* lateral, orientados nordeste-sudoeste, com a face voltada para Meca, os braços junto ao abdómen e as pernas ligeiramente flectidas. Não foi encontrado outro espólio nas sepulturas para além dos restos osteológicos. Neste contexto, importa recordar que o Profeta apelou à simplicidade das sepulturas e, até, à sua inexistência, pugnando pela igualdade de todos na morte.

Edificação situada na zona norte da necrópole, provida de bancada, depósito para água e tina, escavada no solo, apresentando o chão e as paredes bem revestidos com massa, muito rica em cal, indica tratar-se, segundo a nossa interpretação e principalmente esteados em paralelos hodiernos, de sala para preparação dos mortos (*bayt al-janaez*). Ali se lavariam e tratavam os cadáveres que, envoltos na mortalha, seriam sepultados na necrópole que ocupa espaço anexo a sudoeste.

Para ocidente, em zona onde a península da Arrifana estreita, descobriu-se um denso complexo de construções, formado por quatro mesquitas, uma das quais com grandes dimensões, e um grupo de “vivendas”, algumas com pátio (Sector 1). Este conjunto permitia controlar a passagem para o interior daquele espaço, também defendido por altas fálésias envolventes, sugerindo corresponder ao local com maior actividade do *ribāt*.

Na restante área, identificámos uma pequena mesquita com anexos, ocupando relevo sobranceiro ao mar e situada no lado sul da península (Sector 2), por certo usada por personagem destacada e seus acólitos, assim como conjunto de edificações na extremidade da Ponta da Atalaia. De facto, a zona debruçada sobre o Oceano, correspondeu, por certo, ao lugar mais sagrado do *ribāt* (Sector 3), ali se tendo descoberto os restos de “muro de orações” (*mussallā*), edificado em taipa, constituindo, muito provavelmente, a primeira construção erguida no *ribāt*. Pequena mesquita, situada nas proximidades, pode ter sido a utilizada pelo mestre, dada a

importância simbólica do sítio que ocupava, como pelo facto de junto se encontrar minarete. Este foi, no século XIV, transformado em torre-atalaia, gerando o micro-topónimo através do qual a península é hoje conhecida. Do minarete os fiéis eram chamados cinco vezes ao dia para fazerem as suas orações e deveria, igualmente, funcionar como torre de vigia da costa.

A análise arquitectónica permitiu identificarmos três grandes momentos construtivos no *ribāt* da Arrifana. O mais antigo corresponde ao “muro de orações” que existiu na extremidade da Ponta da Atalaia (Sector 3), ao qual se sucedeu outro que integraria as sete mesquitas com *mihrāb* de contorno exterior quadrangular ou rectangular, e os seus diversos anexos, reflectindo período de grande afirmação religiosa. Por fim, o terceiro integra obras de ampliação ou de renovação, conforme ilustra a grande mesquita do Sector 1, que se adossa a um dos templos referidos, e outra de menores dimensões, ambas providas de *mihrābs* com contorno exterior de planta semicircular.

3. OS ARTEFACTOS

Conforme sempre acontece em zonas de habitat, também o espólio exumado no *ribāt* da Arrifana traduz aspectos da vivência comunitária e particular dos seus ocupantes, os *murābitūn* ou monges-guerreiros ascetas, ali congregados em torno do seu líder espiritual e político.

As cerâmicas constituem o espólio não só mais numeroso mas, também, mais significativo em termo paleoetnológicos, sendo muito escassos os artefactos produzidos com outras matérias-primas.

Os espólios cerâmicos subdividem-se em duas grandes categorias: a dos recipientes e de outras pequenas peças relacionadas com as actividades quotidianas e a da cerâmica de construção, representada, exclusivamente, por fragmentos e alguns exemplares completos de telhas, não raro decorados através de conjuntos de três traços digitados, formando desenhos variados. Um destes elementos construtivos apresenta inscrição incisa em árabe.

Reconheceram-se mais de vinte formas distintas de cerâmicas, possuindo numerosas variantes e pertencendo a recipientes de mesa (taças, púcaros, jarros, bules e garrafas ou galhetas), a louça de cozinha (alguidares, frigideiras e painéis), a vasilhas de armazenamento (cantis, cântaros, potes e talhas), a testos ou a tampas, utilizados para tapar jarros, painéis ou cântaros, a contentores de fogo (fogareiros, lucernas e queimadores), tal como fusaiolas e pequenas malhas ou marcas de jogo.

As cerâmicas do *ribât* da Arrifana devem, excluindo-se casos muito raros, como algumas peças esmaltadas ou de corda-seca, integrar produções regionais e locais, importando sublinhar que não se registaram peças pertencentes a produções claramente exógenas, para além de lucerna esmaltada de cor verde. Elas permitem estreitos paralelos, técnicos, formais e decorativos, com outros arqueossítios islâmicos do *Gharb*, como do *Sharq* ou do *Maghreb*. Não obstante, as principais afinidades encontram-se nos espólios da alcáçova e de zonas da área urbana de Silves, onde desenvolvidas sucessões estratigráficas, tal como séries de datações absolutas, conduziram a classificá-las, pela primeira vez, com segurança e precisão (Gomes e Gomes, 1995; Gomes, 2002, pp.20-22, 49, 50; 2011, pp.367-385).

Os numerosos recipientes produzidos com argilas pouco depuradas e montados ao torno lento, parecem reflectir os princípios doutrinários ascéticos, a que se associa o apelo à frugalidade alimentar e aos jejuns, tendo em vista combater o que Ibn Qasî chamou “egoísmo do estômago”.

Identificou-se, no Sector 4, forno (*tannur*,) construído com barro cozido, e restos de outro no interior de zona residencial do Sector 1. O primeiro, em excelente estado de conservação, demonstrando abandono súbito, possui paralelos tanto no *al-Andalus* como no *Maghreb*, onde tais estruturas serviam, principalmente, para cozer pão. Tiveram esta mesma função os muitos pratos (*tābaq*) ou frigideiras, que encontramos no *ribât*, tal como ainda hoje acontece em numerosas regiões no Norte de África (Gutiérrez Lloret, 1990-91; Bazzana, 1996).

Entre o acervo metálico exumado importa des-

taçarmos folhas de lança, pontas de flecha ou de virotes de besta, punhal e machado, tudo de ferro, argolas de cotas de malha, elementos de cintos e fusos de fiar de bronze, fusaiolas de chumbo, etc.

As armaduras de flecha denunciam a presença de tiro com arco, arma que foi usada tanto na guerra como na caça e muito divulgada no mundo muçulmano, cuja utilização terá sido defendida pelo próprio Profeta, através das seguintes frases: “*Aquele que atira uma flecha por amor de Deus, quer atinja ou não o inimigo, terá um lugar especial perto do seu Senhor*” e “*Atirai com o arco filhos de Ismael, porque o vosso antepassado era arqueiro*” (Boudot-Lamotte, 1968, pp.42, 44).

O uso de bestas encontra-se documentado no Ocidente Peninsular, entre Cristãos e Muçulmanos, pelo menos a partir de meados do século X, tendo surgido nozes, estribos de besta e outros acessórios metálicos de tais armas, em contextos almoadas do Castelo de Silves e da alcáçova de Mértola. Flechas e virotes podiam ser empenhados com acónito, potente veneno de origem vegetal (Arnaut, 1947).

Os pequenos cossoiros, de chumbo ou estanho, são idênticos a muitos outros que temos vindo a exumar no Castelo de Silves, onde integravam achados correspondentes às ocupações islâmicas mais tardias (séculos XII-XIII).

Foram produzidas em osso agulhas de roca, agulhas de rede e fusaiolas. Estas são semelhantes a exemplares provindos de contextos islâmicos do *Gharb*. Trata-se de artefactos que denunciam a actividade artesanal desenvolvida no *ribât* e o aproveitamento daquela matéria-prima, ali igualmente utilizada em cabos de facas. Uma cunha de osso de cetáceo e outros fragmentos do mesmo mamífero mostraram datação pelo ^{14}C , uma vez calibrada a 2σ , de 1056-1293 (Sac.-2794).

No Sector 3 encontrou-se pequeno pente de tear, de ferro, com paralelos em achados de Salir e Mértola. A função dos artefactos ligados à fição e tecelagem da lã, deve inserir-se no quotidiano que decorria no espaço do *ribât*, onde poderia ser confeccionado, pelo menos, parte do grosseiro vestuário de lã (*súf*) usado pelos *murābitūn*.

Tiveram função defensiva as pequenas argolas de cotas de malha, embora mostrando dimensões maiores em relação a outras encontradas em Silves ou Faro, procedentes de contextos almoadas.

Duas pequenas contas, uma de faiança, de cor bege, e outra de cornalina, não têm, por ora, paralelos no mundo islâmico peninsular, podendo tratar-se de artefactos importados do Oriente, chegados ao *ribât* dado usufruírem significado especial, talvez ligado às suas origens exógenas. A cor vermelha intensa da cornalina e a forma esférica da conta, auferiam de simbologia conotada com poderes curativos, profilácticos e apotropaicos. Duas outras pequeníssimas contas, de vidro, constituem testemunhos mais recorrentes.

Também se exumaram fragmentos de pequenas mós rotativas, de pedra, cossoiros, peças de jogo e pequenos tabuleiros para jogos, de xisto, tal como pelouro de sienito pesando 1300 gr, o único testemunho de arma de cerco oferecido pelo *ribât*.

4. MANIFESTAÇÕES DE FÉ

Para além da própria existência do *ribât*, com as suas mesquitas e necrópole, possuindo ritualização específica e estelas funerárias com passagens corânicas, ali encontrámos outros testemunhos da forte religiosidade dos seus habitantes.

No interior da parede norte da mesquita de maiores dimensões, placa de xisto, contendo epígrafe, regista a reafirmação da fé em Deus e na palavra do profeta Maomé, talvez conotada com Ibn Qasí que, ao abraçar o sufismo, passou a usar o nome daquele (*Muhammad em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso*). Em outra placa de xisto, de menores dimensões, recuperada junto a mesquita do Sector 1, lê-se, integrada em cartela, a frase "*O poder pertence a Deus*", doxologia bem conhecida, sobretudo durante o Período Almoada. Pedra que integrava parede da *madrassa* apresentava a frase "*Louvor a Deus*".

Também descobrimos, no interior da parede da mesquita no Sector 4, lucerna completa, ali depositada no contexto de prática sócio-religiosa, onde

a simbologia da luz, física e transcendente, teria importante desempenho. Uma outra lucerna, em perfeito estado de conservação, foi colocada, ainda obedecendo a aspecto ritual, entre a parede exterior de forno e muro, no Sector 4.

Pequenos rolos-amuleto de chumbo, que foram introduzidos nas paredes das mesquitas, constituem ainda peças que reflectem as actividades sócio-religiosas decorrentes das funções próprias do *ribât*, onde se fazia o apelo à guerra santa, dali partindo os combatentes.

Os rolos de chumbo, então obtidos junto dos templos ou dos túmulos de personagens santas, eram introduzidos nas paredes das mesquitas, conforme acontecia com exemplares provenientes dos Sectores 2 e 4 do *ribât* da Arrifana. Geralmente contêm frases, pintadas, gravadas ou em relevo, de carácter religioso, onde se expressava a Fé.

Identificaram-se restos de pequenos estojos-amuleto de cobre/bronze, um deles decorado, correspondendo a artefactos com funções apotropaicas, dado que guardavam frases do Corão, escritas sobre papel ou pergaminho, acreditando-se não só protegerem como, de certo modo, predestinarem a vida de quem as usava.

5. CONCLUSÕES

Apesar de termos escavado apenas um quarto da área que pensamos ter sido ocupada primitivamente pelo *ribât* da Arrifana, é possível, ainda que de modo preliminar, elaborar algumas conclusões.

A primeira daquelas concerne à presença física de um *ribât* no *Gharb*, para o qual se conhece, mesmo que aproximadamente, a data de fundação, o seu fundador e a cronologia do abandono. Tendo-se identificado apenas um outro *ribât* na Península Ibérica, em Guardamar, no *Sharq*, e apesar de este ser algo mais recuado, ambos apresentam inegáveis afinidades entre si, como o tipo de implantação e de estruturas, diferenciando-se dos *rubut* do *Maghreb*.

O *ribât* da Arrifana além das diversas estruturas ligadas ao quotidiano dos *murābitūn*, conhecendo-se nove mesquitas, vivendas, possível *madrassa*, e

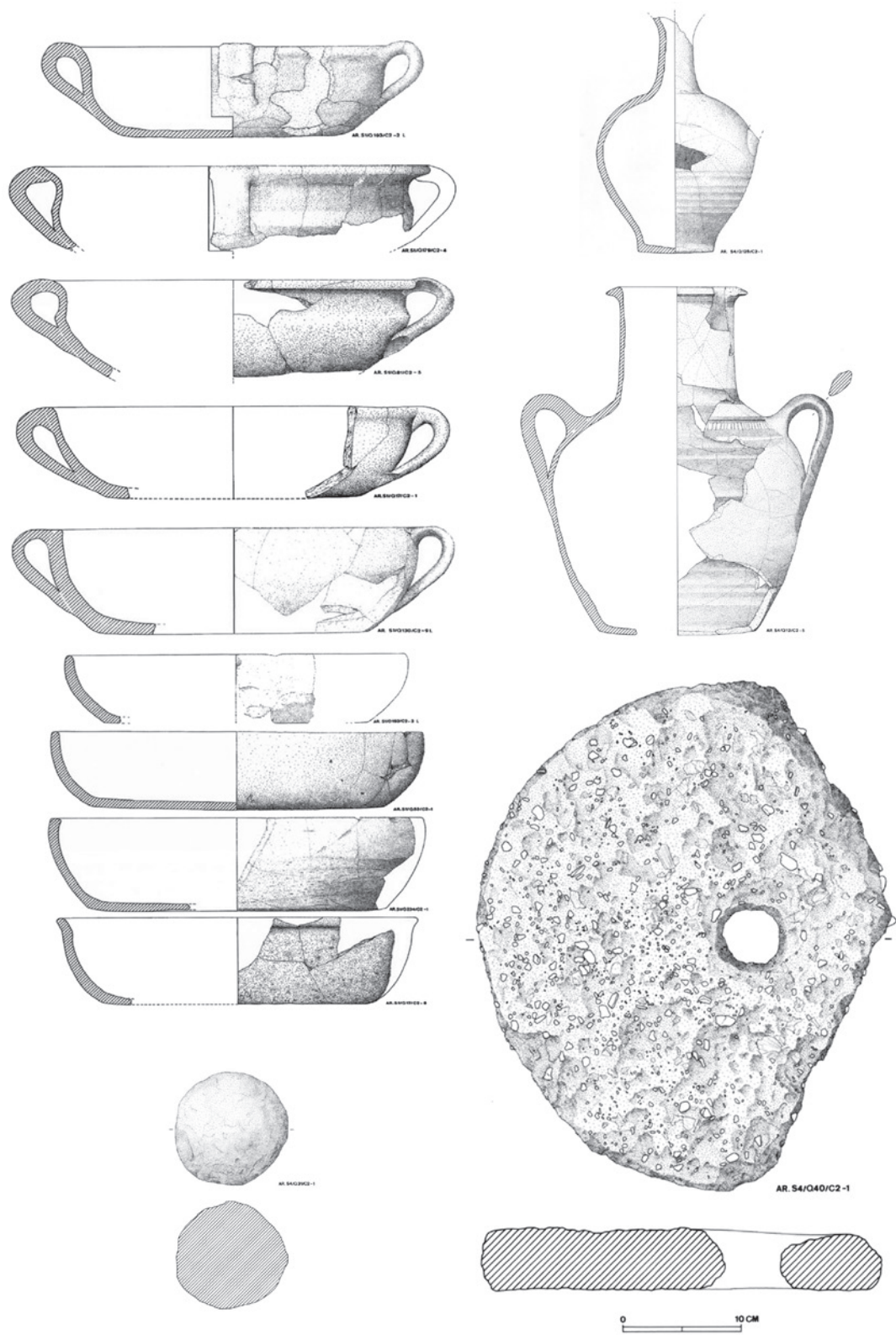


Figura 6 – Ribât da Arrifana. Frigideiras, garrafa, cântaro, mó e bala de catapulta (desenhos J. Gonçalves).

muro de orações etc., possuía minarete, junto a um dos templos e extensa necrópole, associada a compartimento específico para preparação dos mortos (*bayt al-janaez*), o primeiro a ser identificado no antigo território do *al-Andalus*.

Importa relevar que a necrópole ofereceu várias estelas anepígrafas e duas, com longos textos, encontradas *in situ*, as únicas do *Gharb*, onde tal ocorreu.

O espólio reflecte a diversidade das actividades desenvolvidas no *ribât*, desde as ligadas à preparação, conservação e consumo dos alimentos, à pesca e à caça, a outras do tipo artesanal, como a fição e a tecelagem.

No respeitante à cerâmica, que constitui o espólio mais numeroso, verifica-se maior percentagem de produções comuns, nas quais se incluem peças montadas ao torno lento, com pastas mal depuradas e mal cozidas, factos que se devem, por certo a ditames no seio da ideologia sufi.

Conforme mencionámos, são já abundantes os artefactos e as pequenas inscrições relacionadas com a afirmação da Fé, ali recuperados, aspecto menos conhecido no *al-Andalus*.

A continuação das escavações e do estudo das estruturas, como dos espólios exumados, contribuirão para o melhor conhecimento do importante momento histórico protagonizado por Ibn Qasī e a comunidade por ele fundada.

Este projecto foi apoiado pela Fundação Max van Berchem, estabelecida em 1973 em memória de Max van Berchem (1863-1921), o fundador da Epigrafia Árabe. Com sede em Genebra, o objectivo da Fundação é promover o estudo da Arqueologia, História, Geografia, Arte, Epigrafia, Religião e Literatura Islâmicas e Árabicas.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Adalberto (1999) – Ibn Qasī – Esse desconhecido. In *O Algarve, da Antiguidade aos nossos Dias*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 88-90.

ALVES, Adalberto (2001) – *As Sandálias do Mestre. Em Torno do Sufismo de Ibn Qasī nos Começos de Portugal*. Lisboa: Hugin Editores Lda.

ALVES, Adalberto (2007) – *Portugal e o Islão Inicial*. Lisboa: Ésquilo Edições e Multimédia.

ARNAUT, Salvador Dias (1947) – Flechas com “erva” na guerra entre Portugal e Castela no fim do século XIV. *Revista Portuguesa de História*. Lisboa. III, pp. 214-220.

AZUAR RUIZ, Rafael (2007) – O contributo da Arqueologia para o estudo dos *ribât*-s do Al-Andalus. In *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Câmara Municipal de Aljezur, pp. 29-36.

BARCELÓ TORRES, Carmen; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2011) – Estela funerária epigrafada do *Ribât* da Arrifana (Aljezur). In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, pp. 147-156.

BAZZANA, André (1996) – Foyers et fours domestiques dans l'architecture rurale d'Al-Andalus. *Arqueologia Medieval*. Porto. 4, pp. 139-163.

BORGES, Artur Goulart de Melo (1992) – Ibn Qasī, rei de Mértola e *mahdi* luso-muçulmano. *Arqueologia Medieval*. Porto.1, pp. 209-215.

BOUDOT-LAMOTTE, Antoine (1968) – *Contribution à l'Étude de l'Archerie Musulmane*. Damas: Institut Français de Damas.

COELHO, António Borges (1973) – *Portugal na Espanha Árabe*. vol. III. Lisboa: Seara Nova.

DE LA PUENTE, Cristina (2001) – La Campaña de Santiago de Compostela (387/997): Yihād y legitimación del poder. *Qurtuba*. 6, pp. 7-21.

DOMINGUES, José Domingos Garcia (1945) – *História Luso-Árabe. Episódios e Figuras Meridionais*. Lisboa: Editora Pro-Domo.

DOMINGUES, José Domingos Garcia (1954) – *O místico louletano Al-Orianie e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*. Lisboa: Edição do Autor.

DOMINGUES, José Domingos Garcia (1974) – Os mestres luso-árabes de Ibn Arabi. *Orientalia Hispanica. Sive Studia F. M. Pareja Octogenario Dedicata*. Leiden. pp. 297-304.

DOMINGUES, José Domingos Garcia (1997) – *Portugal e o Al-Andalus*. Lisboa: Hugin-Editores Lda.

- DREHER, Josef (1985) – *Das Imamat des Islamischen Mystikers Abûlqâsim Ahmad Ibn al-Husain Ibn Qasî*. Bona: Universidade de Bona.
- ELLIOTT, William (1979) – *The Career of Ibn Qasî as a Religious Teacher and Political Revolutionary in 12th Century Islamic Spain*. Edinburg: Edinburg University.
- FARINHA, António Dias (2007) – O Ribât na História. In *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Câmara Municipal de Aljezur, pp. 27, 28.
- GOMES, Mário Varela (2006) – Ibn Qasî – Memória, do pensamento e acção, do mestre sufi da Arrifana. *Al-Rihana*. Aljezur. 2, pp. 17-44.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1995) – Cerâmicas muçulmanas: Quais as metodologias arqueológicas?. In *Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 41-50.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (2011) – O ribât da Arrifana, no contexto espiritual e político, entre o *Gharb* e o *Maghreb*. In *Congresso Internacional de História: Portugal e o Magrebe / 4^o Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa: Centro de Estudos de Além-Mar / Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, pp. 17-37.
- GOMES, Rosa Varela (2002) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura*. (Trabalhos de Arqueologia; 23). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2011) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: A zona da Arrochela, espaços e quotidianos*. (Trabalhos de Arqueologia; 53). Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- GOMES, Rosa Varela (2011a) – El mundo rural en el Sur del actual território português (siglos XII-XIII). *Arqueologia Medieval. Els Espais de Secà*. Lleida: Pagès Editors, pp. 99-116.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2004) – O ribât da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 1, pp. 483-573.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2004a) – El ribat de Arrifana (Aljezur, Algarve); identificación y primeros trabajos. In *Fouilles de la Râbita de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1992)*. Madrid: Casa de Velázquez, pp. 239-245.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2005) – O ribât da Arrifana (século XII). Resultados de três campanhas de escavações. *Al-Rihana*. Aljezur. 1, pp. 41-71.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2005a) – O ribât da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, pp. 471-533.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2005b) – A *djihâd* no Extremo Sudoeste Peninsular – O recém-identificado ribât da Arrifana (século XIII). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa. 16, pp. 141-159.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2006) – O ribât da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados das escavações arqueológicas no Sector 3 (2003/2004). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, pp. 329-352.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2007) – *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2012) – Arrifana, Ribât da (Aljezur). In *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, pp. 44, 45.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2014) – The Arrifana Ribât (Algarve). The study of the Necropolis. *Fondation Max van Berchem Bulletin*. Genève. 28 (Dec.2014), pp. 3-6.
- GOODRICH, David Raymond (1978) – *A Sûfi Revolt in Portugal: Ibn Qasî and his Kitâd Hal'al-na'layn*. Columbia: Columbia University.
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1990-91) – Panes hogazas y fogones portátiles. Dos formas cerâmicas destinadas a la cocción del pan en Al-Andalus: el hornillo (*tannur*) y el plato (*tâbaq*). *Lucentum*. Alicante. IX-X, pp. 161-175.
- HERCULANO, Alexandre (1875) – *História de Portugal*. Vol. II, 8^a ed. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand.
- LAGARDÈRE, Vincent (1998) – La tariqa et la révolte des muridûn en 539H/1144 en Andalus. *Revue de l'Occident Musulman Méditerranéen*. Aix-en-Provence. 1, pp. 157-170.
- LAGARDÈRE, Vincent (1998) – *Les Almoravides. Le Djihâd Andalou (1106-1143)*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste (1938) – *La Péninsule Ibérique au Moyen Age d'après le Kitab Ar-Rawd Al-mi'tar Fi Habar Al-Aktar d'Ibn Abd Al-Mun'im Al-Himyari*. Leiden: Brill S.A., Publications de la Fondation de Goeje.
- LOPES, David (1910) – Os árabes nas obras de Alexandre Herculano. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa. 3 (1), pp. 50-273.
- LOPES, David (1928) – O Domínio Árabe. *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora Lda, pp. 289-431.

MARQUES, António Henriques de Oliveira (1972) – *História de Portugal*. vol. I. Lisboa: Edições Agora.

MARÍN, Manuela (2004) – La práctica del *ribāt* en Al-Andalus (ss. III-V/IX-XI). In *Fouilles de la Rábata de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1982)*. Madrid: Casa de Velázquez, pp. 191-201.

MOLINA, Luís (1983) – *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*. vol. II. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

PARREIRA, Oliveira (1899) – *Os Luso-Árabes*. vol. 2. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

PICARD, Christophe (1997) – *L'Océan Atlantique Musulman. De la conquête Arabe à l'Époque Almohade*. Paris: Maisonneuve et Larose.

PICARD, Christophe (2000) – *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e Siècle)*. Paris: Maisonneuve et Larose.

SALGADO, Fr. Vicente (1786) – *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*. vol. I. Lisboa: Regia Officina Typografica.

SEYBOLD, Christian Friedrich; LOPES, David (1903) – Onomatologia arabico-portuguesa. *O Archeologo Português*. Lisboa. 8, pp. 123-131.

SIDARUS, Adel Yussef (1992) – Novos dados sobre Ibn Qasi de Silves e as taifas almorávidas no Gharb al-Andalus. *I Jornadas de Silves*. Silves: Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, pp. 35-40.

SIDARUS, Adel Yussef (1992a) – A rebelião algarvia contra os Almorávidas e o movimento muridita do *mahadi* Ibn Qasi. *7º Congresso do Algarve*. Silves: Racal Clube.

SIDARUS, Adel Yussef (1997) – Novas perspectivas sobre o *Gharb Al-Andalus* no tempo de D. Afonso Henriques. *D. Afonso Henriques e a sua Época – 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: vol. 2, pp. 249-268.

AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CASTELO DOS MOUROS, SINTRA – 2009 A 2013

Maria João de Sousa

Parques de Sintra Monte da Lua, S.A. / maria.sousa@parquesdesintra.pt

Resumo

O projeto arqueológico desenvolvido no Castelo dos Mouros – Sintra, de 2009 a 2013, pôs a descoberto novas estruturas domésticas muçulmanas, uma necrópole medieval cristã e, entre estas, numerosos fragmentos de produções cerâmicas do Neolítico antigo do atual território português, sendo um dos achados mais relevantes um vaso inteiro e diversos fragmentos de cerâmica simbólica, raros na Pré-História do nosso País.

Palavras-chave: Castelo, Neolítico, Bronze, Cerâmica, Islâmico, Necrópole.

Abstract

The archaeological project undertaken at the Moorish Castle – Sintra, from 2009 to 2013, under the direction of the archaeologist Maria João de Sousa and Parques de Sintra – Monte da Lua, S. A. served to discover new Moorish domestic structures, a Christian medieval necropolis and, in among these, numerous fragments of ceramic productions dating in age from the ancient Neolithic period through to the early centuries of Portuguese occupation of this site with the most significant finds including an entire vase and diverse fragments of symbolic ceramics, rare in the Pre-history of Portugal.

Keywords: Castle, Neolithic, Bronze, Ceramics, Islamic, Necropolis.

O Castelo dos Mouros, construído no topo de um dos cumes rochosos mais altos da Serra de Sintra, localiza-se no interior da Paisagem Cultural de Sintra, classificada pela UNESCO como Património Mundial (1995), e foi sempre um dos locais mais visitados da zona de Lisboa, devido à sua relação simbólica com o passado histórico da região e pelo sítio, de onde é possível admirar uma espetacular vista panorâmica da costa, da vila de Sintra e até Mafra.

Não tendo sido objeto de intervenções significativas nas últimas décadas, a Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A., a quem a gestão do Castelo está entregue, pôs em marcha o projeto “À Conquista do Castelo”, com o objetivo de restaurar e valorizar o Castelo dos Mouros.

1. EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

A existência de várias realidades arqueológicas distintas já se encontravam referenciadas por trabalhos realizados em 1981, 1993-1995 e 1998-2000 onde se identificou uma ocupação neolítica, parte da necrópole da Igreja de São Pedro de Canaferrim e estruturas de uma habitação muçulmana (SIMÕES, 1999 e COELHO, 2000).

Os trabalhos arqueológicos que decorreram entre 2009 e 2013 pretenderam alargar, integrar e aprofundar os estudos anteriores e permitir conhecer, de modo mais objetivo, as ocupações humanas do castelo, as suas fases construtivas e espaços de vivência. (Fig. 1)

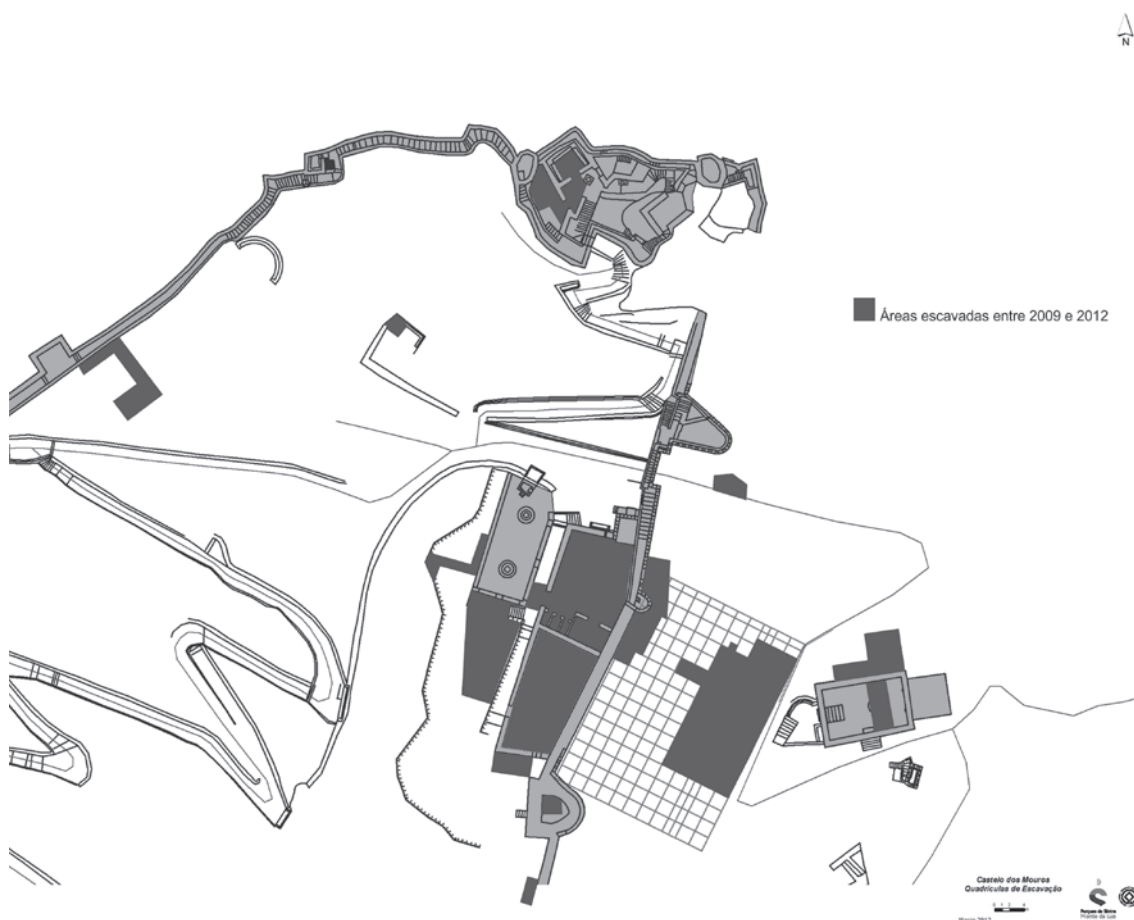


Figura 1 – Planta das áreas escavadas.

2. A IGREJA DE SÃO PEDRO DE CANAFERRIM

Fundada no século XII, após a tomada do Castelo, a Igreja de São Pedro de Canaferrim funcionou como igreja paroquial até pelo menos ao século XV, data atribuída à pintura mural existente na abside (SERRÃO, 1980), bem como à imagem de pedra, representativa de São Pedro, que hoje se conserva na Igreja Matriz de São Pedro de Penaferrim e que daqui terá provindo (RODIL e CARVALHO 1995: 13).

Em 1981 foi alvo de escavações arqueológicas que identificaram parte da necrópole em redor do templo (VAA, 1998: 221-223) e em 2010 a PSML optou por desmontar o canteiro existente no interior, resultante da intervenção realizada por D. Fernando II no século XIX, escavando essa área, o que viria possibilitar a determinação de cotas de pavimento e, no exterior, a delimitação de algumas sepulturas cobertas por lajes de calcário.

3. A NECRÓPOLE

Ocupando uma vasta área que se estende entre a muralha nascente do Castelo e a porta poente da Igreja, a Necrópole terá sido danificada em 1840, com as obras promovidas por D. Fernando II, para a abertura do Castelo aos populares.

Uma vez que os cemitérios cristãos tendem a agregar-se às igrejas a partir dos séculos XI/XII, processo que acompanha a implantação da rede paroquial, neste caso a necrópole cristã terá crescido a partir da conquista definitiva de Sintra em 1147.

Nas cerca de trinta e três sepulturas escavadas nas campanhas entre 2009 e 2012, verificou-se que, na maioria dos casos, existia mais do que um indivíduo por sepultura sendo relativamente comum adultos, crianças e adolescentes partilharem o mesmo espaço. Os rituais funerários são aparentemente simples. Os indivíduos encontram-se em decúbito dorsal, com os braços ao longo do tronco e as mãos assentes no ventre; os ossos de inumações anteriores encontravam-se acumulados na cabeceira ou na zona inferior da sepultura. (Fig. 2)



Figura2 – Sepultura com vários enterramentos.

Identificaram-se diversas soluções de inumação, sendo a mais comum a sepultura escavada no granito em desagregação, coberta por toscas lajes de calcário. Todavia, registam-se também deposições em fossa simples e sepulturas estruturadas com pedras mais ou menos aparelhadas. Ocorrem ainda casos em que o indivíduo é apenas depositado sobre o afloramento e delimitado o espaço de sepulcro por blocos de granito de grande dimensão.

A escavação destas sepulturas permitiu observar que as mesmas fazem uso de estruturas anteriores, tendo sido possível identificar silos e alicerces de estruturas domésticas destruídos com a criação desta necrópole.

É ainda de salientar que foram descobertas várias moedas que datam de entre os séculos XII e XIV, corroborando a prática conhecida durante a tardo-antiguidade e época medieval, do óbolo de Caronte.

Esta necrópole encontra paralelos na região, nomeadamente nas necrópoles da Igreja de Santa Maria, na da Ermida de Nossa Senhora de Milides (VAA., 1998) e na da Ermida de São Saturnino (GARCIA, 1996).

Verificou-se ainda a existência de numerosos artefactos de cronologia neolítica (FERNANDES, SOUSA e CARVALHO, 2016), sendo um dos achados mais relevantes o da campanha de 2010, onde se recolheu um vaso completo em forma de “saco”, com asas bífidas e mamilado, sem decoração, típico das produções do V milénio a.C. (SOUSA e CARVALHO, 2015). (Fig. 3)

4. ANTIGAS CAVALARIÇAS, CISTERNA E ENVOLVENTE

Em 2010 iniciaram-se trabalhos arqueológicos no interior da fortificação nos espaços denominados por Antigas Cavalariças, constituídos por dois compartimentos confinados que se anexam ao pano de muralha Nascente.

O compartimento que se situa a Norte, perto da zona de entrada do Castelo, é constituído por mais quatro divisões para animais. A escavação identi-



Figura 3 – Vaso Neolítico junto aos limites da Sepultura n.º 8 .

ficou dois níveis de pavimento em pedra, um dos quais rematado junto às paredes por uma valeta empedrada e o segundo composto por caldeiras para plantação de árvores ou pequenos canteiros, possivelmente construído durante as reformas de D. Fernando II, criando um espaço ajardinado de acordo com as opções estéticas do jardim romântico, tal como também se verificou com a plantação da árvore no interior da Igreja de São Pedro de Canaferrim.

Com o alargamento das escavação foi possível verificar que a dado momento, os pavimentos foram destruídos pela abertura de uma vala para construção de uma galeria, a qual apresenta cerca de 1,40 m de altura e atravessa o compartimento de Oeste a Este, permitindo o escoamento de águas em excesso na cisterna. (Fig. 4)

O desmonte deste piso de “ajardinamento” veio também revelar uma base de uma coluna, construída em pedra argamassada, de secção quadrangular, com cerca de 60 cm. Esta estrutura parece corresponder a uma das colunas de sustentação



Figura 4 – Galeria de escoamento de águas da cisterna.

do telheiro, descrito por James Edward Alexander quando, em 1834, visitou o Castelo antes pois das reformas de D. Fernando II (ALEXANDER, 2003).

Os alicerces desta estrutura implantam-se no substrato granítico e o nivelamento do piso corresponde a um aterro intencional que conglomerou inertes de toda a zona. Nesta amálgama de terras de aterro foi possível recolher espólio arqueológico diverso, nomeadamente várias moedas, com cronologia semelhante às que se identificaram na necrópole e entre vários objetos em marfim e osso, recolheram-se duas placas de marfim com inscrição em árabe cúfico, provavelmente pertencentes a uma caixa ou cofre, do último terço do século XII (BARCELÓ e SOUSA, 2016).

A remoção do nível de aterro veio colocar a descoberto a rocha de base – granito – e nesta, bases de silos escavados na rocha. Estes silos encontravam-se danificados não tendo sido possível escavar um só exemplar que estivesse intacto.

Aparentemente alguns destes silos terão sido

parcialmente destruídos quando se nivelou e aterrou este espaço, pelo que estas estruturas de armazenagem já então estariam abandonadas. Todavia, é possível que alguns dos silos tenham sido abandonados porque já não cumpriam a função inicial devido ao seu uso intensivo.

Junto à muralha identificaram-se muros de um compartimento com orientação N-NE e O-SE, os quais fazem uso de um bloco granito para a sua edificação. No interior do espaço definido pelos muros foram recolhidos fragmentos de cerâmica comum de carácter doméstico, apontando uma função habitacional para este espaço. (Fig. 5)

Uma análise sumária das cerâmicas permitiu identificar formas tipo painéis e cântaros, e decorações pintadas a barbotina branca, típicos dos contextos islâmicos domésticos do século XI-XII (SOUSA, 2015). O dado mais importante relativo a esta estrutura reside no facto de os seus muros estarem sob a muralha, demonstrando claramente que se trata de uma estrutura anterior àquela.



Figura 5 – Habitação sob a muralha do Castelo.

Na escavação dos níveis de terra que se encontravam nos interstícios dos blocos de granito, foram recolhidos vários fragmentos de cerâmica manual, semelhante à identificada na zona da necrópole, entre os quais cerâmica incisa com motivos de falsa folha de acácia (c. 5000 aC), fragmentos de cerâmica campaniforme, pertencente a uma taça do tipo Palmela (c. 3000 aC) e fragmentos de cerâmicas com ornatos brunidos (c. 1300 aC) (CARDOSO e SOUSA, 2014).

Foram igualmente realizados trabalhos de escavação arqueológica no compartimento Sul tendo-

-se identificado também os alicerces de duas colunas de secção quadrangular, semelhantes à que havia sido identificado no compartimento norte. O desmonte de uma destas colunas veio a revelar uma estrutura subcircular escavada na rocha, contendo no seu interior dois buracos de poste, duas bases de silos já destruídos e um outro intacto, com cerca de 2m de profundidade. (Fig. 6)

Os dados arqueológicos evidenciaram tratar-se de uma zona de armazenagem, com telheiro, que provavelmente estaria relacionado com um espaço doméstico que lhe estava contíguo, uma vez que se



Figura 6 – Compartimento 2 das Antigas Cavalariças.

identificou também neste compartimento, parte de uma habitação sob o pano de muralha, semelhante ao já identificado no compartimento Norte.

Com o desmonte da outra coluna, recolheram-se três grandes fragmentos de um vaso cerâmico de superfície brunida e decoração excisa (CARDOSO e SOUSA, 2014), mais uma vez indiciando o desmantelamento de uma ocupação mais antiga aquando da construção dos silos e dos vários aterros ocorridos nesta zona ao longo de séculos.

A escavação dos restantes níveis revelaria tam-

bém mais bases de silos destruídos, tendo sido possível recolher neste compartimento moedas cristãs da primeira dinastia, ferraduras, um candil islâmico e dois fragmentos de tigelas em *terra sigillata* que correspondem aos únicos vestígios do período romano até agora identificados no castelo (SILVA e SOUSA, 2015).

O alargamento da área de estudo para a envolvente das antigas cavalariças permitiu que se abrissem sondagens junto à cisterna e na esplanada das Cavalariças (setores 11 e 5).

A intervenção na envolvente da cisterna teve como propósito conhecer as estratégias de captação de água da referida estrutura, tendo-se aberto uma sondagem arqueológica ao longo da parede Oeste e outra perpendicular a esta na direção da vertente, onde se podem observar alguns “nichos” abertos no substrato e que estariam identificados como saibreiras.

Verificou-se que para construção da cisterna foi aberta uma vala escavada no substrato granítico, tendo esta vala seccionado pela metade dois silos, levando a concluir estar-se na presença de mais uma área ocupada por estas estruturas de armazenamento, sendo os referidos “nichos” o resultado do seccionamento vertical destas estruturas.

Considerando os vestígios identificados tudo indica que os níveis islâmicos terão sido destruídos pela construção desta cisterna. Este dado é também visível através da quantidade de fragmentos cerâmicos de época muçulmana também presentes no enchimento preservado de um dos silos, bem como através da identificação de mais seis destas estruturas de armazenamento na área entre a Porta da Cisterna e a Esplanada das Cavalariças.

Nesta área de esplanada executou-se uma sondagem entre a parede Sul das Antigas Cavalariças e a Torre Oca, tendo sido possível identificar mais um troço de muro associado a um silo em bom estado de conservação, fornecendo desta forma mais elementos para a constituição cartográfica da implantação do povoamento muçulmano entre os séculos X e XII. (Fig. 7)

5. PRAÇA DE ARMAS E ALCÁÇOVA

No âmbito da recuperação paisagística realizaram-se também sondagens arqueológicas pontuais na Praça de Armas com a intenção de procurar esclarecer a organização espacial oitocentista promovida por D. Fernando II e compreender a utilização do espaço em momentos anteriores a esta transformação.

As sondagens abertas permitiram identificar um troço de caminho pertencente aos canteiros do séc. XIX e com o desenrolar dos trabalhos identificou-se



Figura 7 – Habitação e Silo identificados na esplanada das Cavalariças.

uma grande quantidade de telhas, um pequeno troço de muro e ainda uma lareira semicircular formada por pequenas pedras de granito.

Com esta sondagem recolheu-se um grande número de vestígios cerâmicos entre os quais malhas de jogo em cerâmica de cronologia islâmica e uma taça carenada com fundo em ônfalo, filíavel em contextos do bronze final sugerindo mais uma área habitacional nesta vertente (Fig 8) (CARDOSO e SOUSA, 2014).



Figura 8 – Taça carenada com fundo em ônfalo.

É também de salientar que neste local, a par com outros vestígios pontuais recolhidos nos restantes setores de escavação, foi possível identificar vestígios de ocupações da Idade do Ferro, consubstanciados através de fragmentos cerâmicos de ânforas fenício-púnicas (SILVA e SOUSA, 2015).

Os trabalhos desenvolvidos na Alcáçova pretendiam fundamentar o tipo de fortificação existente, face aos vestígios habitacionais identificados nas restantes áreas escavadas. Foram abertas três sondagens arqueológicas no compartimento do poço-cisterna e nos dois compartimentos que o ladeia a Norte e Oeste, sensivelmente.

Dos trabalhos verificou-se que a área da Alcáçova foi sujeita a grandes remodelações que arrasaram praticamente todas as estruturas de fundação muçulmana. Identificaram-se vários muros de orientação semelhante aos compartimentos habitacionais identificados nas Antigas Cavalariças e na área da Necrópole, e junto a estes um grande aglomerado de telhas com decoração, entre estas, vários fragmentos de painéis e outras formas cerâmicas de recipientes islâmicos.

As áreas de intervenção são exíguas e bastante perturbadas, pelo que seriam necessárias outras sondagens que possibilitassem estabelecer relações e como resultado um discurso arqueológico mais completo e elucidativo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação escrita alusiva a Sintra e ao Castelo dos Mouros permite transmitir uma história que tem vindo a ser repetidamente reproduzida até aos nossos dias sem que, todavia, tal tenha completa correspondência nos dados que a arqueologia tem vindo a revelar.

O Castelo encontra-se extremamente marcado a nível estético e arqueológico pela grande intervenção efetuada por D. Fernando II, na década de 40 do século XIX. Esta implicou não só a enorme campanha de reflorestação da serra, dando origem ao aspeto que assume atualmente, como foi responsável por uma profunda remodelação do Cas-

telo, através das obras de recuperação das ruínas.

O conceito estético do romantismo que norteou esta intervenção, foi responsável pela criação de novas ruínas, tendo sido criados espaços recônditos para deleite da população, dando origem a substanciais movimentações de terras para criar novos espaços e caminhos. De referir, a título de exemplo, o já exposto caso da necrópole medieval da igreja de S. Pedro de Canaferrim que foi parcialmente destruída com a construção do caminho de acesso ao Castelo, ou os aterros identificados no interior das Cavalariças.

Os dados atualmente disponíveis, provenientes da Arqueologia, apontam para que a primeira ocupação deste local tenha ocorrido no Neolítico Antigo/Médio (c. 5000 aC). A natureza da ocupação não se encontra ainda bem definida, também por esta ter sido muito afetada com as obras de remodelação/conservação levadas a cabo desde o século XIX. Existem igualmente vestígios de uma ocupação calcolítica, materializada na taça tipo Palmela que foi recolhida no compartimento Norte das Cavalariças. A Idade do Bronze e a Idade do Ferro ocupam também uma presença notável representadas através dos vários fragmentos de vasos, taças e ânforas recolhidos. Todavia, destas duas ocupações não se identificaram quaisquer estruturas arqueológicas conservadas que possibilitassem conhecer melhor estas comunidades.

Em época romana o espaço do castelo pode ter sido ocupado por uma torre de vigia, que controlaria toda a região envolvente e a circulação marítima. É de sublinhar que deste ponto se avista até às ilhas Berlengas, local onde se conhece igualmente ocupação deste período. Esta interpretação é apenas uma hipótese, uma vez que do período romano apenas se identificaram dois fragmentos de cerâmica *terra sigillata* hispânica (c. 50 dC).

A serra de Sintra terá assumido maior importância como posto de vigia quando o Emirado de Córdova é assolado por ataques dos povos do Norte que se deslocavam por via marítima, atacando povoações costeiras e fluviais. A área do castelo terá representado então um importante ponto no con-

trolo e no combate aos *majus* (vikings).

O primeiro núcleo de povoamento medieval instalou-se, provavelmente, na área da Alcáçova, utilizando toda a encosta nascente do Castelo para a implantação do bairro islâmico, que terá funcionado a partir do século X até à conquista definitiva de Sintra, em 1147.

A Serra de Sintra possui todas as condições para a fixação destas comunidades medievais. Possui fontes de água natural, terras férteis que permitem o cultivo e subsistência e várias áreas de bosque e mato que proporcionam lenha e caça, acumulando o facto de que do alto dos seus penedos se controla um vasto território, proporcionando que se tornasse uma guarda avançada da cidade de Lisboa.

AGRADECIMENTOS

A autora gostaria de agradecer a todos os alunos da Licenciatura de Arqueologia da FCSH-UNL que participaram nestas escavações e aos arqueólogos e antropólogas que fizeram parte das várias equipas, nomeadamente, Alexandra Valente, Alexandre Fernandes, Ana Raquel Magalhães, Catarina Bolila, Filipe Pereira, João Maia Romão, Jorge Pinho, Márcio Beatriz, Márcio Martingil, Raquel Granja, Sónia Ferro e Tiago Pereira.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, James Edward (2003) – Um Esboço de Portugal durante a guerra civil de 1834. Livros Horizonte, Lisboa.

BARCELÓ, Carmen e SOUSA, Maria João de (2016) – Três peças Almóadas de Marfim (Sintra) in Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 19, DGPC, Lisboa, p. 293-300.

CARDOSO, João Luís e SOUSA, Maria João de (2014) – O Bronze Final na serra de Sintra. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 21, p. 361-374.

COELHO, Catarina (2000) – A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada in Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 3, nº 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, p. 207-225.

FERNANDES, Alexandre Richardson; SOUSA, Maria João de; CARVALHO, António Faustino (2016) – Cerâmica Simbólica Neo-

lítica do Castelo dos Mouros – Sintra in Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 19, DGPC, Lisboa, p. 33-40

FRANÇA, José Augusto (2010) – Lisboa – História Física e Moral.

GARCIA, Cristina, 1996 – “Ermida de São Saturnino: breve nota de uma escavação arqueológica na serra de Sintra”, Revista de Arqueologia Medieval, nº5, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, p.85-101.

LAING, Samuel (1844) – Chronicle of the Kings of Norway. Translated from the Icelandic of Snorro Sturleson, vol. III, London.

REI, António (2007) – “Os Rostos do Poder na Lisboa das Taifas (1009-1093). Novas leituras”, Actas do Encontro Internacional «Nova Lisboa Medieval II», Lisboa, IEM / Livros Horizonte, pp. 60-70.

RODIL, J. e CARVALHO, S. L. de. (1995) – Sintra: As Pedras e o Tempo. Sintra: Ministério da Educação.

SALDANHA, António Nuno (1988) – A capela de S. Pedro de Canaferrim, em Sintra. Contributos para o estudo de um monumento esquecido in Aedificiorum, Ano 1 – Junho.

SERRÃO, V. (1980) – Um ignorado templo pré-romântico: A capela de S. Pedro do Castelo dos Mouros. Jornal de Sintra, 2382-2384, Abril – Maio.

SILVA, Rodrigo Banha da e SOUSA, Maria João de (2015) – O Castelo dos Mouros nos Primeiros Séculos do I Milénio a.C., Almadan, IIª Série, 20. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 22.

SIMÕES, T. (1999) – O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra: contribuições para o estudo da península de Lisboa. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 12).

SOUSA, Maria João de (2015) – “Uma habitação do século XI/ XII sob a Muralha do Castelo dos Mouros de Sintra – Evidências Arqueológicas de um contexto doméstico” in X Congresso Internacional sobre a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Silves, Outubro de 2015.

SOUSA, Maria João de e CARVALHO, A. F. (2015) – Campo de Investigação Arqueológica do Castelo dos Mouros, Sintra (Portugal): achado de um vaso neolítico inteiro em São Pedro de Canaferrim. Actas do 5º Congresso do Neolítico Peninsular. Lisboa: UNIARQ, pp. 280-283.

VVAA. (1998) – Sintra Património da Humanidade. Sintra: Câmara Municipal.

OS AZULEJOS DAS ARCADAS SOB O CORO DA IGREJA DE SÃO ROQUE (LISBOA)

Mariana Almeida¹, Edgar Fernandes²

¹ Doutoranda em História, especialidade em Arqueologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; IAP, Universidade Nova de Lisboa; IHC, Universidade Nova de Lisboa / mariana.brit.almeida@gmail.com

² Doutorando em Arqueologia no programa de doutoramento *Societat i Cultura* da Universidade de Barcelona; IAP, Universidade Nova de Lisboa; CHAM, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores / edgarmcmfernandes@hotmail.com

Resumo

O presente artigo pretende analisar os azulejos das arcadas sob o coro da Igreja de São Roque (Lisboa). Para tal, examinaremos a adaptação dos painéis aos espaços em que se inserem, identificaremos discrepâncias e desajustes na decoração, motivados por modificações e reparações posteriores, e toda essa informação será relacionada com alterações estruturais registadas no interior do templo. O objectivo deste estudo é a elaboração de uma leitura diacrónica das arcadas e da sua decoração azulejar, com vista a fornecer mais um contributo para a compreensão das modificações espaciais e decorativas ocorridas na Igreja de São Roque ao longo dos séculos.

Palavras-chave: Igreja de São Roque (Lisboa), Arcadas sob o coro, Azulejos policromos, Discrepâncias decorativas, Análise espacial, Leitura diacrónica.

Abstract

This paper aims to analyse the tiles from the arcades under the choir of the Church of Saint Roch (Lisbon). To that end, we will examine the adaptation of the panels to the spaces to which they belong, we will identify discrepancies and mismatches in the decoration motivated by later modifications and repairs, and that information will be related to documented structural changes within the temple. The goal of this study is the formulation of a diachronic reading of the arcades and their tile decoration, in order to provide another contribution towards the comprehension of the spatial and decorative modifications that took place in the Church of Saint Roch throughout the centuries.

Keywords: Church of Saint Roch (Lisbon), Arcades under the choir, Polychrome tiles, Decorative discrepancies, Spatial analysis, Diachronic reading.

1. INTRODUÇÃO

A Igreja de São Roque, em Lisboa, foi edificada na segunda metade do século XVI, pela Companhia de Jesus. Contém no seu interior diversos painéis de azulejo provenientes de oficinas portuguesas e possivelmente espanholas, sevilhanas, que integram hoje o património artístico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Em 2011, iniciámos o estudo dos azulejos ditos espanhóis da Igreja de São Roque, que se concentram nas paredes do transepto, na Capela de Santo António, na Capela do Senhor dos Passos, nas arcadas e paredes próximas à entrada da igreja, no coro alto e na sacristia. Apresentámos, a 07 de Maio de 2013, uma conferência sobre essa temática, na Associação dos Arqueólogos Portugueses. Todavia, é-nos impossível publicar aqui um artigo sobre todas essas áreas e composições azulejares, já que tal trabalho seria sempre demasiado extenso para os critérios editoriais da revista.

Assim, optámos por apresentar um artigo dedicado apenas à análise das arcadas sob o coro da Igreja de São Roque e dos seus azulejos. Escolhemos esta alternativa porque, estando próximas da entrada do edifício e sendo periféricas, as arcadas apresentam uma decoração azulejar singular, de grande complexidade figurativa, ao passo que outras áreas mais próximas da capela-mor exibem composições muito mais simples, formadas essencialmente por azulejos de padrão.

O presente texto analisará as arcadas e os seus painéis, tendo em atenção aspectos como a adaptação dos azulejos ao seu suporte e também discrepâncias e desajustes decorativos, causados por modificações ou reparações posteriores. Pretende-se igualmente relacionar a informação obtida através da análise dos azulejos com alterações estruturais ocorridas no interior da igreja. Este artigo terá, assim, por objectivo proceder a uma leitura diacrónica das arcadas sob o coro e dos seus painéis de azulejo, de modo a contribuir para um entendimento progressivamente mais completo das diversas transformações espaciais e decorativas que ocorre-

ram na Igreja de São Roque ao longo dos séculos.

2. OS AZULEJOS DAS ARCADAS SOB O CORO DA IGREJA DE SÃO ROQUE

Debaixo do coro alto da Igreja de São Roque, a Oeste e Este, existem duas pequenas arcadas compostas por dois arcos cada. O interior e o exterior destes elementos estão decorados com painéis de azulejos muito diversos, com maior ou menor policromia, alguns dos quais apresentam datas.

Santos Simões (1990², p. 89) refere estas composições, mas apenas no que concerne os tímpanos dos arcos, cujos azulejos considera típicos das oficinas de Roque Hernández e Cristóbal de Augusta, mencionando que num dos tímpanos se lê a data de 1596. Os restantes painéis de azulejo e epígrafes das arcadas não foram mencionados pelo autor.

José Meco (1989, p. 52), por seu turno, diz que os azulejos da área sob o coro e do transepto, inseríveis na produção ítalo-flamenga quanto à técnica e decoração, foram feitos em 1596, por uma oficina sevilhana que tinha como pintores o flamengo Frans Andries e os espanhóis Roque Hernández e Cristóbal de Augusta e, posteriormente, o italiano Antonio Sambarino e o espanhol Fernando de Valladares. O autor menciona também que a oficina terá começado a decair em inícios do século XVII, portanto, pouco depois da realização das composições em análise. Mais adiante, Meco (1989, p. 194) considera que os azulejos da área sob o coro constituem o melhor conjunto de azulejaria sevilhana maneirista conservado em Portugal, datado de 1596, e que a decoração em torno dos arcos é uma excelente composição sevilhana de grotescos, cuja ingenuidade e rudeza do desenho é compensada pela vivacidade das cores, reforçadas pelo fundo amarelo dos painéis.

Em 1994, em livro dedicado aos azulejos de vários imóveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Júlio Parra examina igualmente os azulejos das arcadas sob o coro da Igreja de São Roque (Parra, 1994, pp. 31-33). O autor analisa pormenorizadamente a iconografia dos painéis – tanto de um

ponto de vista artístico, como simbólico e religioso – e refere que se observam muitos azulejos que estão deslocados ou que não pertencem àquelas composições. Parra (1994, pp. 31-32) regista ainda que os painéis das arcadas sob o coro teriam sido executados pelas oficinas sevilhanas de Hernando Valladares.

Finalmente, em 2006, Alexandre Pais dedicou um artigo ao espólio azulejar dos palácios e conventos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no qual abordou igualmente as composições existentes nas arcadas sob o coro (Pais, 2006, pp. 142-144). Tal como Parra, Pais refere o carácter cristológico da decoração, discorrendo abundantemente sobre aspectos simbólicos e relevando a presença de iconografia relacionada com a Paixão de Cristo, no lado do Evangelho, e com a Prisão, no lado da Epístola (Pais, 2006, pp. 142-143). Ainda na esteira de Parra, Pais refere que existem azulejos nas arcadas sob o coro que não pertencem às composições onde estão actualmente inseridos (Pais, 2006, pp. 143-144). No entanto, a grande novidade do seu estudo consiste na percepção da ocorrência de azulejos dispersos onde se observa a sigla IHS truncada, sendo que o autor considera este facto como um indício da existência de outros painéis similares (Pais, 2006, p. 143, nota 32).

Uma observação mais geral das composições azulejares das arcadas permite-nos perceber que os painéis foram criados propositadamente para serem aplicados aos espaços em que ainda hoje se encontram. Isto não significa que não existam discrepâncias e desajustes, resultados de remodelações e concertos posteriores, que puseram em causa a coerência decorativa dos painéis. Deste modo, cabe agora identificar as áreas das arcadas em que essas incongruências se verificam e proceder à sua análise.

2.1. Arcada oeste

Relativamente aos azulejos policromos da arcada da parede oeste, devemos começar por referir que já foram amplamente publicadas as principais características deste conjunto: a origem possivelmente sevilhana; a riqueza cromática e figurativa; o carac-

ter genericamente cristológico da decoração; as epígrafes pintadas – RE/GNI CCE/LORVM// (*Regni Caelorum*, «Do Reino dos Céus», num medalhão localizado no tímpano do arco mais a Sul), a data de 1596 e um monograma AM (interpretado como *Ave Maria*), junto à parede meridional da igreja – a da entrada –, e o monograma adoptado pela Companhia de Jesus, IHS (interpretado como *Iesus Hominum Salvator*, «Jesus, Salvador dos Homens»), que se encontra do lado oposto da arcada; e, por fim, a existência de azulejos desajustados em relação à composição (vd. Parra, 1994, pp. 32-33; Pais, 2006, pp. 142-144). Ainda assim, sem perder de vista os contributos dos trabalhos já publicados, acreditamos que será importante efectuar uma análise mais pormenorizada dos azulejos da arcada oeste, com vista a tentar compreender melhor quais as áreas em que as composições apresentam desajustes.

Iniciando a nossa análise pela parte acima dos arcos, observam-se vários erros nos painéis figurativos. Começando de Sul para Norte, a primeira fiada de azulejos a contar da esquerda do observador é quase integralmente composta por «pontas de diamante» de um tipo extravagante em relação ao predominante na Igreja de São Roque (vd. Parra, 1994, p. 33) e não catalogado por Santos Simões. Observa-se, de igual modo, a presença de peças enxaquetadas azuis à esquerda das pontas de diamante, reproduzindo a parte externa da cercadura que ocorre na restante área policroma. Também conseguimos perceber que algumas das peças dessa fiada, colocadas à esquerda do medalhão com o monograma AM e a data de 1596, não pertencem àquela composição, tendo sido ali colocadas por proximidades cromáticas. É precisamente nessa fiada que se encontra o azulejo de fundo branco com a inscrição “T: 3” que Pais (2006, p. 143, nota 32) publicou como podendo ser uma alusão ao baptismo de Jesus, relatado no Evangelho segundo São Mateus, capítulo 3 (Mt: 3).

No respeitante ao monograma AM, este tem vindo a ser interpretado como as iniciais de *Ave Maria* por todos os autores que abordaram este assunto (Parra, 1994, p. 32; Pais, 2006, p. 143). No entan-

to, pensamos tratar-se de algo distinto. De facto, a ser uma alusão mariana, está relegada para uma posição completamente secundária no espaço do templo, facilmente ignorada por um fiel. Para além disso, seria a única referência à Virgem no seio de um programa decorativo e simbólico exclusivamente cristológico, tornando essa interpretação pouco verosímil ou mesmo algo forçada.

Propomos que o monograma AM possa corresponder à marca da oficina, ou mesmo do artista que pintou os azulejos, devido à particularidade de ser encimado por uma linha horizontal cujo centro é em arco e que apresenta um enrolamento para cima e uma pequena curva para baixo em cada uma das pontas. Com efeito, encontramos este mesmo signo a encimar monogramas (no caso, VR, AMR e AF) na cidade de Faenza, Itália, enquanto marcas de uma olaria, utilizadas na marcação de peças de cerâmica (Chaffers, 1901, p. 23). Nem Santos Simões (1990², p. 89), nem Meco (1989, p. 52), nem Parra (1994, pp. 31-32) explicaram as razões que conduziram às suas atribuições de autoria dos azulejos, pelo que é possível equacionar que o monograma AM corresponda ao nome do autor ou da oficina. Ademais, o facto de a data de 1596 estar *in situ* junto ao monograma AM, no mesmo medalhão, não deixa de fazer lembrar diversas obras de arte recentes, presentes em espaços públicos, em que o nome ou assinatura do autor é frequentemente acompanhado pela data de elaboração. Julgamos ser este o caso. A propósito da data de 1596 – presente em azulejos de ambas as arcadas, mas só *in situ* na arcada oeste, como veremos adiante –, Meco (1989, p. 52) utiliza-a para atribuir cronologia a todos os azulejos sob o coro e aos do transepto. Em nossa opinião, essa opção parece demasiado abrangente. Acreditamos que a data de 1596 só poderá ser utilizada para conferir cronologia aos painéis figurativos policromos das arcadas.

Os erros que se observam a meio da arcada são do mesmo género dos anteriores e deverão ter sido agravados devido à colocação de um candelabro (vd. fotografia em Parra, 1994, p. 32), circunstância já registada por Pais (2006, pp. 143-144). Neste

caso, reconhecem-se naquela zona vários pedaços do monograma IHS, que não pertencem ali e que já tinham sido observados por Pais (2006, p. 143, nota 32). Podem ainda ver-se azulejos de «ponta de diamante» e «dente de lobo» – que existem um pouco por toda a igreja – e alguns azulejos pertencentes a composições figurativas que aparentam ser do século XVI – por paralelos de técnica e coloração com as das quintas da Bacalhôa e das Torres, em Azeitão (Setúbal). Um dos azulejos identificados apresenta o quadrante superior direito de uma cruz dentro de um medalhão e é em tudo semelhante a outro que encontraremos *in situ* na arcada este.

O motivo que se registaria a meio da arcada não é imediatamente nítido. Por comparação com outras áreas das arcadas, percebe-se a existência de um medalhão muito destruído, cercado por elementos fitomórficos e cabeças humanas. Trata-se de um medalhão semelhante àqueles que apresentam o monograma IHS em ambas as arcadas. À partida, parece impossível compreender o que se encontra dentro do medalhão, devido ao grau de destruição do painel. No entanto, quando se localiza a cabeça humana do lado direito e uma espécie de voluta que está imediatamente abaixo dela, percebe-se que aquela área preserva uma pequena parte da cercadura do medalhão. Dentro da cercadura, pintada no mesmo azulejo que ela e sobre um fundo amarelo, observa-se nitidamente a metade inferior de um S semelhante aos que compõem o monograma IHS noutros espaços das arcadas. Estando este azulejo *in situ*, não há margem para dúvidas: esta área no centro da arcada oeste teve, em tempos, um medalhão com o monograma IHS, semelhante aos que ainda subsistem em ambas as arcadas.

Finalmente, na área mais setentrional da arcada oeste, o medalhão que ostenta o monograma IHS apresenta-se cortado e sem qualquer tipo de cercadura entre a figuração e o limite físico da arcada a Norte. A cercadura é parte integrante dos painéis das arcadas sob o coro em todos os locais onde a composição original se conserva. Há inclusive que notar que não existem azulejos de cercadura e azulejos figurativos: um mesmo azulejo contém frequente-

mente figuração e cercadura em simultâneo. É possível ver, também, que a cabeça humana que existe do lado esquerdo está cortada do lado direito, tal como os elementos fitomórficos, que deveriam ser simétricos, a julgar pelo que se observa a partir dos restos do medalhão da área central da arcada oeste. Tudo isto sugere que o azulejamento continuaria para Norte. Acrescente-se que o monograma IHS, mais do que significar *Jesus Hominum Salvator*, será simplesmente uma abreviatura latinizada do nome de Jesus em Grego, (vd. ODCC, p. 819).

Abaixo das impostas da arcada oeste, observam-se três pilastras azulejadas. Os azulejos são claramente da mesma produção das composições que se encontram acima dos arcos e, tal como aquelas, tendem a ajustar-se bem aos espaços em que se inserem, o que evidencia que terão sido criados especificamente para aquelas superfícies. Os três painéis das pilastras representam um conjunto de motivos alusivos à Paixão de Cristo. Na pilastra mais a Sul, observam-se os dados com que se jogaram sortes sobre a túnica de Jesus; na pilastra central, a vara com que Lhe deram vinagre a beber numa esponja e a lança com que O trespassaram; e na pilastra mais a Norte, o martelo usado na Crucificação, bem como a tenaz para retirar os pregos na Descida da Cruz (Parra, 1994, pp. 32-33; Pais, 2006, p. 142).

No primeiro painel, junto à parede sul, existem elementos conducentes à continuidade da decoração e observa-se a existência de pequenos fragmentos, das mesmas produções policromas das arcadas, que foram utilizados para colmatar os espaços vazios que ficaram entre a última fiada de azulejos e essa parede. Estes fragmentos parecem constituir vestígios obliterados da cercadura típica destes painéis. Com efeito, se os compararmos com a cercadura do lado oposto da mesma pilastra, encontramos semelhanças figurativas. A Igreja de São Roque tem, na sua parede sul, duas portas que ladeiam a porta principal. Tivemos ocasião de verificar que a porta junto à arcada este era utilizada para arrumos, o que denota que existe um espaço considerável entre a parede interna e a fachada da igreja. Perguntamo-nos se esse espaço existiria ori-

ginalmente, uma vez que se sabe que a fachada colapsou com o Terramoto de 1755 (vd. Sousa, 1909, p. 83; Ramalho *et al.*, 1999, p. 33). Se a parede sul estivesse originalmente um pouco mais a Sul, haveria espaço para a totalidade da cercadura, como acontece nas restantes pilastras da arcada oeste.

É necessário referir ainda que esta faixa tem problemas estruturais que implicam o acréscimo de azulejos de «ponta de diamante» no rodapé, depois da própria cercadura – onde também não se observa, no canto inferior direito, um azulejo de canto, como o que se verifica no canto superior direito do painel. Isto deve-se ao facto de a fiada onde se incluía o topo do medalhão que contém os dados já não existir *in situ*, facto que pode não ser alheio a um dos vários terramotos que assolaram a cidade de Lisboa desde o século XVI. Refira-se, ficando registado para quem queira ou possa compreendê-lo melhor, que o dado mais à direita tem partes pintadas sobre argamassa – que desrespeitam a correcta representação do cubo em perspectiva –, numa tentativa para completar a figuração de um azulejo que se encontra muito danificado.

Em relação à pilastra central, a faixa que contém a lança e a vara encontra-se no seu sítio original de implantação – independentemente de poder ter sido recolocada – e nada há a registar sobre ela, uma vez que não apresenta quaisquer discrepâncias.

Quanto à pilastra mais a Norte, que contém o painel do martelo e da tenaz, as únicas características que há a observar são a destruição do seu canto inferior direito pelo pilar da capela imediatamente a Norte, a redução do exterior da cercadura nas arestas laterais e a inclusão de uma peça, na aresta direita, a amarelo e dois tons de azul, que provavelmente terá saído de uma das composições policromas das arcadas.

No que respeita aos dois arcos propriamente ditos, o mais setentrional é ocupado pela Capela do Senhor dos Passos. O segundo arco, o mais meridional, é cego. Existem azulejos policromos no tímpano do arco mais a Sul, que configuram uma concha sobre a qual se encontra um medalhão com a inscrição pintada RE/GNI CCE/LORVm// (*Regni Cælo-*

rum, «Do Reino dos Céus»). Este painel semicircular exhibe a cercadura típica em redor e não apresenta quaisquer discrepâncias ao nível da figuração.

A zona abaixo do tímpano está decorada com azulejos de «ponta de diamante» e «dente de lobo», cercados por peças de enxaquetado azul. Esta ornamentação, que ocupa o espaço visual privilegiado que é o centro do arco, é muito menos complexa em termos figurativos e cromáticos do que aquela que se localiza nos espaços periféricos, superiores e laterais, da arcada. Seria expectável que o centro apresentasse a decoração mais complexa, o que não se verifica.

Nos outros espaços da igreja, os azulejos de «ponta de diamante» e «dente de lobo» não ocupam posições de centralidade nos lugares em que estão colocados. No transepto, o centro é ocupado pelos vários vãos que se abrem, acompanhados, em certa medida, por quadrados e triângulos compostos por azulejos policromos. Na Capela de Santo António e na Capela do Senhor dos Passos, encontram-se nas paredes laterais e, conseqüentemente, longe do âmago cenográfico desses espaços de oração.

O princípio de relegar os azulejos de «ponta de diamante» e «dente de lobo» para locais periféricos não está em consonância com a centralidade que se regista no interior do arco mais meridional da arcada oeste da igreja. Ademais, também aqui se percebe que os azulejos da segunda fiada a contar do topo e da segunda fiada a contar da esquerda foram cortados para poderem caber na área disponível e, assim, colocados de baixo para cima e da direita para a esquerda. Finalmente, a ocorrência de uma cercadura de azulejos enxaquetados em azul presta-se, em nossa opinião, a atribuir a esta composição alguma semelhança cromática com a cercadura dos painéis policromos existentes acima dos arcos e nas pilastras, conferindo alguma coerência à totalidade das composições azulejares da arcada oeste.

Por todas as razões acima descritas, acreditamos que este painel de azulejos de «ponta de diamante» e «dente de lobo» não se encontra no local para o qual foi originalmente concebido.

2.2. Arcada este

À semelhança do que acontece para a arcada oeste, também os azulejos da arcada este viram as suas principais características amplamente publicadas. De um modo genérico, as diferenças mais relevantes ao nível da decoração prendem-se com a existência de um tímpano, afrontado à Capela do Senhor dos Passos, em que os azulejos têm pintada uma concha sobre a qual se observa um medalhão com motivos fitomórficos associados, que contém uma cruz à frente da qual se encontram duas chaves cruzadas na diagonal. Também ao nível da epigrafia se encontram diferenças: no tímpano mais a Sul, observa-se a inscrição R[e]GNI/CCELO/RVM1596// (Parra, 1994, p. 31; Pais, 2006, p. 142-144).

A arcada este desperta questões semelhantes às da sua congénere oeste. Para começar – de Sul para Norte –, a zona sobre as arcadas que fica mais próxima da parede sul da igreja oferece um grande número de azulejos *ex situ*, que serão porventura exteriores ao templo. Trata-se de peças do mesmo tipo das «pontas de diamante» encontradas em lugar semelhante, na arcada oeste, mas também de restos de composições figurativas que parecem datar do século XVI.

De igual modo e na mesma zona, são reconhecíveis dois azulejos provenientes dos quadrados de laçarias do transepto e que aqui foram colocados para preencher o espaço deixado vazio pelos originais. Uma grande parte dos azulejos que cumprem esta mesma função parece provir de painéis idênticos àqueles que ainda se encontram *in situ* nas arcadas. O conjunto encontra-se rodeado, nas zonas em que se utilizaram peças *ex situ*, pela mesma cercadura do restante painel, embora cortada irregularmente no interior, ou por enxaquetados azuis.

O espaço entre os arcos, por seu lado, é afectado por vários erros de padronagem, que não chegam a perturbar as áreas limitrofes da composição. Estes executam-se de modo a tirar partido das colorações dos motivos fitomórficos que cercam um medalhão praticamente arruinado, aplicando azulejos com tonalidades semelhantes, os quais também pertenceriam a painéis figurativos do século XVI, de

boa qualidade. O próprio medalhão, tal como acontece na arcada oeste, conteria o monograma IHS, por ainda se observar a cruz que costuma encimá-los nos exemplares que se mantêm intactos.

Na zona mais a Norte, observa-se claramente um painel de motivos vegetalistas com um medalhão contendo o monograma IHS, semelhante ao que se encontra em posição análoga, na arcada oeste. Porém, o seu estado de conservação é pior do que o daquele, visto poderem ver-se mais peças *ex situ* imiscuídas no seu interior. Se a presença de azulejos quinhentistas de painéis figurativos se mantém, cabe relevar a existência de um proveniente dos quadrados de laçarias do transepto.

É também necessário referir que, à semelhança do motivo que se lhe afronta, na arcada oposta, este demonstra os mesmos sinais evidentes de ter sido abruptamente reduzido – tais como a ausência da cabeça humana do lado esquerdo e também da cercadura que é habitual nestes painéis.

Em relação às faixas das pilastras, elas ostentam, de Sul para Norte: uma das lanternas que levaram para prender Jesus; a cena do beijo de Judas a Cristo, com a bolsa dos trinta dinheiros sob as suas cabeças; e a faca com que São Pedro cortou a orelha de Malco, a qual também está representada (Parra, 1994, p. 31; Pais, 2006, p. 142).

A primeira faixa coloca muitas das questões da que se lhe opõe, na arcada oeste. Embora o seu rodapé esteja ocupado pela cercadura típica destes painéis policromos, esta não ocorre na área junto à parede sul, adoptando-se a solução de corte de azulejos em fragmentos mais finos, de modo a colmatar o espaço restante. É perfeitamente visível que esses pedaços pertencem originalmente ao painel e que estão em conexão pictórica com os azulejos inteiros ao lado. Nota-se também, no canto inferior direito da faixa, que há muitas peças exteriores incluídas por proximidades cromáticas. Constam deste rol um azulejo de «ponta de diamante», provavelmente da Igreja de São Roque, um azulejo do século XVII correspondente ao motivo B-5 de Santos Simões (1997², p. 165) – barra que também se encontra no coro alto –, dois azulejos de painéis figurativos do

século XVI e duas peças policromas trocadas, também provenientes da igreja, uma das quais prefigura o fundo de um medalhão semelhante aos que identificámos nas demais áreas das arcadas, embora não totalmente idêntico.

A segunda faixa está quase irreprensivelmente colocada, mas com o corte gradual, de cima para baixo, de partes da cercadura do lado direito. Isto deve-se ao facto de o pilar ao qual estes azulejos encostam estar enviesado, provavelmente devido à acção de um dos terremotos que se fez sentir em Lisboa, nos últimos cinco séculos.

A terceira faixa, mais a Norte, é a única que apresenta soluções *ex situ*, com rodapé constituído por «pontas de diamante» e sem vestígios da cercadura que ocorre no restante painel. Também o seu canto inferior esquerdo foi obliterado pelo pilar da capela imediatamente a Norte.

O arco mais setentrional dos dois é ocupado por um vão de passagem que, há algumas décadas atrás, possuía uma porta em tons de verde, dourado, branco e rosa (vd. Simões, 1990², est. XXXIX, fig. B) – talvez numa tentativa de imitar mármore e talha dourada, já que se observam as mesmas cores e texturas em portas semelhantes localizadas na parede sul da igreja, criando essa impressão. O tímpano deste arco, em azulejo policromo, ostenta, ao centro, um medalhão com uma cruz sobreposta por duas chaves cruzadas na diagonal. Trata-se das chaves dos Céus, como já foi referido por outros investigadores (Parra, 1994, p. 31; Pais, 2006, p. 144), dadas por Jesus a São Pedro (vd. Mt 16:19). Curiosamente, nota-se o preenchimento de um espaço, entre o painel e o arco, por pequenos fragmentos de azulejos de ponta de diamante, do tipo que predomina na igreja. Este facto poderá eventualmente indicar uma recolocação dos azulejos policromos em dado momento, muito embora isso seja difícil de aferir.

O arco ao lado direito deste, na visão do observador, possui também um tímpano decorado com azulejos policromos, globalmente idêntico ao da arcada oeste, desenhando uma concha à qual se sobrepõe um medalhão que ostenta a inscrição R[e]GNI/CCELO/RVm1596//. Há que notar, nesta

composição, a falta óbvia da letra E em *Regni*, que está presente na arcada oeste. Também se observa que, fora as quatro peças de azulejo que são obviamente extravagantes em relação ao painel, o conjunto em redor do medalhão tem claras deficiências de construção, que nos levam a defender que as peças saíram de composições diferentes, embora semelhantes.

Ademais, cabe perceber que o fabrico dos azulejos epigrafados que analisamos neste ponto obedece a critérios de algum modo standardizados. No caso de *Regni Caelorum*, a expressão é distribuída pelos azulejos da seguinte maneira: R|E|GNI|CCE|LO|RVM. Isto é facilmente comprovável quando se comparam as duas arcadas, mesmo não estando a letra E presente na oriental. Também a data de 1596 aparece sempre pintada num único azulejo, em ambos os lados da igreja.

Ora a distribuição do espaço no tímpano da arcada este não permite, como facilmente se pode observar, a presença do azulejo que deveria conter a letra E, que acaba por ser substituído, em termos volumétricos, pelo azulejo com a data de 1596, impedindo que o medalhão fique excessivamente vazio no quarto inferior direito.

Por outro lado, o azulejo onde se encontra a sílaba GNI apresenta vestígios de uma cercadura pintada de azul escuro, azul claro e laranja. Ao observar que o GNI do tímpano da arcada oeste se encontra num azulejo todo pintado de amarelo, sem qualquer cercadura, e verificando ainda que a maior parte da cercadura do medalhão com a inscrição *Regni Caelorum* apresenta outro tipo de espessura, padrão e coloração – em tudo idênticos ao do medalhão intacto da arcada oeste –, concluímos que o azulejo com GNI presente na arcada este não está colocado no sítio onde originalmente se encontrava. Com efeito, não podemos mesmo assegurar que esta peça compusesse a expressão *Regni Caelorum*, porque o medalhão a que pertenceria é totalmente diferente daqueles que sabemos, sem margem para dúvidas, que exibiam esta locução – de que é exemplo o medalhão da arcada oeste.

Todas as observações descritas neste parágrafo,

bem como outras discrepâncias pictóricas, comprovam a ideia de que pelo menos dois medalhões policromos foram misturados neste espaço.

Quanto à decoração do vão mais a Sul, trata-se de «pontas de diamante» e «dentes de lobo», rodeados por azulejos de enxaquetado azuis, que acreditamos terem sido colocados, como na arcada oeste, fora do seu sítio original. As mesmas razões de centralidade de uma composição mais pobre levam-nos a defender tal ideia. Por outro lado, esta arcada sofreu, ao que tudo indica, danos estruturais causados por um terramoto de magnitude elevada, muito provavelmente o de 1755, encontrando-se inclinada para a direita do observador. Todavia, os azulejos adaptam-se perfeitamente ao espaço, o que sugere que a sua última colocação será posterior ao sismo.

3. AS ARCADAS SOB O CORO E OS SEUS AZULEJOS NO ÂMBITO ESPACIAL DA IGREJA DE SÃO ROQUE: LEITURA DIACRÓNICA E PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO DA DECORAÇÃO

Após termos analisado as diversas composições azulejares que adornam as arcadas sob o coro da Igreja de São Roque, cabe agora relacionar os dados de que dispomos com o que se conhece da história da igreja, tendo por objectivo integrar estes conjuntos de azulejos no espaço e no tempo.

Em primeiro lugar, há duas questões, decorrentes da análise que efectuámos, que nos parecem fundamentais: a aparente continuidade da decoração para Norte e a presença de diversos azulejos *ex situ* que pertencem a composições semelhantes àquelas que se encontram *in situ* nas arcadas. As fontes escritas parecem confirmar a ideia de um azulejamento para Norte. O padre jesuíta Baltasar Teles, na sua *Chronica da Companhia de Iesu na Provincia de Portugal*¹, descreve esta área da igreja do seguinte modo:

¹ Agradecemos ao Mestre João Miguel Simões (Museu de São Roque) a indicação desta importante referência bibliográfica.

«(...) porque no corpo da Igreja, nam fallando no cruzeiro, há poucos annos, que nam havia mais que quatro capellas, hoje vemos oito; & no lugar aonde acrescentamos as capellas (que he do pulpito pera baixo) havia d'antes huns nichos de pedraria burnida, muy bem ornados, & azulejados, & nelles seus confissionarios com suas portas pera dentro, por onde entravam os Confessores, com grades de pão preto, obra gabada de muitos. Por sima dos confissionarios corriam tribunas, com janellas muy largas pera a Igreja, nas quaes havia grande commodo pera assistir às prêgaçoens, & mais officios divinos; tudo isto se desfez, por causa das quatro capellas, que de novo aly fabricamos; (...)»

(Teles, 1647, p. 113)

Os «nichos de pedraria burnida, muy bem ornados, & azulejados» teriam necessariamente de ser anteriores à construção das quatro capelas a Sul do púlpito. Em 1647, quando o Pe. Baltasar Teles publica a sua crónica, já as capelas estão edificadas. As capelas de São Francisco Xavier e de Nossa Senhora da Doutrina, no lado oriental da igreja, terão sido fundadas em 1623 e 1634, respectivamente (Rodrigues, 1980, p. 23; Brito, 2008, pp. 19-21). Quanto às capelas localizadas no lado ocidental, a Capela de Santo António não tem data de fundação conhecida, sendo certo que será anterior a 1647, data da crónica do Pe. Baltasar Teles. Já a Capela da Sagrada Família terá sido fundada em 1634, segundo Maria João Madeira Rodrigues (1980, p. 20). Se considerarmos que os azulejos das arcadas foram criados para os espaços em que se encontram, como atrás observámos, e que apresentam a data de 1596 – bastante anterior às datas que se conhecem para a fundação das capelas a Sul do púlpito –, é praticamente impossível não relacionarmos as arcadas e as suas composições azulejares com a descrição dos «nichos» feita pelo Pe. Baltasar Teles na sua crónica.

Assim, tudo leva a crer que as arcadas sob o coro, tanto de um lado, como do outro, corresponderiam a uma parte dos confessionários referidos pelo cronista e serão actualmente os únicos teste-

munhos que deles restam. Esses confessionários estender-se-iam ao longo das paredes laterais da Igreja de São Roque, da entrada até ao púlpito, ocupando o espaço onde actualmente se encontram as capelas da Sagrada Família e de Santo António, na parede oeste, e as capelas de Nossa Senhora da Doutrina e de São Francisco Xavier, na parede este.

Através da leitura das composições azulejares das arcadas, que atrás efectuámos, acreditamos estar em condições de propor uma reconstituição da decoração das arcadas antes da construção das quatro capelas mais a Sul. É possível que, junto à parede sul da igreja, se encontrassem medalhões com o monograma AM e a data de 1596, em ambas as arcadas, uma vez que existem dois azulejos com esta data, um dos quais *in situ* na arcada oeste. Ao longo das arcadas, entre os vários arcos, existiriam medalhões com o monograma IHS.

Quanto aos tímpanos dos arcos, é mais difícil elaborar uma proposta. Na arcada este, onde os dois tímpanos estão decorados, parece haver um programa decorativo porventura relacionado com o sacramento católico da confissão. As chaves de São Pedro e a epígrafe *Regni Cælorum* remetem para uma frase dita por Jesus àquele apóstolo: «*tibi dabo claves Regni Cælorum*», ou seja, «dar-te-ei as chaves do Reino dos Céus» (Mt 16:19). A sua relação com a confissão e com os confessionários não será tão baseada em pressupostos teológicos, mas talvez mais na perspectiva de que a confissão, ao possibilitar a absolvição dos pecados, abriria as portas do Reino dos Céus.

No entanto, e ao contrário do monograma IHS, cuja repetição nos espaços entre os arcos nos leva a sugerir uma continuidade com alguma segurança, é complicado perceber se as chaves de São Pedro e a epígrafe *Regni Cælorum* alternariam sempre nos tímpanos ao longo das arcadas. Temos azulejos que sugerem a presença de epígrafes pintadas diferentes daquelas que se observam actualmente. O caso do azulejo da arcada este que apresenta a sílaba GNI dentro de um pedaço de medalhão, distinto daqueles onde se lê *Regni Cælorum*, é um exemplo que nos leva a pensar que talvez existis-

sem outras epígrafes nos tímpanos dos arcos mais a Norte, hoje obliterados.

Em relação às pilastras, em que a decoração está estritamente ligada à Paixão de Cristo, é possível que aquelas que hoje já não existem apresentassem outros símbolos dentro da mesma temática. Não podemos ter a certeza de que símbolos seriam, mas existe um paralelo bastante mais tardio que nos poderá eventualmente elucidar. O resplendor do Senhor Santo Cristo dos Milagres (Ponta Delgada, São Miguel, Açores), feito entre 1777 e 1786, apresenta os símbolos da Paixão que ainda hoje se vêem nas arcadas, mas também outros: o galo, o estandarte com a sigla SPQR (*Senatus Populusque Romanus*, «O Senado e o Povo Romano»), a coroa de espinhos, os pregos, a mão que esbofeteou Cristo, o maço de um dos algozes, a túnica, o látigo e o feixe de varas com que Cristo foi flagelado, as escadas e, por fim, o gomil, a bacia e a toalha com que Cristo lavou os pés aos discípulos (Franco *et al.*, 2014, pp. 100, 111-112). Não é impossível que alguns ou todos estes símbolos da Paixão estivessem presentes na decoração azulejar de pilastras hoje obliteradas.

Quanto aos vãos cegos dos arcos, que hoje apresentam azulejos de «ponta de diamante» e «dente de lobo», estariam abertos e operacionais, no estado original da igreja, e só deverão ter sido transformados após a inutilização dos confessionários descritos pelo Pe. Baltasar Teles. O cronista jesuíta não refere especificamente que todos os nichos deixaram de funcionar como confessionários, sendo possível que os que ainda se mantêm tenham continuado a cumprir essa função mesmo depois de as quatro capelas a Sul do púlpito terem sido construídas. Como referimos atrás, a inclinação que se observa na arcada este terá sido causada por um sismo de elevada magnitude, muito provavelmente pelo Terramoto de 1755. Estando os azulejos de «ponta de diamante» e «dente de lobo» perfeitamente adaptados ao espaço que ocupam, somos levados a considerar que a sua colocação tenha sido posterior a esse momento.

Importa notar que a grande maioria dos azulejos *ex situ* que se encontram nas arcadas foram escolhi-

dos por proximidades cromáticas e/ou figurativas relativamente às composições cujas falhas vão colmatar. Percebe-se que muitos deles pertenceriam originalmente às próprias arcadas, estando agora fora do sítio original de implantação. Outros têm paralelos noutras áreas da igreja, algumas das quais se encontram, por sua vez, colmatadas com outros azulejos *ex situ*. Os quadrados policromos do transepto são um bom exemplo desta situação. No braço oeste, um dos quadrados está colmatado por diversos azulejos de padrão, dos séculos XVII e XVIII (Parra, 1994, p. 30); no espaço correspondente a outro quadrado, encontra-se o ossário – para o qual não encontramos cronologia – do Pe. Simão Rodrigues (1510-1579), primeiro provincial da Província de Portugal da Companhia de Jesus. No entanto, nas arcadas, encontram-se azulejos idênticos aos dos quadrados do transepto, que terão certamente saído dessas composições. Por fim, há diversos azulejos *ex situ* nas arcadas que não encontram paralelos na igreja, sendo possivelmente provenientes de recoveiros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As arcadas sob o coro da Igreja de São Roque, sendo espaços periféricos no interior do templo, surpreendem pela riqueza figurativa e cromática dos seus azulejos. Dentro da igreja, só os painéis da Capela de São Roque e os quadrados e triângulos de azulejos policromos do transepto apresentam semelhanças com as composições das arcadas, simplesmente pelo facto de não serem azulejos de padrão, que são maioritários no templo.

Depois da apresentação dos dados decorrentes da nossa análise dos painéis de azulejo e da leitura da crónica do Pe. Baltasar Teles, parece-nos evidente que as arcadas e a sua decoração azulejar pertencem a uma fase mais antiga da Igreja de São Roque, da qual já não existem muitos outros testemunhos. Os azulejos das arcadas apresentam a data de 1596 e deverão ser entendidos como parte de um momento construtivo e decorativo coincidente com a fase final de edificação da igreja.

Não muito tempo depois, iniciou-se a última grande remodelação da estrutura interna do templo, com a edificação da maioria das capelas que ladeiam o corpo da igreja. A este respeito, acreditamos que persistem algumas dúvidas relevantes. Segundo o Pe. Baltasar Teles, como vimos, foram acrescentadas quatro capelas abaixo do púlpito, havendo outras quatro mais antigas no corpo do templo – presume-se que acima do púlpito –, perfazendo um total de oito. Todavia, à excepção da Capela de São Roque – fundada entre 1566/1567, quando a ermida foi demolida e a igreja começou a ser construída (Ramalho *et al.*, 1999, p. 31), e 1584, data dos seus azulejos (Parra, 1994, p. 26; Pais, 2006, pp. 139, 141) –, as cronologias para as capelas a Norte do púlpito levantam diversas dúvidas. Há consenso na datação da Capela do Santíssimo Sacramento, na parede este, que terá sido fundada em 1636 (Rodrigues, 1980, p. 23; Brito, 2008, p. 26). Quanto às capelas da parede oeste, a Norte do púlpito, tudo se complica. Maria João Madeira Rodrigues (1980, p. 20) data as capelas da Senhora da Piedade e do Espírito Santo – futura Capela de São João Baptista – de 1570, com remodelações posteriores. Noutro trabalho, a mesma autora refere que a Capela de São João Baptista terá sido colocada na igreja entre Novembro de 1747 e 1751, sendo que o mosaísta Domenico Bossoni e o engenheiro maquinista Giovanni Corsini, responsáveis pelo acabamento da capela, só foram contratados em Roma em 1752 (Rodrigues, 1988, pp. 32, 252, nota n.º 34). No roteiro da Igreja de São Roque, não há referências à Capela do Espírito Santo, mas diz-se que a colocação da Capela de São João Baptista, que lhe sucedeu, estaria concluída em 1750. Data-se ainda de 1613 a fundação da Capela da Senhora da Piedade (Brito, 2008, p. 30).

Não parece haver razões para não acreditar nas palavras do Pe. Baltasar Teles, que diz claramente que as quatro capelas acima do púlpito são anteriores às outras quatro abaixo. Parece certo que, para além da Capela de São Roque, existiam três outras capelas quinhentistas a Norte do púlpito, nas quais ocorreram alterações relevantes, durante os séculos XVII e XVIII. Não podemos, porém, saber com certeza

se estas capelas foram sendo progressivamente remodeladas até ao estado em que hoje se encontram, ou se foram destruídas para que se construíssem novas capelas.

A maioria das publicações sobre a Igreja de São Roque não tem primado por uma leitura diacrónica do espaço. Destaca-se o livro de Maria João Madeira Rodrigues, em que a autora refere a separação, na igreja primitiva, entre a zona da capela-mor e das quatro capelas acima do púlpito e a zona dos confessionários e tribunas onde agora estão as quatro capelas seiscentistas (Rodrigues, 1980, p. 17). Todavia, não relaciona os confessionários e tribunas com as arcadas e azulejos por nós abordados.

Neste artigo, analisámos as arcadas sob o coro e os seus azulejos no espaço e no tempo, procurando retirá-los da sua aparente extravagância e integrá-los na estrutura interna de uma Igreja de São Roque quinhentista que já não existe, que já mal se intui após as remodelações do século XVII, mas para a qual as arcadas e os azulejos foram executados. Apesar das novidades e propostas que apresentámos, muitas dúvidas, velhas e novas, permanecem no final deste ensaio. Cremos que elas só poderão ser progressivamente ultrapassadas através de uma associação entre a leitura do espaço, a leitura dos materiais e a leitura das fontes escritas. Foi essa a abordagem que tentámos levar a cabo nestas páginas.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Dr.ª Teresa Morna, directora do Museu de São Roque, pela autorização de captação de imagens que nos concedeu; à Doutora Helena Mantas (Museu de São Roque) e ao Dr. António Meira (Museu de São Roque), pela assistência que deram aos aspectos mais práticos da nossa investigação; e ao Mestre João Miguel Simões (Museu de São Roque), pela disponibilidade que demonstrou para conversar sobre a Igreja de São Roque e pela partilha de dados científicos. Agradecemos ainda ao Mestre Miguel Valério (Universidade de Barcelona), pela leitura crítica dos esboços que antecederam a versão final deste texto, assim como

ao Mestre Carlos Boavida (AAP; IAP, Universidade Nova de Lisboa), por nos ter convidado a apresentar uma conferência sobre este tema à Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

BIBLIOGRAFIA

BRITO, Maria Filomena (2008) – *Igreja de São Roque – Roteiro* (OLIVEIRA, Maria Helena; MORNA, Teresa Freitas, coord. geral). Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Museu de São Roque.

CHAFFERS, William (1901) – *The Collector's Hand-Book on Pottery and Porcelain of the Renaissance and Modern Periods*. Londres: Reeves and Turner.

FRANCO, Anísio; PENALVA, Luísa; PIMENTEL, António Filipe; BASTOS, Celina (2014) – O resplendor do Senhor Santo Cristo dos Milagres. A maior e melhor jóia devocional portuguesa. In HENRIQUES, Ana de Castro, coord. ed. – *Splendor et Gloria. Cinco jóias setecentistas de exceção*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga (Colecção Sala do Tecto Pintado), pp. 100-113.

MECO, José (1989) – *O Azulejo em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa.

ODCC = CROSS, Frank L.; LIVINGSTONE, Elizabeth A., eds. (1997) – *The Oxford Dictionary of the Christian Church*. 3.ª edição. Nova Iorque: Oxford University Press.

PAIS, Alexandre (2006) – O espólio azulejar nos palácios e conventos da Misericórdia de Lisboa. In OLIVEIRA, Maria Helena, coord. geral – *Património Arquitectónico – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Vol. 1. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Museu de São Roque, pp. 136-161.

PARRA, Júlio (1994) – *Azulejos. Painéis do Século XVI ao Século XX*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Museu de São Roque (Colecção Património Artístico, Histórico e Cultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; 1).

RODRIGUES, Maria João Madeira (1980) – *A Igreja de São Roque*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

RODRIGUES, Maria João Madeira (1988) – *A Capela de S. João Baptista e as suas colecções na Igreja de S. Roque, em Lisboa*. Lisboa: Edições Inapa (Colecção História da Arte).

RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães; SOROMENHO, Miguel; NUNES, Ana; SERPA, Catarina; SANTOS, Ana Luísa; UMBELINO, Cláudia (1999) – Da antiga Ermida à Igreja e Casa Professa de S. Roque. Alguns vestígios arqueológicos e antrropológicos. In BRAN-DÃO, Elvira, ed. – *A Ermida Manuelina de São Roque*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Museu de São Roque, pp. 17-36.

SIMÕES, João Miguel dos Santos (1990) – *Azulejaria Portuguesa no século XV e XVI. Introdução geral*. 2.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES, João Miguel dos Santos (1997) – *Azulejaria Portuguesa no século XVII. Tomo I – Tipologia* (com desenhos e aguarelas de Emílio Guerra de Oliveira). 2.ª edição (revista e actualizada). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de (1909) – *Efeitos do terremoto de 1755 nas construções de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

TELES, Baltasar (1647) – *Chronica da Companhia de Iesu, da Provincia de Portugal*. Lisboa: ed. Paulo Craesbeeck.

ADENDA (24 DE MARÇO DE 2017)

Ainda no que diz respeito ao monograma AM, existente na arcada oeste, identificámos um paralelo formal numa pintura atribuída, com reservas, a Inácio de Oliveira Bernardes (1697-1781), datada de 1730, que adorna o altar-mor do Oratório Real Sul do Palácio de Mafra. Este quadro representa Nossa Senhora do Livramento com o Menino Jesus ao colo, sobre um pedestal em que se lê a inscrição LIBERATRIX / IN NECESSITATIBVS. S. Jo: / Damasc. //, que se traduzirá por «Libertadora nas necessidades», seguindo-se o que parece ser uma alusão a São João Damasceno (c. 655-c. 750) (vd. Saldanha, 1994, pp. 198-199).

O pormenor que aqui nos interessa registar é a presença, no pedestal, de um monograma AM encimado por uma coroa fechada e tendo, à direita, uma palma e, à esquerda, um ramo de flores, os quais se unem em baixo. Trata-se de um monograma em tudo idêntico ao da arcada oeste, excepto na circunstância de ser encimado por uma coroa, em lugar do signo que encontramos sobre o exemplar da arcada, e também no facto de a letra A não apresentar a típica barra horizontal a meio.

Nuno Saldanha, que estudou a pintura no livro em que a encontramos, interpreta o monograma como referindo-se à rainha D. Maria Ana de Áustria (1683-1754), esposa de D. João V (r. 1706-1750), visto que o quadro e o oratório se encontravam nos aposentos privados da rainha (Saldanha, 1994, pp. 198-199; Oratório Sul, site do Palácio Nacional de Mafra). Porém, em nossa opinião, o facto de o monograma AM se achar num pedestal sobre o qual se encontra a Virgem poderá atribuir sentido à teoria segundo a qual este significa *Ave Maria*. A coroa sobre o monograma poderia, talvez, remeter para a instituição de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal por D. João IV (r. 1640-1656), que abdicou de usar a coroa, tal como os seus sucessores, e que jurou a Virgem, com toda a Família Real, nas Cortes de 1645-1646 (Costa e Cunha, 2006, pp. 203-204). Também o epíteto de «Rainha do Céu», que inicia o hino Regina Coeli (vd. ODCC, p. 1376), poderia justificar a presença da coroa.

No entanto, esta interpretação é hipotética e tem uma alternativa na atribuição do monograma AM à rainha – tal como na arcada oeste da Igreja de São Roque, onde defendemos que poderá constituir uma marca de produção azulejar. Ainda assim, qualquer uma destas suposições parece carecer de provas mais concludentes.

COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da (2006) –
D. João IV. Círculo de Leitores (Coleção Reis de Portugal; XXI).

Oratório Sul. Site do Palácio Nacional de Mafra, em <http://www.palaciomafra.pt/pt-PT/palaciomenu/salas/ContentDetail.aspx?id=191>,
acedido às 22.54 h de 7 de Março de 2017.

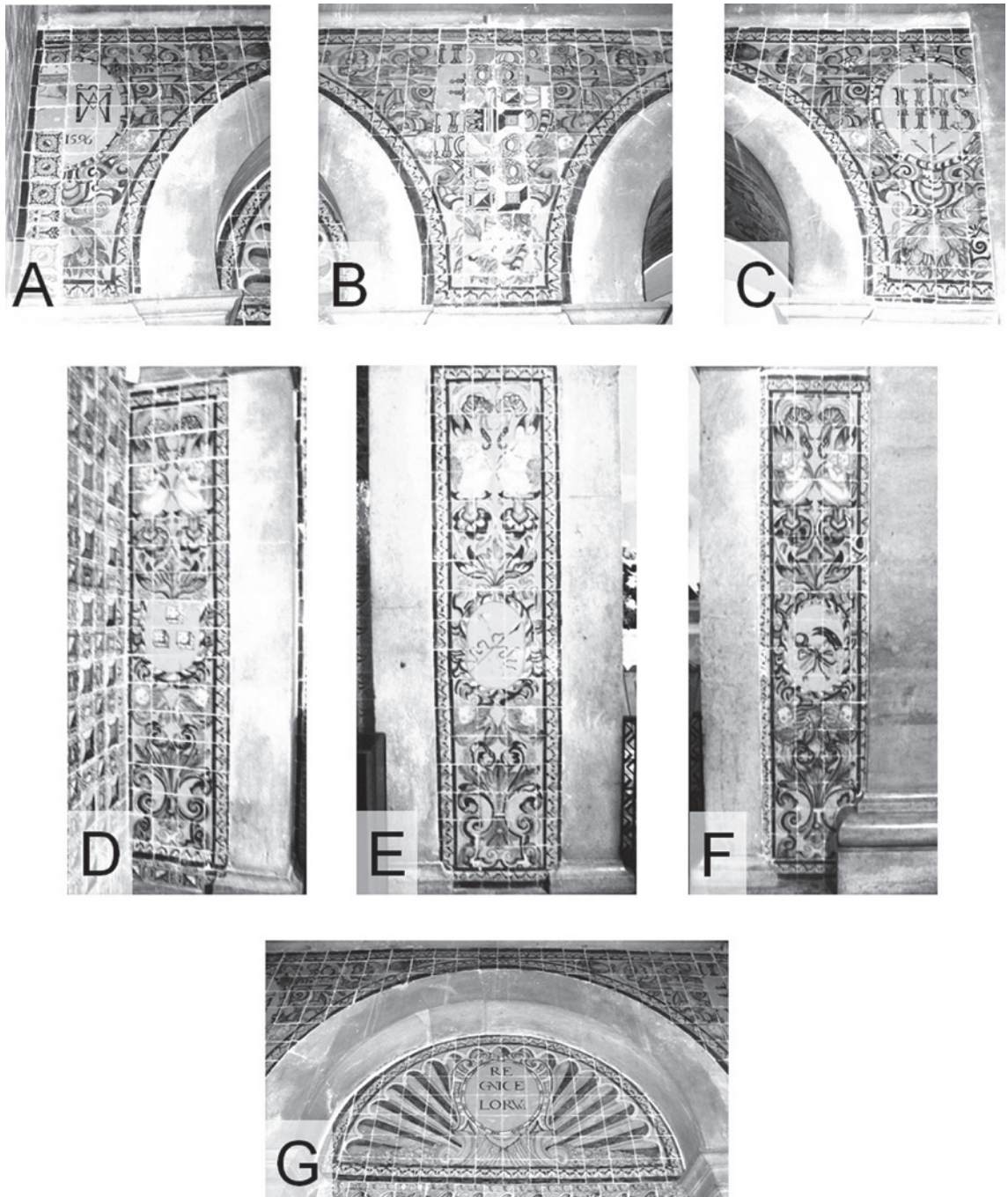


Figura 1 – Arcada oeste: A – Espaço entre a parede sul da igreja e o arco sul. B – Espaço entre os arcos. C – Espaço entre o arco norte e a Capela da Sagrada Família. D – Pilastra sul. E – Pilastra central. F – Pilastra norte. G – Tímpano do arco sul.

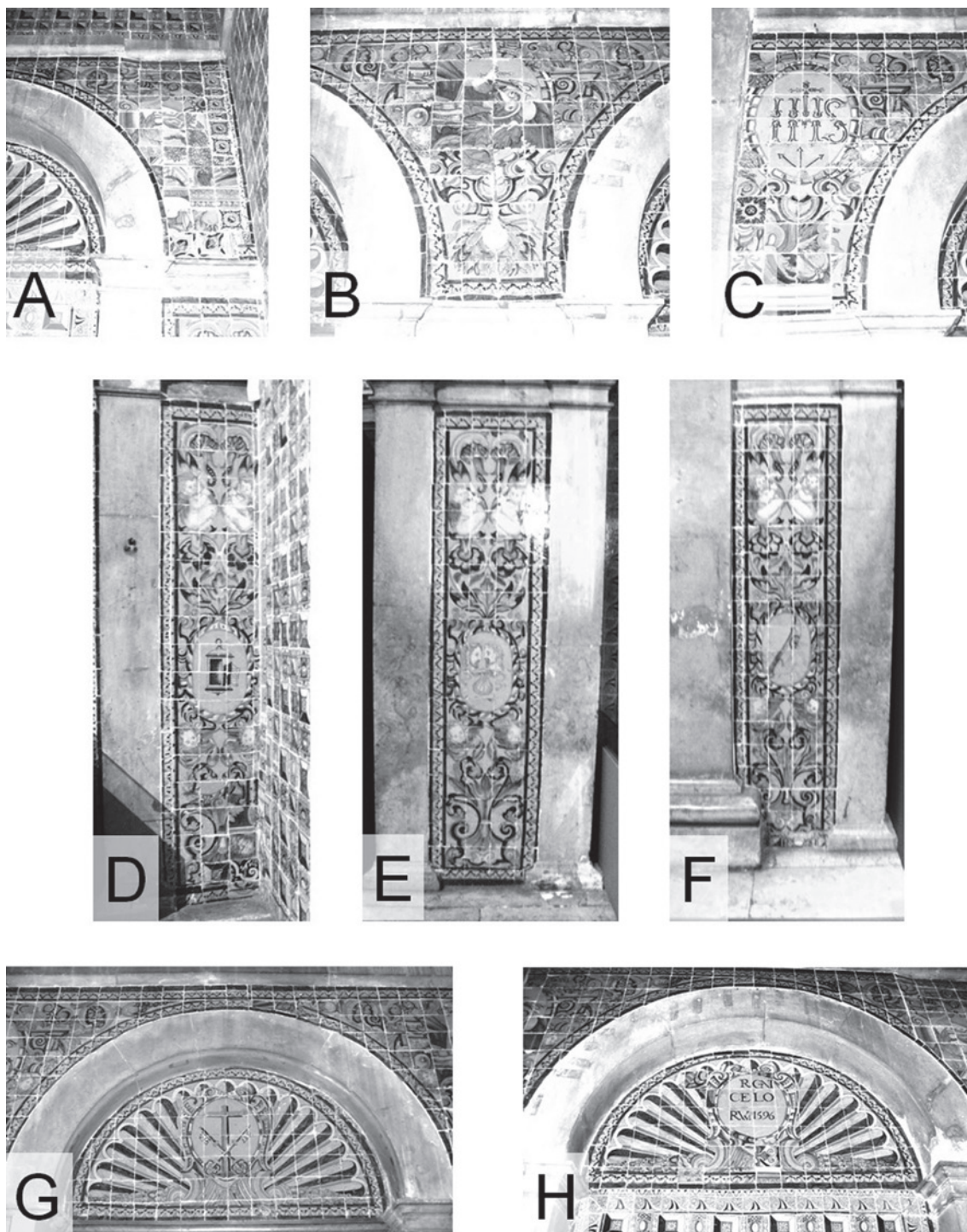


Figura 2 – Arcada este: A – Espaço entre a parede sul da igreja e o arco sul. B – Espaço entre os arcos. C – Espaço entre o arco norte e a Capela de Nossa Senhora da Doutrina. D – Pilastra sul. E – Pilastra central. F – Pilastra norte. G – Tímpano do arco norte. H – Tímpano do arco sul.

AS MEDIDAS NA ARQUITECTURA – UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA

Rui Maneira Cunha

Arquitecto, Doutorado em História, na especialidade de Arqueologia, Docente do IADE – Escola Superior de Design, membro investigador, integrado no grupo Economia, Sociedade e Inovação, do Instituto de História Contemporânea da F.C.S.H., da U.N.L., e do IAP – Instituto de Arqueologia e Paleociências / ruimaneiracunha@gmail.com

Resumo

O Homem associou as dimensões lineares a padrões dimensionais de partes do seu corpo para estabelecer sistemas coerentes de medidas. Assumindo os mesmos nomes – dedo, polegada, palma, palmo, pé e côvado – são distintos os comprimentos destas unidades, consoante as culturas e civilizações. As metrologias anteriores ao metro privilegiam a base sexagesimal e duodecimal, em vez da decimal.

Resultando de estudos aritmológicos, caracterizaram-se os sistemas métricos medievais que detectámos em objectos arquitectónicos localizados no actual território português: o côvado muçulmano, o pé de rei – e a sua variante da quina, utilizada pelos Mestres construtores – e o sistema craveiro português, que perdurou desde a fundação da nacionalidade até à introdução do sistema métrico decimal.

Palavras-chave: Arquitectura, Aritmologia, Medidas medievais, Medidas muçulmanas, Sistema craveiro, Pé de rei.

Abstract

Man has associated linear dimensions to dimensional patterns of parts of his body in order to establish coherent systems of measurements. Assuming the same names as the body parts – finger, inch, hand, palm, foot and cubit – the lengths of these units differ for different cultures and civilisations. Metrology prior to the metre privileges the sexagesimal and duodecimal standard, instead of the decimal system.

Resulting from arithmological studies, one can categorise the medieval metrical systems that were detected in architectural objects located in current Portuguese territory: the Iberian Muslim cubit, the king's foot (*ped de rei*), and the variant that was used by Master builders, the "Quina" – and the Portuguese "craveiro" system, that lasted ever since the foundation of nationality up to the introduction of the decimal metric system.

Keywords: Architecture, Arithmology, Medieval measurements, Muslim measurements, "Craveiro" system, King's foot (*ped de rei*).

1. INTRODUÇÃO

As medidas utilizadas na arquitectura são um elemento caracterizador, implícito mas determinante, que importa desvelar para melhor compreender estruturas arqueológicas. Para isso, temos de desvendar os sistemas de medidas que foram utilizados, bem como os traçados e os números que determinaram essas construções.

Para conhecer a simbólica e os padrões dimensionais que estão na matriz da arquitectura, recorreremos aos estudos efectuados por George Jouden¹. Para a caracterização das medidas lineares aplicadas em Portugal, antes da adopção do sistema métrico decimal, recorreremos a um nosso trabalho². Estudos posteriores permitiram-nos avançar sobre as medidas muçulmanas que se encontram em estruturas, desse período, situadas no Sul de Portugal.

2. A ARITMOLOGIA ESTRUTURAL E DIMENSIONAL

O Homem edificou tomando por modelo a perfeição da Criação. Acreditava, no seu íntimo religioso, que os números, particularmente alguns com propriedades excepcionais, possuíam uma atribuição divina, tendo presidido à criação do Cosmos. Por isso, a arquitectura é portadora de um simbolismo cosmogónico e, portanto, divino, que se traduz na utilização de formas geométricas, medidas e números significativos. Estes símbolos, incluídos no delinear dos edifícios, permitiam, na convicção dos

¹ Esta informação está patente na obra de Georges Jouden, iniciada com a publicação de *Rythme et Architecture*, em 1951, retomada em *Les Nombres Cachés*, editada em 1978, e *L'Architecture Cachée*, do ano seguinte, e culmina com o livro *La Forme Initiale* que sintetiza os anteriores estudos e constitui a sua tese de doutoramento.

² *As Medidas Como Elemento Caracterizador da Arquitectura Entre os Séculos XII e XVIII, com base no estudo de Monsaraz*, tese do Curso de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, 1992/94, da U.T.L. – F.A. Com base nesta dissertação foi publicado, em 2003, pela editora Caleidoscópio, o livro: *As Medidas na Arquitectura, séculos XIII a XVIII. O estudo de Monsaraz*, Col. *Pensar a Arquitectura*.

seus construtores, utilizar os mesmos meios que o Criador usou. Esses meios traduzem-se pela aplicação da aritmologia, que é um ramo derivado do conhecimento matemático pitagórico, de onde retém o carácter simbólico religioso. Aliando a geometria e o número, a aritmologia divide-se em estrutural e dimensional e constitui o simbolismo operativo da arquitectura tradicional³.

A aritmologia estrutural é observável por qualquer um que se disponha a fazê-lo sobre uma representação rigorosa e utiliza as formas elementares incluídas no plano arquitectónico. Recorre a elementos geométricos simples: a recta, o círculo, os polígonos regulares – o triângulo equilátero, o triângulo isósceles recto, o quadrado, o duplo quadrado, o pentágono, bem como figuras suas derivadas, como o octógono e o decágono – o cubo e a esfera, que constituem a base utilizada pelos arquitectos para delinear as edificações, tanto em planta como nos planos elevados.

A aritmologia dimensional refere-se ao valor das cotas da forma arquitectónica e expressa-se, com números, considerados privilegiados, e em unidades sagradas: o pé, para o mundo cristão, e o côvado, para as restantes religiões. Só é reconhecível por quem conhecer esses números e o padrão da sacra medida⁴.

3. A MATRIZ DA METROLOGIA MEDIEVAL – AS MEDIDAS PELA MÃO DE VITRÚVIO

Vitrúvio, nos *Dez livros de arquitectura*, explica a ori-

³ O conceito de arquitectura tradicional aqui utilizado é distinto do usual e deve ser entendido como Georges Jouden o define: «(...) *Le vocable d'« Architecture traditionnelle » sera utilisé pour désigner l'Architecture tracée. (...)»* in *L'Architecture Cachée – tracés harmoniques*, p. 10. Este conceito também está presente na «árvore da tradição» da aritmologia, que tem raízes no início da civilização, desde o III milénio a.C., e vigorou até à Revolução Francesa. Pontualmente, como no caso de Le Corbusier, os ramos deste saber chegaram à contemporaneidade. Cf., JOUVEN, George – *La Forme Initiale – Symbolisme de l'Architecture Traditionnelle*. Paris: Dervy-Livres, 1985, pp. 65-67.

⁴ Sobre este tema veja-se JOUVEN, George – *La Forme Initiale – Symbolisme de l'Architecture Traditionnelle*. Paris: Dervy-Livres, 1985, pp. 57-64.

gem dos sistemas metrológicos utilizados em arquitectura. No Capítulo Primeiro, do Livro III, o arquitecto romano refere «*De onde se tomaram as medidas para a edificação de templos*»⁵. Tomando o exemplo das relações de proporção «*de um homem bem formado*»⁶, explica que uma obra bem realizada deve estar regrada da mesma maneira⁷ (Fig. 1).

Com base nesta constatação da *Natureza*, as unidades das medidas utilizadas para o dimensionamento da arquitectura foram tomadas nas relações encontradas no corpo humano, em múltiplos de dois e três, e adoptaram a denominação dos seus membros: dedo, polegada, palma, palmo, pé, e côvado. No conjunto metrológico, além da relação com o corpo humano, estabeleceu-se que a integração das medidas mais pequenas, nas maiores, ou seja, os múltiplos e submúltiplos, acontecessem em números perfeitos. Estes mais não são do que aqueles que a aritmologia designa por privilegiados e distribuem-se dentro do sistema numa base sexagesimal e duodecimal, conjugando-se com a decimal⁸.

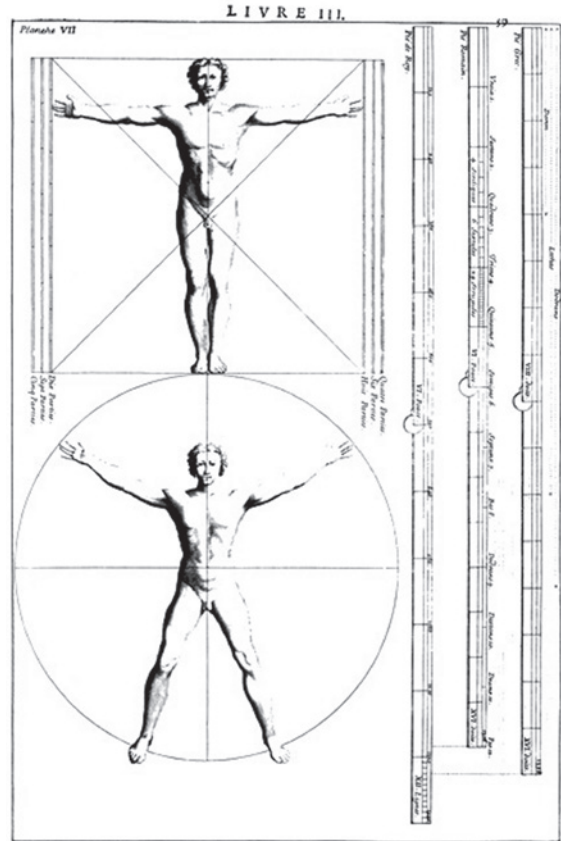


Figura 1 – Desenho que acompanha a tradução de Claude Perrault de «Os dez livros de arquitectura de Vitruvius». À esquerda, as proporções do corpo humano e, à direita, a ilustração dos sistemas metrológicos grego, romano e do pé de rei. Retirado de Les Dix Livres D'Architectures de Vitruve, traduzidos e corrigidos por Claude Perrault em 1624. Ed. Fac-simile, Pierre Mardaga Editeur, 1979, p. 59.

⁵ VITRÚVIO, Marco Lucio – *Los diez libros de arquitectura*, Barcelona: Editorial Iberia, 1985, p. 67. Optou-se, quer nesta, quer nas restantes citações, por se fazer uma tradução livre com base no texto traduzido directamente do Latim por Agustín Blánquez, comparado com o da tradução de Claude Perrault, de 1624.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 67.

⁷ Diz-nos Vitruvius: «(...) a Natureza fez o corpo humano de maneira que o rosto, medido desde o queixo até o alto da fronte e a raiz dos cabelos, fosse a décima parte da altura total. Igualmente, a palma da mão, desde o nó do pulso ao extremo do dedo médio, é outro tanto. A cabeça, desde o queixo até ao topo, é a oitava parte de todo o corpo. A mesma medida existe desde o alto do pescoço até à parte superior do peito. Do alto deste até à raiz do cabelo vai uma sexta parte; e até ao topo, uma quarta. E no mesmo rosto, há um terço desde o queixo ao nariz; desde este até às sobrancelhas, outro terço; e outro igualmente desde ali até à raiz dos cabelos, onde começa a fronte. E quanto ao pé, é a sexta parte da altura do corpo; o côvado, a quarta parte. A palma, a vigésima quarta, e assim todos os demais membros têm cada um suas medidas e suas correspondentes proporções (...)» *Idem, ibidem*, pp. 67-68.

⁸ Vitruvius também explica a origem da eleição das séries decimal e sexagesimal, utilizadas para a estrutura numérica das medidas. «(...) Os antigos estimaram perfeito o número dez porque o tomaram do número de dedos das mãos; dos dedos nasce logo a palma, e da palma o pé. (...) Os matemáticos, pelo contrário,

Foram as propriedades aritméticas do número seis, que se subdivide em números inteiros, que fizeram eleger, pelos matemáticos, o uso das sequências sexagesimal e duodecimal, para as medidas anteriores à adopção do metro. Esta base da métrica recua, cronologicamente, muito além do mundo

quiseram que o número perfeito fosse o seis, porque os divisores de este número, no seu modo de raciocinar, somados, igualam o número seis (...). Igualmente porque o pé do homem corresponde à sexta parte da altura do seu corpo, ou noutros termos, porque a expressão da altura do corpo em número de pés é este número, que é o de pés da altura, estes resultam seis, declararam o seis número perfeito; e também verificaram que o comprimento do côvado se compõe de seis palmas, e por conseguinte de vinte e quatro dedos (...)» (*Idem, ibidem*, p. 69-70).

romano, pois a ela se refere Vitruvius, como sendo dos *antigos*, situando esta proveniência para além dos gregos que, como sabemos, herdaram parte do seu conhecimento matemático da antiguidade egípcia e esta do berço da civilização.

4. O PÉ BIZANTINO

Jouven apelidou de pé bizantino⁹ a medida, com 31,23 cm, oriunda do mediterrâneo oriental, atribuindo-lhe origem no pé da colónia grega de Megara, que precedeu a cidade de Constantinopla¹⁰. Foi este padrão dimensional que reinou nas igrejas paleo-cristãs da Terra Santa¹¹. Até ao momento, não registamos qualquer estrutura arquitectónica em território português com ela dimensionada.

5. O CÔVADO MUÇULMANO

A medida sagrada islâmica é o côvado, de 64,16 cm, que, utilizado por Omar para construir o Templo da Rocha, em Jerusalém (688-691), se manteve como padrão até ao século XIX. No entanto, é outro o módulo metrológico que identificámos em alguns exemplos construídos no Sul do actual território português.

Segundo Vallvé Bermejo, nas construções da Espanha muçulmana encontram-se frequentemente repetidas, nos elementos construtivos de muros, por um lado, medidas compreendidas entre 41 e 48 cm e, por outro, rondando os 51 cm. Como múltiplos do côvado, na construção utilizava-se a Qasaba, ou cana, com quatro côvados, e a Qala, com sete. O côvado subdividia-se em seis Qabdas ou palmas, de quatro dedos, totalizando vinte e quatro dedos (fig. 2).

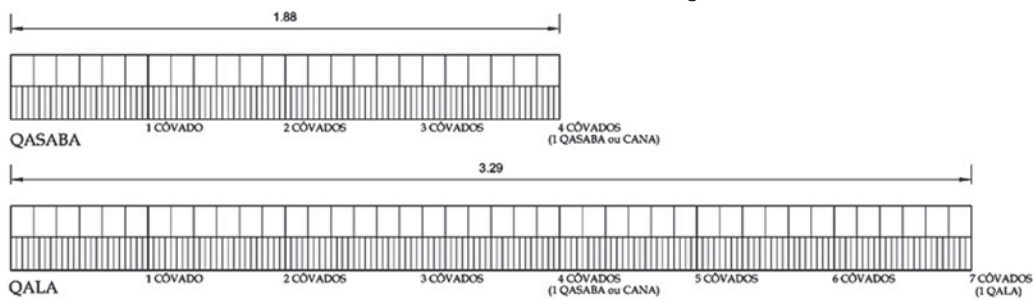


Figura 2A – Sistema dimensional muçulmano utilizado no Sul de Portugal.



CÔVADO ISLÂMICO UTILIZADO NO SUL DE PORTUGAL

Figura 2B – Côvado islâmico usado no Sul de Portugal.

⁹ «Anticipant de quelques siècles la fondation de Bizance, nous avons pour des raisons simplificatrices attribué le vocable « bizantin » au pied de Sainte-Sophie qui était en usage en Grande Grèce e au Proche-orient avant le début de l'ère chrétienne.» JOUVEN, George – *op. cit.*, p.98.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 50.

¹¹ Nas suas análises aritmológicas, Jouven encontrou-o em edifícios realizados no princípio da nossa Era, como o anfiteatro de Nimes, do fim do século I a.C. e no Coliseu de Roma, reali-

zado no século seguinte, cuja construção atribui aos bizantinos. Depois, identificou-o nos primeiros e mais significativos monumentos cristãos mediterrânicos: desde logo, no Anastasis e na basílica constantiniana do Santo Sepulcro, bem como na basílica da Natividade – quer nas estruturas que permanecem da edificação mandada fazer por Constantino, no século IV, quer do templo determinado, no século VI, por Justiniano. Reconheceu esta mesma medida em Santa Sofia de Constantinopla e em San Vitale, de Ravena, edificadas no século VI, bem como em São Marcos de Veneza, datada do século XI. *Idem, ibidem*, p.49.

6. O PÉ DE REI

Uma inverificável tradição da metrologia do Mundo Antigo estabeleceu que duas das medidas sagradas – o pé de rei e o côvado de Omar – estavam relacionadas, atribuindo a origem do pé de rei, que mede 32,484 cm, como sendo a metade do estalão muçulmano¹².

Relatos de peregrinos à Terra Santa descreveram que, no princípio do século XII, na igreja do Santo Sepulcro, num mural exterior à *Anastasis*, sob o *Compasso*¹³, num mosaico que representava Cristo, encontrava-se patente a seguinte legenda: «*A planta do meu pé serve de medida para o Céu e a Terra*»¹⁴. Esta inscrição ajuda a compreender porque é que as unidades de medida utilizadas pelos construtores, validadas pela sua origem sagrada, se tornaram tão estáveis e perenes no tempo, constituindo-se no cânon utilizado no dimensionamento dos edifícios religiosos cristãos.

Carlos Magno (742-814), com a provável intenção política de se demarcar do padrão bizantino do Império do Oriente, promoveu uma reforma metroológica com uma nova medida unificadora e universal – o pé de rei. Não se referindo este pé ao rei dos francos e imperador do Ocidente, mas a Cristo Rei. Foi com esta medida, autenticada pela sua origem divina e que o imperador acreditava ser sagrada, que se iniciou a unificação da metrologia, implementando a dimensão que reinará nas construções religiosas da Idade Média, no Ocidente.

¹² A ligação não é absolutamente rigorosa, pois regista um desvio de 4 mm, mas, se considerarmos simbolicamente o binário do Céu [1] e a Terra [2], a relação reforça as atribuições divinas das duas medidas.

¹³ Tradução latina do *Omphalos*, lugar simbólico privilegiado pois encontrava-se equidistante dos três espaços religiosos: a Pira, o Gólgota (Calvário) e o Túmulo.

¹⁴ JOUVEN – *Op. cit.*, p. 143, citando Vincente e Abel, que se referem aos *Itinéraires russes en Orient*, p.12 e seg., de Madame de Khitrovo, refere que o higümeno Daniel (abade de um mosteiro ortodoxo) em peregrinação aos Lugares Santos, no princípio do século XII escreveu: II, 1. «*Derrière l'autel à l'extérieur du mur (de l'Anastasis, c'est-à-dire dans le Saint-Jardin) se trouve l'ombilic de la terre qui est recouvert d'une petite construction au-dessus de laquelle le Christ est représenté en mosaïque avec cette légende: la plante de mon pied sert de mesure pour le Ciel et la Terre* ».

Esta reforma carolíngia foi promovida tanto pelos administradores como pelo clero, pois a adoção do pé de rei contribuiu para a unificação da Igreja e facilitou as relações entre as abadias mãe e as suas casas longínquas. Por isso, a difusão do pé de rei nas edificações religiosas foi feita pelos monges construtores dos templos e mosteiros, onde se formaram os mestres de obra laicos, a quem eles davam trabalho e que foram, mais tarde, nas *lojas* reorganizadas no retorno da primeira cruzada (1096-1099), edificar as catedrais que dimensionaram com este padrão sagrado.

Assim, a partir do terceiro quartel do século XI¹⁵, o pé de rei generalizou-se em França, difundido pelos clérigos construtores, sendo este o estalão utilizado para a modulação das obras religiosas. Nestes estaleiros, mestres de obra, companheiros e construtores, ligados por laços profissionais, organizavam-se em *lojas*, onde também partilhavam o cânon com a dimensão do pé do Grande Arquitecto.

O pé de Paris, designação que o pé de rei, posteriormente, adquiriu em França, possuía o mesmo valor, correspondendo ao pé implementado por Carlos Magno. O seu uso permaneceu na arquitectura francesa, desde a Idade Média até à Revolução Francesa. A mesma longa vigência também se regista no côvado de Omar e no sistema craveiro adoptado em Portugal, já que deverá ter sido implementado na formação da nacionalidade e foi usado até vingar o sistema métrico decimal, na segunda metade do século XIX.

Não sendo uma medida portuguesa, verifica-se que o pé de rei se encontra em território nacional. A sua introdução e utilização foram feitas primeiro pelas ordens religiosas de origem francesa¹⁶ e, depois, pelas ordens religioso-militares, devido às relações

¹⁵ JOUVEN, Georges – *Op. cit.*, p.51. (...) *A partir d'une date que nous fixons arbitrairement l'achèvement de la grande nef de Cluny (vers 1070) (infra p.235) qui mesurait très exactement 400 pieds de roi de 32,484 cm, (...)*

¹⁶ Virgolino Jorge identificou o pé de rei, que denominou de pé real, na modulação arquitectónica da igreja cisterciense de São João de Tarouca (1169) (JORGE, 2006, pp. 376-385) bem como na igreja abacial de Alcobaça (1178), também pertencente à Ordem de Cister (JORGE, 1994, pp. 113-119).

estabelecidas nas campanhas dos cruzados, aquando da Reconquista, como comprovam, no caso de Monsaraz, as portas da cerca da vila e a ermida de Santa Catarina, atribuíveis à Ordem do Templo.

No estudo de Monsaraz, identificámos o pé de rei, usado como módulo dimensional mas, também, num subsistema dos mestres de obra, utilizado para o dimensionamento de elementos arquitectónicos, servindo-se desta unidade conjugada com mais quatro dimensões, num conjunto de cinco medidas – a quina¹⁷ (fig. 4).

7. A QUINA DO PÉ DE REI E A SECÇÃO DE OURO

Henri Bilheust, no livro, *L'Art des bâtisseurs romans*¹⁸, explica que os mestres de obra medievais se serviam de um peculiar sistema variante, com base na mesma medida do pé e das linhas, seus submúltiplos. Utilizavam cinco medidas: o côvado, o pé, o palmo, o palmo menor e a palma. Estas dispunham-se, sucessivamente numa *virga*, ou vara cifrada em linhas que, por possuir cinco dimensões, se denominava quina. Das cinco medidas que a constituem, quatro têm correspondência antropométrica no braço e na mão. O pé obtém-se pela soma do palmo com o palmo menor (fig. 4).

O conjunto de medidas que compõem a quina respeita uma progressão feita segundo a série de Fibonacci, que está directamente relacionada com a secção de ouro.

Euclides, na proposição 30 dos *Elementos*, no livro VI, estabeleceu na definição 3: «Diz-se que uma dada recta está dividida na extrema e média razão, quando a totalidade do segmento está para o seg-

¹⁷ Além da confirmação da utilização do pé de rei em São João de Tarouca, já anteriormente feita por Virgolino Jorge, Luís Sebastian e Ana Castro (SEBASTIAN e CASTRO, 2007, pp. 143-171), a partir das nossas análises arquitectónicas efectuadas em Monsaraz, tiveram oportunidade de comprovar a utilização da quina dos mestres de obra no dimensionamento do detalhe arquitectónico deste mosteiro, como mostram os vários desenhos de reconstituição das fachadas.

¹⁸ BILHEUST, Henri, – *L'Art des Bâtisseurs Romains, la géométrie et les maîtres de l'œuvre*, p. 1.11.

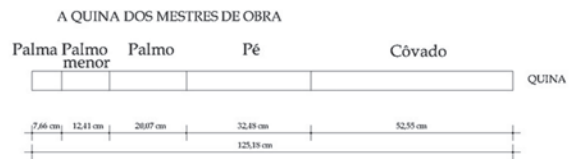


Figura 4A – A Quina dos Mestres de Obra.

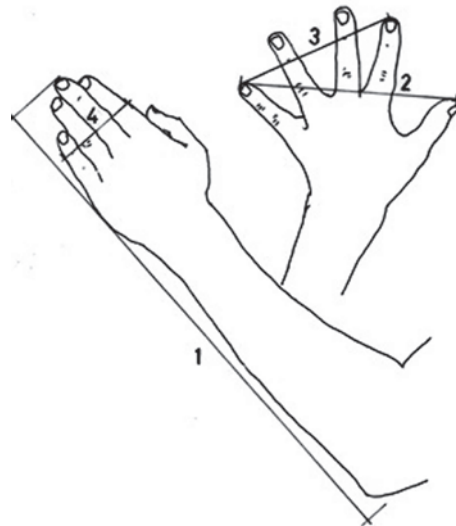


Figura 4B – Ilustração da correspondência anatómica das quatro dimensões da Quina: 1 – Côvado; 2 – Palmo; 3 – Palmo Menor; 4 – Palma. O Pé é a soma do Palmo e do Palmo Menor.

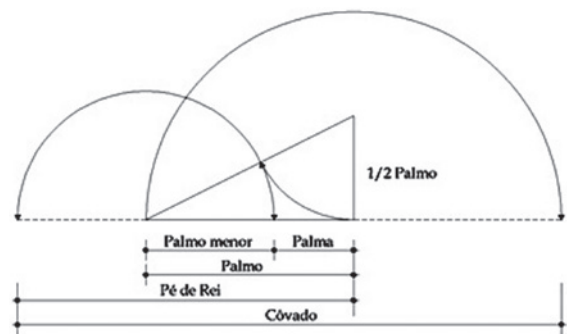


Figura 4C – Mestres de obra medievais utilizaram cinco medidas – a quina – que, com base no pé de rei, se sucediam segundo a Secção de Ouro.

mento maior como o segmento maior está para o menor»¹⁹. Esta divisão pode ser expressa pelo nú-

¹⁹ Costa, Carmen Bonell – *La divina proporción, las formas geométricas y la acción del demiurgo*, Barcelona: Edicions UPC, Universitat Politècnica de Catalunya, 1994, p.14.

mero irracional **1,61803398875...**, ou **1,618**, e a relação proporcional, simbolizada pela letra Φ , toma várias designações: *Secção de Ouro*, *Divina Proporção* ou *Secção Áurea*.

Leonardo Fibonacci descreveu uma série de números, em progressão aritmética e geométrica, em que cada termo é o resultado da soma dos dois que o antecedem, formando o seguinte conjunto: 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, **34, 55, 89, 144, 233...** Nesta sucessão encontramos o algarismo 144 que corresponde ao número de linhas do pé (1 pé = 12 pole-

gadas com 12 linhas, 1 pé = 12 x 12 = 144 linhas). Sendo o pé de rei estalão sagrado, símbolo do pé de Cristo e a medida do Céu e da Terra, é imutável. As restantes unidades que compõem a quina adoptam, em linhas, os restantes números da série e tomam as seguintes denominações e valores: palma – 34; palmo menor – 55; palmo – 89; pé – 144; e côvado – 233. No total, a quina possui 555 linhas, ou seja, dois côvados mais um palmo, visto que um côvado comporta um pé e um palmo, e este um palmo menor e uma palma.

Quina	Palma	34 Linhas	7,66 Cm
	Palmo Menor	55 Linhas	12,40 Cm
555 Linhas	Palmo	89 Linhas	20,07 Cm
125,18 Cm	Pé (12 polegadas x 12 linhas)	144 Linhas	32,48 Cm
	Côvado	233 Linhas	52,55 Cm

Quadro 2 - As cinco medidas da quina dos mestres de obra e da sua correspondência no sistema métrico decimal.

Ao adoptar unidades dimensionais retiradas da série de Fibonacci, as medidas da quina garantem, entre elementos sucessivos, a proporção da média e extrema razão e cumprem a relação com o *Número de Ouro*²⁰. Para maior comodidade, esta vara podia ser composta por segmentos articulados que seriam a materialização da dupla progressão aritmética e geométrica da *Secção de Ouro*²¹.

8. O SISTEMA CRAVEIRO PORTUGUÊS

As medidas craveiras constituem a metrologia da tradição portuguesa de que o palmo é o seu mó-

dulo base. Pela análise dos vários exemplares arquitectónicos que tivemos oportunidade de fazer em Monsaraz, o sistema craveiro, ao ser implementado pelos primeiros reis portugueses, coexistiu – pelo menos manuseado nos estaleiros medievais, entre os companheiros e mestres de obra – com o pé de rei, retomando, paulatinamente, o seu lugar. Esta passagem parece ter acontecido em paralelo com as profundas alterações na organização do trabalho dos estaleiros de arquitectura portugueses nos séculos XV e XVI (figs. 5 e 6).

Não é possível, no actual estado da investigação, apontar uma data, acontecimento ou imposição oficial que determine o predomínio do sistema craveiro no território português, mas subsistem padrões murais de medidas medievais, que chegaram até nós, e que constituem testemunhos arqueológicos fundamentais para o estudo da antiga metrologia portuguesa.

²⁰ Porque o resultado do quociente entre dois termos sucessivos tende para esse número, sendo mais rigoroso, conforme aumenta a sucessão da série: $1/1 = 1$; $2/1 = 2$; $3/2 = 1,5$; $5/3 = 1,666$; $8/5 = 1,6$; $13/8 = 1,625$; $21/13 = 1,615$; $34/21 = 1,619$; $55/34 = 1,6176$; $89/55 = 1,618$; $144/89 = 1,61719$; $233/144 = 1,61805$; etc.

²¹ Cada termo é igual à soma dos que o precedem, numa série aritmética ($233 = 144 + 55$; $144 = 89 + 55$; $89 = 55 + 34$), mas que é, também, igual ao produto do que o precede pelo número de ouro Φ , concretizando uma série geométrica ($34 \times 1,618 = 55$; $55 \times 1,618 = 89$; $89 \times 1,618 = 144$; $144 \times 1,618 = 233$).

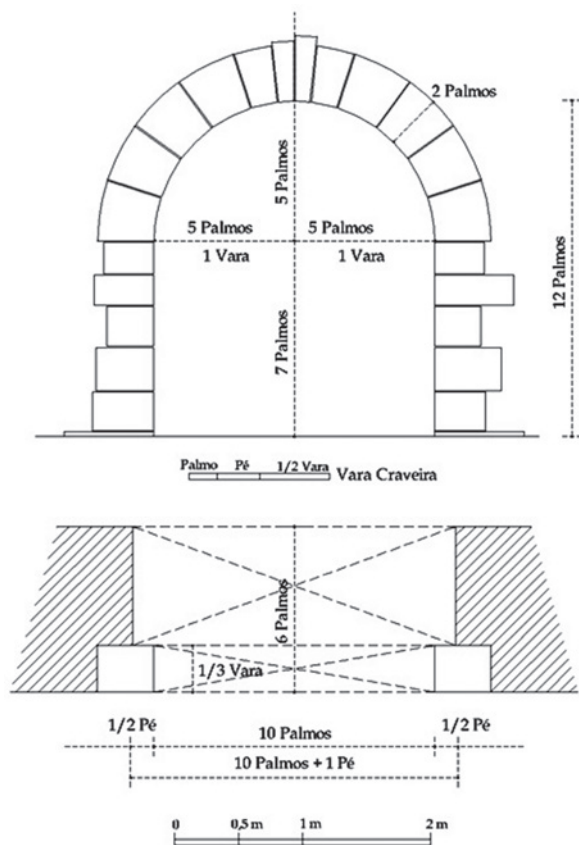


Figura 5 – Porta do castelo de Monsaraz, do século XIII, dimensionada no sistema craveiro português.

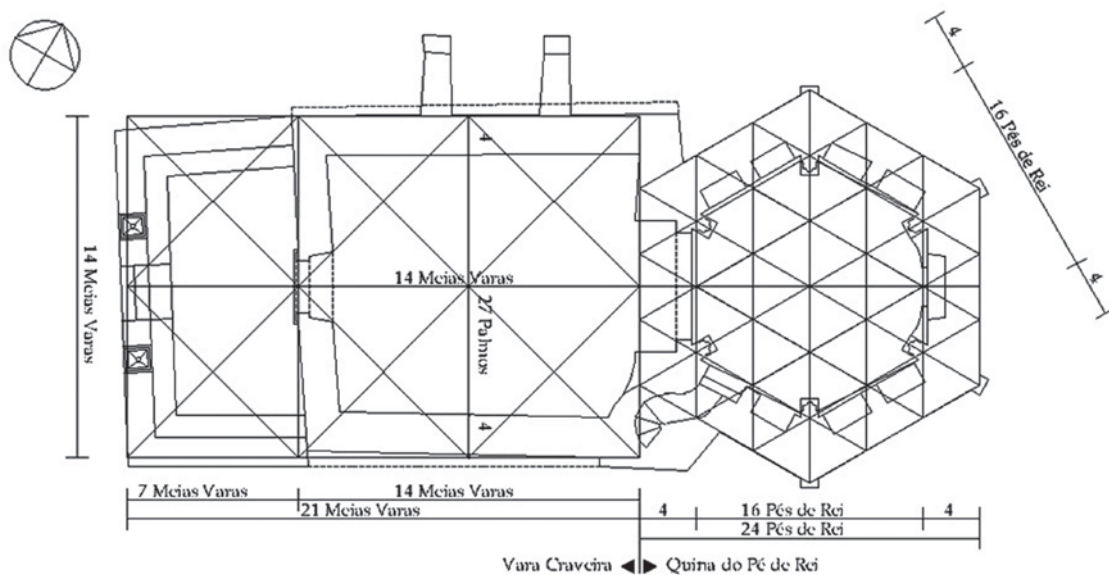


Figura 6 – Ermida de Santa Catarina, nos arredores de Monsaraz. Enquanto a ousia, do século XIII, está dimensionada tendo o pé de rei, como módulo, e a quina dos Mestres de obra, nos elementos arquitectónicos, o corpo da nave, construído três séculos depois, patenteia o sistema craveiro português.

9. OS PADRÕES MURAIIS DE MEDIDAS MEDIEVAIS

As medidas lineares, integradas no complexo sistema medieval de pesos e medidas eram de jurisdição real, e o soberano era quem as definia na altura em que os concelhos se constituíam, não sendo lícito, nas trocas comerciais, a utilização de pesos ou medidas não autorizadas pelo concelho²². Para a sua divulgação, os padrões de medidas lineares eram colocados em lugares de destaque e de grande visibilidade pública, por vezes em locais associados à realização de feiras e mercados.

As várias medidas padrão, existentes ou desaparecidas, gravadas nos silhares de pedra de muros de castelos, torres e igrejas edificadas na Idade Média, tiveram um primeiro estudo de conjunto, publicado em 1992, por Mário Jorge Barroca²³, que os localizou, inventariou e organizou cronologicamente.

A julgar pelas datas das edificações onde os padrões se inserem, aqueles que inscritos em silhares

de pedra são medievais²⁴. Pela coerência formal e construtiva que têm, pode-se supor que existem, possivelmente, desde os finais do século XII, atingiram o maior número no século XIII, não havendo registo da sua realização, a partir de meados do século XIV. Este desuso não significa que estas medidas tenham deixado de ser empregues, antes pelo contrário, pois são elas – quer em nomenclatura quer em dimensão – as usuais até à implementação do actual sistema métrico, o abandono apenas se limitou ao modo de as publicitar.

10. O SISTEMA CRAVEIRO E O PÉ DE REI

Como referimos, os sistemas metrológicos medievais assentam numa estrutura numérica que recorre, preferencialmente, à série duodecimal para a passagem entre os vários múltiplos e submúltiplos. Para se compreender melhor o sistema *craveiro* português, tem particular interesse compará-lo com o do pé de rei, com que tem evidentes afinidades.

Lisboa século XVIII, segundo M. Macedo				Medidas do sistema do pé de rei ou de Paris			
	Metro	Ponto	Dedo		Metro	Ponto	Dedo
Ponto	0,0002	1	1/96	Ponto	0,0002	1	1/96
Linha	0,0023	12	1/8	Linha	0,0023	12	1/8
Dedo	0,0183	96	1	Dedo	0,018	96	1
Polegada	0,0275	144	1 ½	Polegada	0,0271	144	1 ½
				Palma	0,0722	384	4
Palmo	0,22	1152	12	Palmo	0,2166	1152	12
Pé	0,33	1728	18	Pé	0,3248	1728	18
Côvado	0,66	3456	36	Côvado	0,6497	3456	36
				Aúne	0,8984	4779 ½	49 7/9
Vara	1,10	5760	60				

Quadro 3 – Comparação entre as medidas do sistema dimensional craveiro português e do francês *pé de rei*.

²² BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. X, Lisboa: ed. Torquato de Sousa Soares, s/d, p. 20.

²³ «Medidas-padrão medievais portuguesas», in: separata da *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 1992.

²⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, «Medidas-padrão medievais portuguesas», in: separata da *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 1992, pp. 64-66.

Como já vimos, o módulo padrão arquitectónico de comprimento era a toesa (*toise*), que possuía seis pés. Cada pé divide-se em doze polegadas e cada uma destas em doze linhas, sendo que cada uma destas, ainda, se pode subdividir em doze pontos. Os valores das medidas craveiras aproximam-se muito às medidas anatómicas a que se comparam, obtidas com a mão. O pé, que pode ser estimado a partir de um palmo e meio, ou por dois furcos, já se afasta da directa correspondência antropométrica. Este distanciamento ainda é maior no côvado craveiro que, por ser composto por dois pés ou três palmos, toma uma dimensão maior do que tem o antebraço, a que se refere (fig. 7).

A transposição da correspondência das dimensões do sistema craveiro para o metro poderá admitir variações regionais e no tempo mas, quer pela preponderância dos casos registados nos padrões medievais, quer pelos valores definidos quando foi feita a transposição das suas medidas para as oficiais da instituição do metro, em meados do século XIX,

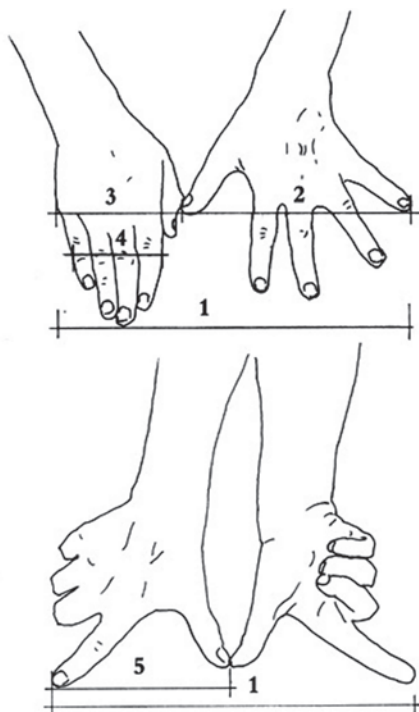


Figura 7 – Correspondência anatómica das medidas do sistema craveiro português. 1 – Pé; 2 – Palmo; 3 – Mão-travessa (1/2 palmo); 4 – Palma (4 dedos); 5 – Furco (1/2 pé).

a sua correspondência para o sistema métrico decimal pode resumir-se da seguinte maneira: 1 braça (2,20 m) = 2 varas (1,10 m cada) = 4 meias varas (0,55 m cada) = 20 palmos craveiros (0,22 m cada). 1 Pé = 1 1/2 palmo (0,33 m), 1 côvado = 2 pés, ou 3 palmos, (0,66 m) e 1 toesa = 6 pés (1,98 m)²⁵ (quadro 4 na página seguinte).

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O côvado muçulmano que registámos em estruturas arqueológicas em território português tem a dimensão de 47 cm.

Das medidas presentes na matriz da arquitectura religiosa cristã: o pé bizantino e o pé de rei, só se regista o uso deste último, no actual território de Portugal. A sua introdução deve-se às ordens religiosas de origem francesa e às ordens militares, e convive nos estaleiros medievais portugueses em paralelo com o sistema craveiro, implementado nos primórdios da nacionalidade.

A análise comparativa entre os dois sistemas metrológicos distintos – o sistema craveiro e o do pé de rei – que se assinalam em Monsaraz, e a cronologia da sua aplicação, nos vários objectos arquitectónicos aí estudados, revela que, apesar de coexistirem numa primeira fase, após a Reconquista e fundação da vila, a quina de pé de rei dos mestres de obra prevaleceu enquanto perdurou a tradição do seu ofício, chegando o seu uso até períodos tardo-medievais. Depois, coincidindo com as transformações dos modos de trabalho dos estaleiros medievais, o sistema craveiro português vinga isolado a partir do final do século XVI. Os exemplos arquitectónicos clássicos e barrocos revelam que, desde então e até ao século XVIII, as medidas craveiras retomam

²⁵ A vara admite divisão em medidas inteiras de duas, três, quatro e cinco partes, podendo ainda obter-se – com a subdivisão das três últimas, nas suas metades – a sexta, a oitava e a décima parte da vara. Todas estas fracções se enquadram em números inteiros de linhas. Este facto, só permitido porque a vara se estrutura em números decimais e duodecimais, dá-lhe uma versatilidade, sem dúvida, superior ao metro que, por este ser só decimal, ao ser fraccionado de modo semelhante, não tem sempre submúltiplos em números inteiros.

Designação da Medida	Valor no sistema métrico decimal
Ponto	0,0190972 Cm
Linha	0,2291667 Cm
Grão de cevada	0,4583333 Cm
Dedo	1,8333... Cm
Polegada	2,75 Cm
Palma (4 dedos)	7,3333... Cm
Mão-travessa	11 Cm
Furco (1/2 pé ou 3/4 de palmo)	16,5 Cm
1/6 De Vara	18,3333... Cm
Palmo Craveiro (1/5 de vara e 2/3 do pé) 12 dedos, 8 polegadas	22 Cm
1/4 de Vara (Pé geométrico ou 1 palmo + 1/4)	27,5 Cm
Pé (12 polegadas)	33 Cm
1/3 de Vara	36,666667 Cm
1/2 Vara	55 Cm
Côvado de 3 palmos ou 2 pés	66 Cm
Jarda	99 Cm
Vara	110 Cm
Toesa	198 Cm
Braça	220 Cm
Cana ou Aguilhada	396 Cm

Quadro 4 – Quadro da correspondência do Sistema Métrico Decimal com as medidas do Sistema Craveiro português.

a posição dominante. Por isso, o dimensionamento das edificações destes séculos e até à introdução do sistema métrico decimal foi feito recorrendo ao sistema craveiro.

Só a continuação de trabalhos desta índole, permitirá verificar se os resultados encontrados são extensíveis a todo o território nacional, bem como para os locais da sua influência ultramarina. A análise dos mais representativos objectos arquitectónicos portugueses trará um melhor conhecimento da sua estrutura arquitectónica, dos modos de projecto, do dimensionamento construtivo e da aritmologia implícita nessas obras, que se traduz nos traçados determinados pelas medidas que, além de definir a escala, a proporção e a ordem, operam quer no plano prático quer ao nível simbólico, as dimensões da arquitectura.

BIBLIOGRAFIA

BARROCA, Mário Jorge – “Medidas-padrão medievais portuguesas”. In: separata da *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, (1992), pp. 53-83.

BARROS, Henrique Gama – *História da Administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. X, Lisboa: ed. Torquato de Sousa Soares, s/d.

BILHEUST, Henri, *L'art des bâtisseurs romans. – La géométrie et les maîtres de l'œuvre. La construction: Les métiers et les outils. (Étude effectuée d'après les mesures et les tracés des Abbayes de Boscodon et Sénanque)*. Boscodon: Cahier de Boscodon, n.º 4, 7ª edição, 1992.

COSTA, Carmen Bonell – *La divina proporción, las formas geométricas y la acción del demiurgo*. Barcelona: Edicions UPC, Universitat Politècnica de Catalunya, Col. Aula d'Arquitectura, n.º 6, 1994.

CUNHA, Rui Maneira – *As Medidas na Arquitectura, séculos XIII a XVIII. O estudo de Monsaraz*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003.

GHYKA, Matila C. – *Estética de las Proporciones en la Naturaleza y en las Artes*. Barcelona: Editorial Poseidon, 3ª edição, 1983.

JORGE, Virgolino Ferreira – “Measurement and number in the cistercian church of Alcobaça” in *Arte Medievale*. Roma: Instituto Della Enciclopedia Italiana, 2ª Série, ano VIII, n.º 1, tomo 2, (1994), pp.113-119.

JORGE, Virgolino Ferreira – “Arquitectura, medida e número na igreja cisterciense de São João de Tarouca”. In *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 2, (2006) pp. 367-385. Consultado em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4443.pdf> (25 de Outubro, de 2008, 15,00 horas).

JOUVEN, Georges – *La Forme Initiale – Symbolisme de l'Architecture Traditionnelle*. Paris: Dervy-Livres, 1985.

ROSA, José António Ruiz de la, *Traza y simetria de la Arquitectura – en la Antigüedad y Medievo*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, col. arquitectura, n.º 10, Sevilha, 1987.

SEBASTIAN, Luís e CASTRO, Ana Sampaio e, “Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca”, *Revista de História da Arte*, Lisboa: Edições Colibri / Instituto de História de Arte FCSH – UNL. N.º 4 (2007), pp. 143-171.

VITRÚVIO – *Les dix livre d'architecture de Vitruve*, traduzidos e corrigidos por Claude Perrault em 1624, ed. *fac-simile*, Paris: Pierre Mardaga Editeur, 1979.

VITRÚVIO, Marco Lucio – *Los diez libros de arquitectura*, trad. prol. de Agustín Blánquez, Barcelona: Editorial Iberia, col. Obras Maestras, 1985.

RELATÓRIOS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO – 2014

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

Após um período de intensa actividade, relacionada com a comemoração dos 150 anos da nossa Associação, que envolveu todos os sectores da vida associativa, 2014 foi sobretudo um ano de consolidação de resultados e experiências, em que se continuou a procurar melhorar a eficiência dos serviços prestados aos nossos consócios, bem como à comunidade que nos rodeia.

Conseguiu-se, assim, manter o nível de actividade científica das várias secções e comissões, que reuniram com regularidade, tendo sido apresentadas cerca de 14 comunicações, a maior parte das quais tiveram bastante assistência e suscitaram animados debates entre os presentes. Além das sessões regulares de trabalho foram ainda organizados os seguintes colóquios: “Sou arqueólogo ou não?”, notas sobre o enquadramento jurídico da profissão” (Secção de Pré-História 14/5/2014), e “Recintos fortificados e amuralhados d’Aquém e d’Além-Mar” (Secção de História, 15/11/2014). Merecem ainda referência o Seminário Internacional “Imagens e Liturgia em Portugal na Idade Média”, organizado pela Doutora Carla Varela Fernandes, em colaboração com o Centro de Estudos de Arte, Arqueologia e Ciências do Património da Universidade de Coimbra (29/3/2014), e a *masterclass* “O Passado está aqui, hoje: o uso da narrativa na visualização dos Achados

Arqueológicos”, pelo artista plástico Kelvin Wilson (2/12/2014).

Verificou-se também um aumento exponencial da actividade da Comissão de Heráldica, devido à recente reorganização administrativa do país, de que resultou a fusão de inúmeras freguesias, e a consequente necessidade de alteração das respectivas representações heráldicas. Com efeito, neste ano foram analisados 209 processos e emitidos 202 pareceres, o que contrasta com cerca de uma dezena de pareceres emitidos no ano de 2013.

Neste ano concluiu-se a reorganização do Arquivo Histórico, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, encontrando-se também muito adiantada a catalogação e informatização da Biblioteca.

No que respeita ao Museu Arqueológico do Carmo, reforçou-se também a actividade do Serviço Educativo, com a introdução de novos programas e a renovação dos já existentes, proporcionando, assim, um total de 14 programas destinados a várias classes etárias e níveis de escolaridade, tendo abrangido um total de 460 crianças e jovens de escolas públicas e privadas. Outras actividades do Serviço Educativo foram também desenvolvidas durante os períodos de férias (abrangendo cerca de 200 crianças) e ou por ocasião de festas de aniversário (110 crianças). Realizaram-se ainda numerosas

actividades destinadas a jovens e adultos, tais como visitas guiadas seminários, oficinas, encontros e debates, abrangendo cerca de 2.000 pessoas.

Criaram-se também novos produtos para a Livraria/Loja, de acordo com a nova linha gráfica adoptada pela AAP e pelo MAC em 2013, por ocasião das Comemorações do 150º aniversário.

Apesar da inexistência de uma sala de exposições temporárias, realizaram-se algumas pequenas exposições de fotografia e pintura na capela-mor, como a exposição “Na quietude do Lugar”, da autoria de Filipe Romão. (em Junho e Julho) e as exposições “Efémera e Infinita” e “Ténues Fantomas”, da autoria de Célia Pires (em Dezembro), bem como diversas instalações e *performances*, orientadas pelos Profs. José Quaresma e Fernando Crespo, na parte descoberta do Museu, no âmbito da colaboração regular com a Faculdade de Belas-Artes de Lisboa e a Escola Superior de Dança, as quais despertaram bastante interesse por parte do público.

Tal como já vem sendo habitual, a EGEAC, promoveu também no passado dia 4 de Outubro mais uma edição da “Música nas Praças”, a qual teve enorme sucesso junto do público, tendo participado nos vários concertos de entrada livre realizados ao longo da tarde, cerca de 2.000 pessoas. Todas estas actividades contribuíram para um substancial aumento, quer do número de visitantes, que atingiu já os 130.000, quer das correspondentes receitas, assegurando assim a sustentabilidade financeira do Museu e da Associação.

No passado dia 2 de Outubro realizou-se no Museu o habitual Concerto de Outono, aberto a toda a população, uma colaboração entre a AAP a Guarda Nacional Republicana e o Teatro Nacional de S. Carlos, cujo Coro comemorou no ano passado os seus 50 anos de existência.

Foi ainda assinado no dia 4 de Dezembro um protocolo entre o Metropolitano de Lisboa, o MAC, e sete outros museus situados entre as Amoreiras e o Chiado, que formaliza o Programa “Oito Museus Oito Estações”, através do qual o MAC fica associado à estação do Martim Moniz, e circula durante um ano em oito estações uma exposição itinerante de

fotografias de grande formato dos museus integrados no programa (Museu Arpad Szenes Vieira da Silva, Museu da Água, Museu de História Natural, Museu Geológico, Museu da Farmácia e Museu do Chiado).

A qualidade do serviço prestado pelo Museu muito contribuiu para a atribuição em 2014 do Certificado de Excelência pelo *Tripadvisor*, importante instituição de avaliação de equipamentos turísticos, que atribuiu às Ruínas do Carmo a classificação de 4,5 em, num máximo de 5 estrelas.

Também a recente atribuição pela Associação Portuguesa de Museologia dos prémios “Instituição” e “Parcerias” reflecte bem o prestígio de que a Associação e o Museu gozam junto da comunidade museológica, o que muito nos satisfaz.

A fim de estimular a investigação arqueológica, a AAP decidiu estabelecer o “Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão”, bem como passar a atribuir uma bolsa para apoiar a elaboração de uma dissertação de mestrado em Arqueologia numa universidade portuguesa, cujos regulamentos serão em breve divulgados.

Em relação ao número de sócios, há a assinalar a entrada de dez novos sócios para as Secções de Pré-história e História, o que em parte reflecte já a ampla divulgação realizada por ocasião das comemorações do 150º aniversário da AAP. .

Infelizmente, há também a assinalar a perda de dois sócios que, de formas muito diversas, deram importantes contribuições para a vida associativa: os drs. Francisco de Simas Alves de Azevedo, ilustre Historiador e Heraldista, que presidiu durante vários mandatos à Comissão de Heráldica, e Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira, a quem foi atribuída em 2003 a Medalha de Prata da Associação, devido à sua participação no acompanhamento das obras de remodelação do Museu, no ano 2000.

Assim, ao chegar ao seu termo mais um ano de intensa actividade da nossa Associação, cumpre-nos saudar todos os nossos consócios, colaboradores e parceiros, pela sua imprescindível contribuição para o bom funcionamento desta centenária instituição.

Agora, importa continuar a trabalhar arduamente para prosseguir com firmeza e determinação a missão de contribuir para a preservação da Memória colectiva do país, especialmente importante em momentos de grandes dificuldades económicas e sociais como os que se atravessam. Para isso contamos com a participação regular de todos os nossos associados, aparecendo nas reuniões, apresentando e discutindo comunicações, sugerindo novas actividades ou propondo novos sócios, para que a Associação se vá renovando continuamente.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DIRECÇÃO DA AAP – 2015

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

Durante o ano de 2015 a AAP prosseguiu a sua missão, nas suas várias vertentes, procurando melhorar a eficiência dos serviços prestados aos nossos consócios, bem como à comunidade que nos rodeia.

Nesse sentido, procedeu-se a uma remodelação do auditório, que foi dotado de 50 novas cadeiras e de um sistema de projecção de elevada qualidade. Devido à manifesta falta de espaço, foi arrendado no início do ano um local com cerca de 100m² nas instalações da Ordem Terceira do Carmo, no Largo do Carmo, o que permitiu uma reinstalação de coleções e equipamentos e uma utilização mais racional do espaço disponível no edifício histórico do Carmo.

Conseguiu-se, assim, manter o nível de actividade científica das várias secções e comissões, que reuniram com regularidade e organizaram vários colóquios, seminários e visitas de estudo. Entre estas actividades, destacam-se o Colóquio sobre “O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate”, em 21 de Fevereiro, incluindo 14 comunicações, organizado pela Secção de Pré-História, e o Colóquio “Entre Aljubarrota e Ceuta”, em 16 de Outubro, incluindo 10 comunicações, organizado pela Secção de História, e ainda o Colóquio “Lisboa do Terramoto – Arqueologia e

História”, de 30 de Outubro a 1 de Novembro, incluindo 16 comunicações, organização conjunta da Secção de História e da Comissão de Estudos Olisiponenses da AAP e o Colóquio “Lisboa Islâmica”, organizado pela referida comissão, nos dias ..., incluindo ... comunicações.

Por sua vez, a Comissão de Heráldica prosseguiu em bom ritmo os trabalhos de consultoria no domínio da heráldica autárquica que lhe são cometidos pela legislação em vigor, tendo elaborado 70 pareceres, a maior parte dos quais referentes ao recente processo de fusão de freguesias.

No domínio das publicações, a AAP inaugurou uma nova série de Monografias, com a obra *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*, coordenada por João Carlos Quaresma e João António Marques, resultante de um colóquio oportunamente organizado pela Secção de História. A AAP promoveu também, em parceria com a Associação Cultural Gerador, as edições em língua portuguesa e inglesa do *SketchBook Guide* do MAC, com desenhos de João Moreno, e texto de Célia Nunes Pereira.

A fim de estimular a investigação arqueológica, a AAP atribuiu pela primeira vez o “Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão” à Doutora Andrea Martins, pelo seu trabalho *A Pintura Rupes-*

tre do Centro de Portugal – Antropização simbólica da paisagem pelas primeiras sociedades agro-pastoris, tendo ainda atribuído menções especiais às Doutoras Ana Bica Dias Osório, pelo seu trabalho *Gestos e Materiais: uma abordagem interdisciplinar sobre cerâmicas com decorações brunidas do Bronze Final / Idade do Ferro* e Sofia Catarina Soares de Figueiredo, pelo seu trabalho *A arte esquemática do Nordeste Transmontano: contextos e linguagem*. Aguarda-se, assim, a entrega dos textos finais das obras premiadas para se proceder à sua publicação.

Na sequência da tomada de posição pública da AAP em relação às recentes destruições na Síria de importantes monumentos classificados como Património da Humanidade, pelo autodenominado Exército Islâmico, decorreu no dia 3 de Junho no auditório do Museu Nacional de Arqueologia um debate sobre “Património Cultural, Memória da Humanidade”, organizado pela AAP, em estreita colaboração com o MNA, e com as Comissões Nacionais do ICOMOS e do ICOM, no qual participaram presencialmente representantes diplomáticos do Iraque e do Egito, e que contou também com a participação em videoconferência do Dr. Jorge Sampaio, Presidente da Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios.

Decorreram ainda no auditório várias outras iniciativas que contaram com a colaboração da AAP, como por exemplo o colóquio “Portugal: Qual o futuro do Património Industrial e Técnico?”, organizado pela APAI-Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, nos dias 9 e 10 de Outubro, ou as Conferências Internacionais sobre “Investigação em Artes: Ironia, Crítica e Assimilação de Métodos”, organizadas pelo Prof. José Quaresma, da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, na qual participaram investigadores portugueses, belgas, suecos e neozelandeses.

No que respeita ao Museu Arqueológico do Carmo, reforçou-se também a atividade do Serviço Educativo, com a introdução de novos programas, e a renovação dos já existentes, destinados a diversos grupos etários, e a assinalar ocasiões especiais, como o Dia da Arqueologia, a 24 de Julho, com

atividades destinadas a crianças das escolas públicas da área envolvente do MAC, integradas no programa “Passaporte Escolar”, em colaboração com CML, e a organização de iniciativas destinadas às famílias, como a actividade “No Dia em que a Terra Tremeu!”, que decorreu no dia 31 de Outubro, e várias outras, ao longo do ano. Tiveram também grande sucesso os programas de aniversários de crianças. Foram também organizados workshops sobre ilustração, orientados por Catarina Sobral, nos dias 12 e 19 de Dezembro, vários espetáculos de teatro, dedicados às famílias com crianças, como “O incontestável Nuno”, produzido por Elvira & Cia, ou “D. Afonso Henriques – 3 em 1”, pelo Output Teatral de Lisboa, e ainda o Encontro dos Urban Sketchers no âmbito das Comemorações do Dia Internacional dos Museus, a 16 de Maio.

Criaram-se também novas linhas de produtos para a Livraria/Loja, desenvolvidos por diversos criadores, mas sempre tendo como motivos inspiradores peças ou elementos decorativos pertencentes ao acervo do MAC.

Apesar da inexistência de um espaço próprio, realizaram-se na capela-mor algumas exposições, como as de Filipe Romão, “Na quietude do Lugar”, em Março, e as de João Moreno, “Sketches do MAC”, em Novembro, e de Rui Gomes Coelho, “Retratos para después de una Guerra”, em Dezembro.

Decorreram também diversas instalações e *performances* na parte descoberta do Museu, subordinadas ao tema “Presença e Ausência”, dirigidas pelo Prof. Fernando Crespo, no âmbito da colaboração regular com a Escola Superior de Dança de Lisboa, nos meses de Março e Abril, as quais despertaram bastante interesse por parte do público.

No domínio das Artes Plásticas um dos acontecimentos mais marcantes deste ano foi o ciclo de conferencias “O Chiado e o Cinema” do Cinematógrafo ao Videomapping “Artes na Esfera Pública”, organizado pelo Prof. José Quaresma, da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, no dia 8 de Maio, incluindo a apresentação de vídeos inéditos de Elsa Bruxelas e Rui Cardoso, e ainda exposição de obras

oito artistas plásticos: Bruce Paulino da Silva, Filipa Camacho, Pedro Ramalho, Rita Castro, Joana Geraldes, Orlando Farya, Paulo Lourenço e Isabel Lopes de Castro.

Este ano foi também marcado por um recrudescer da atividade musical. Assim, além dos já habituais concertos com a Orquestra Sinfónica da GNR, assinalando o aniversário da instituição, no dia 14 de Maio, e do Concerto de Outono, no dia 1 de Outubro, realizaram-se também cinco mini-concertos, pelo Quinteto de Metais e pelo Quarteto de Câmara da GNR, nas Quintas Feiras do mês de Julho ao fim da tarde.

O MAC acolheu ainda quatro concertos integrados no *Lisbon Music Fest*, nos dias 4, 6 e 7 de Julho e ainda o concerto de encerramento do dia 7 de Agosto, com algumas das melhores orquestras juvenis da Europa, sempre com lotação esgotada, e ainda o Festival "Cantabile "A Arte da Música de Câmara", organizado pelo Goethe Institut, com a Orquestra Sinfónica da Fundação Calouste Gulbenkian, no dia 25 de Setembro.

A encerrar este notável conjunto de concertos de música clássica, tal como já vem sendo habitual, a EGEAC, promoveu no passado dia 3 de Outubro mais uma edição da "Música nas Praças", este ano dedicado à apresentação de vários grupos corais infanto-juvenis e juvenis e ainda ao Coro do Tejo, iniciativa que teve enorme sucesso junto do público, tendo participado nos vários concertos de entrada livre realizados ao longo da tarde cerca de 2.000 pessoas.

Todas estas atividades contribuíram para um substancial aumento, quer do número de visitantes, que atingiu cerca de 171.777, quer das correspondentes receitas, assegurando assim a sustentabilidade financeira da Associação e do Museu, e compensando a redução dos rendimentos resultantes da cedência do espaço para a realização de eventos de carácter social ou empresarial que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

O actual desafogo financeiro permitiu a realização de diversos melhoramentos. Entre estes destaca-se a instalação de uma plataforma elevatória na

escadaria de acesso, a adaptação das instalações sanitárias e a eliminação de diversas barreiras de modo a facilitarem a circulação de cadeiras de rodas, ou outros veículos apropriados, quer na parte coberta quer na parte descoberta do Museu, melhorando assim a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

No que respeita à conservação e restauro do edifício e do acervo foram também realizados vários melhoramentos significativos, com base num levantamento prévio da situação feito pela Conservadora do MAC, Célia Nunes Pereira. Entre os trabalhos considerados prioritários, destaca-se a intervenção no primeiro troço do alçado sul interior da nave da antiga igreja do Carmo, incluindo o arcossólio manuelino e a estátua jacente do cavaleiro D. Francisco de Faria, provenientes do antigo convento de S. Domingos de Santarém, demolido no século XIX, bem como o restauro e fixação de dois dos fogaréus setecentistas que adornam os arcos do clerestório, que ameaçavam cair, pondo em causa a segurança dos visitantes. Está ainda em vias de adjudicação idêntica intervenção nos troços seguintes, bem como a conservação e restauro de um conjunto de cinco pinturas a óleo, que não chegaram a ser intervencionados por ocasião da remodelação do MAC levada a cabo no ano 2000/2001, bem como a substituição e reparação das portas de madeira dos portais Sul e Oeste, as quais já se encontram em muito mau estado, tendo sido afectadas pelas obras realizadas pela CML na zona envolvente nos últimos 3 anos.

Tendo-se verificado que a CML, no âmbito das obras acima referidas, removeu os oito projetores de chão que iluminavam a fachada Oeste do edifício desde a remodelação do Largo do Carmo realizada pela DMIL/CML ano 2001, sem os substituírem pelas colunas de projetores previstos no projeto de Siza Vieira, nem por qualquer outro sistema de iluminação, pondo assim em risco a segurança e a higiene públicas, a Direção mandou instalar um sistema de iluminação provisório, aguardando que o apelo feito à CML e à Assembleia Municipal de Lisboa no sentido de encontrar uma solução adequa-

da para este problema surta o efeito desejado, uma vez que a iluminação da via pública é da competência da autarquia.

Assim, ao chegar ao seu termo mais um ano de intensa atividade da nossa Associação, cumpre-nos saudar todos os nossos consócios, colaboradores e parceiros, pela sua imprescindível contribuição para o bom funcionamento desta centenária instituição.

SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA DA AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2014

Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
Direcção

Durante o ano associativo de 2014 a Secção de Pré-História realizou diversas actividades com distintos objectivos, consolidando o trabalho realizado ao longo deste mandato que termina no início de 2015. Os objectivos propostos pela direcção da secção foram cumpridos, nomeadamente a divulgação da actividade arqueológica no nosso território, o debate entre investigadores e a abertura à participação de estudantes e jovens arqueólogos. Destaca-se a colaboração dos membros da secção na organização do I Congresso da AAP, realizado em 2013, que reuniu cerca de 260 investigadores que apresentaram 120 comunicações, tornando-se no maior evento de reunião e divulgação da ciência arqueológica na última década em Portugal.

Relativamente às actividades desenvolvidas em 2014 deu-se continuidade à realização de conferências periódicas, sobre os mais variados temas da arqueologia Pré e Proto-histórica, convidando quer investigadores com vários anos de experiência, como jovens arqueólogos que apresentaram os principais resultados da sua investigação.

As conferências promovidas neste ano foram as seguintes:

- a 27 de Janeiro realizaram-se as conferências de Elsa Luís: “A transição terceiro/segundo mi-

lénio a.C. em Trás-os-Montes oriental: algumas questões” e de J.C. Senna Martinez: “Rota(s) do Estanho e o desenvolvimento da metalurgia do Bronze no ocidente peninsular”;

- a 12 de Maio realizou-se a conferência de João Pedro Tereso: “Para além do que os olhos veem: estratégias de amostragem em arqueobotânica”;
- a 24 de Maio realizou-se a conferência de Ana Margarida Arruda: “Lisboa Pré-Clássica”, seguida de visita à exposição “Lisboa Pré-Clássica”, presente na Galeria Millennium, onde a investigadora fez a visita guiada;
- a 24 de Junho a conferência de Paulo Lima: “O Abrigo Rupestre Pré-Histórico da Pala Pinta. Resultados de uma abordagem multidisciplinar”;
- a 21 de Outubro a conferência de Sara Garcês, Luiz Oosterbeek, Hipólito Collado e George Nash: “A Arte Rupestre no Vale do Tejo: últimos desenvolvimentos”;
- a 13 de Novembro a conferência de Francisco Gomes: “Esferas de interacção e integração na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma leitura a partir do registo funerário”;
- a 4 de Dezembro a conferência de José Morais Arnaud, Mariana Diniz, César Neves e Andrea Martins: “Vila Nova de São Pedro, de novo, no 3º milénio”;

A formação, através de *workshops*, foi também contemplada, realçando-se a excelente aderência de um público composto maioritariamente por estudantes de arqueologia (Figs. 1 e 2). Realizou-se du-

rante os dias 6 e 7 de Junho o “Workshop de Tecnologia Lítica e Talhe Experimental”, leccionado por Sara Cura e Pedro Cura, com 15 formandos (número limite).



Figura 1 – Workshop de Tecnologia Lítica.



Figura 2 – Workshop de Tecnologia Lítica.

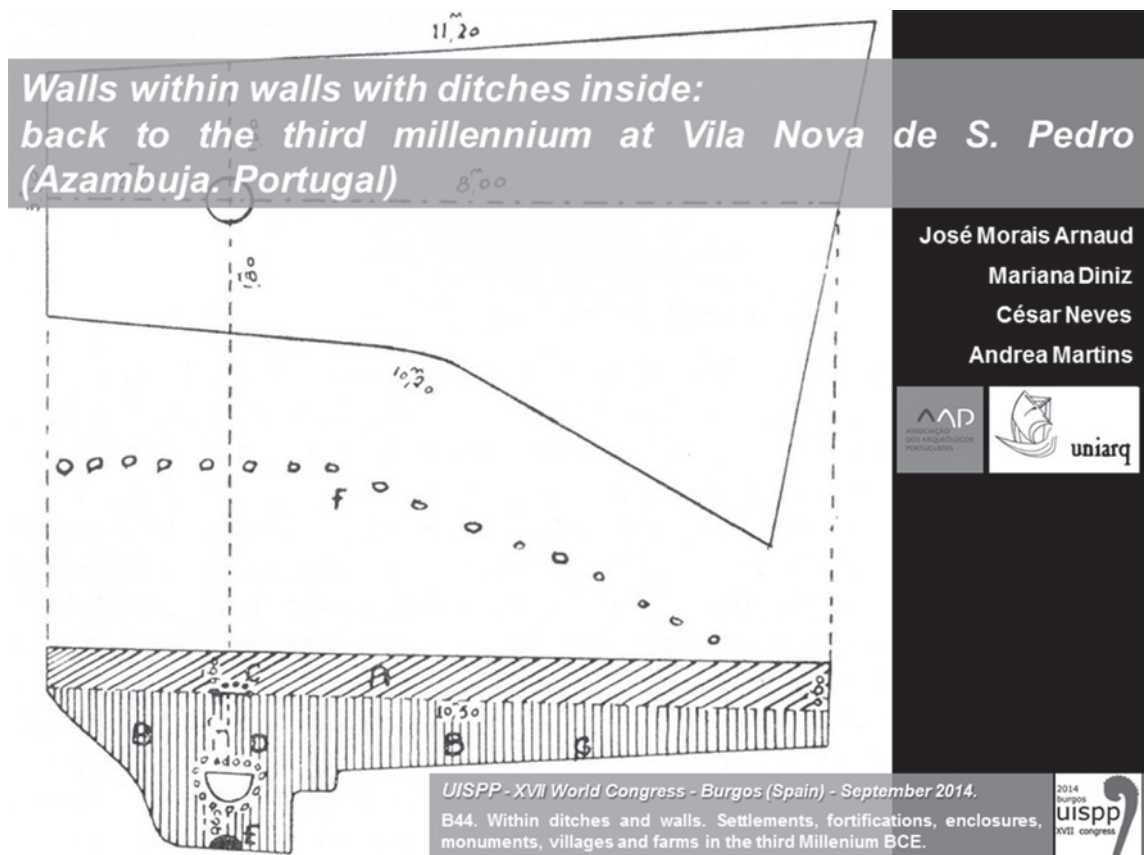


Figura 3 – Vila Nova de São Pedro – apresentação XVII Congresso Mundial da UISPP.

Outro objectivo presente no plano de actividades foi também alcançado, tendo-se iniciado, em colaboração com a Direcção da AAP, o projecto de investigação e valorização do povoado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Este projecto foi apresentado no XVII Congresso Mundial da UISPP, realizado de 1 a 7 de Setembro 2014 em Burgos (Espanha) e, posteriormente, numa sessão na AAP organizada pela Secção de Pré-História. A comunicação apresentada na UISPP teve como título: “Walls within walls with ditches inside: back to the third millenium at Vila Nova de S. Pedro (Azambuja, Portugal)” (Fig. 3), suscitando bastante interesse por parte de diversos colegas, confirmando a importância que Vila Nova de São Pedro continua a ter no panorama da investigação da Pré-História recente Europeia.

Outra actividade desenvolvida pela Secção de Pré-História foi a continuação da manutenção do perfil do facebook desta Secção, onde além da divulgação de todas as actividades realizadas no seio da AAP, foi igualmente feita a divulgação e debate de diversos temas e problemáticas relacionadas com a Pré-História e Arqueologia em geral, quer no nosso território, quer em outros países.

Como lhe compete, a secção de Pré-História, aprovou um conjunto de sócios que seguramente contribuirão para o enriquecimento científico e cultural desta centenária instituição.

Lisboa, Janeiro de 2015

SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA DA AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2015

Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
Direcção

A actual direcção da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses foi eleita, por unanimidade, na reunião ocorrida a 15 de Abril de 2015. Pretendeu-se dar continuação ao trabalho desenvolvido durante o primeiro mandato cujo balanço final foi bastante profícuo.

Durante o ano associativo de 2015 foram efectuadas diversas actividades de distintos âmbitos, que contaram com a colaboração de colegas arqueólogos e com o total apoio da actual Direcção da AAP.

Deu-se continuidade à realização de conferências periódicas, sobre os mais variados temas da arqueologia Pré e Proto-histórica, iniciando-se dois ciclos de conferências com os seguintes títulos: “*Evolução Humana*” e “*Manifestações do Simbólico na Pré-História*”.

Deste modo, a 12 de Novembro tivemos a conferência de Helena Reis intitulada: “O povoamento do Mesolítico Final e Neolítico Antigo na costa sudoeste portuguesa: novas leituras.”

As conferências inseridas no Ciclo de Conferências “*Evolução Humana*” foram:

- a 23 de Outubro – “Revisiting the debate over Neandertal burial” proferida por Dennis Sandgathe e Vera Aldeias;
- a 23 de Outubro – “Could European Neandertals

make fire?”, por Harold Dibble e Vera Aldeias; As conferências inseridas no Ciclo de Conferências “*Manifestações do Simbólico na Pré-História*” foram:

- a 6 de Maio – conferência de Andrea Martins, intitulada: “A Pintura Rupestre do Centro de Portugal: antropização simbólica da paisagem pelas primeiras sociedades agro-pastoris”;
- a 7 de Outubro – conferência de Hugo Gomes, intitulada: “Arqueometria de Pigmentos na Arte Rupestre”;
- a 9 de Dezembro – conferência de Sofia Figueiredo intitulada: “Formas e paisagens nas pinturas rupestres esquemáticas do Nordeste Transmontano”;

A 21 de Fevereiro de 2015 organizou-se o Colóquio “*O Neolítico em Portugal antes do horizonte 2020: perspectivas em debate*”, que decorreu no auditório da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, contando com a presença de 18 investigadores que apresentaram as mais recentes linhas de investigação acerca desta problemática. Destaca-se a audiência de dezenas de estudantes de arqueologia, bem como de numerosos colegas arqueólogos (Figs. 1 e 2). Foram apresentadas as seguintes comunicações:

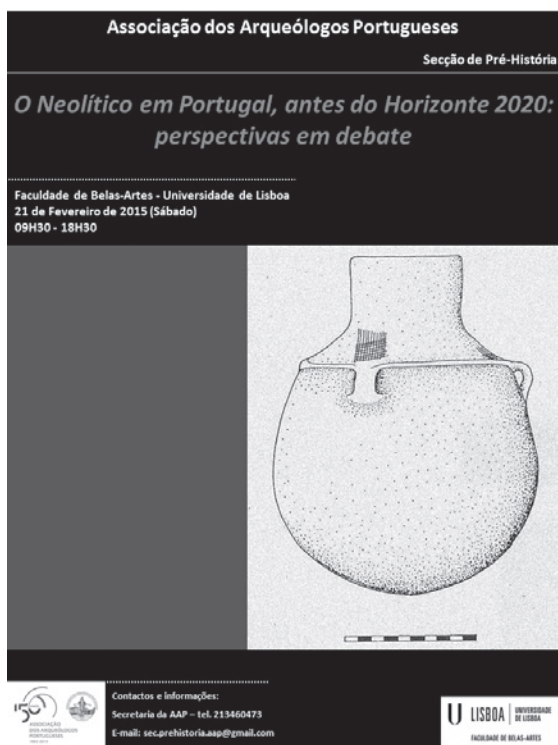


Figura 1 – Colóquio “O Neolítico em Portugal antes do horizonte 2020: perspectivas em debate” – cartaz.

- “Estudos neolíticos em transição (1958-1977)” por Ana Cristina Martins;
- “Antes do afagar a terra: quando o território era então Mesolítico” por Ana Cristina Araújo;
- “Sociedades Camponesas na Plataforma do Mondego: Neolitização e Megalitismo” por João Carlos Senna-Martinez;
- “Na Estremadura, do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: um percurso pessoal” por João Luís Cardoso;
- “O Lapiás das Lameiras (Sintra): um sítio paradigmático para o conhecimento da Neolitização da fachada atlântica da Península Ibérica” por Teresa Simões e Simon Davis;
- “O Estudo do Neolítico em Portugal, 1992-2016: percursos e perceções pessoais” por António Faustino Carvalho;
- “Palácio dos Lumiães e Encosta de Sant’Ana: Análise traceológica” por Ângela Ferreira;
- “Zooarqueologia do Neolítico no Sul de Portugal: actual estado dos conhecimentos” por Maria João Valente;



Figura 2 – Colóquio “O Neolítico em Portugal antes do horizonte 2020: perspectivas em debate” – assistência.

- “Neolítico médio agro-pastoril. Invisibilidade e crise” por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva;
- “O Neolítico no Alentejo: novas perspectivas” por Leonor Rocha;
- “As origens do Megalitismo no século 21” por Rui Boaventura;
- “Hidráulica na Pré-História? Os fossos enquanto estruturas de condução e drenagem de águas: o caso do sistema de fossos duplo do recinto do Porto Torrão” por Filipa Rodrigues;
- “Olhar o Neolítico do Ocidente Peninsular através das suas expressões ideológicas no 4º milénio a.n.e..” por António Valera;
- “Sociedades Neolíticas e Comunidades Científicas: questões aos trajectos da História” por Mariana Diniz, César Neves e Andrea Martins.

A secção de Pré-História desenvolveu os trabalhos de coordenação editorial das actas do colóquio a publicar no número 2 das monografias da AAP.

A formação, através do *Workshop* de Tecnologia Cerâmica 1 (Pré-História) foi também contemplada, realçando-se a excelente aderência de um público composto maioritariamente por estudantes de arqueologia e sócios da AAP (Figs. 3, 4 e 5). Este *workshop* realizou-se durante os dias 5 e 6 de Junho, no Museu Arqueológico do Carmo, e, foi leccionado por Pedro Cura, Mariana Diniz e César Neves. Devido a condicionantes climáticas, ainda não se realizou a segunda parte do *workshop*, que consistirá na cozedura das peças, acção a realizar no Instituto Terra e Memória em Mação.



Figura 3 – Workshop de Tecnologia Cerâmica 1 (Pré-História) – aula prática.



Figura 4 – Workshop de Tecnologia Cerâmica 1 (Pré-História) – pormenor de decoração.



Figura 5 – Workshop de Tecnologia Cerâmica 1 (Pré-História) – peças produzidas.

Outra actividade desenvolvida pela Secção de Pré-História foi a continuação da manutenção do perfil do *facebook* desta Secção, onde além da divulgação de todas as actividades realizadas no seio da AAP, foi igualmente feita a divulgação e debate de diversos temas e problemáticas relacionadas com a Pré-História e Arqueologia em geral, quer no nosso território, quer em outros países.

Como lhe compete, a secção de Pré-História, aprovou um conjunto de sócios que seguramente contribuirão para o enriquecimento científico e cultural desta centenária instituição.

Lisboa, Janeiro de 2016

SECÇÃO DE HISTÓRIA DA AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DO ANO 2014

PLANO DE ACTIVIDADES PARA

O ANO 2015

João Marques¹, Teresa Marques², Carlos Boavida³

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

Ao longo do ano de 2014 a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses manteve a sua actividade habitual, convidando diversos investigadores para a apresentação dos seus projectos e trabalhos de investigação. As comunicações profissionais caracterizaram-se por uma grande diversidade de temáticas e períodos cronológicos abordados.

Assim, entre Janeiro e Junho tiveram lugar cinco reuniões onde foram efectuadas as seguintes conferências:

- *Conservação e restauro em Arqueologia: um terreno de compromissos epistemológicos, disciplinares e sociais* por Luís Raposo (MNA);
- *As intervenções arqueológicas no Castelo dos Mouros no âmbito do projecto “À Conquista do Castelo – 2009-2012”* por M.^a João Sousa (PSML);
- *Arqueologia das Cidades de Beja. Onde a Cidade se encontra com a sua construção* por M.^a da Conceição Lopes (FL/UC);
- *O Imperador Augusto: A Religião e o Poder* por José d’Encarnação (FL/UC) – esta no âmbito dos 2000 anos da morte do Imperador Augusto e
- *As medidas na Arquitectura: Uma Perspectiva Arqueológica* por Rui Maneira Cunha (IAP/UNL).

Após a interrupção do Verão, realizou-se uma visita guiada à exposição “*O Tempo Resgatado ao Mar*”, patente no Museu Nacional de Arqueologia, que foi acompanhada pelo seu comissário científico, Adolfo Silveira (MNA).

Os trabalhos terminaram em Novembro com a realização de um colóquio intitulado “*Recintos Fortificados e Amuralhados d’Aquém e d’Além-Mar (Medievais e Modernos)*”. No âmbito deste foram apresentadas sete comunicações:

- *A investigação arqueológica no Castelo de Ansiães: Um contributo para o estudo da Idade Média no Vale do Douro* por António Luís Pereira (DRCN);
- *O porquê da fortificação de um campo de batalha medieval – o exemplo de Aljubarrota* por Maria Antónia Athaide Amaral (DGPC);
- *O morro do Castelo de São Jorge – recintos fortificados* por Ana Gomes e Alexandra Gaspar (DGPC);
- *Torres, Portas e Alambores: (des)construções do Castelo de Leiria* por Vânia Carvalho e Isabel Inácio (CMLeiria e Arqueohoje);
- *A fortificação medieval e moderna de Serpa:*



Figura 1 – A – M.^a João Sousa (3 Abril); B – M.^a Conceição Lopes (8 Maio); C – José d'Encarnação (22 Maio); D – Rui Maneira Cunha (17 Junho); E/F/G – Visita à exposição “O Tempo Resgatado ao Mar” – Museu Nacional de Arqueologia (27 Setembro); fotos Carlos Boavida.



Figura 2 – Colóquio “Recintos Fortificados e Amuralhadas d’Aquém e d’Além-Mar” (15 Novembro; A – M.^a Antónia Athaide Amaral; B – Abertura – João Marques; C – Ana Gomes e Alexandra Gaspar; D – Ana Sofia Gomes; E – Vânia Carvalho e Isabel Inácio; F – Luís Gil e André Teixeira; G – Ant.º Luís Pereira); fotos Carlos Boavida.

resultados da escavação arqueológica na Rua da Barbacã 29-33 por Ana Sofia Antunes (CM-Serpa);

- *Castelo de Mértola: evolução formal e longevidade funcional (sécs. XIII-XVIII) por Joaquim Boiça (CAMértola) e*
- *Entre dois tempos... O castelo do mar de Safim: Arqueologia de uma fortificação portuguesa no Norte de África por Luís Gil e André Teixeira (CHAM/FCSH-UNL e UAç).*

Durante o ano de 2014, igualmente no âmbito dos trabalhos da Secção de História, foi aprovada a entrada de quinze novos membros, que se espera venham contribuir para a afirmação desta centenária instituição e do seu papel da defesa do Património Cultural Português e divulgação da sua História.

Foram também solicitados aos investigadores que apresentaram comunicações nos dois últimos anos, que ainda não o tenham feito, o envio dos artigos correspondentes às mesmas para publicação na revista *Arqueologia & História* editada pela AAP, tendo sido entregues cerca de quatro dezenas de artigos.

Relativamente às actividades a desenvolver em 2015, a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses continuará a promover sessões ordinárias dedicadas a diversos temas ou pequenos colóquios/encontros sobre algumas das efemérides que se assinalam no presente ano, como os 500 Anos da Conquista de Ceuta.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2015

SECÇÃO DE HISTÓRIA DA AAP RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2015 PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO 2016

João Marques¹, Teresa Marques², Carlos Boavida³

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

Ao longo do ano de 2015 a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses manteve a sua actividade habitual, convidando diversos investigadores para a apresentação dos seus projectos e trabalhos de investigação. As comunicações proferidas caracterizaram-se por uma grande diversidade de temáticas e períodos cronológicos abordados.

Em Abril, após a reeleição, por unanimidade, da mesa cessante, iniciou-se um programa de actividades que incluiu a realização de quatro conferências, três colóquios temáticos, duas visitas e o lançamento de uma publicação.

O primeiro colóquio teve lugar a 23 de Maio, sob o título *“Lisboa Islâmica e as suas necrópoles”*, no qual foram apresentadas três comunicações.

- *“Lisboa Islâmica: contributo da Arqueologia”* (Jacinta Bugalhão – DGPC / FLUL-UNIARQ / Bolseira FCT);
- *“Necrópole dos Lagares: um contexto funerário islâmico na Mouraria (Lisboa)”* (Inês Mendes da Silva e Lucy Evangelista – Era Arqueologia) e
- *“A necrópole islâmica do Arrabalde Oriental”* (Vanessa Filipe e Joana Inocêncio).

A 16 de Outubro, assinalando os 630 Anos da Batalha de Aljubarrota e os 600 anos da Tomada de Ceuta, realizou-se o colóquio *“Entre Aljubarrota e Ceuta – 1385/1415 – Dados históricos e arqueológicos recentes”*, que contou com o apoio da Direcção-Geral do Património Cultural e da Fundação Batalha de Aljubarrota.

Entre membros da organização, comunicantes e assistentes, participaram no colóquio cerca de 50 pessoas. No dia seguinte e ainda no âmbito do colóquio tiveram lugar visitas ao Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, acompanhadas respectivamente, pelo Eng. João Mareco, director da Fundação Batalha de Aljubarrota e pelo Dr. Pedro Redol, coordenador do Mosteiro da Batalha. As visitas contaram também com a presença da Dr.ª M.ª Antónia Amaral, em representação da DGPC.

As despesas de deslocação no âmbito da visita foram totalmente pagas com a receita das inscrições no colóquio, tendo o almoço no local sido oferecido pela Fundação Batalha de Aljubarrota.

No âmbito do colóquio foram apresentadas dez comunicações:



Figura 1 – A – Adolfo Silveira (14 Abril); Fernando Correia de Oliveira (3 Dezembro); José d’Encarnação (16 Junho); D – Juan Luis Montero Fenollós (5 Maio); E/F/G – Colóquio “*Lisboa Islâmica e as suas necrópoles*” (23 Maio); E – Inês Mendes da Silva e Lucy Evangelista; F – Vanessa Felipe e Joana Inocêncio; G – Jacinta Bugalhão; H – Lançamento da Monografia 1 – “*Contextos Estratigráficos na Lusitânia. Do Alto Império à Antiguidade Tardia*” (15 Setembro; José Morais Arnaud, João Marques e José Carlos Quaresma); fotos Carlos Boavida e Manuel Moura (B).



Figura 2 – Colóquio “*Entre Aljubarrota e Ceuta – 1385/1615 – Dados históricos e arqueológicos recentes*” (16 Outubro; A – Abertura – José Morais Arnaud, João Marques, M.ª Antónia Athaide; B – Saúl Gomes; C – João Mareco; D – Nuno Pires; E – Sónia Filipe; F – Pedro Redol; G – M.ª Antónia Athaide); fotos Carlos Boavida.

- “A memória de Aljubarrota e Ceuta na composição do ideário político da Dinastia de Avis” (Saúl Gomes – Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra)
- “Batalha de Aljubarrota – Problemática em torno da Primeira Posição” (Nuno Pires – IAP-FCSH/NOVA);
- “O sítio arqueológico da Batalha de Aljubarrota. Estruturas e materiais das escavações arqueológicas realizadas entre 2003-2010” (M.ª Antónia Amaral – DGPC);
- “Programas arquitectónicos para o Panteão Régio da Batalha (1415-1515)” (Pedro Redol – DGPC / Mosteiro da Batalha e Orlindo Oliveira – Investigador);
- “Pre(ver) o subsolo. Prospecção geofísica e Arqueologia na zona envolvente ao Mosteiro da Batalha” (Sónia Filipe – Universidade de Coimbra; Paulo Morgado – Universidade de Aveiro e Hélder Tareco – Geosurveys, Consultores em Geofísica).
- “Os séculos XIV-XV no Convento do Carmo (Lisboa): análise de alguns materiais recolhidos na zona tardoz” (Helena Pinheiro – Neoépica);
- “Coisas e bens: consumo e cultura material em Santarém durante os séculos XIV/XV” (Carlos Boavida – IAP-FCSH/NOVA; AAP; Tânia Casimiro – IAP-FCSH/NOVA; ARPA; AAP e Telmo Silva – IAP-FCSH/NOVA; ARPA);
- “Quotidiano na Ceuta portuguesa: os materiais arqueológicos das Murallas Reais” (Joana Torres – CHAM-FCSH/NOVA – UAç; Fernando Villada – Ciudad Autonoma de Ceuta; Inst. Estudios Ceuties e André Teixeira – FCSH/NOVA).
- Da Idade Média ao Multimédia (João Mareco – Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota);
- Lisboa 1415 Ceuta: em torno de uma história comum (André Teixeira – FCSH/NOVA; Fernando Villada – Ciudad Autonoma de Ceuta; Inst. Estudios Ceuties e Rodrigo Banha da Silva – FCSH/NOVA).



Figura 3 – Colóquio “Entre Aljubarrota e Ceuta – 1385/1615 – Dados históricos e arqueológicos recentes” (16 Outubro; A – Helena Pinheiro; B – Carlos Boavida; C – André Teixeira e Joana Torres); D/E/F – Visita Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota e Mosteiro de Santa Maria da Vitória (17 Outubro); fotos Carlos Boavida (A, C, D e F) e José Morais Arnaud (B).

Nos dias 30 e 31 de Outubro, numa colaboração com a Comissão de Estudos Olisiponenses teve lugar o colóquio “Terramoto de Lisboa – Arqueologia e História”, no qual participaram mais de duas dezenas de investigadores que proferiram um total de 16 comunicações:

- “*A Tripla Catástrofe contada ao Papa. Contributo da correspondência entre Portugal e a Santa Sé para o conhecimento dos factos ocorridos em Lisboa*” (Carlos Boavida – IAP – FCSH/NOVA; AAP);
- “*O Terremoto de 1755 a partir do Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia*” (Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães e Alícia Duhá Lose – Univ. Federal da Bahia);
- “*Após a catástrofe: a gestão da emergência e socorro no Terramoto de 1755*” (Amélia Ferreira – UCP; Unidade Local de Saúde de Matosinhos; Alexandra Esteves – UCP; Lab2PT – ICS – Universidade do Minho);
- “*A Graça em 1755. O Terramoto como factor de aceleração de urbanização do Cardal da Graça e do Vale de Cavalinhos*” (João Castela Cravo – CITAD/Univ. Lusíada);
- “*O outro lado do Terramoto: para uma revisão do ócio e espectáculos na Lisboa Romana*” (Sara Henriques dos Reis – FL/UL);
- “*Um painel azulejar do Terreiro do Paço antes do Terramoto e outras visões de Lisboa no Palácio do Correio-mor, em Loures*” (Augusto Moutinho Borges – CLEPUL, Cátedra Infante Dom Henrique Estudos Insulares e Globalização).
- “*A Baixa de Lisboa antes e depois do Terramoto*” (Jacinta Bugalhão – DGPC);
- “*Sinais de um quotidiano que o Terramoto de 1755 interrompeu*” (Lídia Fernandes – Museu de Lisboa/Teatro Romano – CML);
- “*O Terramoto de 1755 no Castelo de S. Jorge*” (Alexandra Gaspar e Ana Gomes – DGPC);
- “*Palácio Lavradio. Edifício pré-Terramoto*” (Cor. José Paulo Berger – Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar);

- “*O Aqueduto das Águas Livres e os danos causados pelo Terramoto de 1755*” (Bárbara Silva Bruno – EPAL – Museu da Água).
- “*Igreja e Convento do Carmo: 600 anos de dinâmicas sísmicas*” (António Marques – CAL/CML; Raquel Santos – Neoépica);
- “*Largo Duque do Cadaval. Evidências uma catástrofe*” (Mariana Almeida e Tânia Casimiro – IAP – FCSH/NOVA, IHC – FCSH/NOVA);
- “*O Terramoto de 1755 em Belém*” (Ana Ramos-Pereira – IGOT/UL);
- “*O Terramoto de 1755 – O caso de Peniche*” (Adriano Constantino, Luís Rendeiro, Inês Lourenço e Daniela Andrade – Associação Património – Centro de Estudos do Património da Região de Peniche);
- “*La huella del Terremoto de Lisboa en la ciudad de Lugo. La crónica de los daños producidos y de las reformas emprendidas*” (Ana E. Goy Diz – Univ. Santiago de Compostela / Directora del Centro de Estudios de la Ciudad).

No final do colóquio foi exibido o documentário “A Ira de Deus”, episódio da série Catástrofes Extraordinárias, produzida pelo Smithsonian Channel, em parte gravado no espaço do actual Museu Arqueológico do Carmo.

A organização do colóquio teve ainda o apoio do Instituto de Arqueologia e Paleociências e do Instituto de História Contemporânea, dois centros de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, assim como da empresa Lisboa Autêntica. Esta última realizou no dia 7 de Novembro o passeio “Lisboa do Terramoto”, no qual participaram cerca de três dezenas de pessoas.

Nos meses de Abril, Maio, Junho e Dezembro, no âmbito das reuniões mensais da Secção tiveram lugar ainda mais quatro conferências:

- “*O Tempo Resgatado ao Mar. Mais do que uma exposição no Museu Nacional de Arqueologia*” (Adolfo Silveira – Museu Nacional de Arqueologia);

- “*Assíria e Eufrates. Novos dados arqueológicos sobre a História de uma fronteira na Antiga Mesopotâmia*” (Juan Luis Montero Fenollos – Universidade da Corunha);
- “*Miguel Torga e a Arqueologia*” (José d’Encarnação – Universidade de Coimbra) e
- “*A Gnomónica em Portugal – Vestígios materiais*” (Fernando Correia de Oliveira).

A 15 de Setembro teve lugar o lançamento das actas do colóquio “*Contextos Estratigráficos na Lusitania (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*”, ocorrido em Outubro de 2012, sob coordenação do Dr. João Marques e do Dr. João Carlos Quaresma, e que constituiu o primeiro volume da colecção *Monografias*, nova publicação da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Ainda durante o mês de Setembro, no dia 19, teve lugar visita à exposição “*Quem nos escreve desde a Serra*”, então patente no Museu Nacional de Arqueologia e que foi coordenada pelo Projecto ESTELA. A visita foi acompanhada pelo Dr. Pedro Barros.

Ao longo ano de 2015 foram votadas pelos membros da Secção de História três propostas de novos sócios para a AAP, que se espera venham contribuir para a afirmação desta centenária instituição e do seu papel da defesa do Património Cultural Português e divulgação da sua História.

Foram também solicitados aos investigadores que apresentaram comunicações nos últimos anos, que ainda não o tenham feito, o envio dos artigos correspondentes às mesmas para publicação na revista *Arqueologia & História* editada pela AAP, tendo sido entregues vários desses artigos.

A Secção mantém em funcionamento o seu email criado em 2013, assim como a sua página no Facebook que se encontra no momento com cerca de 2300 seguidores.

Em relação a 2016, a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses pretende continuar a promover sessões ordinárias dedicadas a di-

versos temas, assim como a realização de pequenos colóquios/encontros sobre algumas das efemérides que se assinalam no presente ano, como o centenário da morte de Francisco Tavares Proença Júnior.

Estão igualmente agendadas conferências no âmbito dos 500 Anos da Sé do Funchal, sobre as Termas romanas de Chaves e sobre os sítios romanos do Moinho do Castelinho (Amadora) ou da Horta da Torre (Fronteira).

Lisboa, 26 de Janeiro de 2016

COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES – AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2015

Mário Varela Gomes¹, Tânia Manuel Casimiro², Carlos Boavida³

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

As actividades da Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP em 2015 iniciaram-se no dia 21 de Maio, com a eleição da sua mesa. Àquela apresentou-se uma única lista, que foi eleita por unanimidade.

O acto eleitoral foi precedido pela conferência “*O acompanhamento arqueológico das obras do metropolitano no Cais do Sodré*”, proferida por António Dias Diogo, numa pequena homenagem ao arqueólogo, recentemente falecido, João Pedro Cardoso (1956-2014).

Ao longo do ano tiveram lugar mais três reuniões da Comissão de Estudos Olisiponenses, tendo sido realizado o colóquio “Terramoto de Lisboa. Arqueologia e História” no âmbito de uma delas.

Na primeira reunião da nova mesa, que teve lugar no dia 18 de Junho, o presidente daquela, de forma sumária, apresentou o plano de actividades previstas para o ano de 2015, assim como a forma como os trabalhos das reuniões se organizariam.

Assim, antes das comunicações tem lugar a leitura da acta da reunião anterior e um pequeno período de discussão de assuntos de interesse para a Comissão, onde também são referidas algumas publicações recentes, cuja temática seja o estudo e investigação sobre a cidade e o aro de Lisboa.

A Comissão de Estudos Olisiponenses apresentou, à direcção da AAP, pedido para que esta solicite à Secretaria de Estado da Cultura e à Câmara

Municipal de Lisboa, a isenção para os membros da AAP, mediante a exibição do cartão de sócio, de pagamento da entrada em museus dependentes daquelas instituições, como sucede com os membros de algumas Academias Nacionais, da APOM e do ICOMOS.

Nesse mesmo dia teve lugar a conferência “*Distrito de Lisboa – Encontro de Culturas. Divagações através da Arqueologia*” proferida por Guilherme Cardoso. Ao longo daquela, o orador referiu vários trabalhos arqueológicos por si efectuados em diversos sítios do distrito de Lisboa enquanto arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, cargo que ocupou até data recente, aquando da sua transição para os quadros da Câmara Municipal de Lisboa.

Nos dias 30 e 31 de Outubro teve lugar o colóquio “*Terramoto de Lisboa – Arqueologia e História*”, iniciativa realizada em colaboração com a Secção de História da AAP. Contou aquele evento com o apoio do Instituto de Arqueologia e Paleociências e do Instituto de História Contemporânea, dois centros de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, assim como da empresa Lisboa Autêntica.

Além de assinalar os 260 anos do Terramoto de 1755, foi objectivo do encontro dar a conhecer contextos arqueológicos e informações histórico-documentais relativas a tal cataclismo que embora

conhecido como o Terramoto de Lisboa, não afectou exclusivamente esta cidade.

As comunicações, num total de 16, organizaram-se em dois grandes temas: “*Visões, Relatos e Consequências*” e “*Sítios e Evidências*” (de acordo com o programa que se anexa). Se em ambos os casos se abordou o tema do ponto de vista histórico, realçando os acontecimentos daqueles dias de meados do século XVIII, no segundo foram analisados diversos locais, em Lisboa, mas também noutros sítios que, de algum modo foram afectados pelo sismo. Entre organização, comunicantes e público, participaram no colóquio cerca de 60 pessoas.

Os trabalhos foram encerrados com a exibição do documentário “*A Ira de Deus*”, episódio da série “*Catástrofes Extraordinárias*”, produzida pelo Smithsonian Channel, em parte gravado no espaço do actual Museu Arqueológico do Carmo. Ainda no âmbito do colóquio, no dia 7 de Novembro, teve lugar a visita “*Lisboa do Terramoto*”, passeio pedestre realizado com o apoio da Lisboa Autêntica, tendo aquele sido dirigido pelo secretário da Co-

missão de Estudos Olisiponenses, e no qual participaram três dezenas de pessoas.

Na sequência deste evento a Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP foi convidada pela direcção editorial da revista *Al-Madan*, editada pelo Centro de Arqueologia de Almada, a redigir notícia sobre o mesmo, que será publicada no próximo número daquele periódico.

A última reunião da Comissão teve lugar no passado dia 14 de Dezembro, durante a qual foi proferida, por Carlos Didelet, a conferência “*Manipulações cranianas na Pré-História Recente da Península de Lisboa*”, resultado da sua investigação no âmbito da sua tese de mestrado em Arqueologia.

Nessa reunião foram ainda aprovados, por unanimidade, três propostas de novos sócios para a AAP.

Por último, deve ser ainda referido que a mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses criou um email próprio e dispõe igualmente de página na rede social Facebook, onde é seguida até ao momento por cerca de três centenas e meia de internautas.



Figura 1 – A – Guilherme Cardoso; B – Carlos Didelet; C/D/E/F – Colóquio “*Terramoto de Lisboa – Arqueologia e História*” (C – Rafael M. F. Barbosa Magalhães; D – Amélia Ferreira; E – Sessão de Abertura; F – Sara Henriques dos Reis); fotos Carlos Boavida.



Figura 2 – Colóquio “*Terramoto de Lisboa – Arqueologia e História*” (A – João Castela Cravo; B – Lídia Fernandes; C – Alexandra Gaspar e Ana Gomes; D – Bárbara Silva Bruno; E – Jacinta Bugalhão; G – Cor. José Paulo Berger); fotos Carlos Boavida.



Figura 3 – Colóquio “*Terramoto de Lisboa – Arqueologia e História*” (A – Ana Ramos-Pereira; B – Mariana Almeida e Tânia Casimiro; C – Luís Rendeiro, Inês Lourenço e Daniela Andrade; D – António Marques e Raquel Santos; E – Ana E. Goy Diz; F – Documentário “*Catástrofes Extraordinárias – A Ira de Deus*”); fotos Carlos Boavida.



Associação dos Arqueólogos Portugueses

Comissão de Estudos Olisiponenses e Secção de História

Colóquio

“Terramoto de Lisboa. Arqueologia e História”

30 e 31 de Outubro de 2015 / 1 de Novembro de 2015

Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa

PROGRAMA

30 Outubro 2015

15h00

Abertura

Visões, Relatos e Consequências

15h30

A Tripla Catástrofe contada ao Papa. Contributo da correspondência entre Portugal e a Santa Sé para o conhecimento dos factos ocorridos em Lisboa

Carlos Boavida

IAP – FCSH/NOVA; AAP

15h55

O Terremoto de 1755 a partir do Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães,

Alícia Duhá Lose

Universidade Federal da Bahia

16h20

Após a catástrofe: a gestão da emergência e socorro no terramoto de 1755

Amélia Ferreira

Universidade Católica Portuguesa; Unidade Local de Saúde de Matosinhos

Alexandra Esteves

Universidade Católica Portuguesa; Lab2PT-ICS-
-Universidade do Minho

16h45

Intervalo

17h05

A Graça em 1755. O Terramoto como factor de aceleração de urbanização do Cardal da Graça e do Vale de Cavalinhos

João Castela Cravo

Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design – Universidades Lusíada

17h30

O outro lado do Terramoto: para uma revisão do ócio e espectáculos na Lisboa romana

Sara Henriques dos Reis

Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa

17h55

Um painel azulejar do Terreiro do Paço antes do Terramoto e outras visões de Lisboa no palácio do Correio-mor, em Loures

Augusto Moutinho Borges

CLEPUL, Cátedra Infante Dom Henrique Estudos Insulares e Globalização

18h20

Debate

31 Outubro 2015

Sítios e Evidências

10h00

A Baixa de Lisboa antes e depois do Terramoto

Jacinta Bugalhão

Direcção-Geral do Património Cultural

10h25

Sinais de um quotidiano que o terramoto de 1755 interrompeu

Lídia Fernandes

Museu de Lisboa / Teatro Romano – C.M.L.

10h55

O terramoto de 1755 no Castelo de S. Jorge

Alexandra Gaspar, Ana Gomes

Direcção-Geral do Património Cultural

11h20

Intervalo

11h50

Palácio Lavradio – Edifício pré-Terramoto

Cor. José Paulo Berger

Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar

12h15

O Aqueduto das Águas Livres e os danos causados pelo Terramoto de 1755

Bárbara Silva Bruno

Empresa Portuguesa das Águas Livres – Museu da Água

12h40

Debate

13h00

Almoço

14h30

Igreja e Convento do Carmo: 600 anos de dinâmicas sísmicas

António Marques

Centro de Arqueologia de Lisboa – C.M.L

Raquel Santos

Neoépica, Arqueologia e Património

14h55

Largo Duque do Cadaval. Evidências uma catástrofe.

Mariana Almeida, Tânia Casimiro

IAP – FCSH/NOVA, IHC – FCSH/NOVA

15h20

O Terramoto de 1755 em Belém

Ana Ramos-Pereira

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

15h45

O Terramoto de 1755 – O caso de Peniche

Adriano Constantino, Luís Rendeiro, Inês

Lourenço, Daniela Andrade

Associação Patrimonium – Centro de Estudos do Património da Região de Peniche

16h10

La huella del Terremoto de Lisboa en la ciudad de Lugo. La crónica de los daños producidos y de las reformas emprendidas

Ana E. Goy Diz

Universidad de Santiago de Compostela / Directora del Centro de Estudios de la Ciudad

16h35

Debate

17h00

Intervalo

17h30

Comunicações a anunciar

18h30

Encerramento

1 Novembro 2015

10h00

Lisboa do Terramoto – Passeio Pedestre
Lisboa Autêntica

Organização

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Apoio

Instituto de Arqueologia e Paleociências – FCSH/
NOVA
Instituto de História Contemporânea – FCSH/NOVA
Lisboa Autêntica

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

olisiponenses.aap@gmail.com
(inscrições limitadas à capacidade da sala)

Para efectuar a inscrição é necessário enviar nome, contacto telefónico, NIF (para emissão de recibo) e comprovativo do pagamento.

TAXAS DE INSCRIÇÃO

(inclui certificado de presença)

Sócios AAP	€ 0.00
Estudantes	€ 0.00
Não sócios / Público	€ 10.00

Dados para Transferência Bancária

Associação dos Arqueólogos Portugueses
BPI Balcão Chiado
NIB 0010 0000 0288 7800 0019 7

Enviar comprovativo da transferência bancária juntamente com a ficha de inscrição.

Os sócios que necessitem proceder à regularização das quotas deverão fazê-lo antecipadamente junto da secretaria da AAP e posteriormente enviara ficha de inscrição.

Os estudantes deverão enviar/apresentar o comprovativo.

LISBOA DO TERRAMOTO – PASSEIO PEDESTRE **1 Novembro 2015 – 10h**

Às primeiras horas da manhã, a terra tremeu. Sentido em toda a Península Ibérica e no Norte de África, o sismo de 1 de Novembro de 1755 destruiu grande parte da capital do reino de Portugal. Entre palácios, igrejas e mosteiros, poucos foram os edifícios que não ficaram danificados pelos sucessivos abalos e pelas centenas de incêndios que lhes sucederam.

A reconstrução obrigou a uma total alteração urbanística do antigo burgo, com a criação de arruamentos, praças e aterros que apagaram parcialmente a memória da cidade, deixando apenas alguns vestígios...

Mas que vestígios são esses? Como era a Lisboa em Outubro de 1755? Que palácios, igrejas e outros edifícios grandiosos existiam? Como eram? Onde estavam? De quem eram?

Nos últimos anos, os arqueólogos tem encontrado algumas das respostas...

Organização: Lisboa Autêntica

Ponto de Encontro: Praça Luís de Camões
(Chiado / Bairro Alto)

Acessos: Metro: Estação Baixa-Chiado / Carris: 202, 758 / Eléctrico: 28E

Duração: 3h00

Preço: € 10.00 (€ 8.00 para os participantes no colóquio)

Inscrições e pagamento: durante o colóquio
(inscrições limitadas)

MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DA CONSERVAÇÃO EM 2015

Célia Nunes Pereira

Conservadora do Museu Arqueológico do Carmo
Associação dos Arqueólogos Portugueses

O presente relatório tem como objectivo registar as actividades realizadas no ano de 2015 no Museu Arqueológico do Carmo, não apenas na área da conservação, mas também noutros campos em que também tive oportunidade de colaborar.

Na área da **Conservação**¹ foi feito um relatório do estado de conservação do acervo MAC para entregar à Direcção deste museu, bem como à empresa que viria a ser seleccionada para fazer intervenções de restauro no seu interior. Após a empresa ter sido seleccionada, os trabalhos iniciaram-se através da limpeza de todo o **clerestório**, aplicação de herbicida, remoção de entulhos, aves mortas e ninhos, limpeza e conservação das zonas parietais Sul, reparação do telhado da torre Sul (telha partida), manutenção de ambos os telhados das torres Norte e Sul (desentupimento de caleiras), aplicação de rede anti-pombos entre as zonas intercomunicantes do clerestório, tal como atesta de forma mais pormenorizada o relatório entregue pela empresa Gabinete de Património, Conservação, Restauro e Reabilitação, cujos responsáveis são o Dr. Pedro Serra e o Dr. Hugo Fraga de Oliveira. Esta mesma

empresa foi ainda encarregue dos trabalhos de conservação e restauro do primeiro tramo na nave sul, onde se encontra integrada obra manuelina, o **Túmulo do Cavaleiro** (Nº de Inv. Esc.238). Aguardamos a entrega do relatório. Durante o decurso desta obra, a mesma foi visitada por vários alunos de escolas de restauro.

Em resposta às solicitações que temos feito em busca de propostas de intervenção para o **Túmulo de D. Fernando I** (devido ao seu frágil estado de conservação), recebemos apoio do Instituto José de Figueiredo (DGPC), que nos enviou em Março de 2014 a técnica Elsa Murta acompanhada da bolsista FCT Inês Gomes, que recolheram algumas amostras. Nos meses seguintes a Dra. Inês Gomes iniciou o estudo dessas amostras no laboratório Hércules em Évora. A conservadora fez várias tentativas de contacto com o Instituto José Figueiredo ao longo desses meses para saber se havia novidades. Em Setembro de 2015 soubemos que a bolsa da Dra. Inês Gomes tinha terminado e que a mesma se encontrava a trabalhar no Norte do país. A Dra. Elsa Murta, ficou encarregue de a contactar. Entre Setembro e Dezembro contactamos com regularidade o Instituto para saber se já tinham conseguido contactar a Dra. Inês Gomes. Paralelamente tentamos também, através de outros colegas

¹ A restauradora Sónia Pires ainda não entregou o relatório de intervenção de conservação e limpeza do sarcófago egípcio, realizada em 2009/2010.

conservadores-restauradores, encontrar o contacto da Dra. Inês Gomes, mas sem sucesso. Em Janeiro de 2016, ao contactar novamente a Dra. Elsa Murta, fomos informados que a Dra. Inês Gomes havia regressado a Lisboa. Ficou acordado que contactaria o MAC em breve para agendar uma reunião, que tem como objectivo dar continuidade ao plano de trabalho que foi iniciado de modo a chegar a uma proposta de intervenção. (Confesso que o caso de conservação deste túmulo é uma das situações que mais me preocupa... já foi visto por vários especialistas desde que cá trabalho... e ninguém arriscou até hoje fazer uma proposta.)

Zelandando pela salvaguarda da **coleção dos boletins da Associação dos Arqueólogos Portugueses**, composta por 14 volumes, foi contratada a Dra. Diana Pires de Avelar para os restaurar. Trabalho que foi realizado com sucesso, possibilitando o manuseamento de alguns exemplares que já não o permitiam devido ao seu mau estado de conservação (consultar relatório).

Durante os meses de Janeiro e Fevereiro, com o objectivo de acondicionar da melhor forma possível o **acervo artístico do MAC** que se encontrava em **Reserva** no edifício do Arquivo da Guarda Nacional Republicana, na Praça da Armada em Alcântara, procedeu-se ao aluguer de um novo espaço sito no Largo do Carmo para acolhimento desse espólio. A embalagem, o acondicionamento e transporte foram assegurados pela conservadora e pela equipa do Departamento dos Bens Culturais da Guarda Nacional Republicana. O restante espólio que se encontrava nas instalações do Museu, na área do antigo baptistério, também transportado para esse local.

Na **Biblioteca** foram colocadas novas armadilhas para insectos no mês de Novembro. As que foram retiradas detectaram a presença de alguns insectos voadores ou rastejantes (peixinhos-de-prata e aranhas). O Biólogo Daniel Oliveira (responsável pela última desinfestação), assegurou-nos que a situação não é alarmante, indicando que o último tratamento efectuado pela Rentokil ainda está actuante, devendo apenas proceder-se à desinfestação

preventiva dos rodapés (com bio-kill) e colocação de novas armadilhas. Como método de conservação preventivo, o **Arquivo** da AAP foi submetido a uma desinfestação através da mesma empresa.

Terminando o registo das várias intervenções pontuais na área da conservação do edifício, salientem-se as obras realizadas pela empresa Esfera de Imagens debaixo das **vitruvas** das 5 salas do MAC, cujo revestimento foi mudado de argamassa bastarda para laje de pedra lioz. Todas as fechaduras das vitruvas foram substituídas, bem como silicónes, borrachas e chaves.

De modo geral a limpeza e manutenção geral do espólio do MAC/AAP foram asseguradas pela conservadora.

Depois de quase 3 anos de diálogo com as várias empresas que diziam ter a patente do programa informático Matriz, no mês de Dezembro foi adquirida uma nova licença do programa **Matriz Inventários de Coleções**, cuja gestão está neste momento a cargo da empresa Magnetik.

Com o auxílio da **Câmara Municipal de Lisboa**, através da geóloga Eva e do arqueólogo António Marques, foram retiradas todas as antigas lajes de pedra que se encontravam junto do portal Sul do MAC. Estas lajes de pedra provieram das escavações realizadas entre 2000 e 2003 no exterior do portal sul e encontram-se agora em depósito nas instalações da citada autarquia.

Em relação ao **plano de emergência** e segurança contra incêndios, já se encontra quase concluído pela Eng^a Helena Lamy da empresa Verde Transparência, que entregou recentemente 4 cópias do plano e respectivas plantas realizadas pelo Arq^o Tiago da Empresa Loviril (em formato digital). Aguardamos que nos sejam enviados manuais do quadro eléctrico (pela empresa Electro-Carnaxide) e do detector de incêndios (pela Securitas Direct). Assim que recebermos o plano concluído, o mesmo será enviado para aprovação do Protecção Civil. Depois da sua aprovação será marcada uma acção de formação com toda a equipa do MAC, onde serão ministrados conhecimentos para agir em caso de emergência. Haverá sempre uma cópia de consulta do plano

de emergência disponível para consulta tanto na recepção como na loja do Museu.

Com o intuito de divulgar o MAC como uma instituição museológica que apoia o desenvolvimento da arte contemporânea, recebemos algumas **exposições temporárias e intervenções artísticas pontuais**: entre Janeiro e Abril foram apresentados vários actos da **performance “Presença e Ausência”** criada pelo Professor Doutor Fernando Crespo, Director da Escola Superior de Dança, as quais foram registadas em vídeo. Em Maio o MAC acolheu a **6ª edição** do projecto expositivo **Arte Pública**, coordenado pelo Professor José Quaresma da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa de 8 de Maio a 8 de Junho, este ano intitulado **“O Chiado e o Cinema. Do cinematografo ao videomapping. Arte Pública – Espaço Público”**, através do qual estiveram expostas no MAC obras de Orlando Farya, Rita Castro, Elsa Bruxelas, Pedro Ramalho, Bruce, entre outros, que incutiram outra dinâmica ao espaço. No âmbito deste projecto foi organizado um ciclo de conferências, onde o MAC participou através da comunicação apresentada pela Conservadora “O Carmo na esfera da arte pública. O documentário como plataforma de preservação patrimonial”, a qual se encontra publicada no catálogo da exposição. De Junho a Outubro realizaram-se vários **concertos** nas naves descobertas do MAC, entre outras actividades de âmbito cultural. Em Novembro a par do lançamento do novo **guia ilustrado** do MAC (projecto Gerador que tivemos o privilégio de coordenar), foi inaugurada a **exposição de desenho “Sketchbook”** do artista João, onde foram expostos todos os desenhos que faziam parte do citado guia. De Dezembro a Janeiro o MAC acolheu ainda a exposição de fotografia **“Retratos para depois de uma Guerra”** da autoria de Rui Gomes Coelho. Na área das publicações colaboramos ainda com a Faculdade de Belas-Artes no lançamento da obra **“Investigação em pintura. O barco do Teseu”** e do catálogo **“Investigação em Artes”**, fruto do ciclo de conferências realizado em Outubro no MAC, onde colaboraram vários autores e artistas

nacionais e internacionais. Dentro desta última temática, também em Março foi realizado um ciclo de conferências sob a coordenação do Professor José Quaresma.

No âmbito de outras exposições organizadas entre 2010 e 2014 (“Arte Pública” no Chiado em 2010, “Entre o Sagrado e o Profano” em 2011, “Corpo e Memória” em 2013 e “Na quietude do lugar” em 2014) o MAC integrou este ano na sua exposição permanente **doações de obras de quatro artistas**: Sofia Arez (Reflexo-eterno), Rogério Timóteo (Musa), Sérgio Pombo (Homem) e Filipe Romão (3 fotografias s/título).

A par dos eventos culturais já mencionados, e das múltiplas actividades desenvolvidas com as mais diversas instituições (Ordem Terceira do Carmo, Centro Nacional de Cultura, Associação para a Valorização do Chiado, Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, companhia de Teatro Out Put, entre muitas outras) o MAC recebeu também vários **concertos**, sendo estes das actividades mais aclamadas pelo público visitante: Concerto de Primavera GNR (Maio), Ciclo de Concertos da GNR quartetos de cordas e quintetos de metais que decorreu durante todo o Verão (Junho, Julho e Agosto), Concerto Instituto Goethe e Orquestra Gulbenkian (Setembro), Música nas Praças (Outubro) e Concerto de Outono da GNR (Outubro).

No que respeita à **divulgação do MAC/AAP** procuramos continuar a manter as parcerias estabelecidas nos anos anteriores com instituições públicas e privadas, como é o caso do Oceanário de Lisboa, da OTLIS-Operadores de Transportes da Região de Lisboa, Carris e Comboios de Portugal e expandi-las através da realização de outras parcerias, como a efectuada com a plataforma cultural Gerador, que nos tem permitido divulgar as actividades do MAC gratuitamente tanto a partir da sua revista trimestral como através do seu site. Esta acção teve mais uma vez como objectivo principal atrair o público português, que continua a ser aquele que menos visita o MAC/AAP.

O projecto do roteiro **“Passeios entre a Arte e a Ciência”**, criado em 2012, em parceria com o

Museu da Farmácia, Museu Nacional de Arte Contemporânea, Museu de S. Roque, Museu da Água (Mãe d'Água), Fundação Arpad-Szenes Vieira da Silva, Museu Geológico e Museu Nacional de História Natural/Museu da Ciência, continua a ser divulgado sobretudo por Lisboa, promovendo a riqueza cultural deste trajecto turístico entre a Baixa-Chiado e as Amoreiras, através da circulação de painéis com fotografias das 8 entidades e seus espólios por várias estações de metro e locais de grande visibilidade cultural (Belém, Amoreiras, Santa Apolónia, Metro de Lisboa, entre outros).

Dentro da divulgação, criaram-se novos flyers (design da empresa Flatland) em 5 línguas (português, francês, alemão, italiano, espanhol e inglês), os quais se tem procurado distribuir pelos vários **Hostels e Hóteis** existentes na área da Baixa-Chiado e arredores. Com estas instituições foram estabelecidas em 2012 algumas parcerias, atribuindo-se descontos para grupos de visitantes que venham através desses estabelecimentos, os quais também nos oferecem descontos em alojamento para os participantes em acções promovidas pelo MAC/AAP.

Procedeu-se à actualização dos **textos de sala** do MAC e de alguns dos principais **guias e plataformas** de informação: Best Guide e Turismo de Lisboa.

Neste âmbito o MAC/AAP colaborou ainda em várias **edições, vídeos promocionais e programas televisivos** da TV GLOBO, TV2 e RAI.

Ainda na área da divulgação continua-se a investir numa relação de aproximação com entidades como o Ondelísboa, Lifecooler, Time Out, Público, Estrelas e Ouriços (Serv. Educativo), EGEAC, Centro Nacional de Cultura, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa que divulgam periodicamente as actividades com o MAC. Sublinhe-se ainda o importante papel que o Turismo de Lisboa tem vindo a desempenhar em relação á promoção do espaço das ruínas para organização de eventos de carácter comercial (sobretudo através da Dra. Célia Marques).

Na âmbito da **investigação**, além dos apoios pontuais para elaboração de estudos académicos principalmente nas áreas da Arqueologia, História,

História da Arte, Heráldica, Belas-Artes e Arquitectura, o MAC/AAP tem colaborado em outros projectos de que nos têm permitido adquirir mais conhecimentos sobre as colecções deste museu, entre eles há que destacar o projecto de "Musealização da Capela Do Santo Cristo Captivo" lançado pelo Centro de Arqueologia de Lisboa, o projecto de arqueologia "Vila Nova de S. Pedro" e o projecto "Hera – Humanities in the European Research Area. Uses of the Past". A par destes projectos a conservadora encontra-se a ultimar o seu estudo "Arte na Igreja do Carmo de Lisboa".

No que respeita às **acessibilidades**, vários melhoramentos foram feitos em todo o museu e sua área envolvente. Entre eles há que sublinhar a actualização do WC (existente no piso 0 da Torre Norte) para indivíduos com dificuldades motoras e a colocação de uma plataforma elevatória junto da recepção, permitindo o acesso ao museu.

No que respeita ao **site** MAC/AAP, aguardamos que novas directrizes para realização dos textos e conteúdos a inserir na estrutura desenhada pelo Dr. Francisco Sande Lemos em anexo (já com uma revisão do que existe, está activo e/ou precisa de ser actualizado).

* Nota: Julgo ser importante voltar a insistir com a Câmara Municipal de Lisboa e com a empresa Ferrovia, para que procedam ao envio do relatório sobre os comportamentos da estrutura (cimbria) que se encontrou durante vários meses presa às colunas na nave centro do MAC, de modo a que se tenha conhecimento se houve alterações no edifício.

